AVISO AOS LEITORES

O presente estudo sobre os primórdios do Iguatu Eclesiástico não pode ser obra completa, por carência de dados históricos que dizem respeito à formação eclesiástica da Paróquia de Senhora Santana. Temos, pois, a intenção de acertar e de colocar, em quadro fiel, os acontecimentos de antanho, ocorridos nestas plagas iguatuenses.

Não podendo ser trabalho completo, rogamos, pois, a quem se ocupar da leitura do mesmo, que nos custou dois anos de pesquisa, a gentileza de nos advertir sobre qualquer erro ou omissão ou circunstâncias importantes caladas de fatos passados.

Valeram-nos como fontes de estudos os seguintes livros: "Os 14 volumes de Datas de Sesmarias do Estado do Ceará"; "Homens e Fatos" de João Brígido; "Os Livros de Tombo da Paróquia de Sobral" de D. José Tupinambá, citando o Barão de Studart; "O Ceará" 1945 de Raimundo Girão e "Anuário do Ceará 1953-1954" de Valderí Uchôa.

Além disto, muitos nos auxiliaram as fontes paralelas dos acontecimentos históricos da época, ocorridos nas cidades limítrofes Icó e Jucás.

Finalmente, a vigente tradição oral popular iguatuense.

Feci quod potui, faciant meliora potentes.

Fiz o que pude, quem melhor puder que o faça.

Iguatu, dezembro de 1957
PADRE COUTO

Digitalizado com CamScanner

PRIMÓRDIOS DE IGUATU

Na época em que os primeiros desbravadores dos sertões cearenses aportaram à estas terras situadas nas margens e afluentes do Rio Jaguaribe, já encontraram dominando o elemento aborígene. Era a indiada, dispersa em várias tribos. As mais historicamente conhecidas de então eram as tribos dos Quixelôs e dos Jucás, dos Cariús e Icós, dos Calabaças e Inhamuns.

Com o advento do colono civilizador, apesar das grandes e naturais barreiras iniciadas, se deu a fusão lenta do branco com o nativo, formando ambos, naqueles dias, a pequena célula-mater da atual gente iguatuense.

E a data da inversão do colono português nos sertões nordestinos se remonta ao tempo da ocupação holandesa no Norte brasileiro, entre os anos de 1631-1651. O litoral brasileiro ocupado pelo holandês, com os seus vexames de guerra, forçou o português a povoar o interior, os sertões dantes desconhecidos.

CATEQUESE DOS INDÍGENAS

Mediante a catequese da igreja, a cargo de sacerdotes missionários enviados para o Ceará pela Junta das Missões da Capitania de Pernambuco, uma nova ordem de causas vai aos poucos surgindo entre os íncolas primitivos do solo cearense. Essa Junta das Missões, criada por carta régia de 07 de março de 1681, compunha-se do Governador de Pernambuco, do Bispo Diocesano de Olinda, do Ouvidor Geral e do Provedor da Fazenda. Era o órgão controlador das Missões, no Ceará. Por sua vez, estava essa Junta de Pernambuco subalterna à Junta das Missões, existente em Portugal.

No Ceará, enquanto não houve presídios regulares que pudessem proteger o estabelecimento do colono contendo os gentios em qualquer contingência, não se cuidou da catequese dos índios. A catequese então reduzia-se aos esforços de alguns padres jesuítas. Com a fundação da Capitania do Ceará, por ordem régia de 1688, foram enviados os missionários catequistas, começando assim os primeiros e oficiais trabalhos evangélicos, procurando aldear e doutrinar os gentios. Convém notarmos que a Capitania do Ceará, recém-criada, estava subalterna a de Pernambuco até o ano de 1799, quando se deu a sua independência.

A ação salvífica e patriótica da Igreja, aldeando, civilizando e cristianizando os aborígenes, de índole nômade e hostil, fez-lhes surgir um novo modus-vivendi.

Desta maneira, foram, por toda parte do Ceará, aparecendo os núcleos de civilização: aldeamentos, terras de missões, povoações, vilas e cidades.

Iguatu, nos seus primórdios de formação sócio-político-religiosa, não fez exceção à regra do tempo. E nesta formação limiar, entraram em jogo, constituindo um todo, o nativo, o colono português e a Igreja na pessoa dos seus ministros sagrados.

Assim, antes de ser o que é hoje, foi dantes Iguatu: 1.° Sítio da Telha ou Venda; 2.° Missão da Telha; 3.° Capela da Telha; 4.° Matriz da Telha, hoje Iguatu. São, portanto, quatro épocas distintas.

Digitalizado com CamScanner

PRIMEIRA ÉPOCA - SÍTIO DA TELHA OU VENDA

Muita coisa não nos dizem os anais históricos dessa época. O nome **Telha** aparece, pela primeira vez num documento de 6 de fevereiro de 1720. O Comissário Geral, Lourenço Alves Feitosa, era possuidor de uma sorte de terra de três léguas de comprimento por uma de largura no Riacho Trussu, que deságua no Rio Jaguaribe, que foi-lhe concedida pelo capitão-mór da Capitania do Ceará, Salvador Alves Silva, a 06 de fevereiro de 1720. No documento em apreço, os limites das terras do Comissário, estão com as terras do Sítio da Telha. (Datas de Sesmarias do Estado do Ceará, 6.º volume, n.º 467).

Somos do parecer de que Iguatu tenha recebido esse nome inicial por ser aqui um local onde se fabricava essa peça de alvenaria que serve de cobertura para casas residenciais. Confirma esse nosso ponto de vista o fato de ainda existir, na boca do povo, um lugar encravado na cidade, denominado de "**Lagoa da Telha**", hoje parcialmente soterrado.

Venda: Duas coisas, a um só tempo, naqueles dias, expressava esse termo: casas de negócio e fazenda de criar. Uma cerca de pau-a-pique, à margem esquerda do Jaguaribe, guardava, lá pela era de 1680 aproximadamente, a morada dalgum colono afoito, de pazes feitas com os indígenas locais. Digo 1680, porque o primeiro colono dono de terra, nas proximidades de Iguatu, foi de 1706. No seu documento, no ponto dos limites, fala-se do gentio Quixelô e nas ilhargas de outro sesmeiro. Veremos na frente.

O nome de Venda para Iguatu de antanho é bem viável. As margens e várzeas do Jaguaribe eram, na época, como hoje ainda, compostas de fazendas de criar. E negócios, também, sempre se faziam, dizem-nos as fontes paralelas. Pois bem, já em 1674, no vale do Jaguaribe, se faziam grandes suprimentos de gado ao exército de João Fernandes Vieira. Uma partida, conduzida por João Barbosa Pinto, ajudante do oficial, se compunha de 700 bois. No século XVIII (1789), já havia fazendeiros nas imediações do Icó, que possuíam quatro mil rezes. (João Brígido, em Homens e Fatos, página 129).

Além disto, afirma o Barão de Studart, que Iguatu já teve o nome de Venda. (Revista do Instituto do Ceará, volume 38, página 100).

Neste sentido, temos que levar ainda em conta o seguinte: no atual linguajar do povo, os termos Sítio e Fazenda, muitas das vezes parecem se confundir para identificar uma só coisa. Assim, quando perguntarmos a alguém: para onde vai fulano? a resposta é logo esta: para o sítio ou para a fazenda. Os nossos maiores iguatuenses poderiam ter dito: Vou para o Sítio da Telha ou então para a Fazenda da Telha. Diante do que, parece-nos que não estamos fugindo à verdade hermenêutica dos vocábulos supramencionados.

O que, porém, é historicamente certo, é que dominava o solo iguatuense os índios Quixelôs. Os seus domínios se confinavam com os dos índios Icós e Calabaças, dos Jucás e Curiús. Eram-lhes os vizinhos. Viviam os Quixelôs numa zona privilegiada: terras férteis, lagoas famosas, a caça, a pesca, os

Digitalizado com CamScanner

frutos silvestres... Pela posse dessas terras dadivosas, contra o elemento conquistador, ora as tribos limítrofes, ora o colono, lutava, com denodo, a indiada quixeloense.

PRIMEIROS COLONOS DONOS DE TERRAS NAS CERCANIAS DO IGUATU

A título de curiosidade e de ilustração, vamos fornecer, com prazer, a lista dos primeiros possuidores de terras nas imediações de Iguatu, conhecido então por Ribeira do Quixelô, Sítio da Telha e Missão da Telha.

Antes porém de declinarmos os nomes dos primeiros moradores oficiais em nosso pagos, queremos levar ao conhecimento dos leitores amigos de que houve outros colonos aqui antes do ano de 1706. Isto é uma conclusão que nos vem dos estudos feitos das Datas e Sesmarias do Estado do Ceará. São 14 volumes.

Na primeira data oficial de terras, que logo mais mencionaremos ao tratar dos seus limites, fala-se de Francisco Nogueira, em 1682, na Ribeira do Jaguaribe, nas Itans. Parece-nos que esse colono é o tronco da Família Nogueira, pois, são os seguintes os senhores com o nome de Nogueira, residente nas várzeas e margens do Jaguaribe: Teodósio de Nogueira, Antônio Nogueira de Figueiredo e João Nogueira Ferreira. (Datas e Sesmarias do Ceará, 1.° volume n^{os}. 27, 33 e 74 e 5.° volume, n^{os}. 253 e 300; 6.° volume n^{os}. 432 e 445).

Outro colono português, chamado sargento-mór João de Sousa de Vasconcelos, da Bahia, era possuidor de três datas de terras na Ribeira do Jaguaribe, uma destas, situada no Quixoá. Nas suas petições de Datas e Sesmarias, endereçadas ao capitão-mór da Capitania do Ceará, Gabriel da Silva Lago, em 1707 e 1708, alegava que era morador aqui há 25 anos e por isto pedia a confirmação, por novas datas, nas posses de sorte de terras concedidas a si e seus companheiros pelo governador geral da Bahia, Roque da Costa Barreto, em 1681 e 1683. (Datas e Sesmarias do Estado do Ceará, 5.° volume n^{os}. 251, 272, 273 e os limites da data n°. 472 do 6.° volume).

1.° Dono de Terras, nas proximidades de Iguatu, nas Itans, em 1706.

Data e Sesmaria de Lourenço Gonçalves de Moura e de Teodósio Nogueira, de uma sorte de terras, de três léguas de comprimento por uma de largura no riacho das Itans, concedida pelo capitão-mór do Ceará, Gabriel da Silva Lago, em 24 de dezembro de 1706. Nos limites desta data, fala-se no gentio Quixelô e nas ilhargas de Francisco Nogueira. (Datas e Sesmarias do Ceará, 1.° volume, n.° 74).

2.° Dono de Terras, nos sítios Mutucas e Baú, em 1717.

Data e Sesmaria do tenente João Nogueira Ferreira, duma sorte de terras de uma légua de comprimento por três de largura, no sítio das Mutucas,

Digitalizado com CamScanner

concedida pelo capitão-mór da Capitania do Ceará, Manuel Fonseca Jaime, em 8 de agosto de 1717. Nos limites dessa sorte de terras, temos as lagoas do Quixelô e o sítio Baú. (Datas e Sesmarias do Ceará, 5.º volume, nº. 354).

3.º Dono de Terras, no Trussu, Barra, nas Lagoas do Iguatu e do Baú, em 1720.

Datas e Sesmarias do Comissário Geral Lourenço Alves Feitosa, uma data de terras de três léguas de comprimento por uma de largura, no riacho Trussu-Barra, outra data de 2 léguas por uma, na Lagoa de Iguatu, a terceira data de três léguas de comprimento por uma de largura, no sítio Baú, todas as três datas concedidas na seguinte ordem cronológica, a 6 de fevereiro, a 6 de junho e a 12 de junho do mesmo ano de 1720, pelo capitão-mór do Ceará, Salvador Alves da Silva. A data de terras da Barra foi concedida, em 1706, a João do Monte Bocarro. A da Lagoa de Iguatu foi concedida, em 1709 a Francisco do Monte Silva. Sob a alegação, porém, de prescritas essas datas pertencentes à família Montes do Boqueirão de Orós, foram concedidas ao suplicante Comissário Geral Feitosa, que dizia em suas petições, estarem essas terras devolutas e desprezadas.

Nos limites dessas datas, encontramos como confinante o Sítio da Telha. Noutra, está a ortografia legítima do termo Iguatu que era então escrito da seguinte maneira: Agoatu. (Datas e Sesmarias do Ceará. 6.º volume nºs. 467, 468, 472). Há quem diga que o pé de lutas tremendas entre essas duas potentes famílias Montes e Feitosa procedeu destas duas datas de terras: Barra e Lagoa do Iguatu. Foi, naquela época, o Comissário Geral, o dono de várias datas e terras. Um grande feudal. O maior sesmeiro do Ceará.

4.º Dono de Terras, nas Cajazeiras e Itans, em 1731.

Datas e Sesmarias de Francisca de Araújo Filha e do seu pai capitão Manuel Araújo de Carvalho, de duas sortes de terras nas Itans, ribeira do Quixelô, concedidas pelo capitão-mór da Capitania do Ceará, Leonel de Abreu e Lima, em 23 de julho de 1731. Essas datas de terras foram, pelos suplicantes, compradas a Lourenço Gonçalves de Moura e Teodosio Nogueira. (Datas e Sesmarias do Ceará, 12.º volume nºs. 21 e 22).

5.º Dono de Terras, na Barra, Cavaco e Lagoa Redonda, em 1747.

Datas e Sesmarias dos Capitães Manuel Gomes Barreto e Manuel Pessoa da Silva, duma sorte de terras de três léguas de comprimento por uma de largura, na Ribeira do Jaguaribe, chamada a Ribeira do Quixelô, concedida pelo capitão-mór do Ceará, João de Teive Barreto, em 27 de julho de 1746. Nos limites dessa sorte de terras, fala-se na Lagoa Redonda e na estrada que vai para a Missão da Telha. Os suplicantes alegavam em sua petição de que

Digitalizado com CamScanner

essas terras pertenciam a seus antepassados. (Datas e Sesmarias do Ceará 7.º volume nº. 510).

Ao mencionarmos os nomes e locais dos primeiros sesmeiros, nas cercanias de Iguatu, procuramos nos restringir ao seguinte: primeiro, citar as datas de terras mais antigas; segundo, indicar as que se referem diretamente às duas primeiras épocas da formação dessa cidade.

Colonos portugueses e de raça cruzada, donos de Datas e Sesmarias, nas épocas Sítio da Telha e Missão da Telha, havia muitos, espalhados pelos domínios dos Índios Quixelôs.

SEGUNDO ÉPOCA: MISSÃO DE TELHA

Este nome se deve à ação evangelizadora da igreja. E ao trabalho insano de agrupar ou aldear os gentios, para catequizá-los e cristianizá-los.

O primeiro documento que nos faz menção dessa época traz a data de 27 de julho de 1746. Os capitães Manuel Gomes Barreto e Manuel Pessoa da Silva eram donos de uma sorte de terras de três léguas de comprimento por uma de largura, na ribeira do Jaguaribe, chamada então Ribeira do Quixelô, concedida pelo capitão-mór do Ceará, João de Teive Barreto e Menezes. Nos limites dessa data, fala-se no Cavaco, Lagoa Redonda e na estrada que vai para a Missão da Telha. (Datas e Sesmarias do Ceará, 7.º volume, nº. 510).

Pelos dados e ilações históricas, colhidos em fontes paralelas, somos levados a crer que a data do aldeamento dos índios Quixelôs pode ser fixada aproximadamente entre os anos de 1707 e 1719. Dizem as fontes: Ao despontar o ano de 1700 era cura de São José do Ribamar, atual Fortaleza, o Pe. João de Matos Serra. Era, na época, esse sacerdote Prefeito das Missões e Vigário de toda a Capitania do Ceará. Para auxiliar o Cura do Ceará, os Bispos de Olinda, Pernambuco, que faziam parte da Junta das Missões, enviavam freqüentemente sacerdotes tanto do clero secular como do clero regular. A intenção do Bispado de Olinda era sempre de prover o bem espiritual dos colonos e dos silvícolas. Esses padres missionários percorriam a imensa vastidão do solo cearense, de fazenda em fazenda, de sítio em sítio, de aldeia em aldeia, pregando, doutrinando, batizando, casando e catequizando os gentios nativos.

Como vigário que foi de todo Ceará, o dever do Pe. João de Matos Serra era visitar os seus paroquianos, os colonos e os indígenas. Assim é que o primeiro vigário da Capitania, em 1707, já havia percorrido essa região jaguaribana, prestando grandes serviços, como sejam, situando e aldeando os Índios Quixelôs. (Anuário do Ceará 1953-54, página 118). Os índios Jucás e Icós, nesse tempo, já eram aldeados.

A ação benéfica e pacificadora da Igreja, prestada por seus sacerdotes

Digitalizado com CamScanner

missionários, facilitou grandemente ao colono a administração dos índios Quixelôs. Assim, para governá-los servindo aos interesses da Corte, foi, em 1719, nomeado o Tenente-Coronel Gregório Martins Chaves. (Anuário do Ceará 1953-5., página 118). Este Tenente-Coronel, o primeiro administrado público de Iguatu, foi dono de três datas de terras e sesmarias, na ribeira do Jaguaribe, no rio Cariús, concedidas pelo capitão-mór da Capitania, Manuel da Fonseca Jaime, todas elas no correr do ano de 1717 (Datas e Sesmarias do Ceará, 5.º volume, nºs. 350, 351 e 352).

SACERDOTES DONOS DE TERRAS, NO JAGUARIBE E AFLUENTES.

A título de ilustração da época Iguatu - Missão da Telha, eis a lista nominal dos sacerdotes regulares e seculares que obtiveram Datas e Sesmarias, no rio Jaguaribe e seus afluentes.

1.º em 1705, na Ribeira dos Icós.

Datas e Sesmarias de Frei Miguel da Assunção, e mais religiosos carmelitas de Nossa Senhora do Carmo, da reforma de Goiana Grande, Pernambuco, duma sorte de terras de três léguas de comprimento por uma de largura, no riacho do Gil, hoje da Prudência, na Ribeira dos Icós, no Jaguaribe-Mirim, hoje Salgado, concedida pelo capitão-mór da Capitania do Ceará, João da Mota em 21 de novembro de 1705. Na sua petição, os suplicantes alegavam necessitarem de terras para acomodarem os seus gados vacuns e cavalares que esmolas se davam a Nossa Senhora e os traziam por terras alheias, recebendo muitas perdas. (Datas e Sesmarias do Ceará, 1.º volume, nº. 56).

2.º Em 1706, no Riacho do Sangue.

Data e Sesmaria do Pe. Manuel e mais religioso do Convento do Carmo, da reforma da Goiana, duma sorte de terras de três léguas de comprimento por uma de largura, no riacho das Pedras, hoje Riacho do Sangue, concedida pelo capitão-mór do Ceará, Gabriel da Silva Lago, em 19 de agosto de 1706. (Datas e Sesmarias do Ceará, 3.º volume, nº. 122).

3.º Em 1707, nas Dansas, no Bonabuiu.

Data e Sesmaria do Pe. Prior Frei Manuel de São Gonçalo e mais religioso da reforma de Nossa Senhora do Carmo, de Goiana Grande, duma sorte de terras de três léguas por uma de largura, nas Dansas, no Bonabuiu,

Digitalizado com CamScanner

em 07 de agosto de 1707. (Datas e Sesmarias do Ceará, 5.º volume nº. 243).

4.º Em 1708, no riacho do Quixelô, hoje Palhano.

Datas e Sesmaria do Pe. Antônio Fernandes Bastos Quaresma e seu companheiro Aurélio Gomes, duma sorte de terras de duas léguas de comprimento por uma de largura, no riacho do Quixelô, hoje Palhano, concedida pelo capitão-mór do Ceará, Gabriel da Silva Lago, em 20 de outubro de 1708 (Datas e Sesmarias do Ceará, 5.º volume, nº. 320).

5.º Em 1717, na Ribeira dos Icós, Canto.

Data e Sesmaria do Pe. Cura da Ribeira dos Icós, Domingos Dias da Silveira, de uma sorte de terras, de três léguas de comprimento por uma de largura, no riacho do Mota, concedida pelo capitão-mór do Ceará, Manuel Fonseca Jaime, em 1.º de março de 1717).

Nos limites dessa data, temos a fazenda da serra, hoje Alencar, e o riacho do Mota. Parece-nos tratar-se do sítio Canto. (Data e Sesmaria do Ceará, 10.º volume, nº. 53).

6.º Em 1753, na Ribeira dos Icós, no rio Salgado.

Data e Sesmarias do Pe. João de São José Prior do Convento de Nossa Senhora do Carmo, da reforma da cidade da Paraíba, duma sorte de terras de duas léguas de comprimento por uma de largura, na ribeira dos Icós, no Jaguaribe-Mirim, hoje Salgado, concedida pelo capitão-mór do Ceará, Luiz Quaresma Dourado, em 8 de dezembro de 1753. (Datas e Sesmarias do Ceará, 7.º volume, nº. 587).

Ao dar os nomes de sacerdotes, donos de datas e sesmarias no Jaguaribe e seus afluentes, quisemos apenas citar os que possuíam terras, nas proximidades das terras dos Índios Quixelôs, para reforçar o nosso ponto de vista: os padres Carmelitas foram os Missionários do Sítio da Telha, e não os Padres Jesuítas, como afirmam alguns.

Sacerdotes, donos de sortes de terras, concedidas por quem de direito, havia muitos, no tempo do Ceará-Colônia, espalhados pelo seu vasto território. Verificará isto quem se der ao trabalho de compulsar os Quatorze Volume de Datas e Sesmarias do Estado.

UM PARÊNTESE

Pedimos vênia, leitor amigo, para abrir um parêntese, porque mister se faz.

Causas do desaparecimento dos Índios Quixelôs e Jucás dos Icós e Calabaças, dos Cariús e Inhamuns.

Primeira Causa: A colonização e civilização do nativo. Uma vez man-

Digitalizado com CamScanner

sos e domesticados, iam os silvícolas se misturando com os colonos e mamelucos, formando ambos, novas famílias. A absorção do aborígene pelo colono. Em abril de 1755, o governo português, no intuito de prover ao incremento do Brasil, declarou, em alvará, que não produzia infâmia o casamento com índios e ao contrário, seria isto motivo de consideração para cargos públicos. (Homens e Fatos, página 409).

Segunda Causa: As lutas contínuas entre as diversas tribos da região, que viviam, sempre de hostilidades em hostilidades. Em 1700, diz João Brígido, em Homens e Fatos, página 19, os índios Jucás fizeram uma grande matança nos índios Quixelôs, no arraial de São Mateus.

Além disto, colonos portugueses viviam, em eternas disputas, à mão armada, por amor de terras que se distribuíam nas margens e afluentes do Jaguaribe. Os índios e os mamelucos eram empregados com seus soldados, parecendo às centenas nos combates travados. Destas lutas, a mais cruenta que, por muitos anos, ensangüentou o sul do Ceará, foi a dos Montes e Feitosas. Em 1719, dois colonos, nestes longínquos sertões, já se avultavam em poderio e riquezas. Um era o capitão-mór, Geraldo do Monte, que residia no Boqueirão de Orós. O outro era o comissário Geral, Lourenço Alves Feitosa, que residia nas cabeceiras do Rio Jaguaribe entre os índios Inhamuns e Jucás. Datas de terras, limites e posses formavam o ponto de discórdias e lutas sanguinárias entre essas duas famílias potentes. Os índios Quixelôs e Icós eram soldados dos Montes. As tropas de combates dos Feitosas se compunham dos índios Inhamuns e Jucás. Nestes tempos, dominava a vontade do mais forte, rico e afamiliado. A lei e o dever eram ignorados (Homens e Fatos, páginas 81 a 86 e 142).

Terceira Causa: Expulsões e assassinatos dos índios, levados a efeito pelos colonos. Os silvícolas não tinham a menor noção de propriedade. Donde os eternos choques, à mão armada, entre o branco e o índio. Era costume da época fazer caça ao índio vago, isto é, não aldeado. Bem famosas ficaram na história, as correrias oficiais dos Coronéis João de Barros Braga e Bento da Silva e Oliveira, expulsando, afugentando, massacrando e exterminando os donos primitivos do solo jaguaribano.

Quarta Causa: As secas, de quando em vez, donde o êxodo do indígena em busca de sua própria subsistência noutras paragens. Por ocasião da seca de 1692, os índios Icós e Cariris atacaram as fazendas de gado, no alto Jaguaribe, matando colonos e sendo mortos. O gado, para o índio, fazia parte, também, de sua caça, não se conformando com este direito de propriedade do colono.

Quinta Causa: As doenças importadas pelo branco colonizador. A varíola, a bexiga, a sífilis, doenças desconhecidas entre os aborígenes, levaram até à cova, milhares de nativos.

Os primitivos habitantes dessa vasta zona jaguaribana, desconfiados por índole, refratários à civilização, perseguidos pelos colonos, acossados pelas secas e doenças epidêmicas, divididos em tribos que se hostilizavam, pereceram muitos e outros se internaram de sertão a dentro, buscando o seu suspi-

Digitalizado com CamScanner

rado sossego.

Eis, portanto, em número de cinco, as principais causas do desaparecimento do elemento indígena destas nossas plagas jaguaribanas. E nestas alturas, fechamos o parêntese.

TERCEIRA ÉPOCA: CAPELA DA TELHA

A construção da Capela da Telha se fez com o trabalho do índio Quixelô, sob a orientação dum padre missionário. Esse missionário podia ter sido um padre secular ou regular. E isto se explica em virtude de, desde de 1681 até 1861, a Junta das Missões de Pernambuco enviar para o Ceará - então Vigário Forânea do Bispado de Olinda - sacerdotes tanto seculares, como regulares. Um padre jesuíta, dizem uns. Um padre carmelita afirmam outros.

A versão, porém, mais viável e provável é a do padre carmelita, pois foram os carmelitas que missionaram os índios Jucás, entre os anos de 1690 e 1700. Neste tempo, São Mateus era uma missão notável e já, em 1700, era arraial. (Homens e Fatos, páginas 18 e 19).

Em 1719, um padre carmelita continuou a obra de aldeamentos dos Índios Quixelôs, já iniciada em 1707, pelo Pe. João de Matos Serra, o vigário e prefeito das Missões do Ceará. E os Quixelôs, uma vez pacificados e catequizados, permaneceram aldeados por longos anos, até a formação da Povoação da Telha. (O Ceará de 1945, de Raimundo Girão, página 253).

Uma circunstância particular da época nos vem coadjuvar a versão de ter sido um padre carmelita o missionário do Sítio da Telha: A esposa do Comissário Geral Feitosa, chamada D. Antônia de Oliveira Leite, tinha dois irmãos padres. Um era o vice-vigário do Recife. O outro, era o vigário de Goiana. Para esta cidade, até 1750, se convergiam anualmente, as boiadas e cavalhadas dos fazendeiros do vale do Jaguaribe para serem vendidos, nas suas famosas feiras anuais. Havia um intenso intercâmbio de comunicações comerciais e familiares. Nesta cidade pernambucana, residiam os Padres Carmelitas, de quem eram amigos os irmãos Feitosa, Lourenço e Francisco. Por interesses de ordem particular, os Feitosa gostavam mais de Carmelitas do que de Jesuítas. E Iguatu e Jucás estavam situados nas circunvizinhanças dos seus domínios territoriais.

Os criadores colonos não gostavam dos Jesuítas:

a) porque protegiam os indígenas contra a escravidão e outros serviços desumanos, impostos pelos colonos, que muitas das vezes, preavam os nativos nas suas próprias aldeias;

b) porque estavam sujeitos, por lei régia, a pagarem uma taxa lançada sobre os seus bens para o sustento do Hospício do Aquiráz. A cada passo, os criadores buscavam motivos e ocasiões para se eximirem do pagamento desse tributo imposto.

Nestes termos, o ouvidor Antônio Loureiro de Medeiros e totalidade dos criadores de então andavam aliados aos missionários de outras ordens, antagonistas dos Jesuítas, para embaraçar a instalação do Hospício do Aquiraz,

Digitalizado com CamScanner

em 1722. (Homens e Fatos, páginas 389 e 390).

CONSTRUÍDA A CAPELA DA TELHA NO INTERMÉDIO DOS ANOS 1746 - 1765

Na falta de documentos que fixem a data certa, mais uma vez somos obrigados a recorrer a fontes paralelas, jogando com fatos e datas conhecidos para estabelecer, aproximadamente, o tempo de edificação do nosso primeiro templo religioso. E isto deve ter-se dado entre os anos de 1746 e 1765.

O ano de 1746 é o nosso ponto de partida. Num documento de 1746, mês de julho, fala-se de Iguatu, como Missão da Telha. Ora, conforme o costume do tempo, a primeira preocupação que se tinha em mente, ao se estabelecer uma Missão de Índios, era logo de se providenciar a construção duma capela para assim facilitar aos missionários os seus trabalhos apostólicos de catequizar, doutrinar e civilizar os gentios.

O ano de 1765 é o ponto final. Nesta época, na Capitania do Ceará, já havia 11 vilas, 20 freguesias, 41 capelas e 972 fazendas de criar. E, por esta razão, somos naturalmente levados a dizer é a crer que a Capela da Telha já estivesse incluída no número destas 41 capelas existentes em terras cearenses. Uma, porque foi, a 8 de dezembro de 1755, criada a paróquia de São Mateus, donde, a nossa Capela, foi, a 11 de outubro de 1831, desmembrada. Outra, porque mais da metade das fazendas de criar ficava semeada na bacia do Vale Jaguaribe que, da foz às suas nascentes, era a região mais povoada da capitania. Ademais, os Srs. Bispos de Olinda eram sempre solícitos em prover o bem espiritual dessas gentes, isto é, os colonos, os índios e os escravos. Além disto, confirma o nosso ponto de vista o fato de ter sido vigário missionário da Missão da Telha, o Pe. Manuel Felix da Costa, durante 13 anos, do ano de 1756 a 1769. (Arquivo Paroquial do Icó, Cúria Cratense).

Diante destas razões alegadas, queremos acreditar que não estarmos errando ao afirmar que a construção de nossa Capela foi da época 1746-1765. Se, porém, há, entre os leitores amigos, algum que saiba da data exata, bondade nos advertir, pois, em busca da verdade, andamos nós.

Iguatu, como Capela da Telha, ficou na dependência eclesiástica de São Mateus, por mais de meio século.

QUARTA ÉPOCA: MATRIZ DA TELHA, HOJE MATRIZ DE IGUATU

Com elevação à categoria de Matriz, uma nova ordem, um surto de progresso sobrevem para a Povoação da Telha. É a sua independência jurídica eclesiástica. A freguesia da Telha, tendo por Orago Senhora Santana, desmembrada da de São Mateus, foi criada a 11 de outubro de 1831, por

Digitalizado com CamScanner

decreto providencial. Em 1914, por ocasião do decreto de ereção da criação da Diocese de Crato, a paróquia de Iguatu foi reafirmada, desmembrando-se da Diocese de Fortaleza e passando a mesma a pertencer à jurisdição eclesiástica do Bispado de Crato.

Com o andamento dos anos, o antigo templo, construído por mãos indígenas, foi recebendo, aos poucos, melhoramentos. Os seus primeiros vigários, em vista das grandes dificuldades de ordem financeira, motivados, ora pelas secas e doenças epidêmicas, de vez em quando, ora pelas lutas e disputas políticas acirradas, não puderam fazer grandes melhoramentos na Matriz.

O termo Iguatu surgiu nos documentos eclesiásticos a partir de 1883. Este vocábulo, de origem indígena, significa água boa ou rio bom. Foi uma lei provincial de 20 de outubro de 1883 que fez a mudança de Telha para Iguatu.

VIGÁRIOS DE IGUATU

1.º Pe. Vicente José Pereira 1832-1844
2.º Pe. Antônio Luís Vasconcelos de Drumond 1845-1868
3.º Pe. Agostinho Afonso Ferreira 1868-1873
4.º Pe. José Ferreira da Silva 1873-1877
5.º Pe. Agostinho Afonso Ferreira 1877-1879
6.º Pe. João Evangelista Batista Carneiro 1879-1884
7.º Pe. Joaquim Guedes Alcoforado ..... 1884-4 meses
8.º Mons. Francisco Rodrigues Monteiro 1884-1889
9.º Pe. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva ..... 1889-2 meses
10.º Pe. Raimundo Hermes Monteiro 1889-1906
11.º Mons. José Coêlho de Figueiredo Rocha 1906-1941
12.º Pe. José Ferreira Lôbo 1941-1947
13.º Pe. Vicente Alves Feitosa 1947-1949
14.º Pe. Francisco de Assis Couto ..... 1949-o atual

VIGÁRIOS COADJUTORES DE IGUATU

1.º Pe. Francisco Coriolano de Carvalho 1863
2.º Pe. Agostinho Afonso Ferreira 1866-1868
3.º Pe. Manuel Sampaio 1870-1871
4.º Pe. Tomé Alves Cabral 1871-1874
5.º Pe. Joaquim Machado da Silva 1884
6.º Pe. Joaquim Guedes Alcoforado 1884
7.º Pe. Irineu Pinheiro Bezerra Menezes 1884-1886
8.º Pe. Agostinho Afonso Ferreira 1886-1890
9.º Mons. José Coêlho de Figueiredo Rocha 1904-1906
10.º Pe. Francisco Leopoldo Fernandes Pinheiro 1910-1911
11.º Pe. Raimundo Monteiro Dias 1912
12.º Pe. Francisco de Assis Castro Monteiro 1913

Digitalizado com CamScanner

13.º Pe. Agamenon de Matos Coêlho 1937
14.º Pe. Januario Ribeiro Campos 1937-1940
15.º Pe. Aloísio Rocha Barreto 1942-1945
16.º Pe. Silvino Moreira 1946
17.º Pe. José Jesú Flôr 1946-1947
18.º Pe. Francisco de Assis Couto 1947-1949
19.º Pe. Agio Augusto Moreira 1949
20.º Pe. João Linhares de Lima 1950-1951
21.º Pe. Francisco Luna Tavares 1951-1952
22.º Pe. Newton Holanda Gurgel 1952-1953
23.º Pe. Antônio Batista Vieira 1954-1956
24.º Pe. José Gonçalves Landim ....1956 - o atual

De acordo com os assentamentos nos Livros de Tombo da paróquia que se encontram nos Arquivos Paroquial e Episcopal de Crato, foram, até o presente, vigários de Iguatu e seus coadjutores, os sacerdotes supra mencionados. O Pe. Antônio Batista Vieira, não teve provisão de vigário cooperador, mas, sob sua responsabilidade, durante dois anos, estiveram os trabalhos sociais da freguesia. E nessa ocupação, colheu a provisão do Sr. Bispo Diocesano, D. Francisco de Assis Pires para vigário colado do Icó, em abril de 1956.

PAROQUIATOS DE ALGUNS VIGÁRIOS DE IGUATU

Padre Vicente José Pereira : 1832-1844

Com apenas uns seis meses de criada a paróquia, chegou-nos o primeiro pastor, provisionado vigário da Povoação da Telha pelo Sr. Bispo Diocesano de Olinda-Recife. Dele, nos restam alguns documentos. Um é a resposta a um ofício do presidente da Província, José Martiniano de Alencar, que pedia informações sobre a população da freguesia, em 1825. O então vigário da Povoação da Telha, estimou o número de habitantes em 4 mil e poucas pessoas. Neste mesmo documento, afirmava que era o primeiro vigário desta localidade.

Durante o seu paroquiato, em 18 de setembro de 1832, ocorreu o assassinato dum amigo, o Tenente-Cornoel José Cavalcante de Luna, Juiz de paz de Telha, feito por ordem do sargento-mór, João André Teixeira Mendes, do Icó. (Homens e Fatos, página 258). Nestas eras de atraso e do trabuco, pode levantar o dedo quem não teve, nos sertões do Ceará, bisavós e antepassados, cujos nomes podiam ter ficado inscritos no pé da forca.

Outro documento é um relatório particular, com data de 23 de outubro da 1836, dirigido ao Exmo. Sr. José Martiniano de Alencar, presidente da Província, onde pedia garantias de vida. Tendo adquirido por compra um sítio, chamado "Três Irmãos" na freguesia de São Mateus, estava impedido de tomar posse do mesmo, porque um famoso José Diniz preparava-lhe emboscadas para assassina-lo. Neste documento, fala-nos finados Tenente-

Digitalizado com CamScanner

Coronel José Cavalcante de Luna, juiz de paz de Telha e no Capitão Cosme de Araújo Frazão, um homem de bem, pacífico e dos mais afazendados do Quixelô. O Pe. Vicente José Pereira se encontrava aqui, desde os fins do ano de 1831, quando se deu a criação da paróquia de Santana.

Pe. Antônio Luís Vasconcelos de Drumond: 1845.1868.

Em setembro de 1845, tomava posse da freguesia, como vigário colado de Iguatu, o Pe. Antônio Luís Vasconcelos de Drumond, nomeado por D. João da Purificação Marques Perdigão, que regeu a Diocese de Olinda-Recife, por 30 anos. Em 1861, D. Antônio Luís dos Santos, primeiro Bispo do Ceará, o confirmou como pároco de Iguatu, por ocasião de sua tomada de posse da Diocese do Ceará.

Três fatos de certa importância destacamos no governo paroquial do segundo vigário de Telha.

O 1.º Fato: Inicio da construção da Matriz, em abril de 1953.

O nosso acerto é comprovado por um documento de escritura de contrato, com a data de 22 de abril de 1853, que, ainda hoje, se encontra no Primeiro Livro de Notas da Vila da Telha, em cartório local. O contrato abrange o seguinte: a comissão encarregada da construção; o empresário de obra; fontes de rendas para a construção e preço da mão de obra.

Comissão encarregada:

Presidente: Pe. Antônio Luís Vasconcelos de Drumond, vigário.
Auxiliares: Major Bento Vilar de Carvalho.
Capitão - Cândido Antônio Barreto.
Capitão - Francisco Xavier das Chagas.
Empresário da obra: Antônio Rodrigues Viana.
Fontes de rendas para a construção: as contribuições arrecadadas entre os fieis católicos da freguesia da Telha.

Preço de mão de obra.

Foi orçada inicialmente a construção da Matriz da Telha em CR$1.780,00, havendo, durante o andamento dos serviços, uma ajuda de custos e de gratificações de Cr$1.080,00, perfazendo um total de Cr$2.860,00. Essa era a importância que devia ter sido despendida na construção da nossa Matriz, conforme a escritura de contrato, passada a 22 de abril de 1853.

Os vigários de Telha, de Sobral, de São Bernardo e Aracati solicitavam, em 1853, ao presidente da Província meios para a continuação das obras encetadas de suas Igrejas. Não dispondo a província de recursos para ocorrer às despesas de que reclamavam muito as Igrejas, ia a presidência

Digitalizado com CamScanner

organizar, nas diferentes localidades, comissões para, invocando os sentimentos religiosos do povo, angariarem meios de reparar o seu templo. (Revista do Instituto do Ceará, 50° tomo, página 170). Em 1886 é que houve a sagração e conclusão da nossa atual Matriz, no paroquiato do vigário Mons. Francisco Rodrigues Monteiro.

2° Fato: Ensanguentadas as eleições, em 8 de dezembro de 1860.

Por ocasião duma eleição para eleitores, deu-se uma luta entre duas parcialidades da qual resultou a morte de 14 pessoas de ambas as facções políticas, inclusive a do delegado de polícia, saindo ainda deste conflito mais de trinta outras pessoas gravemente feridas. (Homens e Fatos, página 491). Conforme o costume de então e informações de pessoas fidedignas, foram essas eleições realizadas, dentro do recinto sagrado da Matriz. O tiroteio iniciado na Igreja se findou em plena rua. Em meio de tudo isto, é de ficar-se a pensar quão grandes não foram os vexames por que passou o 2.° vigário de Telha, vendo a sua Matriz ensanguentada pelos seus paroquianos, em acirradas disputas políticas. Graças a Deus se foram esses tempos. Há quem diga que eram candidatos a Intendentes os cidadãos Alexandre Cavalcante e Domingos Felix Teixeira. Alexandre matou o seu adversário Domingos. Um filho deste, por nome Cândido, vingou logo no momento a morte do seu progenitor, com um tiro de bacamarte. Do Icó, às pressas, veio o Dr. Rufino de Alencar para medicar os feridos.

Neste tempo, era presidente da Província, o bacharel Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, depois visconde de São Luís; o Chefe de Polícia, o Dr. Antônio de Brito Sousa Gaioso. Após a tragédia, por ordem do governo, como foi acontecer, foi aberto o rigoroso inquérito... "A justiça do Ceará te persiga".

3° Fato: O colera-morbus.

A 05 de abril de 1862, declarou-se o colera-morbus na cidade do Icó, donde se propagou às vilas da Telha, Lavras etc. Essa doença perigosa de caráter epidêmico, após ter feito algumas dezenas de vitimas em Telha, diminuiu a sua marcha desoladora em agosto do mesmo ano. Calculou-se, em toda a Província do Ceará, em 11 mil o número de mortos pela cólera.

Ao responder a um ofício-circular do presidente da província, Dr. Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, em janeiro de 1860, o vigário Drumond informava que os foros das terras da Santa Padroeira rendiam anualmente cem mil réis (100$000) e que tinha em caixa da freguesia a quantia de sessenta mil réis (60$000), dinheiro este recebido do Tesouro Provincial, para guisamento da Matriz.

Faleceu o Pe. Antônio Luís Vasconcelos de Drumond em 1868, tendo, por 23 anos, regido a paróquia da Telha.

Digitalizado com CamScanner

Pe. Agostinho Afonso Ferreira

Por duas vezes, vigário de Iguatu. A primeira vez de 1869 a 1873.A Segunda, de 1877 a 1879.

Em 1859, o Pe. Agostinho fundou em Bom Jesus do Quixelô as Casas dos Penitentes. Havendo excesso de zelo, os Srs. Bispos, seus superiores, recomendaram-lhe o fechamento das Casas.

Durante o seu último governo paroquial, ocorreu a grande seca de 1877 a 1879, calamidade climatérica essa que trouxe muitas misérias e desolações em toda a Província, sobretudo, nos sertões desprotegidos. Além da fome, a peste. Uma desgraça sempre chama outra desgraça.

O obituário da Província acusou, em 1876, o número de 118.927 cearenses mortos pela fome e doenças epidêmicas: bexiga, varíola e sífilis. Os emigrados embarcados em Fortaleza foram de 26.875 pessoas. Essa emigração em massa teve por destino o Norte, principalmente, o Amazonas, onde milhares de cearenses, longe de sua terra-mãe, pereceram à míngua.

Em idade já bem avançada em 1903, faleceu em Bom Jesus do Quixelô, onde foi sepultado, o Pe. Agostinho, de saudosa memória.

Pe. José Ferreira da Silva: 1873 a 1877.

Deste vigário, apenas temos um documento, que é uma informação sobre o elemento servil da freguesia. Um oficio de 7 de abril de 1877, feito pelo vigário e endereçado ao Presidente da Província, informava que, de 28 de setembro de 1871 a 31 de dezembro de 1876, foram batizados na Telha, 63 filhos de mulheres escravas e faleceram seis.

Pe. João Evangelista Batista Carneiro: 1879 . 1884

Foi durante o seu paroquiato que teve lugar, em julho de 1884, a Visita Pastoral do 2.° Bispo do Ceará, D. Joaquim José Vieira. Foram, nesta época, crismados uns 2 mil Iguatuenses, entre adultos e párvulos. Já existiam três capelas na freguesia: Bom-Sucesso, Quixelô e Pereiros. O Sr. Bispo Diocesano deixou de visitar as capelas do Bom Sucesso e dos Pereiros por serem insignificantes. Visitou, porém, a capela do Quixelô. Tencionamos fazer um estudo depois sobre Bom Jesus do Quixelô, detalhadamente. Iremos, porém, dar alguns dados gerais.

Digitalizado com CamScanner

BOM - JESUS PIEDOSO DO QUIXELÔ

Como Capela, Bom-Jesus do Quixelô, foi curada pelos vigários do Icó até o ano de 1832, quando, por ocasião da criação da paróquia da Telha, em 1831, passou a mesma para os domínios eclesiásticos de Senhora Santana. (Ver Livro do Tombo do Icó). Durante o paroquiato de Mons. Coelho, passou a Igreja de Quixelô por uma grande reforma. Foi construída toda a atual parte nova, onde se acham sitos o Altar-Mór e naves laterais. Em 1921, aos 24 de outubro, foi criada freguesia, pelo 1° Bispo do Crato, D. Quintino Rodrigues do Oliveira e Silva, em Visita Pastoral.

Mons. Francisco Rodrigues Monteiro: 1884 . 1889
Conclusão e Sagração da Matriz
Cinco dias de grandes festas: 25, 26, 27, 28, 29 de agosto de 1886.

Dia 25: Chegada do Sr. Diocesano do Ceará, D. Joaquim José Vieira às 4 horas da tarde. Ao seu encontro, foram 200 cavaleiros, à frente dos quais ia o vigário de Iguatu. O Sr. Bispo, que vinha de São Mateus, e sua ilustre comitiva foram recebidos por grande massa popular que formava duas grandes alas, entre vivas e delírios coletivos. Em frente da casa onde se hospedou a autoridade diocesana, estava o maestro Abelardo de Medeiros que fez a banda de música foral executar bonitas tocatas. Ao mesmo tempo, plangiam os sinos da Matriz e repetidas girândolas cortavam os ares, trazendo tudo isto intensas alegrias e santas emoções aos iguatuenses.

Dia 26: Pela manhã, o Sr. Bispo do Ceará, sob o pálio, acompanhado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento e de alguns senhores de destaque social, foi recebido pelo vigário na porta principal da Matriz recém-concluída. Nesses momentos ditosos, foi o Sr. Bispo saudado pelo Capitão Nivardo Barreto de Carvalho e por um grupo de crianças das melhores famílias da terra. O vigário oficiou a Santa Missa com a assistência de S. Excia, e Revdma. De noite, pregou para o povo católico dessa terra, o Pe. José Tomás de Aquino. Após o sermão, várias pessoas de famílias ilustres foram fazer sua visita seu Pastor Diocesano.

Dia 27: Antes da Missa, a professora D. Raimunda Teixeira e suas alunas, formando duas alas, se dirigiram até a casa onde se encontrava o Sr. Bispo. Nesta ocasião, saudando o seu Pastor, falaram as alunas Dulcinéa Cavalcante, filha do capitão José Benício Cavalcante e a jovem Maria Barreto, filha do capitão Nivardo Barreto de Carvalho. Falou, enfim, a professora D. Raimunda Teixeira. A todas essas manifestações carinhosas e de acatamento, agradeceu, comovido, o Sr. Bispo, seguindo todos para a Matriz, onde, com fé e inocência, comungaram as crianças e jovens da escola de D.

Digitalizado com CamScanner

Raimunda Teixeira.

Mais uma vez, o sermão da noite foi do Pe. José Tomás de Aquino.

Dia 28: Várias comissões de senhores compostas da Câmara Municipal, da Agricultura, do Comércio e Conferência de São Vicente de Paulo, foram fazer sua visita ao Sr. Bispo Diocesano. Falaram então, em nome das classes supracitadas, os seguintes senhores: Capitães Manuel Cardoso Moreno é José Benício Cavalcante, os senhores Alfredo Alexandrino e Joaquim Alves Teixeira.

Ocupou a tribuna sagrada na noite desse dia, o Pe. Cícero Romão Batista, então Capelão do Juazeiro, da freguesia do Crato.

Dia 29: Último dia da festa. Tivera lugar a benção do altar-mór, havendo grande congruência de fiéis, notando-se o maior respeito em todo o ato e o mais vivo contentamento por parte dos iguatuenses, que viam coroados os seus desejos com a Conclusão e Sagração de sua Matriz. O sermão da Missa esteve a cargo do vigário do Icó, Pe. Manuel Francisco da Frota.

A noite, em frente da casa onde era hóspede o ilustre Príncipe da Igreja Cearense, falou, em nome do povo iguatuense, o advogado Celso Lima Verde. Agradecendo-lhe e a todos os iguatuenses, apresentou as suas despedidas, o Sr. Bispo D. Joaquim José Vieira.

O Padre vigário de Iguatu, em vista do seu zelo sacerdotal e de grandes serviços prestados, foi agraciado pela Santa Sé com o título de Monsenhor. Nas suas lides paroquiais, teve dois padres cooperadores sucessivamente, o Pe. Agostinho Afonso Ferreira e Pe. Irineu Pinheiro Lôbo Menezes.

Pe. Raimundo Hermes Monteiro: 1889 - 1906

Quem construiu a atual torre da Matriz foi esse Vigário. Deve-se-lhe, também, a construção da Capela do Baú, em 1896. A benção da Imagem de São José, orago da capela, se deu na passagem do século, em 1900.

Mons. José Coelho de Figueiredo Rocha: 1906 - 1941.

Vigário cooperador por dois anos 1904 a 1906, com residência em Quixelô.

De todos os vigários dessa próspera cidade este foi o que esteve, por mais tempo, regendo os destinos espirituais dos seus paroquianos, como Pastor infatigável. O que Iguatu tem de bom no campo moral e social, intelectual e material deve, em grande soma, às canseiras e lutas daquela inconfundível figura sacerdotal que, por 37 anos, viveu, nestes pagos.

São as seguintes as Capelas construídas durante o seu frutuoso paroquiato:

1) Capela de Lages, hoje Acopiara, edificada em 1908. Aos 12 de outubro de 1921, foi essa capela desmembrada da paróquia de Iguatu, por

Digitalizado com CamScanner

ter sido criada freguesia de Afonso Pena por D. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, em Visita Pastoral.

2) Capela de São João Batista de Suaçurana, construída em 1911.
3) Capela de Nossa Senhora dos Remédios de Estrada, construída em 1911.
4) Capela de São Francisco Novo, Alverne, construída em 1921.
5) Capela de N. Senhora do Perpétuo Socorro do Prado, em 1924.
6) Capela de São Francisco do Baixio dos Bastas, em 1939.
7) Capela de N. Senhora do Perpétuo Socorro de Varzinha, em 1936.
8) Capela de N. Senhora da Visitação de Areias, em 1937.
9) Capela de Sto. Antônio dos Pobres - Hospital, em 1937.
10) Capela de Sta. Terezinha de Oiticica, em 1936.
11) Capela de São Sebastião de Alencar, a construção nova em 1940.

Ao todo, são (11) capelas filiais construídas no seu governo paroquial, onde milhares de iguatuenses foram atendidos, com os socorros espirituais de nossa fé.

Difícil está de se dizer bem ao certo, o que foi o seu paroquiato, porque, ou por modéstia ou por carência de tempo, nada de escrito de sua vida paroquial deixou nos Livros de Tombo da Paróquia. Julgamo-lo pelas obras feitas, levadas à posteridade. Digam isto o número de capelas e de associações pias, edificadas e fundadas no seu governo paroquial.

Nasceu Mons. Coelho, no sítio Caldas - Barbalha, em 1881. Ordenado sacerdote em 30 de novembro de 1903. Nomeado vigário cooperador de Iguatu de 1904 a 1906, quando em fevereiro desse mesmo ano, tomou posse da paróquia de Senhora Santana até 1941, como vigário colado.

O grande cura dessa terra que Deus julgou por bem chamá-lo à eternidade em 1941, era de um porte fidalgo, fronte erguida, olhar arguto e investigador, temperamento sangüíneo, palestras fluentes e jocosas, hospitaleiro, caridoso e de vida sacerdotal ilibada.

De sua caridade sacerdotal, falem os flagelados das secas dos anos de 1915, 1919 e 1932. A mão do pobre é o banco do céu. A Deus empresta, quem ao pobre dá.

Levou, por 37 anos, nestas terras, uma vida de Apóstolo. Tombou como um herói. Faleceu como um justo. E atualmente, em Iguatu, quem não é afilhado de Mons. Coelho, é, porém, seu amigo e admirador.

Numa das paredes da sacristia da Matriz de Senhora Santana, encerrados numa urna, permanecem os restos mortais desse grande padre vigário de Iguatu.

Sobre os paroquiatos dos três últimos vigários de Iguatu, deixamos de falar, por ainda os mesmos estarem vivos. E falar dos vivos entre vivos não é tarefa fácil. E coisa que coloca a gente em posição esquerda. Que falem os pósteros!

Digitalizado com CamScanner

PATRIMÔNIO DE SENHORA SANTANA

O Patrimônio de Senhora Santana vem de longas datas. É do tempo do Ceará. Colônia. Confirma esse nosso ponto de vista, uma carta régia de 12 de novembro de 1710. (Homens e Fatos, página 379) "Carta régia ordenando que se desse aos vigários das paróquias e aos missionários de índios aldeados desta Capitania, para *passaes* dessas igrejas, terra que bastasse para o pasto de quatro cavalos e outras tantas vacas; o que é de sobra para um clérigo. Devia ser entendido e executado assim o alvará de 1700 que concedeu uma légua de terra em quatro para cada missão de índios". O termo passaes quer dizer patrimônio ou terrenos cultivados pertencentes e anexos à residência do pároco ou do prelado.

Ora, a esse tempo, 1710, Iguatu, já era missão de índios, embora com poucos anos de existência. O início do aldeamento dos Índios Quixelôs se deu em 1707, por ocasião da passagem aqui, do então primeiro vigário de toda a Capitania de Ceará, Pe. João de Matos Serra.

De 1710 a 1832, mais de um século, as terras da Santa, aqui, como em outros pontos do solo cearense, ficaram à mercê dos tempos e dos homens, que iam sucedendo-se e chegando. Colonos portugueses, ávidos de logo se locupletarem, se apossavam das ditas terras, doadas por carta régia e alvará, fazendo-as suas, quando, de direito, eram e são dos Santos Oragos. Digo são, porque, há ainda freguesias no Ceará que conservam esse patrimônio dado naqueles tempos. Julgo ter havido, então, uma inconsciente usurpação dos bens patrimoniais dos Santos.

Algumas circunstâncias da época muito influíram para o desaparecimento parcial do antigo patrimônio de Senhora Santana, ou seja, uma légua de terra em quatro. A primeira era que não havia, de modo estável, aqui, um padre para administrar os *passaes* de Senhora Santana. Por alguns dias ou meses, socorrendo, espiritualmente, os habitantes aqui radicados, andavam os sacerdotes missionários e vigários de Jucás. Outra circunstância era de que, nestes tempos, o pouco valor que tinha a terra. E nestes termos, por muitos janeiros, andaram as terras de Nossa Excelsa Santa Padroeira.

Atualmente, o que resta daquela antiga légua de terra em quadro, é uma faixa de terra com "200 braças de comprimento por 400 de largura, abrangendo a parte mais central da cidade" (Anuário do Ceará, 1953.1954, página, 118). As terras da padroeira partem da Lagoa Bastiana e se estendem até às margens do Rio Jaguaribe. Certo é, outrossim, que houve, posteriormente, outras faixas de terras fora destas supracitadas, doadas à Senhora Santana, dentro da sede paroquial! E isto é verdade, porque os atuais enfiteutas vem pagando o domínio útil das ditas terras a si aforadas.

A data dos primeiros pagamentos de foros dos domínios eclesiásticos de Senhora Santana vem do tempo do paroquiato do segundo vigário de Iguatu, Pe. Antônio Luís Vasconcelos de Drumond. Em janeiro de 1860, o vigário, ao responder a um Ofício-Circular do Dr. Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, presidente da Província, informava de que os foros das terras de

Digitalizado com CamScanner

Senhora Santana rendiam anualmente cem mil réis (100$000).

Por provisão de D. Antônio Luís dos Santos, 1.° Bispo do Ceará, foi nomeado, em julho de 1886, como fabriqueiro dos bens patrimoniais da paróquia, o Sr. Leonardo Ferreira Maia, que tomou posse do cargo em setembro do mesmo ano, sendo testemunhas do ato os capitães Antônio Gomes Barreto e Nivardo Barreto de Carvalho.

De então até nossos dias, vem sempre tendo a freguesia, os seus fabriqueiros, que, às vezes, também desempenham o ofício de sacristão.

Entre eles, destacamos os seguintes senhores:

1° Leonardo Ferreira Maia ..... 1866 a 1885.
2° Antônio José Araújo ..... 1912 a 1885.
3° Francisco das Chagas Teixeira ..... 1912 a 1926.

Além destes, os seguintes senhores sucessivamente: João Coelho de Figueiredo Rocha, João Lima e Luís Lima. Serviram ainda, como auxiliares dos fabriqueiros, os senhores Deusdedite Barreto e Ildefonso de Sousa Barreto. Os atuais Fabriqueiros dos Bens Patrimoniais de Senhora Santana são os senhores João Alves Rocha e Raimundo Florentino.

No final deste capítulo sobre o Patrimônio de Senhora Santana, queremos, mais uma vez, advertir a quem interessar possa, sobre os atuais domínios eclesiásticos da Santa Padroeira, que constituem o seu patrimônio sagrado. Sonegar o pagamento do aforamento das terras do Santo Orago, ora, não dando a pensão anual estipulada, ora, deixando de passar o laudêmio, quando o domínio útil é transferido para terceiro, ora, se apossando de terras soltas, é cometer uma injustiça. É uma injustiça, porque a Igreja tem direito de ter bens para o sustento do culto divino e Defesa da Fé.

CAPELAS ATUAIS DA FREGUESIA

01: Capela do Baú	Orago São José
02: Capela dos Pereiros	Orago São Miguel
03: Capela de Suassurana	Orago São João Batista
04: Capela Alencar	Orago São Sebastião
05: Capela de Areias	Orago N. Senhora da Visitação
06: Capela de Novo-Alverne	Orago São Francisco
07: Capela do Baixo dos	Orago do São Francisco
08: Capela de Canafístula	Orago N.S. Perpétuo Socorro
09: Capela do Prado	Orago N.S. Perpétuo Socorro
10: Capela da Varzinha	Orago N.S. Perpétuo Socorro
11: Capela do Hospital	Orago Sto. Antônio dos Pobres
12: Capela das Barreiras	Orago Sto. Antônio
13: Capela da Oiticica	Orago Sta. Terezinha
14: Capela da Maternidade	Orago Sta. Terezinha
15: Capela do Colégio	Orago Nossa Senhora Santana
16: Capela do Barro Alto	Orago São Sebastião

Digitalizado com CamScanner

17: Capela do Cardoso	Orago Coração de Jesus
18: Capela de Barriga	Orago São Sebastião
19: Capela de Estrada	Orago N.S. dos Remédios
20: Capela do Retiro	Orago Vicente de Paulo
21: Capela da Barra	Orago N.S. de Fátima, ainda em construção

CEMITÉRIOS DA FREGUESIA

1: Cemitério da Matriz de Iguatu.
2: Cemitério da Capela de Estrada.
3: Cemitério da Capela de Alencar.
4: Cemitério da Capela de Barro Alto.
5: Cemitério da Capela Suassurana.
6: Cemitério da Capela de Areias

Todos esses cemitérios estão bentos de acordo com as prescrições do Ritual Romano, ficando, porém, sem benção certas faixas de terra reservadas para os casos previstos pelo Código de Direito Canônico.

ASSOCIAÇÕES PIAS DA FREGUESIA

01: Congregação da Doutrina Cristã
02: Irmandade do Santíssimo Sacramento.
03: Pia União das Filhas de Maria.
04: Associação das Mães Cristãs.
05: Congregação Masculina Mariana.
06: Ordem Terceira Franciscana.
07: Apostolado da Oração.
08: Arquiconfraria de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.
09: Cruzada Eucarística.
10: Conferência de São Vicente de Paulo.
Existe ainda na paróquia o Círculo Operário Católico São José.

LIMITES ATUAIS DA FREGUESIA

A paróquia de Senhora Santana atualmente se confina com as seguintes irmãs suas: ao Norte, com a paróquia de Bom Jesus Piedoso de Quixelô; ao Sul, com as paroquias de São João Batista de Cedro e Nossa Senhora do Carmo de Jucás; ao Leste (Nascente), com a paróquia de Nossa Senhora da Expectação do Icó; ao Oeste (Poente), com a paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Acopiara.

MOVIMENTO RELIGIOSO DA FREGUESIA

Neste ponto particular, estamos fazendo uma média anual, desde 1947,

Digitalizado com CamScanner

ano em que aqui cheguei, até os nossos dias. Um ano por outro, dá o seguinte balancete espiritual:

Batizados	2.050
Casamentos	310
Comunhões de Devoção	55.000 (55 mil)
Primeiras Comunhões	750
Confissões de Enfermos	195
Viatícios	160
Extrema-Unções	175
Óbitos	700

ALGUNS DADOS GERAIS SOBRE O MUNICÍPIO DE IGUATU

Município, foi criado por lei provincial de 27 de novembro de 1851. Sua instalação oficial, porém, em 25 de janeiro de 1853. De Povoação da Telha, passou, então, a ser chamada Vila da Telha.

Cidade, foi criada por lei provincial de 12 de agosto de 1874. O nome Telha foi, por uma lei provincial de 20 de outubro de 1883, trocado pelo de Iguatu.

População	51.820 habitantes
População Urbana	15.730 habitantes
Superfície	1.470 km
Distritos	4
Casas Residenciais na sede	3.932

INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Hospital de Santo Antônio dos Pobres
Casa de Saúde e Maternidade Santa Terezinha.
Há, na cidade, 7 médicos e 7 farmácias.

INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Dois Colégios, sendo um para o sexo masculino, outro para o feminino. Cursos ginasial e normal. Uma Escola Rural Doméstica; uma Escola Agrotécnica, em fase de instalação; uma Escola Profissional, em construção; um Grupo Escolar; trinta e oito Escolas Estaduais e sessenta Escolas Municipais.

Total dos alunos 4.000, sendo a metade na sede da cidade.

VIDA AGRÍCOLA

A principal fonte de renda é o algodão, chegando o município a produzir 10 milhões de quilos por ano. Há quatro Campos Federais de Irrigação, um Posto de Fomento Agrícola Estadual, um Posto de Reflorestamento, um Posto de Vigilância Animal, uns trinta tratores espalhados pelo município, que vão dando conta do cultivo de terras.

Digitalizado com CamScanner

VIDA INDUSTRIAL

Seis Fábricas de Beneficiamento de algodão.
Duas Fábricas de Extração de Óleo Vegetais.
Duas Fábricas de Sabão.
Três Moageiras de Beneficiar café, milho e arroz.
Uma Fábrica de Telha.
Duas Serrarias
Uma Fábrica de Mosaico.
Duas Fábricas de Fundição.
Quatro Postos de Gasolina.
Dezesseis Padarias.
Total de operários que trabalham nestas fábricas: 600.

COMÉRCIO

Há, na cidade, umas 400 casas comerciais, merecendo destaque as Lojas Pernambucanas; Armazéns do Povo; Armazém Nordeste; Armazém Humaitá; A Firma Comércio; Gomes, Comércio e Representações Ltda., da Willys Overland do Brasil S.A.; Agência da Singer; Agência da Philips.

Há três Casas bancárias a saber: Banco do Brasil S.A.; Banco de Crédito Comercial S.A.; Cooperativa de Crédito Agrícola de Iguatu.

Nada menos de uns 15 municípios, sitos na zona jaguaribana, se abastecem na Praça de Iguatu.

ASSOCIAÇÃO DE CLASSES

União Artística Iguatuense, Círculo Operário São José, Sociedade Operária Iguatuense, Associação Rural, Associação Comercial, Associação dos Auxiliares do Comércio e Sociedade de Assistência Social.

FISCO ANUAL

Fisco Estadual arrecada ..... 17 milhões de cruzeiros.
Coletoria Federal arrecada ..... 4 milhões de cruzeiros.
Prefeitura Municipal arrecada ..... 4 milhões de cruzeiros.

Nestas alturas em que vamos encerrando o estudo feito sobre à Formação Eclesiástica de Iguatu, desde os seus primórdios até os nossos dias, uma nota de alto destaque mister se faz reafirmar. É que, no momento, com ardor, trabalha o povo católico iguatuense para a Quinta Época de sua história eclesiástica. Mais um glorioso capítulo: Iguatu, Bispado do Iguatu.

Laus Deo Virginique Mariae.

Iguatu, dezembro de 1957.

Digitalizado com CamScanner

Padre Francisco de Assis Couto
Vigário

PADRE FRANCISCO DE ASSIS COUTO
Sócio Efetivo do Instituto Cultural do Cariri
Vigário - IGUATU - Ceará

GÊNESE DA CIDADE DE IGUATU

(Desde 1682 a 1767)

MONOGRAFIA N.º 2

Complemento do Opúsculo - Paróquia de Iguatu
Editado em 1958

IMPRIMIU
Tipografia de "A Ação"
Crato - 1960

Digitalizado com CamScanner

DEDICATÓRIA

A SENHORA SANTANA

o afeto de minha gratidão filial pela grande mercê concedida de ter feito este Histórico sobre a cidade, da qual, há quase dois séculos e meio, é **Excelsa padroeira.**

O autor

Iguatu, junho de 1960.

Digitalizado com CamScanner

Ao Exmo. e Revmo Sr. D. Francisco de Assis Pires, DD. Arcebispo de Antioquia da Pisídia;

o autor desta monografia, porquanto pedindo-nos, há cerca de cinco anos, um Histórico Eclesiástico sobre Iguatu, forçou-nos indiretamente, a tomar gosto por História.

A S. Excia. Revdma. de saudosa memória, o nosso preito de eterna e sincera gratidão, bem como esta nossa póstuma homenagem filial.

Iguatu, junho de 1960.

Padre Francisco de Assis Couto

Digitalizado com CamScanner

O VALOR DA CRÔNICA

DR. METON VIEIRA

Ao ler, como fiz, o escorço histórico do abnegado Padre Couto, revivendo, em estilo ameno e agradável, as andanças e estrepolias do antigo formador da paróquia de Iguatu, o que, naturalmente, me veio à mente, no afloramento espontâneo subseqüente, foi a expressão do matuto:

"Eita, cabra da peste"...

É que nosso vigário entendeu de rebuscar, até às raízes, a nossa formação, de esmerilhar a tessitura de nossa psique, num trabalho beneditino e inédito, consultando as fontes históricas, pesquisando o fio tênue da tradição, comparando uma versão com outra, aceitando a mais coincidente com o senso comum, rejeitando, em conseqüência, a menos apoiada na sensata conceituação popular, devassando o monumento indesbravado das concessões de nossas sesmarias, fazendo, afinal, o bom e útil semear de uma sementeira rica de produtos genuínos, com o que vem se consagrando ao nosso melhor conceito, pondo-se à altura dos nossos bons pastores, que tem sido excelentes, vindo, em primeiro plano, o inolvidável Monsenhor Coêlho, o bom "vigário Zé Cuez", como o chamavam os nossos patrícios ali do Calabaço, quando vinham, fora de horas, em cavalos árdegos, (ou às vezes, sem cavalos) buscá-lo para vexadas e urgentes confissões *in articulo mortis*.

A propósito, nunca pude me esquecer daquele episódio, ocorrido em uma dessas ocasiões, em que um tabaréu das lonjuras do Cunhampoti, nas confinanças da paróquia, procurou o vigário, em um meio-dia, para confessar o seu pai enfermo, momento em que ele perguntou o Monsenhor, naquela sua linguagem apressada e própria:

"Trouxe cavalo, trouxe cavalo ... cavalo?"

"Nhor não, seu vigário"...

"Matuto choutão, matuto bruto, matuto ignorante! Como já se viu vir buscar o vigário e não trazer um cavalo?" "Vai por aí e pede a um cristão de Deus que te empreste um, para não perdermos tempo e confessar o teu pai... Vai... não perde tempo..."

O matuto, descoroçoado, saiu triste, macambúzio, entrando, em seguida, na farmácia de Apulcro Lima Verde, que, com toda aquela mansidão característica, perguntou o que havia. E logo sabendo, conhecendo o temperamento singularmente cristão do padre vigário, aconselhou:

"Volte rapaz, e peça pelo amor de Deus ao padre o cavalo dele emprestado, que é a melhor maneira de você se sair..."

Dito e feito. O matuto procurou, de volta, o vigário e à queima roupa:

"Seu vigário, pelo amor de Deus, me empreste o seu cavalo para o senhor ir confessar o meu pai..."

"Bravo matuto inteligente, matuto sabido, matuto danado. Quem te

Digitalizado com CamScanner

ensinou isto? Manoel, (tratava-se do velho sacristão) trazei-me ai um refrigerante e trata de providenciar o cavalo para irmos já a essa confissão".

E logo depois, cavalgando o "Chocolate", o famoso manga-larga de sete palmos de altura, saem, em disparada, para os confins da paróquia, a prestar aquele último adeus purificador e sadio ao moribundo.

Assim era o Monsenhor Coêlho.

Assim é o Padre Couto, seguidor daquele exemplar sacerdote.

Assim tem sido os nosso bons vigários do sertão cearense.

Da paróquia de Nossa Senhora Santana, só não se sabe ainda quem foi o primeiro missionário, o aldeador dos Índios Quixelôs. Se foi franciscano, ou jesuíta, ou carmelita.

O historiador opina pelo carmelitismo de nossa formação primeva. Aceitamos. Carmelitas foram os aldeiadores da vizinha paróquia de São Mateus, hoje Jucás, a seis léguas daqui. Carmelitas eram os donos de várias sesmarias de nossa zona. Carmelita foi o doador das terras, onde demora hoje a cidade de Jaguaretama, antigamente denominada o Frade. Carmelita foi o dono das terras onde hoje se encontra o distrito de Saco do Frade, em Jaguaribe.

Tudo isto em torno desta zona, que respirava os eflúvios espirituais desses antigos fazendeiros povoadores religiosos, sob a orientação daqueles coevos priores, conhecidos na crônica sesmeira por "Padre Frei de São José, prior do Convento de Nossa Senhora do Carmo da reforma da cidade da Paraíba", ou aquele "Frei José de São Gonçalo, pior do Convento da reforma de Goiana Grande".

Em face, pois, da predominância das feitorias carmelitas, circundando o ambiente, da existência próxima da paróquia de São Mateus, sob a invocação de Nossa Senhora do Carmo, de que esta nossa se desmembrou, face, ainda, a nenhuma tradição Franciscana ligada à nossa primitiva aldeia dos Quixelôs e ao absoluto silêncio local em torno dos Jesuítas, eis porque somos dos que aceitam a orientação original do catequista-carmelita, como faz o Padre Couto, já tendo até, certa feita, nos empenhado com um desses padres, no sentido de uma cuidadosa busca nos velhos arquivos da Ordem, em Recife, ou Bahia, para o cabal esclarecimento dessa novidade. Até esta data, ao que saibamos, nada de positivo se encontrou, nem mesmo se o carmelita encaminhou as pesquisas.

Daí, porque, a falta de mais idôneas conjecturas, o certo é se pensar com o Padre Couto que foi carmelita, o nosso aldeador ou sacerdote-missionário.

Sítio, Missão, Capela, Vila, Cidade da **Telha** são expressões que o historiador ligou ao tronco do passado, tendo-se, perfeitamente, uma visão, em seqüência, do que foi a formação histórica da florescente cidade de hoje.

Estudada a gênese histórica de Iguatu, o Padre Couto penetra na história dos povoadores, no seu congraçamento e clã, na sua associação política de hordas, nas disputas das ferazes terras das suas várzeas ubertosas. E fá-lo como o comedimento e conhecimento de um verdadeiro conhecedor, fa-

Digitalizado com CamScanner

zendo desfilar a grande massa histórica dos colonizadores.

Esta parte, ao nosso ver, dada a nossa conhecida predileção pelos filões genealógicos, é de um sabor inebriante.

O que o historiador, nosso vigário, viu, no passado, em suas primevas raízes de nossa formação, vemos, hoje, no desdobramento das populações atuais em seqüência lógica e histórica, através da geografia do solo e do ganglionamento das famílias entrelaçadas, não somente entre si, como também no domínio das propriedades, formando essa aristocracia do solo, de geração em geração, verdadeira cadeia antropológica, desdobradas através das idades, formando um todo cujas ligações se perdem no passado remoto.

Assim é que o esboço histórico do Padre Couto nos faz lembrar de como brotou daquele Sotário Gomes de Melo, pai de Sotero Gomes de Melo, que foi dono da sesmaria número 767, volume nono, referente ao lugar "Jardim" (que as próximas águas da represa Orós cobrirão), toda essa moderna geração dos Gomes Coêlho de Boa-Vista. Dos Gomes de Araújo de Mata-Pasto, de Mata-Fresca, de Iguatu. Dos Gomes Ferreira de Jurema, em Acopiara. Dos Gomes de Melo de Jardim, em Orós, em Iguatu, Acopiara, Sítio, Riacho do Melo, de Alexandre de Melo Goes, Sítio Cobra, em Luana e rebentos espalhados pelo município de Mombaça e mais além. Os Marcolinos de Guassussê. Os Porfiro de Lima de São Romão, em Icó, Igaroi, e tantos outros de Sotário Gomes de Melo descendentes, formando uma verdadeira população de vários municípios atuais.

Os Teixeiras do Icó, por exemplo, um dos componentes da família do signatário, ali se associando aos Mendes Lobato Lira, formaram o tronco Teixeira Mendes, do qual se tornou célebre o Tuxáua do Icó, João André Teixeira Mendes, o famoso Canela Preta, que tanto assunto forneceu à crônica cearense deste e de outro século. Os Teixeiras Pequenos de Icó e Crato. Os Teixeiras Benevides de Mombaça e Tauá. Os Felix Teixeiras do Trussú, Iguatu, Acopiara, Mombaça e Tauá. Os Teixeiras de Alcântra dos Torrões, no Cariuzinho, Cedro e Crato. Os Teixeiras Ferrer de Lavras. Os Alencar Teixeira de Aurora. Os Teixeiras Costa do Icó. Os Alves Teixeiras do Trussú, em Iguatu, Várzea-Alegre, Crato e Fortaleza. Os Teixeiras de Carvalho do Trussú, Serra da Donana e Soledade. Porventura não relembram todas estas famílias, esse ganglionamento de que se falou acima, com ramificação hoje por Itapipoca, no norte, por Sobral, por Campo Maior, no Piauí, por Caxias, por Bacabal, por São Luís, no Maranhão?? Diz-se até que o General Teixeira Lott descende dos Teixeiras Cearenses.

Os Rodrigues Freire, vindos de Pernambuco e aqui se localizando em Areré, em Izidoro, no Trussú, no Assaré, no São Mateus, nos Inhamuns, com o nome tradicional de Gatos, se entrosando em outras famílias regionais, porventura não representam uma prova dessa perpetuidade genealógica, que se distende pelos séculos afora??

Os descendentes do sargento-mór João de Souza de Vasconcelos não enchem as cercanias de Iguatu, Cajazeiras, Itans, Periperi, Quixoá, Barro Alto, formando enormes troncos familiares, em que predomina o Souza caracte-

Digitalizado com CamScanner

rístico, como se nota, por exemplo, na família Alexandre de Souza, daqui de Iguatu e cercanias????

Os Nogueiras, descendentes de Francisco Nogueira de Lima, do seu filho Teodósio Nogueira de Lima, das Itans e Pitombeiras, associados também com os Lobatos, não enchem, hoje, as terras do Riacho do Cangati, dos Dois Irmãos, dos Corredores, da Mauricia, de Queimadas, de São Mateus, de Cedro, de Cariús, de Cariuzinho, desdobrados com os nomes de Nogueira de Lima, Nogueira Diniz, Nogueira Maciel, Nogueira da Paz, enchendo os espaços de Várzea Alegre, Bom Jesus do Quixelô, Divisão, Solonopole, Vencedor, São Bernardo e Catarina???

Os Lopes da Cruz, associados aos Melos e Goes e Almeida Braga, porventura não enchem dos seus representantes os Sítios do Melo, Bolandeira, Lagoão Redonda, Monte Alegre, Tatu, Timbaúba, Araras, Cotia, Tatu-Peba, Morada Nova, Casinhas, Baixiozinho, Socó e tantos outros de Acopiara e Iguatu???

Os Pinto de Mendonça, iniciando-se em Icó, não encheram de seu rebentos os municípios de Várzea Alegre, Jucás, Cariús e Iguatu???

Os Alves de Oliveira e Bezerras são espalhados pelos municípios de Iguatu, Cariús, Acopiara, Saboeiro, Solonópole, Jaguaribe, Associando-se a outras famílias, já hoje se desdobrando pelos municípios de Milagres, Missão Velha, Fortaleza etc....

Os Leal, descendentes dos Pereiras de Alencar enchem, de grande, os municípios de Jucás, Cariús, Iguatu, Saboeiro, Inhamuns etc.

Os Ferreira Lima, iniciando-se nas margens do Riacho dos Macacos, no Quixelô, espalham-se, hoje, por Tatajuba, Alencar, Veados, Várzea de Fora, Água Fria, Iguatu, Bom Jesus, Viração, Carretão, Volta, Jurema, Vencedor, Curimatã, Solonópole, Senador Pompeu, Ibicuã, Piquet Carneiro, Crato, Icó, aqui, conservando o nome primitivo de Ferreira Lima, mais adiante, adotando o nome de Lima Seca (pouco usado), adiante, o de Lima Verde...

Os Carvalhos de Tatajuba e Iguatu, associados a outras famílias locais, como sejam os Araújos, se espalham, difusamente, por Iguatu, Barra, Icó, Tatajuba, ramificando-se por muitos outros lugares do nosso e outros Estados.

Não são os Albuquerque e Uchôas associados a outros troncos primitivos, os grandes formadores dos municípios de Acopiara, Iguatu, Jucás, Assaré, ora com esse nome, ora com o nome de Rodrigues Ferreira, com que vieram de Pernambuco e, aqui se instalaram???

Os Barretos Cavalcantes dos municípios de Iguatu e Icó, aqui ligados, no passado, aos Lunas, hoje, estes separados em famílias distinta, nos municípios de Jucás e Cariús, onde, também, estão fortemente associados aos Palácios, não estão enriquecendo toda uma geração de homens trabalhadores e vontadosos???

Os Vieiras e Ibiapina, ligados aos Barbosas de Lucena, porventura não representam, dentro dos municípios de Iguatu e Acopiara, nos Sítios e Lugares Cajuzé, Currais Novos, Quixelô, Barra da Serra, Santo Antônio,

Digitalizado com CamScanner

Jurema, Izidoro, Tambaiá, Bolandeira, Barra, Antonico... uma verdadeira enchente de rebentos novos???

Os Chaves, associados aos Batistas e Felipes, conhecidos pelo nome de Veados, com a tradição de constituir a família mais antiga desta zona, não se multiplicam em verdadeiras exames de seres vivos, espalhados por aqui e alhures???

Os Holanda e Lavor de Pereiros, Carnaúba, Iguatu, São Mateus, Cariús, Icó, Serra do Pereiro, Quixadá, Baturité, Aracati, Fortaleza, Alencar etc.... com os nomes aqui de Holanda Montenegro, adiante, Holanda Lavor, mais além Holanda Cavalcante, além e Holanda Cunha ou Holanda Campelo, Holanda Negreiros, Holanda Bessa Ribeiro... não representam verdadeira proliferação humana, mostrando a riqueza divina na palavra da multiplicação???

Por aqui ficamos, porque não temos a veleidade de esgotar o assunto, que as anotações do padre Couto relembram. Os que o lerem, como fiz, terão, certamente, muito que pensar divagar, porquanto, no conjunto do seu excelente livro, se demonstra quanto é importante o valor da crônica, da crônica histórica. Matéria esta que tem o condão de associar idéias, despertar o nosso amor pelo passado. Faz-nos, outrossim, saber que somos um grão dessa humanidade que o vento dos tempos espalhou de um sopro eterno, pelos chãos do mundo. E, por isto, temos obrigação de algo fazer para que essa memória, que recebemos do passado, sempre, sempre, se transmita às gerações posteriores, demonstrando, *urbi et orbi*, que grandes são os poderes do Criador Supremo.

O esforço do Padre Couto seja abençoado, a fim de que ele continue a difundir coragem e fé aos que dessas coisas necessitam.

Iguatu, julho de 1960

Meton Vieira

Digitalizado com CamScanner

"Substancial no gênero, este trabalho, que custou sangue do espírito, salvou as raízes documentais de elementos históricos fadados ao desaparecimento, e reuniu outros primários e secundários, todos de obrigatória consulta a quem se propuser, no futuro, escrever a história que eles preconfiguram. Estendo a mão em parabém ao autor".

Crato, 9 de julho de 1960

Padre Antônio Gomes de Araújo

Padre Couto:

"Não me lembro de ter lido um livro de caráter informativo, tão bem feito, como este, que servirá para que o povo de Iguatu conheça, bem de perto, a sua capacidade e o seu grande devotamento, procurando instruir os seus paroquianos naquilo que lhe é de grande necessidade".

Brejo das Freiras, Antenor Navarro, em 13 de maio de 1960.

Haley de Araújo Maroja

PRÉVIAS PALAVRAS

A presente Monografia, número 2, é complemento do nosso Opúsculo "***Paróquia de Iguatu***", editado em 1958, e tem, por finalidade exclusiva, abordar as raízes históricas de Iguatu, desde 1682 a 1767.

Destarte, mergulharemos em sua gênese social, Política, Eclesiástica, Limítrofe, Senhorial, Topográfica, Topônima, e Etimológica.

Constatá-lo-emos, com a sua simples leitura. É só o que tínhamos, de princípio, a dizer.

Laus Deo Virginique Mariae

Iguatu, junho de 1960.

Padre Francisco de Assis Couto

Digitalizado com CamScanner

GÊNESE DA CIDADE DE IGUATU

Seus Antecedentes Históricos

Aos dias do advento das gentes branca e mestiça, sobre estas partes do Jaguaribe, o maior unificador étnico cearense, remontam os primeiros contatos de civilização, que desbravaram e beneficiaram as terras desta próspera urbe sertaneja.

As diversas correntes de povoadores, ao emigrarem do São Francisco, bandeiras pelo Brígida, Pageú, Piancó, bandeiras pelo Rio do Peixe, invadiram, quase concomitantemente e paralelamente, as terras do centro-sul-oeste cearense.

Os homens do São Francisco e os do Rio Grande do Norte, como reza a contextura sesmeira, irmanados para dar combates ao Tapuia Nordestino, abrir roteiros de jornadas coloniais, conquistando as terras, dantes nunca vistas e ignoradas, arregimentaram-se, dispersaram-se em expedições, rompendo os sertões desertos e adustos de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, encontrando-se e multiplicando-se, em nosso famoso Rio dos Jaguares.

Desta forma, gentes dos vários Estados Nordestinos, levadas pela ânsia de alongar a zona de seu criatório, à cata de minérios preciosos e preia de selvagens, afazendaram-se, então, com casas de vivendas e currais de gados, em suas célebres paragens ribeirinhas. (1)

Semelhante invasão luso-brasileira formou, por assim dizer, os primevos laços, que adligaram, humano-geográfico, todas as presentes cidades, chantadas nas partes média e alta jaguaribanas. Dentre elas todas, em sua área genética, sublinhamos a cidade de Iguatu.

SUA FORMAÇÃO SÓCIO - POLÍTICO - ECLESIÁSTICA

A sua evolução biológica, diga-se, de relance, como nota preliminar, evolução esta adjungida ao elemento luso-indo-afro, serviu de célula-máter a toda a sua evolução sócio-humano-cristã.

Aquela, pela ação continuada de muitas décadas de história a dentro, tornara-se, inegavelmente, a garantia de todas as gerações de iguatuenses.

Com uma rápida descrição de fatos antigos, todos eles colhidos em fontes fidedignas, iniciemos, pois, a crônica quixeloense.

O primeiro proprietário de terras, no lugar Itans, cercarias da cidade, chamava-se Francisco Nogueira de Lima, o progenitor do célebre coronel Teodósio Nogueira de Lima, que, a partir de 1716, estivera envolvido, seriamente, no levante familiar Montes-Feitosas, como parcial da primeira família.

Fazia aquele parte do contigente sertanista dos homens do São Francisco, sob o comando do capitão Bartolomeu de Nabo Correia, imigrados, aqui, nas eras de 1682. (2) E a ribeira dos Icós fora o primeiro ponto atingido por essa invasão colonial, disseminando-se, depois, sem tanta delonga, pelas

Digitalizado com CamScanner

outras de suas adjacências. Quixelô, Riacho do Sangue, Figueiredo etc.

Contemporâneo deste e seu vizinho de terras era o sargento-mór João de Souza Vasconcelos, o primitivo dono das Terras do Sítio Quixoá, distante da cidades, cerca de doze quilômetros. (3)

Ligado a sua vida, existe um pormenor, digno de citação. Em 1707, aproximadamente, em um dos seus pedidos de terras, onde, das mesmas, já suplicava confirmação por novos títulos de sesmaria, declara, entre outras coisas, era morador, na Ribeira do Jaguaribe, há vinte e cinco anos, portanto, desde 1682, e era possuidor de três para quatro mil cabeças de gado.

Raro é hoje, em nosso sertões cearenses, encontrarmos quem tenha igual quantidade de gado. Ao fazendeiro nordestino, a vida moderna criou um ambiente inexplicável de atropelos e problemas, que lhe amarram e obstaculam o desenvolvimento pecuário. Para aquele felizardo colonial, porém, a época do couro, de que fala o nosso ilustre conterrâneo Capistrano de Abreu, ia, alvissareiramente, despontando.

Lourenço Gonçalves de Moura e Teodósio Nogueira de Lima, sócios, em 1706, das terras das Itans e Cajazeiras, locadas um pouco além dos arrabaldes desta cidade, confessam, em seu requerimento, suas terras ficarem nas terras onde assiste o Gentio Quixelô. (4)

PRIMEIRO MISSIONÁRIO DOS TAPUIAS QUIXELÔS

As tentativas de evangelização do nosso silvícola, o pré-histórico senhor da **Terra Iguatuense**, datam dos princípios do século dezoito.

O Prefeito das Missões e Vigário Geral da Capitania do Ceará Grande, O Padre João de Matos Serra, por duas vezes, entre 1700 e 1707, estivera entre os índios Icós e Quixelôs, principiando, destarte, a sua conversão ao Grêmio da Igreja Católica, pacificando-os e situando-os. (5)

Os Montes, os primeiros donatários das terras dos sítios da Barra-Trussú e da Lagoa do Iguatu, a maior do Estado, ambos locados na periferia da cidade, foram elementos da patriarcal família Montes do Icó. O capitão João de Montes Bocarro e o Coronel Francisco de Montes Silva obtiveram-nos, em 1706 e 1709, respectivamente. (6)

Destas datas a 1722, a corrida de sesmeiros pelas terras das várzeas e ourelas da Ribeira do Quixelô, por causa de sua valiosa fertilidade e abundância d'água, avolumaram-se assustadoramente. Por terra, insaciável fora a fome de nossos ancestrais.

Não é de admirar, porquanto é o que se vê, ainda hoje, mudada apenas a quadra histórica. Terra, em nossos sertões, tem sido, infelizmente, pomo de discórdias, de intrigas infindáveis, de brigas familiares, de morticínios misteriosos e inexplicáveis.

Tal ambição de nossos avoengos demonstram-nos as várias datas de sesmarias, doadas a quem pedia ou requeria, naqueles dias de sóis quixeloenses. É desta forma, em tão rápido espaço de tempo, não mais havia

Digitalizado com CamScanner

tantas terras devolutas. Na sua quase totalidade, estavam ocupadas ou concedidas.

PRIMEIRO HOMEM PÚBLICO DE IGUATU

Para servir aos interesses da Corte, em julho de 1719, o governador do Ceará, Salvador Alves da Silva, de passagem, então, por Icó, a serviço d'El-Rei, nomeou o tenente-coronel Gregório Martins Chaves, como diretor temporal dos Tapuias Quixelôs. (7)

Tais amerígenas, conforme o texto de sua provisão de administração e outros anais históricos, deveriam estar sempre prontos para atender a qualquer convocação, que mister fizesse o serviço da Coroa Lusitana. E, no caso dos moradores de Iguatu necessitarem de seus trabalhos, em suas fazendas, para as lavouras, corria-lhes a obrigação de dar-lhes o salário. Ninguém, sem o consentimento do preposto real, podia retira-los de sua cabilda, nem tão pouco agravá-los.

O coronel Gregório Martins Chaves, um dos prováveis troncos da família Chaves de Iguatu, reputa-se, hoje, como o primaz homem público desta terra, e vinha sendo, deste 1717, concessionário de algumas sortes de terras sobre a Ribeira do Cariús. (8)

OS FEITOSAS, CABOS DAS RIBEIRAS DOS INHAMUNS E DOS QUIXELÔS

Até janeiro de 1725, ocuparam tais postos de autoridades policiais, nessas vastas e decantadas paragens sertanejas, o coronel Francisco Alves Feitosa e o comissário geral Lourenço Alves Feitosa.

Sua nomeação, ao que tudo indica, teria ocorrido depois de 1720, quadra em que gozaram de muito prestígio junto aos governadores da Capitania.

O governador Manuel Francês, porém, por edital de janeiro de 1725, suspende-os de seus cargos de autoridade. Um reflexo natural de suas lutas com os Montes, seus parentes afins.

A essas alturas, já havia eclodido o período de combates entre as duas prepotentes famílias sertanejas e estavam ambas no limiar do oitavo mês de recontros sanguinários, pondo, como bem disse o capitão-mór Manuel Francês, toda a Capitania, em pé de guerra, em incrível estado de polvorosa. (9)

BOM - JESUS PIEDOSO DO QUIXELÔ

Era Iguatu, conhecido então e indistintamente, por Sítio da Telha ou Missão da Telha ou, ainda, por Quixelô. Convém distinguir o topônimo que esta terra possui de Quixelô do seu atual distrito homônimo. São duas situa-

Digitalizado com CamScanner

ções geográficas, completamente diferentes em sua topografia, densidade demográfica e vida sócio-econômica. Assentam-se, porém, ambas, em terras que foram do aborígene Quixelô.

Donde, para quem não está a cavaleiro dos fatos, ser fácil incidir em equívocos. Dizer-se, como se diz vulgarmente, que Bom-Jesus Piedoso do Quixelô é mais antigo que Iguatu, é asserto, que, de forma alguma, não corresponde à realidade da crônica dessas nossas prístinas quadras históricas.

Podemos, contudo, assegurar que tanto Iguatu, como Bom Jesus sofreram, coeva e paralelamente, a ação de penetração sertanista do luso-brasileiro.

Apesar de tantas décadas já decorridas em nosso calendário cristão, o Quixelô da atualidade jaz, ainda, à borda dos avanços sócio-modernos, conservando, quase em toda a sua linha de existência sertaneja, aquele estilo de regime feudal.

Tal fato, porém, não é causa de admiração. Nem tão pouco, exemplo singular. Há, ainda, em nosso Ceará, diversas cidades, povoados e distritos, por mais que por eles se faça, quebrem-se lanças, quedam-se inacessíveis a quaisquer inovações. Sempre a mesma vidinha. A mesma gente. A mesma feição urbana. Insularam-se da civilização, que anda em suas cercanias. Nem progridem. Nem retrocedem. Estagnaram-se, vendo, em seus céus democráticos, cruzarem-se aviões a jato e engenhos outros maravilhosos de invenção humana. Aqueles modus-vivendi primitivo, recebido de seus maiores, qual uma tradição sagrada, não se altera.

Donde, quem quer que se abalance a contrariá-los em seus seculares hábitos e costumes, verá, de frente, insatisfeita, uma população, que se julga ferida em bens etnológicos herdados.

MISSÃO DE SENHORA SANTANA DO QUIXELÔ, EM 1729

O inverso do que ocorrera a Bom Jesus Piedoso do Quixelô, sobreveio a Iguatu, que tão logo tomou consciência de sua posição colonial e avançou, em seus diversos aspectos de vida sertaneja.

Assim, é que, já em 1729, era um núcleo de civilização de certa categoria, levando-se em conta já se vê, a lenta evolução social de suas co-irmãs destas partes do Rio Jaguaribe.

Mostra-no-lo um fragmento de um documento coevo, que cito, ipsis litteris: "Aos dez dias do mês de julho de mil setecentos e vinte e nove (1729), pela manhã, na Missão de Senhora Santana do Quixelô, desta freguesia de Nossa Senhora da Expectação do Icó, feitas as denúncias, na forma"... O restante deste precioso documento eclesiástico, como outros demais, sofrera o ímpeto destruidor do tempo. (10)

A ilação histórica que procede deste informe inédito é a da existência da Capela de Senhora Santana, já nos idos de 1729, hoje a nossa Matriz.

Digitalizado com CamScanner

Era, nesta data, Cura e Vigário da Vara do Icó, o Padre Antônio Barbosa Gerez. E, conforme os termos - antecedentes e subseqüente dos assentamentos da segunda paróquia, criada, em terras do Ceará, fora outro sacerdote quem, com licença daquele, fizera esse matrimônio, na Missão de Senhora Santana do Quixelô, esta formidável cidade do centro cearense.

DEVOÇÃO A SENHORA SANTANA

Do instrumento eclesiástico exposto, infere-se que esta é tão antiga quão a própria colonização desta terra. Nasceu com ela, porquanto, já em 1729, Iguatu, ainda em germe social, achava-se sob sua égide: Missão de Senhora Santana do Quixelô.

Pela urdidura de fatos paralelos, podemos dizer que teria chegado a estas plagas, em 1719, a primeira imagem de Nossa Excelsa Padroeira, que, no momento, se encontra guardada, em sua Igreja Matriz qual um atestado vivo de fé dos nosso antigos, transmitindo à sua posteridade.

Nesta ocasião, era o Padre Domingos Dias da Silveira o Cura da Ribeira dos Icós, donde dependia eclesiasticamente a Capela do Sítio da Telha. E, por força do seu múnus pastoral, era o diretor espiritual nato dos silvícolas Quixelôs.

Certamente, quando da nomeação, em 1719, do diretor temporal dos Tapuias Quixelôs, o padre Domingos ou outro sacerdote missionário teria acompanhado o tenente-coronel Gregório Martins Chaves para dar princípios aos trabalhos de edificação do primeiro templo religioso da Telha, dando-lhe, assim, a clássica feição de povoado colonial.

A opinião mais comum e hoje em voga é a de ter um Padre Carmelita, com ajuda considerável dos nativos, feito a primitiva Capela de Senhora Santana do Quixelô, sob o curato do Padre Domingos Dias da Silveira, o vigário primaz do Icó e do Jaguaribe.

À nossa crônica, é certo, constata que vários sacerdotes Carmelitas, desde fins do século dezessete (1696), já operava nessa vasta região jaguaribana. Ora catequizando os nossos selvagens. Ora obtendo datas de terras. Ora mendigando ou melhor, recebendo dos fiéis cristãos gados que, de esmolas, se davam a Nossa Senhora do Carmo. Os gados bravios, sem divisa e marca, diziam os Carmelitas, eram de Nossa Senhora.

Informado de que estava sendo lesado em seus direitos, El-Rei, em 1697, passa uma carta ao governador de Pernambuco, declarando propriedade da Fazenda Real e não dos Carmelitas do Recife, os gados sem divisa e marca, esparsos pelo território da Capitania do Ceará. (11)

Reforçando o que estava dito, convém salientar-se, ainda, que o Padre Domingos Dias da Silveira era, desde fevereiro de 1717, donatário de um sítio sobre terras do riacho do Mota-cercanias do atual Canto, o entroncamento das estradas Cedro - Icó - Iguatu. Tais terras estendiam-se até proximidades da Fazenda da Serra, hoje Alencar. (12)

Apesar da largura desse sertões desertos e impérvios, da maninhez de

Digitalizado com CamScanner

nossas antigas paragens, a distância, entre aqui e ali, é bastante irrisória, sobretudo para o Tapuia Quixelô, que conhecia, a fundo, todos os emaranhados de seus domínios.

Outros donos tinham, em julho de 1731, as terras das Itans - Cajazeiras. Por morte de Lourenço Gonçalves de Moura, já nesta data, verificada, ficaram as suas terras devolutas. E, desta, forma adquiriu-nas, por título de data de sesmaria. D. Francisca de Araújo Carvalho, filha do capitão Manuel de Araújo Carvalho e morador do Quixelô desta Capitania.

A propriedade porém, do coronel Teodósio Nogueira de Lima, o capitão, em apreço, a houve por compra e, para garantir os seus direitos, requereu novo título de data sesmaria, ficando com posse real e tranqüila. Era, também, como a sua filha, morador do Quixelô desta Capitania. (13)

A expressão "Quixelô desta capitania", no nosso modo de interpretação, refere-se à atual cidade de Iguatu. Demonstrá-lo-ei, linhas adiante.

A QUESTÃO PERDERAM OS FEITOSAS

Na devassa, que El-Rei ordenou ao desembargador Dr. Antônio Marques Cardoso tirasse, em 1734, do levante Montes-Feitosa, estes últimos perderam-na.

E, para satisfazer à paga da alçada judicial, foram seqüestradas ao comissário geral Lourenço Alves Feitosa seis léguas de terra, no Riacho-Trussú-Iguatu, principiando da Várzea da Lama (distante da cidade uns 10 quilômetros) para cima até o sítio da Soledade (município Acopiara). Metade destas terras havia pertencido ao capitão João de Montes Bocarro. Arrematou-as o coronel de ordenança do Jaguaribe, João de Barros Braga, que, por seu turno, as deixou depositadas em poder do capitão José de Araújo Chaves, outro potentado do sertão jaguaribano. (14)

PILHAGENS E ROUBOS DOS QUIXELÔS

Jugindo ao assunto de nossa colonização, completando este nosso debuxo de fatos antigos, existe um outro, cuja narração nos ajuda a desvendar, mais a mais, a vida de nosso protoparentes sertanistas.

"Os fazendeiros do Quixelô queixaram-se, por duas vezes, em 1742 e 1746, ao governador do Ceará, de que os silvícolas Quixelôs, aldeados na Missão da Telha, haviam feito pilhagens e roubos em suas fazendas. (15)

Contra tal estado de coisas, portanto, impetravam as devidas providências. Mas o governo, ao que tudo indica, como foi acontecer, ficou dor-

Digitalizado com CamScanner

mindo sobre o ponto.

A CAPELA DE SENHORA SANTANA DA TELHA, EM 1755, PARA SÃO MATEUS

Após sete de dezembro de 1755, a Capela de Nossa Gloriosa Patrona fora desmembrada da paróquia de Nossa Senhora da Expectação do Icó e passou a pertencer aos domínios eclesiásticos de Nossa Senhora do Carmo dos Inhamuns, cuja sede de Matriz ficou sendo então Capela do Apóstolo São Mateus, hoje a cidade de Jucás. (16)

Dia a dia, Iguatu ia tomando vulto, em seus diversos aspectos de vida sertaneja. Prova-no-lo o fato de ter sido vigário missionário da Missão da Telha, de 1756 a 1769, o Padre Manuel Felix da Costa. (17)

O Padre, herói anônimo da Fé e grandeza de Pátria, sem dúvida alguma, foi um dos maiores unificadores étnico-cristão-brasileiros. O Brasil é obra e afirmação da Igreja Católica. De Norte a Sul, de Leste a Oeste, o ministro de Deus, sempre, desde os primórdios coloniais, presente a tudo, qual o sal da terra e luz do mundo, qual a alavanca propulsora dos progressos sócio-humano-culturais do território nacional.

E contra fatos, não valem argumentos, pois que para nós do Nordeste, desde 1663, como consta de um vetusto documento, datado de 1683 já operavam vinte e seis (26) sacerdotes missionários, entre os quais, Oratorianos e Capuchinhos Franceses, nesses imensos sertões de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, Piauí e Ceará, onde, neste último já havia, então, 7 Aldeias de Missões de índios, todos eles, de braços dados com a catequese do nosso aborígene nordestino, e, dele, constituindo-se os seus natos defensores contra a ambição dos colonos. (18)

Justiça, também, é ressaltar a figura simpática e missionária de um ilustre bispo pernambucano. D. Frei Francisco de Lima. Por volta da última década do século dezessete (1695-1704), percorreu, a cavalo e de sumaca, todo o território de sua Diocese, em Visita Pastoral, da Foz do São Francisco a Foz do Parnaíba. O Nordeste, portanto. Um grande herói de nossa Fé e da Pátria. (sic)

PARA BATURITÉ, O NOSSO CONTRIBUTO SOCIAL

Por imposição legal, em 1764, esta terra dava, como contribuição social, uma parcela de filhos nativos seus. O Dr. Ouvidor Geral do Ceará, Vitorino Soares Barbosa, por edital de 31 de março de 1764, ordenava que a Antiga Missão da Telha, sita no Quixelô, com todos os seus índios habitantes e dispersos, se unisse à Antiga Missão de Nossa Senhora da Palma da Serra de Baturité, para o complemento dos casais, que o diretório requeria na criação de semelhantes vilas. (19)

Disto se colige que a história sempre teve e tem os seus quiproquós,

Digitalizado com CamScanner

difíceis de compreensão. Pois que, à nossa custa, grandeza para Baturité. E, para nós, a natural diminuição demográfica, retardando, desta forma, os nossos progressos sociais.

O POVO DO ICÓ QUER A VILA DA TELHA

A transmigração legal dos autóctones Quixelôs, em 1764, para a formação da Real Vila de Monte-Mór, o Novo da América, hoje a cidade de Baturité, não agradou, de certo, ao governo municipal do Icó. Nem tão pouco, à nossa já famosa Telha, para quem trouxe decréscimo populacional.

Depreende-se-no do que se segue: "A Câmara do Icó, aos 25 de novembro de 1767, (três anos, portanto, depois da saída dos nosso para Baturité) representa contra a criação das vilas de Arneiroz, antiga Missão dos Jucás, e de São Mateus, alegando que esses lugares são menos convenientes que Santana da Telha e Lavras das Mangabeiras, sendo estes últimos já povoados e com gente de servir os diversos cargos públicos. (20)

Naturalmente, os coronéis e capitães dos Inhamuns, que desde longas datas, detinham, em suas mãos, o mando de Arneiroz e São Mateus, não abdicaram de suas pretensões políticas.

E, assim, nós que estávamos com a razão, conforme se vê pela defesa da Câmara do Icó, perdemo-la, em face do poderio e prestígio do coronelismo sertanejo. Felizmente, embora, ainda, haja, em nossos sertões cearenses, alguns estigmas coloniais esparsos, ou melhor, pequenos redutos políticos, semelhantes quadras históricas da Terra da Luz estão se indo, com a escalada dos benfazejos progressos sócio-político-modernos. Tendem para a sua extinção final.

E, na verdade, a política do interior brasileiro começa a mudar. Para tantos, múltiplas são as causas concorrentes. Ressaltemos algumas delas.

As estradas-rodovias, ferrovias e aerovias , ao cortar e beneficiar, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, imensas paragens do território nacional, vão levando o progresso e novo regime de vida a vários centros urbanos, dantes mergulhados no ostracismo.

As migrações internas, ao criar um ambiente heterogêneo principiam o fazer estalar o sistema apoiado na tradição conservadora de duas famílias, ou melhor, de duas forças centristas, adversárias, na vida política municipal.

A educação é, também, outra causa concorrente, porquanto bem alentado é o número de estabelecimentos de ensino, que, nestes últimos tempos, tem sido abertos ou fundados. Colégios, ginásios, escolas estaduais municipais e particulares vão, felizmente e a longo prazo, dando cabo a clássica-ignorância do homem do interior, formando gerações e mais gerações, com novos horizontes e noções da vida sócio-humano-político-moderna.

A industrialização do país é outro fator preponderante. Conta-se que, em Barroso, cidade de Minas Gerais, a família Meireles de Souza se batia, desde 1720, contra as famílias Ferreira e Melo. Contingências locais exigiram que, em 1958, os adversários de 238 anos, se unissem, formando um só

Digitalizado com CamScanner

bloco eleitoral, contra forças renovadoras — conseqüência de uma fábrica de cimento instalada, em 1953, no município, em apreço.

Apesar da coligação as velhas e centenárias oligarquias foram derrotadas. Inútil a reconciliação sob o ângulo político, pois os alienígenas triunfaram no pleito municipal. Não só em Minas Gerais mas também em diversas unidades da Federação vem ocorrendo tal fenômeno sócio-político. Várias dinastias vem sendo destronadas dos seus mandos municipais.

Os sufrágios livres e secretos, a lei instituidora dos partidos nacionais, a pluralidade de legendas e a multiplicidade partidária são outros tantos dissolventes legais, que, a longo prazo, vão atuando sobre os sistemas bipartidários locais, sob os auspícios de duas facções, obrigadas à sombra de grandes famílias.

Tudo, portanto, nos leva a crer que nestes últimos tempos, a política do interior nacional já penetrou nos umbrais de uma era, ficando à margem as clássicas rivalidades políticas, peculiares do regime colonial.

BLOQUEIO COLONIAL DO SÍTIO DA TELHA

Com este bizarro título, tratamos, aqui, de revelar quem, na verdade, o primeiro dono das terras, onde está hoje a cidade de Iguatu. Não no-lo diz a crônica cearense. Ainda bastante obscuro, tal ponto de nossa história.

SEUS ANTIQUÍSSIMOS LIMITES

Ao Norte, o Sítio da Telha limitava-se, meia légua, à jusante da cidade, com terras do capitão João de Montes Bocarro, que, delas, se tornou donatário, em 1706. [21] Em seu próprio texto sesmeiro, está dito que a medição desta sesmaria é meia légua para cada banda do Riacho Trussú, confinando-se com o Sítio da Telha, pela parte de baixo.

Ora, a distância, que vai entre esta cidade e Sítio Barra - Trussú é de seis quilômetros. E, desta forma, as antigas raias de Iguatu atingiam até o atual sítio da Gameleira.

Prevenindo qualquer confusão, que possa surgir, ao discriminarmos datas, salientamos que Lourenço Alves Feitosa e o escrivão das datas, Antônio Alves da Silva afirmaram, em 1720, estarem essas terras dadas, em 1706 àquela respeitável figura da família Monte.

O famoso comissário geral Feitosa de nossa tradição, além de alegar a prescrição da terra, em apreço, e, para fazer mais jus à sua concessão, declara, em seu requerimento que, há mais de quatro anos, sem contradição alguma, a povoou e cultivou, com os seus gados.

Quer dizer, desde 1716, aproximadamente, vinha sendo prática e ilegalmente, o seu titular. Tal ato reputa-se, como uma das seis causas remotas do célebre episódio histórico Montes-Feitosa.

Ao Poente, extremava-se, meia légua, além da cidade, com terras da Lagoa do Iguatu, cujo proprietário, desde 1709, era o coronel Francisco de

Digitalizado com CamScanner

Montes Silva. [22] Consta no texto sesmeiro, que a sua medição era meia légua para cada banda da lagoa, servindo-a de pião.

Ora, a distância entre aqui e ali, para o eixo dessa natural represa nossa, é de um seis quilômetros, ficando, destarte, as primitivas fronteiras do Sítio da Telha, nas cercanias de um carcomido cemitério do cólera-morbo, na estrada que dá para o Baú e Sítios adjacentes.

De antemão, advertimos que o comissário geral Feitosa, em junho de 1720, se apoderou de mais esta outra sesmaria, pertencente à família Montes. E, desta vez eram as terras da Lagoa do Iguatu do coronel desbravador pioneiro da cidade do Icó.

E eram transactos apenas cinco meses incompletos deste ato de hostilidade daquele outro da Barra-Trussú. Mais outra causa, portanto, do levante familiar Montes-Feitosas.

Ao Sul Nascente, o Sítio da Telha possuía, como lindeiros seus, os coronéis Lourenço Gonçalves de Moura e Teodósio Nogueira de Lima. Assenhorearam-se, em 1706, das Itans, Cajazeiras e terras das adjacências, distantes da cidade, de três a seis quilômetros, respectivamente. [23]

Nenhuma dúvida ocorre quanto a estes limites, porquanto os próprios concessionários são claros em declarar, em seu requerimento, que as suas terras ficavam nas terras, onde assiste (mora) o Gentio Quixelô.

Da descrição das linhas divisórias do Sítio da Telha, uma circunstância histórica, notável e inédita, decorre-nos: os nossos ancestrais sertanistas encurralaram os Tapuias Quixelôs. Bloquearam-nos em sua própria aldeia, pelos seus quatro pontos cardeais.

SEU VERDADEIRO DONO

Quem, então, o primeiro dono das terras, onde se assenta hoje, graciosa e apulenta, a rainha do ouro branco cearense?

Os luso-brasileiros, de quem acabamos de falar, é sabido, pela própria contextura de suas sesmarias, não o foram, pois, meia légua, além dos quadrantes do Sítio da Telha, principiavam os seus domínios territoriais.

Resta-nos, portanto, uma só veia de saída para o senhorio direto e natural do Antigo Iguatu: O Gentio Bárbaro Tapuia Quixelô.

Impar. Opinião nossa não é balda de fundamentos histórico. Indica-no-la o seguinte fato: "Os Índios das Aldeias de São Sebastião de Paupina e de Bom Jesus de Parangaba e das demais Aldeias da Capitania do Ceará, em 1698, aproximadamente, requereram a El-Rei, sobre serem conservados na légua de terra, em quadra, o qual lhes havia mandado dar para situarem-se, fazendo a suas aldeias, e plantarem as lavouras do seu sustento". [24]

Sobre este assunto, insistiam, ainda, um Alvará, em forma de lei, datado de 23 de novembro de 1700, concedendo a Cada Aldeia de Missão de Índios, uma légua de terra, em quadro, para o sustento dos Índios, e seu respectivo missionário, com a declaração que cada Aldeia há de compor ao

Digitalizado com CamScanner

menos de cem casais; [25]; Uma Carta Régia, datada de 12 de novembro de 1710, ordenando que se desse aos vigários das paróquias e aos missionários de Índios Aldeiados, para passaes dessas Igrejas , terra que bastasse para o pasto de quatro cavalos e outras tantas vacas. [26]

CASOS HISTÓRICOS SIMILARES

Nos meados da primeira década do século dezoito (1706-1707), o desembargador Dr. Cristóvão Soares Reimão, Juiz Sesmeiro, dando cumprimento à ordem régia, demarcava uma légua de terra para os Tapuias Anassés, para se aldearem. Idêntica taxa de terras, com a mesma finalidade, para os Tupuias Jaguaribaras. [27]

Tais autóctones, durante cinco anos, aproximadamente, de 1712 a 1717, estiveram confederados e levantados, destruindo, matando e roubando os moradores da Capitania. [Sic]

Ora, em 1707, os nativos de Iguatu foram localizados aqui pelo Prefeito das Missões e Vigário Geral do Ceará, Padre João de Matos Sarra, que viera, nesta data, ao interior cearense, com o fim de pacificar e situar os Tapuias Icós e Quixelôs, o que se conseguiu, dando-lhes porção de gados para sentá-los. [28]

A coincidência da época da fixação do nosso aborígene com a da demarcação da légua de terra para os Tapuias Anassés e Jaguaribanas é bastante significativa. Excelente indício para o nosso caso.

Saliente-se, ainda, que, conforme o conteúdo sesmeiro, o desembargador, em apreço, estava, então, no Jaguaribe, demarcando e tombando as datas de terras de seus moradores.

Da ação patriótica e evangélica de nosso antigo Vigário Geral advieram bons êxitos, pois que o próprio capitão-mór Salvador Alves da Silva, ao motivar a nomeação, em 1719, do diretor temporal de nosso silvícolas, declarou: "Porquanto, no Quixelô se acham agregados à paz os Tupuias Quixelôs... e na dita administração os conserve na paz em que estão".

Na paz em que estão isto é, a Igreja antecipou-se ao poder temporal, ajudando-lhe grandemente na pesada tarefa de edificação desta risonha urbe jaguaribana.

Os Tapuias Quixelôs, infere-se, ainda, dos documentos expostos, não participaram do levante familiar Montes — Feitosas, como pretendem alguns cronistas cearenses. Antônio Bezerra de Menezes, considerado o pai da história cearense, garante-nos, com autoridade que possui, a ausência desses índios no célebre episódio familiar. [29]

Duarte Sodré Pereira Tibão, governador e capitão-geral de Pernambuco, em agosto de 1734, concede, em nome d'El-Rei, aos tapuias Canindés, que já com os seus cinqüenta casais de índios viviam desde 1711 no grêmio da Igreja Muxió-Choró, para se aldearem e fazerem suas plantações e lavouras para o sustento próprio e do seu respectivo missionário. De grande utilidade, este aldeamento, diz o texto documentário, pois os Canidés

Digitalizado com CamScanner

abasteceriam de farinha de mandioca os povoadores do Quixeramobim. (30)

João de Teive Barreto e Menezes, governador do Ceará, ao doar, em 1743, uma data de terra, recomenda, com insistência, ao seu titular, não prejudicar os direitos dos Índios Tranambés, a quem havia El-Rei dado uma légua de terra, em quadra, para se aldearem e comporem a sua Missão. (31)

Ao assunto do senhorio das terras do Sítio da Telha acrescenta-se, ainda, que a crônica nordestina registra vários casos de cidades, vilas, povoados e distritos de nossa atualidade, que se originam ou de antigas fazendas de gados ou de antigas Aldeias de Missões de Índios. (32)

Saindo desta escala de motivos gerais que serviram para provar a quem pertenciam as terras, onde é hoje a cidade de Iguatu, citemos alguns indícios de ordem regional, bastante convincentes.

Lourenço Gonçalves de Moura, o provável antigo senhor na Chapada do Moura, e Teodósio Nogueira de Lima, cuja propriedades distavam, à montante da cidade, de três e seis quilômetros, Cajazeiras - Itans, declaram, em 1706, em sua petição, que as suas terras ficavam nas terras, onde assiste (mora) o Gentio Quixelô. (Sic)

Dão-nos, ainda, fiel e silencioso testemunho da situação geográfica dos Quixelôs, certas inscrições, em uma das faces rochosas do morro da Lagoa do Cocobó. De certo, um tácito legado indígena, e, por isto, um monumento histórico iguatuense. Parece-nos tratar de inscrições rupestres, pictográficas e litoglíficas. O próprio termo Cocobó, ao nosso ver, é de origem da língua travada da Raça Tapuia.

A Ética do número quatro e seus múltiplos, uma singular confirmação do dono primitivo do Sítio da Telha. Quando se tratava do delineamento e demarcação de lugares, que iram servir de futuros centros urbanos, o número quatro e seus múltiplos assumiam uma ética, toda especial, consagrada pelo uso constante do tempo.

É o que se pode averiguar na documentação régia e sesmeira, linhas atrás expendidas. Vivas e inegáveis reminiscência do governo d'Além-Mar são, no presente, dezenas de cidades brasileiras, que, à risca, obedecem ao plano de urbanismo real.

Não é mister ir-se muito longe para comprová-lo. Vejamos o Icó. El-Rei, em 1736, além de determinar fossem bem largas as suas ruas, casas de moradas com quintais competentes, ordenou se desse ao Conselho uma sesmaria de quatro léguas, em quadro, que fazem dezesseis quadradas... a qual sesmaria rendesse para as despesas públicas. (33)

Um aspecto tipicamente lusitano tem, portanto, a cidade de Icó, que é também guardiã, de antigas tradições, conservadoras, ciosamente, de geração em geração.

Dentro desta ética colonial, por lei régia e pela própria contextura sesmeira limítrofe enquadrou-se o nosso famoso **Sítio da Telha**.

Ante detalhada exposição de fatos apodícticos datas, leis régias, razões sesmeiras e etnológicas, o dono primevo e natural das terras, onde está edificada, hoje, a progressista cidade de Iguatu foi, sem dúvida alguma, o

Digitalizado com CamScanner

Gentio Bárbaro, o Tapuia Quixelô.

Quem eram eles? Os Quixelôs eram da Raça Tapuia, da língua travada, distinguindo-se, assim, dos Tupis, da língua geral. Esta, uma das principais notas de diferenciação. Sem estilo de gente, nômades, hostis. Propensos ao saque e rapinagens. Valentes guerreiros na defesa de seus bens.

Povos caçadores e pescadores, como, regra geral, todos os ameríndios do Brasil. Donde sua preferência por lugares, onde abundavam aves aquáticas e peixes. Considerável parte de sua subsistência ordinária advinha-lhes, também, de animais e frutos silvestres, mel de abelha etc.

O caju, sobretudo, é, em nosso sertão, um legítimo legado indígena. Transportou-o o nosso antigo homem das Selvas do litoral para o interior cearense. Célebre era a guerra dos Índios pelos cajueiros, no ciclo de sua safra. Do caju, faziam deliciosas bebidas. (34) Conheciam, também, a mandioca, porquanto El-Rei, em janeiro de 1701, ordenava aos colonos do Ceará não se tirasse aos índios a farinha de suas roças. (35)

Os Quixelôs deixaram-se pacificar e situar por uma porção de gado, que a colonização meteu, em suas terras, para contentá-los. Blefaram-nos, com tão pouca coisa, os alienígenas sertanistas.

Com efeito, um boi, uma vaca, um garrote, uma novilha, um bezerro eram-lhes um festim mais ruidoso e suculento que o de um jaguar, veado, apares e sariemas pernilongas, flechados, ou peixes anzolados.

Situação Topográfica de Iguatu. A melhor parte de tão mimoso rincão escolheu, para domiciliar-se, o nosso selvagem. Descrevamos o seu fácies.

Hidrográfico. Seis reservatórios naturais, debruando, em todos os seus quadrantes, a sua taba. Digamos os seus nomes: Lagoa da Telha, Lagoa da Bastiana, Lagoa Seca, Lagoa do Julião, Lagoa do Fonseca e Lagoa do Cocobó.

Completando tal cenário, a dois passos da cidade, ao nascente, corre o multissecular Jaguaribe, que, neste ano de 1960, pois, em incrível estado de polvorosa, toda a sua população ribeirinha, com as suas grandes cheias, que causaram a célebre tragédia do açude Orós, o seu transbordamento contra todos os cálculos humanos. O urgente deslocamento dos habitantes de sua jusante marginal, a bonita campanha de solidariedade humana, desencadeada em todo o Brasil, e, com sentida repercussão internacional, pró duzentos mil habitantes cearenses do Jaguaribe, o Gigante do Leito Seco.

Orográfico. O morro da Lagoa do Cocobó, Itapuara, Alto do Jucá da Bonita. Outras pequenas e esparsas saliências de terrenos, destacando-se a da Praça da Matriz - esta parte intermediária entre a Lagoa da Telha e da Bastiana, e, nela, teve assento a taba dos Tapuias Quixelôs, dando origem à cidade de Iguatu.

Com efeito, o marco comprobatório deste nosso asserto reside no fato de achar-se, neste cômoro, edificada, a nossa querida Matriz de Senhora Santana, que, conforme a tradição, nunca fora transferida de outros pontos para onde se encontra, atualmente.

Tal parecer nosso fortifica a palavra abalizada de Antônio Bezerra de

Digitalizado com CamScanner

Menezes: "Em todos os núcleos, que se iam formando a Capitania, os primeiros edifícios, que se erguiam, com o auxílio de todos, eram as Igrejas numa praça, em torno das quais se construíam as habitações. Os povoadores iam começando por uma Capela ou uma Casa de Orações". (36)

Desta descrição topográfica, ressalta uma conclusão histórica, sob dúplice ângulo sociológicos. Os nosso silvícolas insularam-se pela própria natureza de Iguatu. Na periferia de sua cabilda, seis lagos naturais, dando-lhes peixes e aves aquáticas, e, também, aragem, nos dias de canícula.

Ilhados, ainda, pela colonização. E pelos seus processos de conquista, lutas, miscigenação, evolução social-tragados e absorvidos.

E, hoje, nas veias da gente iguatuense, corre, embora tênue, ainda, o seu sangue, dando-lhe, com mesclas da raça mongólica, a coragem e conformidade do tapuia Quixelô, guerreiro vencido por raça mais forte e culta.

De pé, portanto, a grande lei social: Ao povo caçador e pescador sucede o agrícola e pastoril. E a ambos, com requintes de sabedoria e malícia, supera o industrial, com a sua técnica organizada e aperfeiçoada. Humanidade misteriosa e insaciável.

Discute-se, ainda, a época, em que ocorrerá a imigração do autóctone, nestas partes do Jaguaribe. Dificílimo desvendá-la. Estudos pré-históricos comparativos do indianólogo Dr. Tomaz Pompeu Sobrinho permitem-nos a seguinte ilação: o amerígena fez-se presente, em terras do Ceará, de cinco para quatro mil anos, antes de Cristo. (37) É o que se pode dizer, neste particular.

TOPONÍMIA DO SÍTIO DA TELHA

Tal denominação surgiu, pela primeira vez, em fevereiro de 1720, em um registro de terra, sita à Barra-Trussú, uma légua, à jusante da cidade. (38)

Antes desta data, os pagos de nosso índio apelidavam-se por outros nomes. Ei-los: Rio do Quixelô. Terras, onde assiste o Gentio Quixelô.

Esta múltipla relação Topônima Iguatuense identifica-se perfeitamente e pode-se constatar nas datas de sesmarias, cuja concessão, para aqui, principiou-se a partir de 1706.

Dão-nos, também, atestado do uso dessa terminologia, outras fontes de nossa crônica. Convém salientar-se, para melhor compreensão, que o termo **Quixelô** refere-se ao todo; ora à parte deste mesmo todo. A Ribeira e a sua Sede, de homonímia, com alguns tópicos, colhidos em documentos, que datam depois de 1750, concretizemos o que estamos assegurando.

"No Quixelô, fazenda Bom Sucesso (Acopiara), disse um mineiro que o ouro estava à face da terra... "No serrote pelado do riacho da sede, no Quixelô, o outro vem na raiz do capim" ... "Para oeste, fica o distrito de Inhamuns, em que não há vila alguma e só sim as duas povoações Arneiroz e Quixelôs... "Saindo do Icó para Quixelô, na altura da Fazenda da Serra (Alencar), onde morou o defunto Tomé de Goes, contam os antigos que haviam uma pedra redonda, do feitio de uma mó, a qual tinha algumas letras

Digitalizado com CamScanner

e como estava na terra, os moradores a arrancaram e tombaram imaginando que debaixo dela tinha algum tesouro" ... "Acham-se pedras de ferro, no lugar Bom Sucesso, Ribeira de Quixelô"... "Em São Bento, no caminho de Maria Pereira para Quixelô, há uma casa de pedra, na qual se acham argolas de ferro"... (39)

Um postulado histórico resulta destas citações: O Ouro. Constituíra-se, inegavelmente, além de terra, também, um forte chamariz de povoadores de nossos sertões. Atraiu e fascinou milhares de alienígenas; grandes e pequenos, áulicos e plebeus, aventureiros e garimpeiros. A cata do precioso metal, devassaram o nosso solo, ainda, quase virgem, e, nele, após os naturais desenganos auríferos, fixaram residência, afazendando-se.

A boca pequena, por causa d'El-rei, que sonhava acordado com o ouro fabuloso do Brasil, histórias, como estas, em forma legendária, sobre o eldorado, corriam mil, nos tempos coloniais, em terras do Ceará.

PORQUE TELHA

Tendo Iguatu, antes e depois de 1720, outra toponímia, como é fácil constatar-se, lógico é que receberá mais outra, em memória de algum fato histórico.

Realmente, antes, deste ano, nenhum documento porém, faz referência ao topônimo Sítio da Telha. Nomeado que fora, em 1719, o primeiro diretor temporal dos Tapuias Quixelôs, e, vendo-se este na obrigação moral de fazer avançar, material e étnicamente, a taba, sob os seus auspícios, bem assim de povoá-la de moradores brancos, mister lhe era tomar as primeiras medidas, condizentes com o caso.

Com efeito, aos seus pupilos das selvas iguatuenses ensinará o fabrico dessa peça de alvenaria, que serve de coberta aos refúgios domiciliares humanos. Eis, pois, uma das mais sólidas explicações do nome Telha para Iguatu.

Similares considerações nossas reforçam-se, ainda, pelo fator de ter existido, no Ceará, conforme anais nossos, tribos indígenas, **Oleiras**.

Além disto, era lei régia cada Aldeia de Índios compor-se, ao menos, de cem (100) casais. Surgia, ao edificá-la, o sério problema das construções das suas residências e de todo material que a isto deveria estar adjungido.

Ora, a telha, regra geral, é o remate natural de nosso edifícios. Sem ela, a casa é obra inclusa e o homem ficaria exposto aos elementos adversos da natureza.

O fato, porém, de existir, ainda hoje, encravado no centro urbano, um lugar, parcialmente soterrado por processos naturais — a ação catalítica dos ventos e águas, por humanos-aterros para construções de prédios, despejos de lixos e terraplenagem, lugar este denominado de **"Lagoa da Telha"** vem de confirmar tudo o que, aqui, expandimos.

Lagoa da Telha do Sítio da Telha, cujo primeiro dono era a própria Taba do Gentio Quixelô, cuja dimensão era uma légua, em quadro, por lei régia, ou então, pelo próprio conteúdo sesmeiro limítrofe, meia légua para

Digitalizado com CamScanner

cada banda da cidade, servindo a mesma pião, ou eixo central.

ETIMOLOGIA DE IGUATU

Esta terra, que já conta com os seus 240 janeiros de existência, chamou-se de **Telha**, de 1720 a 1883, quando uma lei provincial permotou-lhe o nome pelo **Iguatu**, em memória da maior Lagoa do Estado: "**Agoatú**" [40], cujo significado do termo é Água Boa ou Rio Bom.

Hoje, município, comarca, freguesia e cidade coadunam-se e identificam-se nominal e realmente, formando um todo orgânico sócio-humano-cristão, a que chamamos **Iguatu** e sua **Gente**.

Concluindo a presente monografia, com fatos expostos de 1682 a 1767, podemos apreciar, agora, o caráter de antigüidade desta simpática urbe, das margens esquerdas do Jaguaribe, hospitaleira e boa para alienígenas, como o padre vigário, o autor deste seu Histórico Genético.

Padre Francisco de Assis Couto
Iguatu, Junho de 1960.

Digitalizado com CamScanner

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

01. Datas de Sesmarias do Estado do Ceará: 1.° e 2.° volumes. A leitura destes dois tomos é grande proveito, pois se fica com uma noção exata e geral sobre o limiar de nossa colonização sertaneja. As datas de terras são a certidão de batismo de nosso solo.
02. Datas de Sesmarias do Ceará, 1.° volume, número 33 e 74.
03. Idem fonte supra ..... 5.° volume, n.^{os} 251, 272, 273; 6.° volume n.° 472.
04. Idem fonte supra ..... 1.° volume, n.° 74.
05. Antônio Bezerra — Algumas Origens — Ver. Instituto 1901, págs. 238 e 242.
06. Datas e Sesmarias Ceará, volume 6.° 467, 468, 472.
07. Revista Instituto — 1992 — Parte Documental Antônio Bezerra, pág. 154.
08. Data e Sesmarias Ceará, 5.° volume, n.^{os} 350, 351, 352.
09. Barão de Studart — Datas e Fatos, pág. 168 a 172.; Parte Documental — Questão Montes-Feitosas — Coleção B. Studart — Ver. Instituto — 1896 — pág. 157-208.
10. Fragmento do 1.° Livro Batizados e Casamentos do Icó — 1728 — 1783.
11. Barão Studart — Datas e Fatos — págs. 100, 105, 121; Datas e Sesmarias do Ceará, 1.° volume, n.° 56; 3.° volume, n.° 122; 5.° volume, n.° 243.
12. Data e Sesmarias Ceará, 10.° volume, n.° 53.
13. Idem fonte supra ..... 12.° volume, n.° 21 e 22.
14. Antônio Bezerra — Algumas Origens — Ver. Instituto — 1901, pág. 269. Datas de Sesmarias Ceará, 6.° volume, números 467 e 468.
15. Barão de Studart - Datas e Fatos, pág. 223.
16. Decreto Criação Paróquias S. Mateus-Ver. Instituto — 1902 págs. 191-205.
17. Arquivo Paroquial do Icó, na Cúria Diocesaana Crato-Ceará.
18. Revista Instituto Ceará-Ano 1922, pág. 101-103.
19. Barão de Studart - Datas e Fatos, pág. 305-309.
20. Idem fonte supra ... ... págs. 315-316.
21. Datas e Sesmarias do Ceará, 6.° volume n.° 497.
22. Idem fonte supra ....., 6.° volume n.° 468.
23. Idem fonte supra ....., 1.° volume n.° 74.
24. Barão de Studart - Datas e Fatos - pág. 109.
25. Idem fonte supra ....., pág. 126; João Brígido - Homens e Fatos, pág. 379.
26. João Brígido - Homens e Fatos, pág. 379.
27. Datas e Sesmarias do Ceará, 6.° volume, números 368, 369.
28. Antônio Bezerra - Algumas Origens - Revista Instituto 1901, pág. 242.
29. Idem fonte supra ....., 1901, pág. 268
30. Datas e Sesmarias do Ceará, volume 12.°, n.° 108.

Digitalizado com CamScanner

31. Idem fonte supra ....., volume 12.°, n.° 172.
32. Euclides da Cunha, "Os Sertões", pág. 90-92.
33. Decreto Criação Vila-Icó. Barão de Studart- Datas e Fatos, pág. 193.
34. "O Caju", J. Abreu Pitta-Outubro 1957 - Fomento Agrícola Fortaleza. CE.
35. Barão Studart - Datas e Fatos, pág. 127.
36. Antônio Bezerra Menezes - Algumas Origens - pág. 181.
37. Dr. Tomaz P. Sobrinho - Pré-História Cearense 1.° Tomo, pág. 119.
38. Datas e Sesmarias do Ceará, 6.° volume, n.° 467.
39. Ver. Instituto - 1907, págs. 160-161; ver. Instituto - 1909, págs. 340, 342, 357 e 367.
40. Datas de Sesmarias do Ceará, 6.° volume, n.° 468.

Iguatu, junho de 1960

Padre Fancisco de Assis Couto

Digitalizado com CamScanner

PADRE FRANCISCO DE ASSIS COUTO
Sócio Efetivo do Instituto Cultural do Cariri
Vigário - IGUATU - Ceará

A HISTÓRIA DO ICÓ
(sua genuína crônica)

MONOGRAFIA N.º 3

Primeira Parte (1682 a 1726)

1962

Digitalizado com CamScanner

DEDICATÓRIA

A Nossa Senhora da Expectação,

o afeto de minha gratidão pela grande mercê de ter feito esta obra sobre o ***Icó****, do qual, há 253 anos, é Excelsa Patrona.*

Iguatu, março de 1961

Padre Francisco de Assis Couto.

Aos amigos Padre Antônio Gomes de Araújo e Dr. Meton

Digitalizado com CamScanner

Vieira, o nosso cordial agradecimento pela valiosa ajuda na concretização deste trabalho.

O Autor

Iguatu, março de 1961

Digitalizado com CamScanner

Uma Opinião Sincera

"Li seu trabalho ... História é, sobretudo, conteúdo científico, haurido nas fontes autênticas, e crivado na crítica. Você, assim, o fez.

Se não identificou datas, com tanto afã e esforço, perseguidas, de muito aproximou-as. Trabalho inédito, original, e, aqui, está a transcendência de sua produção histórica"...

(Trechos de uma carta do historiador Pe. Antônio Gomes de Araújo)

Digitalizado com CamScanner

DUAS PALAVRAS, À GUISA DE INTRODUÇÃO

O presente opúsculo, sobre o Icó, apenas abrange o período que vem de 1682 a 1726. A primeira data reporta-se à época em que ocorreu o advento do alienígena, em terras icoenses, o colono luso-brasileiro.

A outra gira em torno do tempo da fundação da freguesia do Icó e do seu respectivo e primeiro vigário. Ambas realidades histórico - cearenses, até hoje, truncadas e controvertidas.

Os nossos estudos, neste sentido, dividem-se nos capítulos seguintes: Donos primitivos do Jaguaribe; Origens Coloniais do Icó; O seu Curato; A sua Freguesia.

Esta nossa pequena contribuição à História do querido Ceará é a Primeira parte sobre o Icó. Trabalho, aliás, insano e beneditino, porquanto, sempre escorado em documentos originais e apodícticos, temos consciência de que procuramos estabelecer e justificar, em face da História, os primevos fatos da famosa ribeira, explorada pelos **Homens do São Francisco**.

O Icó, pelo espaço aproximado de umas cinco décadas, transformou-se em trampolim de conquista colonial do sertão centro-sul-oeste cearense. Em outros termos, fora redistribuidor de povoadores para as partes médias e altas do Jaguaribe.

Alea jacta est
A sorte esta lançada

Iguatu, março de 1961

Padre Francisco de Assis Couto

Digitalizado com CamScanner

PRIMEIRO CAPÍTULO

DONOS PRIMITIVOS DO JAGUARIBE. OS ICÓS, EM PARTICULAR

Ao tempo da penetração branca, nos sertões de Jaguaribe, o luso-brasileiro encontrou o aborígene sendo o senhor absoluto do solo, já há vários séculos. Durante diversas épocas pré-históricas, Tupis e Cariris fracionaram-se em sessenta tribos, aproximadamente, e se disseminaram pela vastidão do território alencarino.

Nos terrenos ribeirinhos do Jaguaribe, demoravam várias tribos indígenas, de índole hostil, nômades e salteadoras.

As mais conhecidas de então eram os índios Anassés, na foz do Jaguaribe. Os Canindés, nas ribeiras do Banabuiu e Quixeromobim. Os Genipapos, em Russas e Baturité. Os Paiacús, no Baixo Jaguaribe. Os Jucás, nas cabeceiras, no pequeno vale Jucás - Arneiroz. Os Quixelôs, na ribeira de igual nome, hoje Iguatu. Os Calabaças no Médio Salgado, em Lavras. Os Cariús, nas ribeiras do Cariús e dos Bastiões.

Os Icós e Icozinhos, de quem me ocuparei detalhadamente, nas margens do salgado, indo os seus domínios até Sousa sobre o Rio do peixe. [1]

Seguem-se concatenados, em ordem cronológica, os principais fatos da indiada icoense. Os nossos autóctones, como os demais da Capitania, eram chamados índios do corso, porque entregues ao saque e vadiagem.

Os Icós, uma tribo oriunda da nação Cariri. [2] Eles e Paiacús se cruzaram com índios Panates, tupis das cabeceiras do Piancó, tendo em seguida migrado em direção do Amazonas. [3]

Em 1687, Matias da Cunha, Governador e Vice-Rei da Bahia, a instâncias dos colonos do Ceará, ordenou uma guerra contra os índios que, há pouco, tinham feito grande estrago na sede do presídio e suas imediações. Para resolvê-la, o Governador reuniu, em palácio, uma junta de teólogos, missionários, cabos principais para decidirem se a guerra era justa, o que era exigido por provisão d'El-Rei. [4]

A cerca de nove anos, por esse tempo, estava já iniciado o período de lutas tremendas entre invasores e nativos, porquanto, no Ceará, em 1678, era concedida a primeira data de sesmaria. [5]

Sobre o baixo Jaguaribe, aos 21 de janeiro de 1681, era doada à expedição do capitão Manoel de Abreu Soares e mais treze companheiros, a primeira data de sesmaria, pelo Mestre de Campo e Governador Geral do Brasil, Roque da Costa Barreto. [6] Aliás, essa data era chamada a dos Homens do Rio Grande. Tal denominação indicava o ponto de origem dos concessionários.

Aos 24 de janeiro de 1682, um ano decorrido, sobre a ribeira dos Icós, era concedida ao regimento do capitão Bartolomeu Nabo de Correia, com seus quarenta companheiros, a segunda sorte de terras, pelo mesmo Mestre de Campo e Governador Geral. [7] Era a data dos homens do São Francisco ou da Ribeira dos Icós.

Estava preparado, portanto, o braço europeu para rotear a imensidade das terras cearenses, até, então, maninhas. E delas iam se apossando os colonos sesmeiros para fazerem, então, benfeitorias, povoando-as.

Por outro lado, o índio não via, com bons olhos, a espoliação dos seus vastos

Digitalizado com CamScanner

domínios. Inevitáveis foram, com efeito, os choques sanguinários entre uns e outros, ficando-lhes, desta forma, armado um pé de guerra, por largos anos.

A prática de prear os míseros indígenas, em suas próprias tabas, constituía bastante motivo de recrudescência de hostilidades infindáveis entre civilizados d'além-mar e população aborígene.

Por estas razões, por volta de 1681 a 1727, os índios andaram levantados e confederados contra a invasão e usurpação dos seus melhores terrenos, sítios nas ribeiras dos rios e serras cearenses.

Para proteger o colono desassossegado, surgiram, então, várias expedições especiais e particulares, com a finalidade de exterminar o gentio bárbaro.

Pelo que se sabe, em 1692, os Icós e Cariris, confederados e aldeiados nas terras vizinhas do Jaguaribe, atacaram as fazendas de gado, ali existentes, roubaram bastante gado, mataram sete pessoas brancas e obrigaram as famílias a se refugiarem junto ao presídio de Fortaleza, visto não ter sido bastante para a sua defesa um pequeno reduto que tinha construído. (8)

Em 1693, o capitão-mór Fernão Carrilho, que, por dois anos, governou a Capitania, assinalou-se por notáveis vitórias sobre os Icós, Paiacús e Carateús. Auxiliou poderosamente a missão do Padre João de Leite Aguiar, entre os Jaguarabiras. Mandou construir três Casas Fortes de Estacadas, no Jaguaribe. (9)

Esse mesmo capitão-mór do Ceará, em 1694, tendo de mandar uma expedição a fazer guerra aos Icós, Paiacús, Jandoins e outros índios de corso, que infestavam as terras do Jaguaribe e Banabuiu, escolhe para comandá-la, provendo-o no posto de capitão de infantaria, a Francisco Dias de Carvalho. (10)

Continuando a luta contra os autóctones jaguaribanos, o sargento-mór Morais Navarro entrou, em julho de 1699, na Ribeira do famoso Rio Cearense. Acompanhado de cento e trinta infantes e mais de duzentos índios Jandoins, deu combate aos Carateús e Icós. Esse sargento-mór vinha sendo o sucessor de Matias Cardoso. Mestre de Campo e Governador Absoluto da guerra contra indígenas revoltados. Saíra Matias de Cardoso de São Paulo, em 1689, e tinha vindo enfrentar o levante geral dos Tapuias, nas Capitanias do Ceará e Rio Grande do Norte.

O fato de ter Morais Navarro trucidado quatrocentos índios Paiacús e preado mais de duzentos valeu lhe a antipatia da Igreja e por fim sua prisão, em Pernambuco. (11)

O bispo de Olinda, D. Frei Francisco de Lima, carmelita, aos 23 de setembro de 1699, lavra um despacho, obrigando o terço dos Paulistas de Morais Navarro a dar liberdade aos índios da Missão do Jaguaribe, sob pena de excomunhão. O auto de devassa foi feito pelo então vigário da vara do Ceará, Padre João de Matos Serra, a mandato daquela autoridade episcopal.

Bento Nunes de Siqueira, aos 18 de outubro desse mesmo ano, em seu nome e do terço de Morais Navarro, protesta por perdas e danos que lhes possa causar o ato de excomunhão do bispo de Pernambuco. Apela e agrava de sua excomunhão para o Arcebispo da Bahia. (12)

Na opinião abalizada de Pedro Teberge, o historiador-médico do Icó, falecido ali, em maio de 1864, habitavam, também, a região os Icózinhos. Os Icós, dizia ele, abandonaram as suas terras do salgado e se refugiaram na Serra do Camará e foram

Digitalizado com CamScanner

reunidos aos Tapuias do Apodi, por ordem dos Governadores de Pernambuco. Já era, então, uma tribo reduzida, por causa das guerras sustentadas contra os invasores.

Os Icózinhos, ao nosso ver, identificavam-se com os Xixicós, que aliados aos Icós andavam pilhando e saqueando nas várzeas do Jaguaribe, porquanto, em 1700, o Padre João de Matos Serra, vigário da vara do Ceará e Prefeito das Missões da Capitania e o capitão Plácido de Azevedo Falcão, cabo do presídio de Jaguaribe (Russas), conseguiram a redução dos Tapuias, Icós e Xixicós. (14, 15)

Tapuias, na linguagem do tempo, eram chamados índios bravios, em geral, para distingui-los dos aldeados. Eram os índios de corso, porque vadios e entregues ao saque e rapinagens.

Dos Icós foi missionário o celebre Padre Gabriel Malagrida, aldeando-os no local, onde está hoje a cidade de Sousa - Paraíba. Pouco tempo, porém, durou essa missão. (16)

O capitão-mór do Ceará João da Mota, em 1704, fez guerra aos gentios Icós e Carateús, sendo cabo dela capitão Pedro de Mendonça.

Saliente-se que, em 1704, a rainha da Grã-Bretanha, infanta de Portugal, externou queixas contra os vaqueiros, que não queriam Tapuias. O vaqueiro tipo brutal e pouco menos feroz que o selvagem, desempenhando-se de suas obrigações pastoris, comia e dormia de bacamarte na mão. (18)

Nos anos de 1706 e 1707, de novo, levantaram-se e se confederaram os Icós, Cariris e Jandoins contra os moradores brancos. (19, 20)

Surgiu, então, a expedição do capitão Bernado Coêlho de Andrade, com gente armada, para destruir as tribos Icós, Cariris, Cariús, Carateús e outras aliadas.

Crescendo a população alienígena, a luta com os antigos senhores do solo cearense foi tomando mais extensão. Os índios, quando cediam terreno, eram, ordinariamente, para voltar depois às fazendas de gados, donde tiravam com que prover sua subsistência. Eram povos caçadores e pescadores. O governo considerava-os, como ladrões e vadios. (21)

Por ordem do governador interino do Ceará, Plácido de Azevedo Falcão, o coronel de cavalaria do Jaguaribe, João de Barros Braga, em 1713, invadiu essa ribeira, fazendo mais de quatrocentos presos entre os míseros indígenas, matou 95 por temer que se revoltassem. Os preados foram repartidos entre si e os companheiros de sua expedição.

A esse mesmo tempo, Pascoal Correia Vieira, capitão do regimento do coronel Barros Braga, cativou, no Banabuiu, termo de sua jurisdição, cento e vinte e cinco selvagens. Essa autoridade do Ceará-colônia era conhecida como o preador de índios do Banabuiu.

Ainda, em 1713, o coronel de cavalaria do Jaguaribe derrotou, junto ao Choró, os índios levantados, depois de um dia de encarniçado combate.

Por ordem do capitão-mór, Salvador Alves da Silva, foram, em diversas ocasiões, acometidos, em Russas, os Genipapos. (23)

Icós e Calabaças, em 1724, estavam enfileirados nas tropas de combate da poderosa família Montes de Icó, contra os Feitosas, também, poderosos e radicados nos sertões dos Inhamuns. (24)

A última expedição contra os indígenas ocorreu, em 1727, sob o comando do

Digitalizado com CamScanner

coronel de cavalaria, João de Barros Braga. Desta vez, subiu de Jaguaribe acima até os limites do Piauí, afugentando e preando índios, desassombrando os colonos fazendeiros da dita ribeira.

Fez-se, também, célebre nessas correrias, o coronel Bento da Silva e Oliveira potentado do Icó. [25]

A partir de então, os primitivos donos das terras jaguaribanas, de tal modo ficaram aterrorizados que não mais apareceram confederados para atacar as povoações e fazendas de gados. Raros foram os assaltos e, assim mesmo, em caráter isolado e obrigados pela lei da fome.

CONCLUSÕES

Os aborígenes do Jaguaribe, desconfiados, por índole, refratários à civilização, perseguido pelos invasores, acossados pelas secas e epidemias, fracionados em várias tribos que se hostilizavam, desapareceram. Uma boa parte sob o cutelo da colonização e outra, sob o da natureza.

Essas diversas bandeiras dos alotóctones tiveram, todavia, o seu lado positivo. O povoamento da terra, d'antes desconhecida e inculta. O Ceará logo se tornou conhecido a ponto de, em 1720, já estar devassada toda a Capitania.

Saliente-se que, para ambas partes, a existência humana transformara-se em um verdadeiro pesadelo. Para o autóctone, o dono legítimo do solo, a espoliação do mesmo, o trabuco, o mosquete, o bacamarte, o cativeiro. Concorrendo tudo isto para o seu aniquilamento. Para os sesmeiros, as naturais repulsas dos selvagens. Seus freqüentes atos de hostilidades. Assaltos, pilhagens, mortandades. Imperando, desta forma nas fazendas e povoações, o terror, o desassossego, o perigo de suas vidas.

Disto tudo se colige que não é, a toque de caixa de guerra, que se constrói, nem se civiliza, nem se humaniza. Violência gera violência.

Neste particular, não se pode, de forma alguma, obscurecer a ação salvífica e patriótica da igreja, desde os primeiros vagidos do solo cearense.

Se do emprego das armas, resultou o terror, o espanto, a extinção dos míseros indígenas, constatamos, por outro lado, que, do emprego dos meios evangélicos da igreja, surgiram maravilhosos resultados, por todos os quadrantes do Ceará. Aldeias, Terras de Missões, Povoações, Vilas, Cidades, A Ordem, o Progresso, A Civilização. Soerguendo-se tudo isto, de solo cearense acima, sob o bafejo da Fé Cristã, a evangelizadora dos povos.

Em todos os núcleos, que se iam formando na Capitania, diz Antônio Bezerra de Menezes, os primeiros edifícios, que se erguiam, com o auxílio de todos, eram as Igrejas, numa praça, em torno das quais se construíam as habitações. Os povoados iam começando por uma capela ou casa de oração. [26]

Com efeito, o índio de nossas selvas, chamado ao grêmio da Igreja, contribuiu, em larga escala, para a densidade demográfica e grandeza do Ceará, de que não nos cansamos de afirmar, somos leais filhos.

Digitalizado com CamScanner

SEGUNDO CAPÍTULO

ORIGENS COLONIAIS DO ICÓ

O capítulo em apreço, consta dos seguintes itens: Causas da colonização e povoamento do Nordeste. Conceitos do termo Icó. Seus vários períodos históricos. Geo-econômica das famílias fundadoras de Icó.

Semelhante divisão facilitar-me-á a falar com clareza, estabelecendo e justificando as primitivas ocorrências do Icó, dentro de sua época exata.

CAUSAS DA COLONIZAÇÃO E POVOAMENTO NO NORDESTE

Por um direito de ordem natural, o verdadeiro dono das nossas terras devia, ainda, ser a descendência de nosso autóctone. O alienígena europeu foi, com efeito, um invasor.

Mas, este fenômeno de ordem social e humana resultou do imperativo da civilização ocidental. Esta, por seu turno, trouxe-nos seus métodos de progressos, seus idéias morais, suas crenças e cultura.

Da teoria, porém, para a prática, o luso-brasileiro deu um pulo na escuridão dos sertões desertos e, ai, vendo-se só, claudicou, em pontos de ordem natural, humana, moral e cristã. Para se impor, mister lhe foi o emprego de meios drásticos injustos e anti-cristãos.

Destarte, a conquista de nossas terras e dos seus aborígenes foi fazendo, como, de fato, se fez, à força bruta.

Entre as muitas causas do desbravamento do solo nordestino, ressaltam-se as seguintes: o desejo desenfreado de possuir bons terrenos de criação de gado, a cobiça do lucro fácil por via do cativeiro dos nativos, o sonho acalentado de minas de ouro, de prata e pedra preciosas.

Também, a ocupação holandesa. O litoral do Nordeste ocupado militarmente por gente da Batávia, com os seus vexames de guerra, forçou o luso-brasileiro a se transportar das praias para o interior, povoando os nossos sertões, d'antes ignotos. (1)

Os estudiosos das causas nordestinas apontam, porém, como causa preponderante do povoamento de nosso solo, a obtenção de terras "Pensamos com Basilio de Magalhães que a conquista do Nordeste não se deveu à ânsia do ouro ou da pra. ou da préia de índios e sim ao alargamento da zona de criação. (2)

Este conjunto de causas, posto em execução pelas entradas e bandeiras, expedições e excursões, justifica, plenamente, a razão de ser da penetração colonial, em nossa hinterlândia tropical.

O povoamento centro-sul cearense procedeu, como conseqüência natural dos fatos e topografia regional, dos estados limítrofes. Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe. As principais vias de acesso para essa conquista foram os canais fluviais. O São Francisco, o Jaguaribe, o Rio do Peixe e seus respectivos afluentes.

Digitalizado com CamScanner

CONCEITO DO TERMO ICÓ

Icó é uma palavra de origem indígena, significando Água ou Rio da Roça. Era, ainda, o nome de uma tribo tapuia, da Nação Cariri, radicada nas margens do Salgado até o Rio do Peixe - Souza. [3, 4]

Chamava-se Ribeira ou Sertões dos Icós ao território que estava, sob o senhorio dessa tribo.

Icó é, também, o nome de uma árvore que abunda nas várzeas jaguaribanas, resistindo sempre verde ao rigor do verão. Produz uma fruta do tamanho de uma pitomba, nociva aos animais, porque os embebeda. É uma planta da família das Caparidáceas, conhecida também por Icozeiro. [5]

Icó, o nome atual de uma cidade, município e paróquia do Estado do Ceará. O seu onomástico é Cidade dos Sobrados.

PERÍODOS HISTÓRICOS DE ICÓ

Nos primórdios de sua formação sócio-político-eclesiástica, passou esta ancestral cidade do Jaguaribe, por várias etapas de pouca duração. Reduto ou Paliçada, o Icó do Fonseca, o Icó dos Montes ou Arraial Novo ou Sítio de Nossa Senhora do Ó do Icó.

REDUTO OU PALIÇADA

Querem estes termos dizer uma estacada defensiva ou um espaço de terras fechado, constituindo uma pequena fortaleza.

Nas proximidades do Icó de hoje, fora esse reduto ou paliçada, construído e sustentado pelos próprios moradores brancos, nos primeiros dias de seu advento, em 1682, cuja finalidade era a defesa e segurança de suas vidas, sob a diuturna ameaça do nativo.

Comprova a existência desse fortim, o seguinte relato histórico: "Contínuas correrias obrigaram os habitantes daquelas paragens a buscar abrigo junto a Fortaleza, onde estava o presídio, pois que tendo-se levantado um pequeno reduto, sustentado pelos próprios moradores dela, nem assim puderam resistir aos freqüentes assaltos dos selvagens". [6]

Para salvarem suas vidas, portanto, os nossos maiores icoenses tiveram que empreender uma jornada perigosa: Icó — Fortaleza. Tapuia nativo, além de conhecedor profundo do chão, andava revoltado, roubando, pilhando e matando.

FAMÍLIAS RETIRANTES

Após meticulosa pesquisa e estudos comparativos, pude descobrir os nomes de algumas famílias emigrantes da Ribeira dos Icós, em faces das contínuas escaramuças dos índios.

Relacionemos os fatos. Aportaram, em 1682, à ribeira dos Icós, os concessionários da segunda data de terra sobre o Jaguaribe. [7] De então a 1692, dez anos, por

Digitalizado com CamScanner

conseguinte, colonos e índios icoenses viveram em paz.

Assenta-se este meu asserto no teor da petição desses titulares, onde se lê: *"Com muitos trabalhos, fizeram pazes com os gentios bárbaros."* (8)

Em outro documento precioso, colhe-se a mesma informação a esse período de paz. Caetano de Melo de Castro, Governador de Pernambuco, em carta de maio de 1697, dá conta a El-Rei que a ribeira do Jaguaribe se vai povoando na forma, que a estava antes do levantamento do gentio. (9)

Não me consta, pela história, ter havido, durante o intervalo dessa década pacífica, rompimentos sérios, entre brancos e nativos do Icó. Só mútuas e naturais desconfianças, que foram tomando vulto até a eclosão das lutas cruentas de 1692.

A partir de então, vários fazendeiros transportaram-se, temporariamente, das terras icoenses, para junto do presídio de Fortaleza, onde suas vidas ficaram, sob a égide do capitão-mór, governador do Forte de Nossa Senhora da Assunção.

Na leva dos retirantes, estavam as famílias de João da Fonseca Ferreira, de seu cunhado e sócio Domingos Paes Botão, de outros membros da família Fonseca Ferreira, de Gregório de Figueiredo Barbalho e Cristóvão Soares de Carvalho. (10)

PROVIDÊNCIAS TARDIAS DO GOVERNO

Decidiu-se este a fechar as portas, depois de terem sido os fazendeiros icoenses roubados em seus gados e imoladas, pela fúria dos indígenas, sete pessoas brancas. Eram estas conhecidas, na crônica, pelos Homens do São Francisco. O massacre ocorreu no Rio das Pedras, o primitivo Oriabebo dos índios, município atual de Solonopole.

Por tal fato, essa antiga localidade sertaneja recebeu o nome do Sítio dos Defuntos. Teve, em ordem cronológica, a seguinte toponimía: Oriabelo, Rio ou Riacho das Pedras, Sítio dos Defuntos, Riacho do Sangue, Cachoeira. O atual de Solonopole.

Seis nomes, portanto. A mania do brasileiro de permutar nomes de localidades, que, muitas das vezes, não correspondem à realidade dos fatos primitivos, é-nos prejudicial e dificulta enormemente os estudos de história.

O documento, que faz luz sobre as providências do governo cearense, é o que se segue: "Em 1693, mandou o capitão-mór Fernão Carrilho construir três Casas Fortes de Estacadas, no Jaguaribe. Assinalou-se, nesse mesmo ano, por notáveis vitórias sobre os Icós, Paiacús e Careteús. (11)

Apesar das salvadoras medidas do então chefe-mór cearense, alguns dos fazendeiros, porém, demoraram, fora da ribeira dos Icós, uns doze anos aproximadamente. (12)

Digo alguns, porquanto poderiam ter, perfeitamente, permanecido nessas paragens assombradas, outros colonos afoitos, de pazes feitas com os selvagens nativos. Ou então armados e aquartelados em casas fortes, pois que os índios grande pavor incutiam as armas de fogo.

No boqueirão de Óros, por exemplo, desde 1682, residia Paulo de Montes que, em abril de 1702, fora nomeado capitão de cavalos do distrito desse boqueirão do Jaguaribe para cima. Outra figura simpática da ilustre e patriarcal família Montes, também, fazendeiro icoense, era o capitão João de Montes Bocarro. (13)

Digitalizado com CamScanner

O ICÓ DA FONSECA

Há, na crônica deste vetusto município cearense, dois fatos Interessantes e, atualmente, meio desconhecidos. Houve dois Icós, o de baixo e o de cima.

O mais antigo é o primeiro, cujo fundador foi o coronel João da Fonseca Ferreira, herdeiro na segunda data de terras sobre o Jaguaribe.

O segundo é a atual cidade de Icó, cujo fundador foi o coronel Francisco de Montes Silva.

O arraial do Fonseca, por ele levantado, assentou-se na passagem do Bom Sucesso, pouco mais ou menos, uma légua abaixo da cidade do Icó. Em virtude do desaparecimento do poço que, pelas inundações, um ano, por outro, mudava-se umas vezes para baixo, outras vezes para cima, fundou-se novo arraial, o de Montes. (14)

A data de sua construção não foi elucidada, ainda, pela crônica, ocorrendo, dessa forma, duas hipóteses, aliás prováveis.

Indícios diversos existem de ter sido edificado, antes de 1700. Pois que, os donatários da segunda data sobre o Jaguaribe, emigrados em 1682, na Ribeira dos Icós, não tiveram obrigação de confirmar e demarcar as suas terras. (15)

E, deste modo, tomaram posse dos seus quinhões de terras, sem outras imposições ou complicações legais, até 1702, ocasião, em que foi expedido um edital do Capitão-Geral de Pernambuco, D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, regulamentando a matéria, para salvaguardar os interesses da Coroa Real, prejudicados com a não confirmação e demarcação. (16)

Diga-se, ainda, que o fundador do primeiro Icó, ao pedir outras terras, em 1706, no Rio Salgado, declara, entre outras coisas, as seguintes: "*que tem povoado há anos, estas terras, com casas e currais*".

Informando ao capitão-mór sobre esse pedido do Fonseca o escrivão das Datas, Crispim de Souza Crespo diz ser o mesmo, herdeiro na data dos Homens do São Francisco. Ora, estes sertanistas chegaram ao solo icoense, em 1682. (17)

O coronel Fonseca, além do mais, ofertou, em 1696, a El-Rei terras suas para uma Aldeia de Tapuias, no Jaguaribe. Sua Majestade aceitou e agradeceu a oferta, mandando-lhe dar um auxílio para a fábrica da Igreja e ajuda aos missionários, que se empregaram na missão. E, em janeiro de 1698, escrevendo El-Rei ao Capitão-General de Pernambuco, Caetano de Melo Castro, fala sobre a permissão dada a João da Fonseca Ferrei, para organizar, em suas terras, uma aldeia de índios e sobre a nomeação de um padre para a dita Aldeia do Jaguaribe. (18)

Em face deste conjunto de indícios, bem razoáveis são, portanto, os motivos por que se possa afirmar a construção do primeiro Icó, antes do ano de 1700.

Tem-se, porém, o direito de pensar que o Icó do Fonseca fora edificado, depois de 1704, porque, foi, nessa data, que o primeiro povoador dos pagos icoenses alcançou, por titulo de doação, as terras, onde levantou o Arraial, conhecido na história por Velho, em contraposição ao Novo, levantado em 1708. (19)

Entretanto, opto pela primeira hipótese e rematando o assunto de ambas, ressalto o que, de fato, existia. Seus elementos básicos: um poço d'água, um curral, uma casa de vivenda, uma fazenda, um arraial. Eis o Icó de Baixo do Fonseca, cujo apare-

Digitalizado com CamScanner

cimento do mapa icoense deveu-se ao trabalho de erosão das águas do Salgado e a ação extalítica de elementos naturais.

ICÓ DOS MONTES

Durante esses prístinos dias, a terceira fase histórica de Icó tivera outras denominações, a saber: Arraial Novo de Nossa Senhora do Ó, Sítio de Nossa Senhora do Ó, Povoação do Salgado.

Arraial, significa aldeola, lugarejo, festa campestre, acampamento militar. Lugar, onde se juntam romeiros, e, em que há abarracamentos de comestíveis, ornamentações, música, fogos etc. O termo, em apreço, e corruptela de real. Um gesto de aclamação dos Reis portugueses.

Sítio, entre os vários significados, destacam-se os seguintes: Estabelecimento agrícola, de lavoura, fazendola, moradia rural, o campo.

Na documentação sesmeira, porém, Sítio é sinônimo de povoação, porquanto as datas de terras eram concedidas aos vassalos lusas, sob a cláusula de situá-las ou povoá-las, sob pena das mesmas caírem em comisso.

Icó dos Montes, esta expressão indica-nos que fora a edificação de famosa cidade de Nossa Senhora da Expectação iniciada por aquela respeitável e célebre figura colonial.

E, de fato, o foi. Chamou-se Arraial-Novo, em contraposição ao Arraial Velho, levantado pelo coronel João da Fonseca Ferreira. Esse Arraial Novo é hoje a cidade de Icó. (20)

E a atual cidade do Icó assenta-se em terras, que foram do coronel Francisco de Montes Silva. (21)

Em 1708, Gabriel da Silva do Lago viera ao centro da Capitania e estabeleceu, no Icó, um Arraial para proteger os moradores ameaçados pelo gentio Icó, conseguindo fazer tudo, sem perda alguma de gente, não obstante a irritação dos indígenas. (22)

Saliente-se que o Ceará esteve sob o governo deste nosso antigo magistrado, de 1706-1710, que, conforme o estilo do tempo, exercia duas altas funções públicas, a de capitão-mór do Ceará Grande e a de Governador da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

Não obstante a irritação dos indígenas, os aborígenes do Icó não viram, com bons olhos, a ereção desse Arraial Novo.

E não era para menos, porquanto a experiência, que obtiveram com uma longa série de ocorrências sanguinárias, entre gentes brancas, mestiças e nativas, havia criado um ambiente de fundas divergências e formado um pé de guerrilhas infindáveis.

Ao tapuia, porquanto, despojado que foi de suas terras, perseguido, preado, expulso e trucidado, assistiam sobejas razões de se irritar e de fazer oposição ao branco dominador.

O assunto, de que trato, confirma-o uma carta régia, que transcrevo, ipsis verbis, datada de 6 de junho, de 1709, endereçada ao Capitão-General de Pernambuco, Sebastião de Castro Caldas. "Eu El-Rei. Etc.... O capitão-mór do, Ceará, Gabriel da

Digitalizado com CamScanner

Silva do Lago, em carta de 27 de junho de 1708, me deu conta de que constando-lhe das hostilidades e insultos que o gentio bárbaro Icó fazia aos moradores daquela ribeira e receioso de que este desamparassem suas fazendas, os mandara socorrer e fazer arraial para a segurança dos povoadores, que ainda existiam, sendo freio às insolências que padeciam; indo o dito capitão a reduzir e apaziguar aqueles bárbaros, o que conseguira, sem perda alguma de vassalo meu, nem despesas de minha fazenda. E pareceu-me ordenar-vos examineis se o dito capitão-mór obteve bem, neste particular, e se foi preciso a persistência desse Arraial para impedir as hostilidades dos índios. A experiência tem mostrado que se aceitam, muitas vezes, estes pretextos para se lhe fazer guerra menos justificadamente. Escrita em Lisboa, a 6 de junho de 1709. El-Rei". (23)

ICÓ – ARRAIAL DE NOSSA SENHORA DO Ó

O documento para provar essa antiga denominação de Icó repete-se, em onze datas de terras, ali, doadas, em 1719.

Eis um deles: "Dada e passada neste arraial de Nossa Senhora do Ó, aos quinze dias do mês de julho de mil e setecentos e dezenove". (24)

ICÓ – SÍTIO DE NOSSA SENHORA DO Ó DOS ICÓS

Na mesma fonte, encontra-se mais esse outro topônimo de Icó. Colhe-se de vários atos oficiais, ali, ocorridos, em 1722.

Para amostra da verdade, cito um: "Dada e passada neste Sítio de Nossa Senhora do Ó dos Icós, aos dez dias do mês de julho de mil setecentos e vinte e dois anos." (25)

O emprego de tal nomenclatura aplicou-se, também, a várias localidades cearenses de então. Fortaleza, São João do Jaguaribe, Quixaramobim etc.... já, nesses longes históricos chamaram-se de Sítio.

Lê-se em Barão de Studart que o nome primitivo de Icó era Arraial de Nossa Senhora do Ó. (26)

Eis, pois, em traços gerais, o Icó do Montes, de quem, logo mais, ocupar-me-ei, detalhadamente.

A GEO-ECONOMIA DAS FAMÍLIAS FUNDADORAS DO ICÓ

Serviu de base econômica aos primeiros povoadores de Icó, a segunda data de terras, donde tiraram sua subsistência.

O criatório era-lhes, para começo de vida, a fonte de rendas mais fácil e possível.

Se, contudo, havia lavouras, era coisa muito insensível, ainda, pois que a terra, com a penetração do alienígena, ia dando os seus primeiros brados de civilização.

Saliente-se que tais terras foram-lhes doadas pelo Mestre de Campo General do Brasil e Governador da Bahia, Roque da Costa Barreto, aos 24 de janeiro de 1682. (27)

Digitalizado com CamScanner

Seus donatários foram o capitão Bartolomeu Nabo de Correio e quarenta companheiros. Era uma expedição, sob o comando deste capitão.

Criadores que eram, sem terras bastantes para acomodar seus gados, em terras alheias, pagando rendas caras, sem possibilidades de incrementar o criatório, dispuseram-se, então, a marchar para um Rio, que descobriram, chamado pelo Tapuia, **Jaguaribe**.

Instalando-se, com currais de gados e casas de vivenda, disseminaram-se pelas ribeiras dos Icós, dos Quixelôs, Riacho do Sangue e circunvizinhas. A taxa de terras concedida constava-lhes de 12 léguas de comprimento, por 12 de largura, ficando em meio, o Jaguaribe.

Outros detalhes preciosos colhem-se dessa peça sesmeira. Os seus donos, em seus requerimentos, afirmam: "Haver descoberto tais terras, com o risco de suas vidas e largas despesas de suas fazendas ... Com muito trabalho, fizeram pazes com os gentios bárbaros... Ditas terras nunca vistas, nem descobertas por pessoa alguma". [28]

Chamou-se de data dos Homens do São Francisco ou da Ribeira dos Icós essa celebre doação sesmeira, tirada, na Bahia, nas eras de 1682.

A metade de seus titulares perdeu o direito à posse, por prescrição. A outra parte, até abril de 1702, permanecera, sem ter obrigação de confirmá-la e demarcá-la. [29]

PRIMEIRA FAMÍLIA DO ICÓ

Seus principais membros: Agostinho da Fonseca, Simão da Fonseca Ferreira, João da Fonseca, Maria da Fonseca, Bernardo da Fonseca. [30]

SEGUNDA FAMÍLIA DO ICÓ

Seus principais membros: Antônio de Montes Pereira, João de Montes, Antônio de Montes, Paulo de Montes. [31]

PRIMEIRO POVOADOR OU FUNDADOR DO ICÓ

Sua crônica. O primeiro e heróico desbravador das terras icoenses, como os demais do seu tempo, era donatário de várias sesmarias, sitas em diversos pontos da capitania.

Seus principais feitos alicerçaram-se em suas datas, coadjuvadas por outras fontes históricas. Para melhor compreensão, seguem os fatos, em ordem cronológica.

22 de fevereiro de 1694: Data de Sesmaria de Domingos Paes Botão e João da Fonseca Ferreira, moradores nesta Capitania, de duas sortes de terras, uma para cada, entre o Cascavel e o lugar chamado Malcozinhado, na estrada que vai para o Choró, concedida pelo capitão-mór Fernão Carrilho. [32]

A obtenção destas terras, nas adjacências de Fortaleza, fora uma conseqüência natural da invasão dos gentios bárbaros Cariris e Icós, que se achavam confederados contra os brancos, em 1692, na ribeira dos Icós.

No seu próprio requerimento, declaram são moradores na capitania e necessi-

Digitalizado com CamScanner

tam de terras para acomodar parte de seus gados e fazer suas lavouras. (33)

Acrescente-se, ainda, a palavra abalizada de Tristão de Alencar Araripe: "*Os habitantes da ribeira dos Icós, em face das correrias e vexames de guerras, abrigaram-se junto ao presídio de Fortaleza, onde lhes havia garantia de vida*". (34)

Por laços de parentesco de afinidade, ligavam-se os coronéis Botão e Fonseca. Este era daquele cunhado e sócio. (35)

Nas cercanias da atual sede paroquial de Bom Jesus Piedoso do Quixelô, distrito de Iguatu, existe, ainda hoje, um sítio por nome Botão.

Na realidade, é uma lembrança quase trissecular do colono Domingos Paes Botão. "Diz Antônio da Fonseca Ferreira, morador desta ribeira do Jaguaribe, que ele suplicante, havera treze anos, pouco mais ou menos, que tem seus gados na dita ribeira e não tem de presente terras em que os possa acomodar... quer ele suplicante situar os seus gados em um sítio na ribeira do Quixelô, o qual fica pelo Jaguaribe acima, na parte chamada o Poço das Piranhas, uma légua e meia, começando à marcação do mesmo Poço... até entestar com **Domingos Paes Botão**."

Tal sorte de terras foi-lhe concedida, em fevereiro de 1708, pelo capitão-mór Gabriel da Silva do Lago. (36)

Nos longes desses tempos, destaque-se ainda, era muito comum as fazendas e datas de terras receberam o nome de seus primitivos senhores.

Destarte, a crônica cearense registra vários casos e, entre estes, o do Sitio Botão, por ter nele morado ou dele ter sido o dono, o coronel Domingos Paes Botão, esta é, também, a opinião abalizada de Antônio Bezerra de Menezes, um dos maiores pesquisadores de nossa história. (37).

POÇO DAS PIRANHAS

Apesar da ação erosiva das águas do Jaguaribe, durante muitas décadas de história a dentro, este Poço limítrofe do Sitio Botão, vê-se, ainda hoje, zombando do ímpeto aniquilador da natureza.

O homem, porém, coadjuvado pela técnica moderna, suprimi-lo-á, breve, do mapa iguatuense, pois que as águas da decantada Barragem de Orós cobrir-lo-ão, totalmente.

E as Piranhas. que tanto que fazeres vinham dando, um assunto liquidado, porquanto o timbó do governo federal, jogado, ultimamente, sobre as águas do seu perímetro, extinguira semelhantes peixes, famosos pelo seu instinto de voracidade.

E, neste termos, adeus história do Poço das Piranhas, tão mais antiga que a da própria colonização da terra. Coevos seus, certamente, só os Tapuias Quixelôs, porquanto, conforme estudos pré-históricos comparativos à presença do amerígena, em terras cearenses, remonta-se a cinco milênios, antes de Cristo. (38)

Domingos Paes Botão, em fevereiro de 1704, vinha ocupando o cargo público de vereador da famosa Câmara do Aquiraz. Depreende-se-no de sua a assinatura na carta, que os oficiais da Vila de São José de Riba-Mar endereçaram a El-Rei, pedindo, entre outras coisas, a extinção dos bárbaros Tapuias Paiacús. De humanos, diziam os edis de Aquiraz, só tem a forma. (39)

Assentamentos do Primeiro Livro da Paróquia de Icó (1782-1783) garantem-

Digitalizado com CamScanner

nos que a atual geração Paes Botão do Icó e municípios confinantes descende daquela respeitável figura colonial, que fora o décimo sexto herdeiro na data geral dos Homens do São Francisco. Descendentes seus eram o sargento Diogenes Paes Botão, que, nas eras de 1736, fora fazendeiro na ribeira do Jaguaribe; Diogo Paes Botão (filho ou neto), que em 1747, vinha ocupando o cargo de juiz ordinário do Icó;

O vereador do Icó, dos idos de 1752, Domingos Paes Botão. [48]

14 de dezembro de 1696: Carta Régia ao capitão João da Fonseca Ferreira aceitando e agradecendo a oferta que ele fizera de terras suas para uma Aldeia de Tapuias no Jaguaribe e bem assim de um auxílio para a fábrica da Igreja e ajuda aos Missionários, que se empregaram na dita Missão. E, em 10 de janeiro de 1698, El-Rei escreve a Caetano de Melo de Castro sobre a permissão dada a João da Fonseca Ferreira para organizar em suas terras, uma Aldeia de índios. [41, 42]

17 de janeiro de 1698: Carta Régia a Caetano de Melo de Castro sobre a nomeação dos missionários e párocos das Aldeias. Foi suscitado, a propósito o caso da nomeação de um padre para a Aldeia de João da Fonseca Ferreira. [43]

28 de agosto de 1704: Data de sesmaria do capitão João da Fonseca Ferreira e de Antônio da Fonseca Ferreira, de duas sortes de terras, uma para cada, no Rio Salgado, pelas ilhargas do Jaguaribe, concedida pelo capitão-mór Jorge de Barros Leite. [44]

Do capitão Fonseca era o Antônio ou filho ou sobrinho, pois que, ambos foram sócios na concessão destas terras.

Na lista geral dos expedicionários do regimento do capitão Bartolomeu, não consta o nome deste Antônio. Ora, isto quer dizer ou chegou pequeno ainda aqui, em 1682, ou, então, vagiu na ribeira dos Icós.

12 de novembro de 1706: Data de Sesmaria do Capitão João Fonseca Ferreira de uma sorte de terra, no salgado, concedida pelo capitão-mór Gabriel da Silva Lago. [45]

O começo dos limites destas terras eram do Poço do Arraia, o Velho, cujo feitor e dono era o próprio peticionário. Tais terras foram-lhe herança da data dos homens do São Francisco. [46]

21 de janeiro de 1708: Data de Sesmaria do capitão João de Ferreira, de uma sorte de terras, sobre o Jaguaribe, concedida pelo capitão-mór Gabriel da Silva do Lago. [47]

Por tratar-se de um documento precioso, transcrevo do original, a parte que nos interessa: "Diz o capitão João da Fonseca Ferreira morador nesta Capitania, que ele foi dos primeiros povoadores da ribeira do Jaguaribe. Assistiu sempre nas guerras com a sua pessoa e fazenda, como é notório, e ele suplicante é interessado na data do Jaguaribe que se concedeu ao capitão Bartolomeu Nabo de Correia. E, como ele suplicante foi o primeiro povoador, em cujas povoações perdeu muitos gados roubados pelo gentio bárbaro, por sustentar, como sustentou, fazendo **Casa Forte** no Sítio Jaguaribe-Mirim, no qual assistiu com muitos homens a sua custa... visto ser o primeiro povoador etc."

O primeiro povoador. Em outros termos, o pioneiro desbravador das terras incoenses, com instalação de currais de gados e casas de vivenda.

Assistiu sempre nas guerras. Aqui, o titular sesmeiro faz referências às

Digitalizado com CamScanner

várias expedições, organizadas para bater o índio levantado do Jaguaribe. Fazer-lhe, nessas eras, guerra de extermínio era um ato de patriotismo, recompensado pelo governo lusitano.

Por esta razão, o capitão Fonseca, para alcançar tais terras, alega ao então preposto d'El Rei seus serviços prestados, com pessoa e fazenda, à Coroa.

Perdeu muitos gados roubados pelo gentio bárbaro. Como fazendeiro que era, possuidor de uma notável criação de gados, fora uma dos vítimas dos ataques e pilhagens dos índios Icós e Cariris em 1692. [48]

Fazendo Casa Forte no Sítio Jaguaribe-Mirim. A posição geográfica desta sesmaria foi no atual município de Jaguaribe. O sítio do Jaguaribe-Mirim deu origem à cidade de igual denominação. A casa forte, de que fala o documento, fora construída em 1693. sobre as margens do Catingueira e Santa Maria, o antigo riacho Jaguaribe-Mirim.

Explica-no outro dado. "O capitão-mór Fernão Carrilho, em 1693, assinalou-se por notáveis vitórias sobre os Icós, Paicús, Carateús e mandou construir três Casas Fortes de Estacada, no Jaguaribe. [49]

O motivo de sua edificação outro não fora, senão o massacre dos brancos, praticado pelos tapuias nativos, no ano anterior. Uma medida, portanto, de precaução contra a ferocidade natural dos selvagens.

OS JAGUARIBE-MIRIM E O RIO QUIXELÔ

Origens desta toponímia. Sob outros ângulos geográficos, era visto e chamado pelos primeiros sertanistas, o nosso maior curso d'água. Jaguaribe era apenas o percurso da sua foz; Aracati até a sua confluência com o Salgado-Icó.

Essa nomenclatura, com efeito, atingiu, por algumas décadas, o baixo e médio Jaguaribe. O alto, naqueles prístinos dias, chamava-se por outros nomes.

Explica-se: os nossos primitivos colonizadores, ao chegarem na junção Salgado-Jaguaribe-Icó, tiveram sérias dúvidas qual dos dois braços fluviais era o Jaguaribe propriamente dito, dado o igual volume d'água destes famosos afluentes sertanejos.

Levantou-se-lhes uma questão de ordem topográfica; para redimi-la, denominou-se de Rio Jaguaribe-Mirim ao Rio Salgado, por conter águas salobras, cuja drenagem faz o mesmo rio sertanejo das fontes da Chapada-Cariri- Novo.

Ao outro braço fluvial, que nasce nos sertões dos Inhamuns, chamou-se de Rio Quixelô, por demorar, sobre suas margens, uma tribo tapuia bárbara de idêntico nome, cujo centro de evangelização foi a atual cidade de Iguatu.

Saliente-se que, conforme a opinião mais sólida e viável, foi um padre carmelita, o edificador da primitiva capelinha de Senhora Santana, dando desta forma, estilo de povoação ao antigo Sítio da Telha. Em 1729, já existia a Missão da Telha, hoje a Matriz de Iguatu.

Um asserto de Antônio Bezerra de Menezes em "Algumas Origens do Ceará", coaduna-se perfeitamente com o pensamento da época. "Chamou-se também Ribeira do Quixelô, o percurso do Jaguaribe, da junção com o Salgado até as suas renascenças".

A terminologia Ribeira do Quixelô, Rio do Quixelô, Ilhargas do Quixelô data

Digitalizado com CamScanner

dos anos de 1705 e 1717, respectivamente. E, hoje, é o **Jaguaribe**, propriamente dito.

A documentação sesmeira, além de confirmar esses nomes conservou-os, por vários decênio.

Correlacionada com esta questão de topografia colonial depara-se-nos outra, cuja elucidação só nos é possível fazer à luz dos documentos do tempo.

Houve, no Ceará-colônia, dois Jaguaribe-Mirim. O primeiro, pelo que sei, remonta o ano de 1705. Uma sorte terras, na ribeira dos Icós, sobre o riacho do Gil, o antigo da Palma e, hoje o da Pendência, traz o seguinte informe precioso: "Rio Jaguaribe-Mirim ou por outro nome Rio Salgado."

O segundo Jaguaribe-Mirim é de 1708, em uma data de sesmaria, sobre o Riacho de idêntica denominação, hoje catingueira; e Santa Maria, em Jaguaribe.

O estudioso das coisas cearenses por falta de uma distinção entre os termos Rio e Riacho, pode incidir em vários equívocos históricos, datar e localizar, erradamente, fatos primitivos, ocorridos em situações topográficas diferentes.

Destarte, o Salgado, o antigo Jaguaribe-Mirim, era chamado de **Rio**, pelos nossos maiores. Sobre suas margens, algumas célebres cidades de nossa hinterlândia acham-se, hoje, chancadas. Subindo-se o Salgado, partindo-se de sua confluência Icó é a primeira que se nos apresenta.

O Catingueiro e Santa Maria sempre foram citados na documentação antiga com o título de Riacho Jaguaribe-Mirim E este deu origem à cidade de igual nome, situada nas partes do Médio Jaguaribe.

Ressalta-se esta toponímia de diversos documentos, mormente, das sesmarias. Reputa-se esta fonte, como a certidão de batismo da Terra da Luz.

E, na verdade, requerendo concessões de terras aos prepostos d'El-Rei, na Capitania, nelas fixou-se, com currais de gados e casas de vivenda, o nosso protoparente alotóctone, desbravando e povoando o solo cearense, até então, maninho. (50 a 52)

21 de janeiro de 1708: Data de sesmaria do capitão João da Fonseca Ferreira, de uma sorte de terras de duas léguas, sobre o Riacho Jaguaribe-Mirim, concedida pelo capitão-mór Gabriel da Silva do Lago.

O donatário desta sorte data doou-a a seu genro, o coronel Manoel Cabral de Vasconcelos, que a vendeu ao padre Domingos Dias da Silveira, cura que foi da vila do Icó e esta foi arrematada em hasta pública pelo Padre João Martins de Melo. (53)

Completando este informe, diga-se que, de 1708 a 1753, foram seus donos, os seguintes titulares: Coronel João da Fonseca Ferreira; Capitão-mór das entradas Manoel Cabral de Vasconcelos; cura do Icó Padre Domingos Dias da Silveira; Padre João Martins de Melo e o Padre Frei João de São José, Prior do Convento de Nossa Senhora do Carmo da cidade da paraíba. (54 a 58)

Antônio Bezerra de Menezes, porém, equivocou-se em dois pequenos pontos. Na época em que Manoel Cabral de Vasconcelos recebera do coronel Fonseca o dote de sua esposa, não era aquele, coronel, ainda e, sim, capitão-mór das entradas. Tal transmissão de propriedade ocorrera em 1722. (59)

Seu outro equívoco: O Icó, quando o Padre Domingo Dias da Silveira curava-o não era Vila, ainda, porquanto, sua criação era deu-se em 1735 e sua instalação em 1738. (60)

Digitalizado com CamScanner

21 de fevereiro de 1708: Data de Sesmaria do capitão João da Fonseca Ferreira, de uma sorte de terras, na Lagoa do Velho, ribeira do Jaguaribe, concedida pelo capitão-mór Gabriel da Silva do Lago. (61)

Tal Lagoa situava-se sobre o Baixo Jaguaribe, em Russas. O escrivão das datas, Crispim de Souza Crespo, em sua informação ao capitão-mór afirma tais terras estarem prescritas.

Certamente haviam pertencido à algum donatário da expedição do capitão Manoel de Abreu Soares, que alcançou de Roque da Costa Barreto, na Bahia, em 1681, a primeira data de terras sobre o Jaguaribe.

O seu titular primitivo não as situou e, por isto, em face de lei régia, cairam as suas terras, em comisso.

O então fundador dos pagos icoenses, para obtê-las, alega, em sua petição, vários motivos: "Havera 25 anos, pouco mais ou menos, que assiste na ribeira do Jaguaribe, onde é morador e que, há 23 amos, povoou, com seus gados, a parte chamada Lagoa do Velho. Sempre ele suplicante assistiu com sua pessoa a tudo que se oferece na ribeira do Jaguaribe, assim nas guerras do inimigo bárbaro e, em outras ocasiões de entradas, com a sua própria fazenda".

21 de março de 1718: Data de Sesmaria do coronel João da Fonseca Ferreira e de mais dois companheiros, de três sorte de terras, uma para cada, sobre o rincho das Antas, à beira da terra do Riacho dos Porcos, entre o riacho da Cachoeira e os das Piranhas, concedida pelo capitão-mór Manoel Fonseca Jaime. (62)

A partir desta época, o primeiro homem público de Icó aparece nos anais históricos, com o título de coronel. O de capitão surgiu-lhe, em carta régia de 1696, quando El-Rei aceitou e agradeceu uma oferta sua de terras para organizar uma Aldeia de Tapuias, no Jaguaribe.

22 de maio 1722: Data de Sesmaria do coronel João da Fonseca Ferreira e de mais nove companheiros seus, entre os quais, alguns parentes seus e o Padre Pedro Barbosa Ferreira, de dez sortes de terras sobre a Chapada do Araripe (quase a serra toda, porquanto lhes foram doadas as trinta léguas de terras), concedida pelo capitão-mór Manoel Francês. (63)

03 de fevereiro de 1723: Data de Sesmaria do coronel João da Fonseca Ferreira de uma sorte de terra, de uma légua de comprido por uma de largo, em um sítio chamado o da Lagoa, sobre a Serra do Araripe, concedida pelo capitão-mór Manoel Francês. (64)

Entre outras coisas, diz o concessionário: "Vai por cinco anos que assiste no dito sítio da Serra do Araripe, o da Lagoa". Tal informe garante-nos que o Fonseca retirou-se da ribeira dos Icós em 1717, aproximadamente, passando a residir em terras dos Cariris Novos.

Em seu requerimento queixa-se ao capitão-mór do comissário geral Antônio Mendes Lobato e Lira e de mais outros herdeiros pelas fraldas da Serra do Araripe. Queriam estes usurpar o seu sítio, o do Lagoa.

Naturalmente, era uma bebida de gados e, como tal, um lugar muito ambicionado pelos fazendeiros. Mais fácil e cômodo lhes era dessedentar os seus gados na Lagoa do Fonseca do que trazê-los para as fontes dos pés de serra.

O gado, em estado de inanição, com a descida e subida de íngremes ladeiras,

Digitalizado com CamScanner

encontraria morte certa.

Ao capitão-mór Manoel Francês suplica o coronel Fonseca conceda-lhe as terras do sítio da Lagoa, pelo amor de Deus, circunstância esta insólita nas datas de sesmarias.

A esta época, já era proprietário de várias fazendas de gados, totalizando-os em quase trinta léguas de terras, e, por uma chora, agora, de amores, ao ponto de apelar para os sentimentos pios do governador da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

Disto se colige que a parada, na largura desses sertões desertos, estava-lhe bastante dura. Demonstra-no-lo havia Mouros na costa... Os Lobatos e outros mais da beira da Serra.

A vez do Fonseca Não correu muito tempo, que a vingança sua não alcançasse o coronel Montes e demais adversários seus.

Reputa-se, como certo no célebre episódio histórico Montes-Feitosas, atuara, como o conselheiro-mór dos últimos.

E não podia deixar de sê-lo assim, porque, como primeiro povoador do Icó, fora posto fora daí pelos Montes. E, como conhecedor profundo, que era do chão, chegara-lhe a oportunidade de agir em termos de vinditas. (Sic.)

Os vários fatos, que se sequem concatenados, comprovarão semelhante aspecto de sua vida. E algo que faltar, completa-lo-á a crônica do segundo chefe público do Icó.

20 de maio da 1724: Uma grossa tropa de gente entrou neste Cariri, vinda de Inhamuns, e se encorporou com o coronel João da Fonseca Ferreira e os Tapuias Genipapos e começaram a dar pelas casas dos moradores, prendendo e matando a sangue frio, não respeitando mulheres casadas, nem viúvas honestas, amarrando-as e levando-as, em suas companhias, de ribeira abaixo, para onde bem lhes parece. Fazendo tudo isto e mais outras barbaridades, por ordem, do Dr. Ouvidor Geral José Mendes Machado, parcial dos Feitosas, rivais da família Montes do Icó e de outros fazendeiros. (65)

14 de setembro de 1724: O Dr. juiz José Mendes Machado valeu-se do coronel João da Fonseca Ferreira, em contemplação dos Feitosas, com cujos sequazes se pôs em armas. E, ao som de caixas de guerra, respondeu ao povo (os Montes, seus aliados, os Icós e Calabaças), com duas cargas cerradas, com que lhes matou trinta e tantos homens, fora muitos outros feridos. O documento de que uso é longo e contem outros atos de hostilidades, até contra clérigos. (66)

15 de setembro de 1724: O Ouvidor José Mendes Machado, o coronel João da Fonseca Ferreira, os dois irmãos Feitosas, Lourenço e Francisco deram em casa do coronel Francisco de Montes Silva (Sítio Pilar) sob o falso pretexto de prenderem um criminoso, que diziam estava escondido na sobredita casa. Levaram-lhe as portas. Tomaram vinte sete ou trinta armas, que acharam e carregaram-nas, enquanto o coronel Francisco de Montes Silva estava em companhia do Dr. Ouvidor Geral do Ceará. Finalmente, desarmaram os homens, assassinaram mais outro homem na dita ribeira (Icó), descompondo os seus oficiais, homens e mulheres honradas, desonestamente tirando os brincos das orelhas e corais dos braços. Outras incríveis insolências, sob a influencia do Ministro José Mendes Machado, praticaram. (67)

Digitalizado com CamScanner

15 de setembro de 1724: O capitão-mór Manoel Frances escreveu uma carta ao coronel João da Fonseca Ferreira, dizendo-lhe ser parcial seu e dos Feitosas, o Dr. juiz José Mendes Machado. Ordenava-lhe se abstivesse e fizesse abster seus soldados das lutas, bem como acomodassem todos e deixassem ser retirado das ribeiras revoltadas o Dr. Ministro com os seus oficiais e bagagem. Caso contrário, considera-lo-ia por desleal a El-Rei e a seu serviço. (68)

08 de outubro, de 1724: Portaria do capitão-mór Manoel Francês ao comissário Pedro da Rocha Franco, do Jaguaribe, para que não fosse dado gente daquela ribeira ao Dr. Ouvidor Geral José Mendes Machado, por ter mostrado a experiência, que, pela justiça feita na sua correição, se alterou toda a ribeira do Jaguaribe, com o coronel João da Fonseca Ferreira, seus Tapuias Genipapos e outra nação de índios tem feitos mortes, roubos e outras hostilidades. (69)

03 de fevereiro de 1725: O coronel João da Fonseca Ferreira e os irmãos Feitosas tinham vindo dos Cariris Novos, onde, com suas tropas, já tinham assolado e destruido as fazendas dos Montes, mortos os seus vaqueiros e ao matariam também se não tivessem fugido.

Vindo dos Inhamuns, o Ministro José Mendes Machado encontrou-se com o coronel Fonseca, os Feitosas e suas tropas na Fazenda São Mateus e daí desceram, de ribeira abaixo, a dar nas casas dos outros Montes, em Icó,

O documento de que me utilizo é o requerimento do povo de todas as ribeiras do Jaguaribe, suas anexas e a do Ceará. É um instrumento histórico precioso, pois, as partes prejudicadas relatam todos os fatos da célebre pendência familiar, até aquela data, já ocorridos. (70)

10 de dezembro 1725: Um Natal para as ribeiras sublevadas.

O capitão-mór Manoel Francês, de acordo com um bando do Capitão General de Pernambuco, concedendo o perdão geral por todos os maléficos praticados, inclusive aos cabeças da revolta, queixa-se de que só não obedeceu às suas ordens de pacificação geral, o coronel João da Fonseca Ferreira, que fugiu com o tapuia para o Piancó. (71)

08 de março 1726: Edital do capitão-mór Manoel Francês, que, em faces das notórias hostilidades e mortes já cometidas pelos Feitosas e Montes, e havendo ameaças das duas famílias pegarem, de novo, em armas, ordenou os Tapuias Icós, Genipapos e Quixerarius não pegassem em armas contra os brancos e fossem retirados para o Piauí.

Ordenou, outrosim, para o sossego da Capitania, ficasse fora das ribeiras do Jaguaribe, o coronel João da Fonseca Ferreira, os irmãos Feitosas e seus sequazes. Fora, também os coronéis Antônio Mendes Lobato e Lira, Manoel de Souza Barbalho, Teodósio Nogueira de Lima, Antônio Gonçalves de Souza, todos estes ao lado dos Montes. (72)

02 de abril de 1731: É desta data um indício histórico, embora vago, dando, como já defunto, o coronel Fonseca. O Dr. Ouvidor do ceará, Pedro Cardoso de Novais Pereira, em carta a El-Rei, roga-lhe dissimular os castigos da sublevação dos Montes-Feitosas, porque os principais são já falecidos. (73)

Eis, pois, em ordem cronológica, o relato da vida do primeiro e heróico povoador do Icó, o coronel João da Fonseca Ferreiro, que chegara ao Ceará, em

Digitalizado com CamScanner

1682, e falecera, entre os anos 1726 - 1731, tendo, na época, uns 65 anos de idade aproximadamente.

SEGUNDO FUNDADOR DO- ICÓ CORONEL FRANCISCO DE MONTES SILVA

O alvo principal das várias levas emigratórias de sertanistas residia na avidez de logo se locupletar, em nossos sertões.

Para tanto, boas terras para instalação de fazendas de gados, a única vai de enriquecimento da época, constituíam a sua primeira preocupação.

Por isto, os terrenos ribeirinhos, por causa de sua, valiosa constituição, fertilidade e abundância d'água eram os mais preferidos pelos nosso avoengos.

O segundo fundador do Icó, como os demais patrícios seus do tempo, foi proprietário de algumas datas de sesmarias, locadas na ribeira dos Icós e outros pontos alencarinos.

PRELÚDIO DE SUA CRÔNICA: OS MONTES, NO CEARÁ

Primeira leva desta família. Os Montes primitivos, componentes da expedição do capitão Bartolomeu Nabo de Correia, em 1682, eram quatro: Antônio de Montes Pereira, João de Montes, Antônio de Montes, Paulo de Montes.(74)

Não resistindo às agruras da vida, na maninhez de nossos sertões, os Montes, os Antônios retornaram aos seus pagos. O único documento, que deles nos dá notícia, é essa data de sesmaria geral, tirada da Bahia, nas eras de 1682.

Para solidificar nosso parecer, existe um informe coevo, que, muito embora não decline seus nomes, faz, porém, referência à sua ausência do Ceará. Vê-lo-emos, linhas adiante.

Presumimos, pois, tenham os Antônios regressado a Penedo, uma cidade alagoana, vetusta, edificada, em anfiteatro, sobre as margens esquerdas do São Francisco. Dela, procederam os Montes,

E não fora para menos, a sua atitude de arribada, pois que se viram desolados, em terras estranhas. Outra gente, outros hábitos, outra língua e outros quadros. Em sua vida, tomaram vulto a sensação nostálgica de seu rincão e a realidade intangível de um sertão misterioso e agro.

PAULO DE MONTES

Herdeiro de uma sorte de terra, na segunda data sobre o Jaguaribe, o Paulo radicou-se logo, nos primeiros dias de sua chegada, no famoso boqueirão do Orós. E, aí, permanecera até à sua morte. Infere-se-no do que se segue: "As patentes para a ribeira do Icó só foram expedidas, a primeira de capitão de cavalos do distrito do Boqueirão do Jaguaribe para cima, aos vinte e seis de abril de 1702, para Paulo de Montes". (75)

Apesar de não encontrarmos nenhuma sesmaria, de que tivesse sido donatário, não vem isto, porém, anular o fato de ter fixado residência, em Orós, porquanto um

Digitalizado com CamScanner

capitão-mor do Ceará, da segunda década do século dezoito, queixava-se de existir na Capitania, umas duzentas e poucas datas, sem constar nos Livros da Secretaria do Governo.

Além do mais, os concessionários da Ribeira dos Icós não tiveram obrigação de demarcar e confirmar suas sortes de terras, até o ano de 1702. (76)

El-Rei estava possuído do vivo interesse de colonizar a terra cearense e, por isto facilitou aos seus primeiros povoadores.

JOÃO DE MONTES BOCARRO

Parente de Paulo e com este chegou, nas mesmas eras, em terras icoenses. Antônio Bezerra afirma foi o progenitor do coronel Francisco de Montes Silva. (77)

Tal afirmação entra, todavia, em choque com outro dado histórico. E, na colisão de dois fatos, deve-se optar pelo mais provável. O próprio coronel Montes, em seu testamento, declara que o seu pai é o capitão Bruno de Montes, natural da freguesia de Penedo.

João de Montes Bocarro fora o primeiro donatário da data do riacho Trussu-Barra, situada uma Légua abaixo da cidade de Iguatu, concedida-lhe, em 1706, pelo capitão-mór Gabriel da Silva do Lago.

Tais terras, porém foram, em fevereiro de 1720, tomadas pelo comissário geral Lourenço Alves Feitosa, então cabo da ribeira do Quixelô. Sob o pretexto de estar a data prescrita e não confirmada, conseguiu anular a doação. (78)

Este ato do comissário Feitosa constituiu uma das cinco causas remotas da célebre conflagração familiar, que pôs toda a Capitania, em incrível estado de polvorosa.

João de Montes, um parente seu e mais oito companheiros, entre os quais, gente da primeira data sobre o Jaguaribe, foram os titulares de todas as terras da ribeira do Cariús concedidas-lhes, em junho de 1707, pelo capitão-mór Gabriel da Silva do Lago. (79)

Os seus pais foram Jorge Bocarro e Paula Martins, proprietários de terras, desde 1683, na Barra do Sítio, Banabuiu. (80)

Aos 27 de janeiro de 1713, já era defunto. (81) Não me, será exagero dizer que chegara ao Ceará, com os seus vinte e poucos anos de idade.

Com efeito, as asperezas da vida, em regiões tão despovoadas, exigiam de seus exploradores, um homem de verdade, já feito e forte.

Segunda leva dos Montes: Francisco de Montes Silva, Pedro de Montes Pereira, Manoel de Montes Silva, Vicencia de Montes Silva, Quitéria de Montes Silva e Izabel de Montes Silva Feitosa.

Este segundo contingente emigratório teria aportado ao Ceará, entre 1703-1705. E, com os segundos Montes, também, os Feitosas, que eram os dois Lourenços, pai e filho, D. Antônio Leite de Oliveira, Francisco e sua esposa Izabel.

Ressalta esta minha conclusão dos estudos comparativos das primeiras sortes de terras, alcançadas por esta segunda leva de ilustres e patriarcais famílias dos sertões cearenses. (82)

Digitalizado com CamScanner

IZABEL DE MONTES SILVA FEITOSA

Era o traço de união entre Montes e Feitosas, pois que o coronel Francisco Alves Feitosa, (de quem descende a notável família Feitosa), era o seu esposo. [83]

Na turbulenta questão, D. Izabel comportara-se como uma verdadeira heroína. Estava entre a cruz e a espada. De um lado, achavam-se os parentes de Icó. Do outro, o seu marido Francisco, com o seu irmão Lourenço e parentes dos sertões dos Inhamuns.

Baseia-se este meu ponto de vista nas sesmeiras, coadjuvado por outras fontes históricas.

Aliás, para explicarmos a origem do episódio familiar, cometeremos um equívoco imperdoável se apelarmos para outros motivos condutores da questão, que não os de distribuição e demarcação de terras. Os Montes, em contemplação dos sofrimentos de sua parenta suportaram vários atos de hostilidades dos Feitosas. Aquela família diz Antônio Bezerra, sempre evitara conflitos, abrindo mão de seu direito às terras vizinhas dos Feitosas. [84]

O coronel Francisco Alves Feitosa, justiça se lhe faça, soube compreender a aflitiva situação de sua consorte, não tomando parte nos três primeiros atos de hostilidades dos seus parentes, pois que as tomadas das terras do Riacho Trussu-Barra e da famosa Lagoa do Iguatu foram atos, que o comissário geral Lourenço Alves Feitosa encabeçou, sozinho.

No terceiro ato, porém, entraram, em cena, os dois Lourenços pai e filho. Bloquearam, em Icó o coronel Montes, situando-se ambos nas testadas de suas terras. Tornaram-se, destarte, vizinhos de terras.

Recrudescendo a questão, o coronel Francisco Alves Feitosa vira-se na emergência de solidarizar-se com o seu irmão e parentes, nos últimos atos. [85]

PEDRO DE MONTES PEREIRA

De início, confesso não sei onde residira o Pedro. O que sei, porém, pelos instrumentos de terras, é que fora donatário de duas sortes de terras. Uma, sobre a Ribeira do Cariús, em suas vertentes, concedida-lhe, em junho de 1707, por Gabriel da Silva do Lago, governador do Ceará. [86] A outra, concedida, em maio de 1718, por Manoel da Fonseca Jaime, capitão-mór do Ceará , assentara-se sobre a zona do Boqueirão do Orós, entre os Sítios do Estreito (Lima Campos) e o da Caiçara.

Ora, nestas partes do Jaguaribe, os seus parentes afins, os Feitosas já se achavam afazendados, desde janeiro de 1707. [87] No sentido de evitarmos confusão, salientamos que as primeiras fazendas da ilustre família dos Inhamuns situavam-se sobre as margens do antigo Riacho Vocorô, hoje São João, onde, sobre o mesmo, está construído a açude Lima Campos.

O sargento-mór Pedro de Montes Pereira ao que tudo nos indica, tornara-se um dos prováveis provocadores da questão familiar, pois teria o mesmo ou invadido os domínios dos Feitosas ou, pelo menos, fizera-se, contra a vontade dos mesmos, seu vizinho de terras. [88]

Este já muito falado episódio histórico, que tomou vulto, ora lendário, ora

Digitalizado com CamScanner

autêntico, teve, na verdade dois períodos distintos. A questão de terras, que principiou, certamente, em 1716, se prolongou até dezembro de 1747. [89] E, pelo espaço de vinte e nove anos consecutivos, Montes e Feitosas não se andaram querendo bem, por causa de terras.

A outra quadra foi a dos combates. Iniciou-se esta, em fins de maio de 1724. Explicamo-nos. O capitão João de Montes Bocarro e o sargento-mór Pedro de Montes Pereira eram possuidores de duas fazendas, sobre as cabeceiras do rio Cariús, desde junho de 1707. (Sic)

Por sua vez, os Feitosas, certamente por espírito de vinditas, reunidos todos, alcançaram, em março 1723, de Manoel Francês, governador do Ceará, todas as sobras de terras das vertentes do Rio Cariús e as da Lagoa do Cariri ou por outro nome Caritê. [90]

Em face disto, as duas famílias chocaram-se, irremediavelmente, e fizeram uso da força bruta, sendo causas ocasionais do fato a demarcação e tombamento das terras e, sobretudo o espírito de parcialidade do desembargador José Mendes Machado, primeiro juiz cearense.

As lutas fratricidas, com os seus recontros, em diversos pontos do Jaguaribe, findaram-se, em julho de 1725, quando ocorreu um bando do Capitão-General de Pernambuco, concedendo perdão geral a todos das ribeiras sublevadas, inclusive os cabeças da revolta. (Sic.)

Entretanto, as conseqüências do após-guerra e remanescentes da questão de terras persistiram até 1747, quando o coronel Francisco Alves Feitosa recuperara as terras invadidas ou tomadas pelo sargento-mór Pedro de Montes Pereira, em 1718, na zona do Boqueirão do Orós. [91]

Faziam, outrossim, parte do segundo contingente emigratório: — Manoel de Montes Silva; Vicência de Morais Silva e Quitéria de Montes Silva, filhos do coronel Francisco de Montes Silva. Considerando-se a avançada idade, com que este faleceu, presumimos ter os seus filhos chegado, ainda pequenos, aqui, no Icó.

Manoel de Montes Silva tornara-se, em junho de 1707, donatário de uma fazenda, na ribeira do Quixelô, nas testadas do sítio do alferes Gaspar de Souza. Serviu-lhe de sócio Jorge Mendes Guimarães, da patriarcal família Mendes Lobato, contemporânea dos Montes e procedente, também, de Penedo. [92]

Provavelmente, o atual nome do sítio Gaspar, distrito do Quixelô, é uma lembrança do sertanista Gaspar de Souza, porquanto imigrou, na ribeira dos Icós, em 1682, entre os concessionários da data geral dos homens do São Francisco.

GERALDO DO MONTE, DO BOQUEIRÃO DE ORÓS, UM PERSONAGEM LEGENDÁRIO

Quem dele dá notícias é Tristão de Alencar Araripe, em sua História sobre a Província do Ceará. Faltou-lhe, todavia, compulsar as Sesmarias Cearenses, bem como a parte documental apresentada por Barão de Studart, para constatar a inexistência deste Monte, com o nome de Geraldo.

De Alencar Araripe, fez transcrição João Brigído dos Santos. Deste, outros cronistas e historiadores cearenses. E, desta sorte, um equívoco histórico, passando,

Digitalizado com CamScanner

de geração em geração, ganhou foros de veracidade. (93)

Restabelecimento da verdade: não há um só registro, nas datas de terras, de que tivesse sido titular, Geraldo do Monte.

Note-se, ainda, que, na lista nominal geral dos Homens do São Francisco, não conste o seu nome. (94)

Apesar da célebre questão Montes-Feitosas ter-nos legado considerável quantidade de preciosos e apodícticos documentos, nenhum deles, porém, faz-lhe referência.

Quem residia, no boqueirão de Orós, desde 1682, era Paulo de Montes, que fora nomeado capitão de cavalos dessa zona da serra do boqueirão para cima, em 26 de abril de 1702, pelo capitão-mór João da Mota. (95)

A partir de maio de 1718, teria, também, habitado no distrito do boqueirão de Orós o sargento-mór Pedro de Montes Pereira. Este ou o Paulo, de quem já falei, um dos dois, fora o provocador da questão familiar. (96)

Sobre este caso, afirma Antônio Bezerra de Menezes: "Penso com o Barão de Studart, que o que podia, por ali, ter residido alguém, com o nome de Geraldo de Montes. Nunca, porém, o afamado capitão-mór da tradição, aquele que começou a luta com os Feitosas. É isto mais uma prova de que são baldas de fundamento, as tradições relativas a origens da primitiva colonização do Ceará. Onde a crônica se cala, diz Garret, e a tradição não fala ou fala falsamente, digo eu, antes quero uma página inteira de pontinhos ou toda branca ou toda preta do que uma só linha de invenção do croniqueiro." (97)

É duvidosa, diz o historiador Raimundo Girão, a existência desse chefe dos Montes Silva. Pelo menos, com tal nome (Geraldo), pois nenhum documento a ele se refere. (98)

A personalidade de Geraldo do Monte, do boqueirão de Orós, em face desta exposição de pareceres de homens ilustres, pode-se reputar, como legendária.

O chefe dos Montes Silva e, também, do Icó, fora, para todos os efeitos, o coronel Francisco de Montes Silva.

Dizem-no-lo a crônica do coronel João da Fonseca Ferreira, bem como a sua própria.

CORONEL FRANCISCO DE MONTES SILVA
1705 A 1765

28 de fevereiro de 1705: O capitão-mór João da Mota concede-lhe carta patente de capitão para substituir a Luis de Seixas que fora ocupar o posto de coronel de cavalaria da Ribeira dos Icós, criado, nesse mesmo ano. (99)

13 de novembro de 1706: Data de sesmaria do capitão Francisco de Montes Silva, de uma sorte de terras, sobre o Rio Salgado, concedida pelo capitão-mór Gabriel da Silva do Logo. (100)

Fora-lhe esta, a primeira data de terras obtida, a famosa, que se chamou, mais tarde, Sítio do Pilar.

O seu titular diz, em seu requerimento, estar de posse das mesmas, em virtude de uma data concedida pelo Mestre de Campo General do Brasil, Roque da Costa

Digitalizado com CamScanner

Barreto, a seus parentes, e, por elas, é interessado.

Na primeira leva dessa família, havia dois membros, por nome de Antônio, imigrados no solo icoense, em 1682. Estes, porém, não chegaram a instalar-se.

Tal afirmativa recebe explicação no fato de estar o concessionário, em apreço, alegando que estas terras já foram doadas aos seus parentes. E estes, certamente, eram os Antônios.

Mais. Informando ao capitão-mór para o seu despacho, o escrivão das Datas, Crispim de Zouza Crespo diz que os parentes do capitão Francisco de Montes Silva houveram, pela Bahia, seis léguas de terras e constava-lhe estar povoadas por ele suplicante, três léguas das seis, com casas de vivenda e currais de gado. E, delas, pedia nova data, em virtude do decreto d'El-Rei, ordenando aos seus vassalos a legalização de suas sortes de terras.

Outro indício da ausência dos Antônios está na taxa de suas terras: Seis léguas. Estes eram, precisamente, os seus quinhões, tocados, em 1682, e que, por motivos ignorados, deixaram de situá-los.

21 de janeiro de 1708: Data de sesmaria do capitão Francisco de Montes Silva, de uma sorte de terras, sobre o riacho Jorge Mendes, hoje Capim-Pubo, entre o Sitio do Pilar e o do Arraial, concedida pelo capitão-mór Gabriel da Silva do Lago. (101)

É a célebre data em que está, atualmente, encravada a cidade de Icó, com a sua sede de freguesia e município de igual denominação.

As suas extremas eram entre o Sítio do Pilar, propriedade do capitão Francisco de Montes Silva, e o Sítio do Arraial, o Velho, cujo dono era o capitão João da Fonseca Ferreira.

A partir desse ano, tornaram-se vizinhos de terras, os dois primitivos fundadores do Icó, permanecendo cada qual, nas testadas, um do outro. E os dois touros encontraram-se, na ribeira do Jaguaribe, dando o que fazer à população colonial.

Em virtude de ter sido o coronel João da Fonseca Ferreira, o primeiro povoador do Icó, bem como o feitor e dono do Arraial-Velho, presumia-se fosse o Arraial-Novo, também, situado em suas terras.

Mas, na verdade, o Novo, levantado por Gabriel da Silva do Lago, ficara chantado em terras do então capitão Francisco de Montes Silva.

A circunstância histórica, que justificou essa medida oficial, fora de ordem natural: o curso das águas do Salgado, com a sua ação de erosão.

"Foi feito o Novo Arraial, nesse ano (1708), em conseqüência do desaparecimento do poço, que, pelas inundações, um ano por outro, mudava-se, umas vezes mais para cima, outras vezes mais para baixo, como se depreende das razões do advogado do capitão Bento da Silva e Oliveira. (102 e 103)

Tal mudança para os domínios do capitão Montes acarretou ao capitão Fonseca, a perda do mando, em Icó.

Desgostoso e portador de sentimentos de vinditas, retirou-se da ribeira, da qual havia sido o primeiro povoador e, em 1718, aproximadamente, imigrou, no Vale do Cariri, sobre o riacho das Antas-Ribeira dos Porcos. (104)

1709 - Neste ano, ao capitão Francisco de Montes Silva foi doada, pelo capitão-mór Gabriel da Silva do Lago, a famosa Lagoa do Iguatu e as terras de suas

Digitalizado com CamScanner

adjacências, servindo a lagoa de pião.

O comissário geral Lourenço Alves Feitosa conseguira, em junho de 1720, anular esta doação, alegando, em seu requerimento, estavam tais terras prescritas e o suplicante Francisco de Montes Silva não as povoara, nem por se, nem por outros. (105)

Tal ato do comissário, reputa-se, com base, fora uma das cinco causas remotas do famoso caso familiar.

03 de novembro de 1715: O capitão-mór Manoel da Fonseca Jaime oficia à Câmara de Aquirás, para que ela faça repor, em 15 dias, a farinha destinada ao sustento da infantaria e por ele entregue, por ordem de D. Lourenço de Almeida, Capitão-General de Pernambuco, a João da Fonseca Ferreira, que saiu a incorporar-se com o coronel Francisco de Montes Silva, para o **Descobrimento de Minas**.

Entrementes a Câmara de Aquirás, em oficio de 14 de novembro daquele mesmo ano, manifesta a Manoel da Fonseca Jaime a impossibilidade, em que se acha, de satisfazer, em 15 dias, a requisição da farinha. Compromete-se, porém, a entregar a metade, (quinze alqueires) por todo o mês de dezembro e a outra metade, em dias de janeiro de 1716. (106)

DESCOBRIMENTO DE MINAS

Na realidade, o que podemos constatar pelas concessões de sesmarias, é que a causa motriz do desbravamento de nosso solo fora a cupidez insaciável de nossos alotóctones, por terra. Não há quem possa negar tal fenômeno de ordem sócio-econômico-primitiva, porquanto, ontem, como hoje, corre-se, ainda, atrás de terra. Toma-se, briga-se e mata-se.

A par disto, outro fator preponderante de nosso povoamento fora, sem dúvida, o sonho acalentado de nossos avoengos por minas de ouro, pedras preciosas... E, destarte, sob o poderoso binômio econômico terra-ouro, nasceu-nos a civilização, na hinterlândia jaguaribana.

Para comprovarmo-lo, relacionemos os fatos mais antigos: É vulgar, nos Cariris Novos, a notícia de que, pelos anos de 1690, fora incumbido pelo Senhor Rei Dom Pedro Segundo, Almotacé-mór Antônio Luis Gonçalves da Câmara Coutinho, Governador da Capitania de Pernambuco, do **descobrimento das Minas**, naquele distrito. (108)

Semelhante ocorrência supõe outras, a saber, por que vias, chegou, então, ao conhecimento d'El-Rei, a nova de Ouro, sobre, terras do Vale do Cariri?

É sabido que, nos fins da penúltima década do século dezessete (1688), o ubertoso solo caririense fora bastante visitado por gentes brancas e mestiças. Dizem-no-lo diversos documentos sesmeiros, porquanto vários foram os vassalos lusos que alcançaram datas de terras, não conseguindo tomar posse das mesmas, em virtude do levantamento dos autóctones. (109)

Tanto é verdade que Matias da Cunha, Governador Geral do Brasil, em março de 1688, ordenou que o coronel Antônio de Albuquerque da Câmara e os mais capitães-mores do Rio São Francisco fizessem guerra aos bárbaros gentios, pelos sertões da Paraíba, Rio Grande e Ceará, para, por todas partes, os desbaratarem.

Nessas correrias, notabilizaram-se, nos sertões do Ceará da Paraíba, o capitão

Digitalizado com CamScanner

das entradas Manoel Nogueira Ferreira o coronel Câmara.

Saliente-se ainda que ambos sertanistas eram proprietários de terras, o primeiro, sobre a ribeira dos Icós, chegando aqui, em 1682, como ajudante do regimento do capitão Bartolomeu Nabo de Correia, o outro, sobre o Banabuiu, imigrado, na mesma era. (110)

Os sesmeiros de 1688 e as entradas contra os nativos, os portadores da nova a El-Rei, sobre o ouro do Cariri. E aqueles, por seu turno, receberam-na dos aborígenes do centro-sul cearense.

O capitão-mór da Paraíba, em carta de dezembro de 1711, dá conta a El-Rei da existência de minas de ouro, no sertão dos Icós. Com esta informação, em abril de 1712, o Governador da Capitania de Pernambuco e suas anexas recebe uma carta régia, ordenando examinar bem o caso. (Sic)

O Padre João Antônio Andreoni, sacerdote jesuíta da Serra da Ibiapaba, em dezembro de 1714, entre outras coisas, relata o seguinte: "Tendo corrido notícia da descoberta de novas minas de ouro em Jaguaribe (era uma nova calamidade para os índios), facilmente iam os índios para as minas, donde raro voltavam, deixando as mulheres, os filhos e as filhas, que, desonradas, se entregavam, à prostituição, devido à falta de alimentos. (111)

Infere-se que a caça ao Ouro, no Cariri, cabeceiras do Jaguaribe, apareceu em longínquas datas, porquanto a linguagem do documento, em apreço, indica-no-lo: Nova Calamidade, Novas Minas.

Tudo, pois, nos leva a crer que grande era a azáfama reinante pelo seu descobrimento, que, conforme uma testemunha coeva, era um autêntico chamariz de garimpeiros e aventureiros, de áulicos e plebeus.

No presente caso, ressalte-se, ainda, os Indígenas do Norte-Serra de Ibiapaba se transportaram, naqueles idos, para o Sul, o Cariri. Destarte, confirma-se, mais uma vez, a nossa tese. O ouro fora, também, causa do povoamento de nossos antigos pagos.

No Sertão dos Icós: A crônica cearense reza houvera mineralização de ouro, entre outros pontos, em Lavras, Aurora e Missão Velha. E para atender aos interesses da Coroa Lusitana, foram escolhidos, em novembro de 1715, os coronéis fundadores do Icó, figuras coloniais de larga projeção social, por suas fortunas e poderio.

Mas, pela urdidura das vias históricas indiretas, o coronel João da Fonseca Ferreira não se incorporou com o coronel Francisco de Montes, porquanto aquele personagem da tradição icoense era acérrimo rival da família Montes, desde os primórdios da terra, de que fora o seu primeiro povoador.

O que é interessante destacar é que, três anos (1718) após sua nomeação para descobridor de minas, vemo-lo imigrado no Riacho das Antas, à beira do Riacho dos Porcos-Salgado. (112) Estabeleceu-se, portanto, na zona aurífera. (113)

Em 1719, aproximadamente, ficaram, encarregados das diligências pelo descobrimento de Minas, o coronel Francisco de Montes Silva, homem então abastado, e todos os seus parentes, moradores no termo e vizinhanças da Vila do Icó e território dos Cariris Novos, munindo-os com grandes poderes e lhes prometendo, em nome do Soberano, largas mercês e honoríficos despachos. (114)

Mas, o que é verdade, é que, o ouro do Sertão dos Icós, ou por esperteza e

Digitalizado com CamScanner

avidez dos propostos reais, ou por sonegação dos quintos, ou por seu desvio e falsificação, deu na lage. [115] Razão por que El-Rei mandou suspender os trabalhos de mineralização, por considerá-los desvantajosos ao seu Erário. [Sic]

O capitão-mór Salvador Alves da Silva hospedou-se, em julho de 1719, por uns dois dias, em casa do coronel Montes, na fazenda do Pilar. Entre muitos outros, estiveram, ali, o coronel Teodósio Nogueira de Lima, o alferes Antônio Vieira Pita, um dos troncos da ilustre família Pita do Cariri, o escrivão das Datas, Manoel Miranda, bem assim o séquito oficial. [116]

Fins de maio de 1724: O Dr. Ouvidor José Mendes Machado passa-se para a ribeira dos Icós e Cariris, onde as faz parcial de Francisco Alves Feitosa. Dirigindo-se ao Cariri, expediu ordem de prisão contra os Montes, incumbido da diligência o coronel João da Fonseca Ferreira. [117]

O desembargador José Mendes Machado, que ocupava o posto de segunda autoridade da Capitania, aproveitara-se, abertamente, das contingências humanas ou melhor das rivalidades reinantes, entre os coronéis do sertão, pois que Fonseca e Montes eram adversários, desde longos dias.

15 de setembro de 1724: A residência do coronel Francisco de Montes Silva, do Sitio Pilar, fora assaltada pelo coronel João da Fonseca Ferreira, que estava agindo mais em termos de vinditas do que por zelo do serviço de Deus e d'El-Rei. Em sua companhia, estavam os Feitosas, o Dr. Ouvidor, seus oficiais e grande séquito. [118]

22 de setembro de 1725: Data de sesmaria do coronel Francisco de Montes Silva e de seus dois filhos Manoel de Montes Silva e Vicência de Montes Silva, dê três sortes de terras, uma para cada, nas cabeceiras do Cariús, concedida pelo capitão-mór Manoel Francês. [119]

Detalhes históricos que envolveram essa concessão de terras.

A estas alturas, maio de 1725. O capitão-mór Manoel Francês comunica à Câmara de Aquiraz, que, continuando a exaltação dos ânimos, resolvera seguir para a Ribeira do Jaguaribe, levando, em sua companhia, alguma tropa. [120]

Fazia, nessa data, precisamente, um ano que Montes e Feitosas, de armas em punho, travavam combates, nas várzeas do Jaguaribe, por amor de terras.

Foi, então, que o Governador da Capitania resolvera vir ao interior, para pacificar as ribeiras sublevadas. Chegando ao Icó, aos 22 de julho daquele mesmo ano, demorou alguns dias, em casa do coronel Francisco de Montes Silva, de quem tomou conhecimento dos fatos, já ocorridos.

Prestando contas de sua viagem, Manoel Francês escreve, em 10 de dezembro de 1725, uma carta ao Senado de Câmara da Vila de São José do Riba-Mar, narrando-lhe os vários crimes dos Feitosas e sua parcialidade, para conter os quais, fora forçado a transportar-se para os Inhamuns. [121]

Para restabelecer a ordem pública, transtornada por ódios familiares, entrou, portanto, em entendimentos com ambas famílias.

E um dos pontos de ajustes do após-guerra fora, certamente, a doação dessas terras aos Montes, sobre as cabeceiras do Cariús. O lugar de origem da deflagração.

Na verdade, o capitão João de Montes Bocarro e o sargento-mór Pedro de Montes Pereira eram os donos de duas fazendas, sobre as vertentes do Cariús, desde 1707, e foram as mesmas destruídas e assoladas, em fins de maio de 1724, pelos

Digitalizado com CamScanner

Feitosas e o coronel João da Fonseca Ferreira. [122]

O coronel Montes e seus dois filhos recuperaram as seis léguas de terras daqueles seus parentes e, como ponto de satisfação bélica, mais três, por acréscimo. [123]

Diga-se de passagem que fora esta a primeira e última vez que vira uma mulher da família Montes (Vicencia de Montes Silva) figurar em um requerimento de terras.

Semelhante pormenor parece-nos indicar grande era o estado de desolação, entre os membros da família.

Quem, de fato, deveria figurar nesse ato eram os seus parentes João e Pedro, os donatários primitivos das terras sobre o Cariús.

O primeiro, porém, em 1713, já era defunto. [124] Ao segundo, de duas, uma teria acontecido: ou fora imolado, no tempo dos combates, ou, então, estava foragido. Deste, algumas queixas guardavam os Feitosas, por ter sido um dos provocadores do célebre episódio histórico. [125]

02 de Junho de 1728: Ordem do Senado da Câmara de Aquiraz ao coronel Francisco de Montes Silva e cabos da ribeira, para que ninguém possa retirar gado vacum e cavalar para a Bahia e Minas sem primeiro dar fiança ao novo imposto estabelecido.

Regia-se este imposto pelas seguintes taxas: dois cruzados, por cada cavalo, e dois tostões, por cada rês, que saissem para fora da Capitania do Ceará. [126 e 127]

IMPOSTOS NO CEARÁ

Data de sua introdução. Uma carta régia, de 19 de outubro de 1682, ao provedor da Fazenda de Pernambuco, João do Rego Barros, ordenava-lhe introduzir, no Ceará, a cobrança de dízimos das lavouras, pescarias, gados e salinas. [128]

Desconheço, todavia, as taxas impostas aos contribuintes de então. Mas, o que sei, é que a cobrança desses impostos perdurou até 1728, quando surgiu este novo, destinado às despesas dos casamentos dos príncipes. (129)

24 de julho de 1736: Datas de sesmarias do coronel Francisco de Montes Silva, do tenente coronel Manoel de Montes Silva, de Florentino de Oliveira e de João Ribeiro da Silva, de uma sorte de três léguas para o coronel Francisco, nas ilhargas da Barra e do Pilar e de algumas sobras de terras para os demais donatários, sobre o riacho Jorge Mendes, entre os sítios do Pilar e o o Arraial, sitas nas cercanias do Icó, concedidas pelo capitão-mór Domingos Simões Jordão. [130]

O coronel Montes Silva, entre outras coisas, declara as seguintes: É senhor e possuidor de dois sítios de terras místicas. Um, chamado o da Barra, que houve, por compra. O outro é o do Pilar, que alcançou, por data de sesmaria, dos antecessores do Governador. Ambos sítios constavam de três léguas. Roga, porém, o que, na verdade, achar-se das testadas do sítio do Cabo pelo rio Salgado acima, até entestar com as terras que foram do coronel João da Fonseca Ferreira. [Sic]

Os demais, filho e genros do coronel Montes declaram são donos de tais sobras de terras, em virtude de as terem adquirido por compras e negócios, que tiveram com o seu pai e sogro. Sobre este caso, o mesmo diz Antônio Bezerra, em Algumas Origens do Ceará. [131]

Digitalizado com CamScanner

O nome do segundo homem do Icó, por extenso, repete-se, a partir do ano 1728, por dezenas de vezes, nos termos de Batizados e Casamentos daquela freguesia. Ora como padrinho, ora como testemunha.

Em 1765, faleceu, no Icó, o coronel Francisco de Montes Silva, filho do capitão Bruno de Montes, natural da freguesia de Penedo. Declara, em seu testamento, deixar três filhos, a saber, Manoel, Vicência e Quitéria, e querer ser enterrado na capela-mór, da Matriz, que fundara. Morreu aos 80 anos de dade e foi o doador do patrimônio de Nossa Senhora da Expectação. (132)

Eis, portanto, a crônica da ilustre e colonial família Montes. O chefe deles todos fora o coronel Francisco de Montes Silva, o fundador da atual cidade do Senhor do Bomfim.

TERCEIRO CAPITULO

CURATO DE ICÓ
NOTAS ECLESIÁSTICAS PRELIMINARES

A missão da Igreja, na catequese do ameríncola, é um fato, fundamentalmente irrefutável. Enquanto jazem, em ostracismo, no sepulcro do passado, dinastias, reinados e impérios, a Igreja Católica, por uma virtude sobrenatural, onipresente, continua de pé, qual a evangelizadora dos povos da terra.

E mais alto que nossas palavras, falam os fatos da História.

VIGARARIA DE THOMAR

O Brasil, de 1500 a 1514, como Terras do Mestrado da Ordem de Cristo, fazia parte da Vigararia de Thomar. Uma cidade e sede de conselho, distrito de Santarém, Portugal. Perto ficam as ruínas da Nabância dos Visigodos, antiga Selium dos Romanos. Destas ruínas, D. Gualdim Paes tirou as primeiras pedras para dar princípio ao novo castelo e casa conventual para a sua Ordem, em 1160. Um dos principais monumentos desta cidade lusitana é o admirável Convento de Cristo. Magníficos claustros, salientando-se o Claustro Principal ou dos Felipes. (1)

BISPADO DE FUNCHAL

O Brasil, de 1514 a 1551, dependeu, eclesiásticamente, do Bispado de Funchal. Uma cidade capital de distrito e cabeça de conselho - Ilha da Madeira, Portugal. Situa-se, à beira-mar, rodeada de belas quintas, de denso arvoredo. Um clima adorável, atraindo, todos os anos, milhares de turistas e homens de negócios, que necessitam de relaxar tensões nervosas. (2)

BISPADO DA BAHIA

O Brasil, de 1551 a 1676, ficou sob a jurisdição espiritual do Bispado da Bahia. Seu primeiro bispo foi D. Pedro Fernando Sardinha. Estudou na Universidade

Digitalizado com CamScanner

de Paris, onde foi professor, passando, mais tarde, para a de Salamanca. Regressando a Portugal, foi mandado a Índia, para exercer, em Gôa, os cargos de provisor e vigário geral.

Dom João Terceiro elevou-o, em seguida, a primeiro bispo do Brasil, sendo sua eleição confirmada pelo papa Júlio Terceiro, em 1551. E, no ano seguinte, chegou a São Salvador a sede de sua vastíssima Diocese: o Brasil inteiro.

Entrando em luta com o Governador, embarcou para Lisboa, em 1556, e naufragando perto do São Francisco, foi trucidado pelos indígenas. (3)

Constituía todo o país uma só Diocese. O Bispo assistia, na Bahia, com o Cabido. Dois administradores seguiam-se em hierarquia. Um para as Capitanias do Sul, residindo no Espírito Santo. Outro para as Capitanias do Norte-Nordeste, estabelecido na Paraíba.

Cada Capitania formava uma freguesia, com o seu vigário e coadjutor, excetuando, apenas, algumas, que contavam mais de uma vigararia. A todo este pessoal, o governo pagava ordenado e ordinária para a celebração do culto. Para isto, o rei arrecadava o dízimo, como grão-mestre da Ordem de Cristo. (4)

Esta era uma Ordem militar portuguesa, outrora, também, religiosa, instituida, em 1319, por D. Diniz e aprovada pelo papa João XXII, em substituição da Ordem dos Templários. Confirmando a instituição dessa Ordem, o Papa reservou para se e seus sucessores o direito de nomear alguns membros. Esta Ordem foi instituída no Brasil, em 1843. Fita vermelha, com orla azul. Atualmente, em nossa Pátria, ela é, apenas, uma condecoração e concede-se como prêmio de serviços relevantes a nacionais ou estrangeiros. (5)

ARCEBISPADO DA BAHIA

Com a criação de três Dioceses Sufragâneas, ocorrida em 1676, o Bispado da Bahia elevara-se à categoria de Arcebispado. Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão foram as suas Sufragâneas.

A primitiva Terra de Vera-Cruz dividira-se, então, em quatro vastíssimas circunscrições eclesiásticas. A região Sul passou a depender do Bispado do Rio de Janeiro. A região Leste, da Sede Primaz do Brasil - São Salvador. A região Nordeste, do Bispado de Pernambuco. A região Norte do Bispado do Maranhão.

BISPADO DE PERNAMBUCO

Foi criado pela bula "Ad Sacram Petri Sedem", datada de 16 de novembro de 1676. O seu primeiro bispo D. Estevão Brioso de Figueiredo. Chegou à sua Diocese, em 14 de abril de 1678, e fez entrada solene, em 28 de maio desse mesmo ano. (6)

Os Seus Limites. Colhemo-los do documento que seque: "D. Frei Francisco de Lima, Carmelita, Bispo de Olinda, da última década do século dezessete (1695-1704), visitou as trezentas e tantas Missões de sua Diocese, da foz do São Francisco à foz do Parnaíba". Andou a cavalo de sumaca todo o seu território Diocesano, que abrangia, então, as Capitanias de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí (7). O Nordeste, portanto.

Digitalizado com CamScanner

CATEQUESE DOS INDIOS. A JUNTA DAS MISSOES

Na longitude dessas quadras coloniais, a ação da Igreja, por vários motivos, não se fez sentir, de princípio, no Ceará, com os satisfatórios resultados evangélicos, porquanto a catequese reduzira, então, aos esforços de alguns padres jesuítas, que tiveram de enfrentar grandes óbices: Terra ignota. Habitantes ignaros.

Com a fundação, porém, em 1681, da Junta das Missões, uma nova ordem sócio-cristã fora penetrando, aos pouco, em terras alencarinas. As Missões, que, até então, eram dirigidas pelo arbítrio singular dos missionários, tiveram, naquele ano, melhor direção, porquanto, por Carta Régia de 07 de março desse mesmo ano, criou-se, na Capitania de Pernambuco, a Junta das Missões, para que tivessem as mesmas forma fixa e regular e fossem em aumento, com fruto, da propagação da fé católica.

A junta das Missões, que se estabeleceu em Recife, compunha-se do Governador, do Bispo Diocesano, do Ouvidor Geral e do Provisor da Fazenda Real, tendo jurisdição temporal e espiritual sobre os indígenas.

No Ceará, enquanto não houve presídios regulares, que pudessem proteger o estabelecimento dos colonos, contendo os gentios em qualquer emergência, não se cuidou de missões e a catequese reduzira-se aos esforços de alguns padres jesuítas. Com a fundação da Capitania do Ceará Grande, em 1688, por ordem d'El-Rei, D. Pedro Segundo, dando regularidade aos presídios, foram oficialmente iniciados os trabalhos evangélicos, procurando-se aldear e doutrinar os nossos selvagens. (8)

De tudo isto se infere que o Estado, personificado na pessoa do Rei, estava vivamente empenhado na colonização e povoamento de nossas terras roteando-as e concedendo-as para o aumento da Fazenda Real. Por outro lado, a Igreja, também, vivamente interessada na cristianização dos nossos gentios bárbaros, lutando para trazê-los ao grêmio da Fé.

E, nesse mister evangélico abriram-se duas frentes de lutas tremendas. Os Padres Missionários encontraram, logo de proa, como adversários seus, os nossos aborígenes, habitantes sem estilo de gente, hostis, nômades, desconfiados por índole, refratários à civilização. E eram os senhores do chão cearense e, aqui aclimatados, há vários séculos de história a dentro.

Por outro lado, batalharam, heroicamente, os padres catequistas contra as ambições e interesses dos seus próprios patrícios, ávidos de fortunas. E era com os de casa, os reinóis, a sua luta cerrada.

Em dois campos de liças, portanto, os defensores natos dos silvícolas. Nem sempre haviam podido suportar, sem protestos, os atentados de que eram vítimas, os seus pupilos. Esta atitude de justa revolta havia aberto fundas divergências entre os padres missionários e as gentes brancas e mestiças. (9)

CATEQUESE DOS ÍNDIOS ICÓS

A época exata, em que, teve inicio a evangelização do Tapuia Icó, da Nação Cariri, não é fácil de desvendá-la. Há, todavia, diversos indícios históricos. Uns de caráter geral. Outros, até 1700, ainda meio obscuros.

Praxe do tempo era cada expedição de exploradores trazer consigo um padre

Digitalizado com CamScanner

missionário ou um capelão. Muitas das vezes, este servia mais aos interesses da excursão sertanista do que à conversão de nossos amerígenas.

Ora, como já é sabido, a invasão branca nos sertões dos Icós ocorreu em 1682, com a famosa bandeira do capitão Bartolomeu Nabo de Correia. Mas, nesta leva de quarenta e um sesmeiros, não nos consta tenha vindo algum sacerdote. Presumimo-lo, por causa do estilo da época.

Um documento, datado de 1683, abre-nos algumas clareiras, neste espesso assunto. É uma Carta Régia, de 24 de janeiro de 1683, ao capitão-General de Pernambuco mandando informar a proposta que fizera Bento de Macêdo Farias, Capitão-Mór do Ceará, de atacar algumas aldeias do gentio bárbaro e de entrarem os religiosos missionários pelo sertão a converter os índios e de não assistirem sempre nas aldeias dos já convertidos. (10)

É, porém, cousa, que, ainda estamos por saber se, nesses idos coloniais, aportou, de fato, algum padre missionário em terras dos Icós.

O que nos parece, entretanto, fora de dúvidas, é que, já em 1692, andava principiada a catequese daqueles gentios. Depreende-se-no da luta encetada pelos missionários, no sentido de evitarem derramamento de sangue entre nativos coligados e colonos, procedentes do São Francisco.

"Não obstante os esforços dos missionários, reza o documento, os Icós e Cariris acometeram várias fazendas de gado, ali existentes, mataram sete pessoas brancas e lhes roubaram bastante gados. (11)

Diga-se ainda que, em 1696, o então capitão João da Fonseca Ferreira ofertou ao Rei de Portugal terras suas para uma aldeia de Tapuias, no Jaguaribe. Sua Majestade aceitou e agradeceu, ordenando que se lhe desse um auxílio para a fábrica da Igreja e ajuda aos missionários, que se empregarem na missão. (12)

Teria sido mesmo construída a Igreja pelo capitão Fonseca, o fundador do primitivo Icó, na Passagem do Bom-Sucesso e designado, também, um padre para cura desta aldeia de tapuias? Presumimo-lo, pois que, em janeiro de 1698, Caetano de Melo de Castro, Capitão-General de Pernambuco, recebera duas Cartas Régias. Uma sobre a permissão dada a João da Fonseca Ferreira para organizar, em suas terras, uma Aldeia de Índios. A outra sobre a nomeação de um padre para a dita aldeia. (13-14)

Entretanto, os anais da Terra da Luz não elucidaram, ainda, os casos da fábrica da Igreja e da vinda do missionário da Aldeia do pioneiro explorador dos pagos Icoenses.

O Padre Pedro Barbosa Ferreira fora, em 1722, companheiro e sócio do coronel João da Fonseca Ferreira de várias sortes de terras sobre a Chapada do Araripe. (15) Em virtude, porém, da escassez de documentos, não sabemos se teria este sacerdote estado com os índios Icós. É bem provável.

OS PADRES CARMELITAS

Pela urdidura de tantos fatos, parece-nos que os Carmelitas tiveram o monopólio das Missões dos Nativos, em terras do centro-sul-oeste cearense. Comprovam-o-lo diversos informes, que datam de 1696 a 1706.

Digitalizado com CamScanner

É do dia vinte de agosto de 1696, uma carta de Pedro Leitão, governador do Ceará, avisando a El-Rei da existência, na Capitania, de grande quantidade de gados, pertencentes à Fazendo Real, sobre os quais diziam ter direito os Religiosos de Carmo da Reforma. (16)

Em face desta notícia, Sua Majestade passa, em cinco de setembro de 1697, uma carta ao governador de Pernambuco, em que declara propriedade da Fazenda Real e dos Carmelitas de Recife, os gados bravios, sem divisa e marca, esparsos pela Capitania do Ceará. (17)

Frei Miguel da Assunção e demais Religiosos Carmelitas de Nossa Senhora do Carmo da Reforma de Goiana Grande alcançaram, em novembro de 1705, uma sorte de terras de três léguas, sobre o riacho do Gil, hoje Pendência, ribeira dos Icós. (18) Alegam os titulares que necessitam de terras para acomodarem os seus gados, que de esmolas se davam a Nossa Senhora e os traziam por terras alheias, recebendo muitas perdas.

É, ainda, deste mesmo ano, (1705) com a diferença, apenas de um mês (dezembro), o pedido de Frei José do Monte Carmelo, do Convento de Goiana da Reforma do Carmo, de uma data de sesmaria sobre os sertões dos Icós. Para fazer jus à concessão de tais terras, entre outras cousas, alega as seguintes: "Com as povoações de tais terras se adquire o gentio bárbaro, a amizade dos brancos e ao Grêmio da Igreja". Sobre terras do Riacho do Sangue, Ribeira do Icó, em agosto de 1706, Frei Manoel de São Gonçalo, da mesma Ordem e procedência, roga ao capitão-mór do Ceará, a confirmação de uma dádiva de uma sorte de terra, que fizeram a Nossa Senhora do Carmo. Serviria a mesma para acomodar os gados, que tem tirado de esmolas dos fieis cristãos e tudo isto para ajuda de sustento do seu Convento. (19)

O nosso fito principal, em trazer a lume tal colheita de fatos longínquos é assegurar, historicamente, a presença de Religiosos Carmelitas, nos sertões dos índios Icós. Provavelmente, embora de passagem, entraram em contatos com os gentios nativos da Raça Cariri. E isto é o que nos leva a acreditar, em virtude da predominância das feitorias carmelitas, circundando o ambiente médio e alto do Jaguaribe, que respirava os eflúvios espirituais desses antigos fazendeiros religiosos.

Acrescente-se, ainda, que ocupava, naqueles idos (1695-1704), o sólio episcopal de Olinda, um Bispo Carmelita, D. Frei Francisco de Lima, um membro ativo da junta das Missões, sediada em Recife. Tal príncipe da Igreja Católica foi um verdadeiro Missionário, porquanto percorreu, a cavalo, toda a sua vastíssima Diocese, da foz do São Francisco à foz do Parnaíba. (Sic)

PRIMEIRO MISSIONÁRIO DOS ICÓS, EM 1700

Pelo que está, até esta parte, expandido, não podemos declinar nomes de possíveis padres catequistas dos Icós, antes de 1700. Esses diversos contatos de ministros de Deus com os nativos constituíram, certamente, tentativas de evangelização. Os nossos selvagens eram de índole indômita e refratários à civilização.

O Padre João de Matos Serra, Vigário da vara do Ceará e Prefeito das Missões da Capitania, em companhia do capitão Plácido de Azevedo Falcão, cabo do presídio de Jaguaribe, (Russas), conseguiu a redução dos Tapuias Icós e Xixicós. E, aproxima-

Digitalizado com CamScanner

damente, em 1707, na sua segunda viagem, o Vigário de São José de Riba-Mar do Aquirás veio da povoação da Fortaleza, onde residia, para o interior, a fim de catequizar a tribo dos Icós, tapuias que se estendiam até a região do Rio do Peixe, aos quais, também, missionou o célebre jesuíta Padre Gabriel Malagrida, na Aldeia do Rio do Peixe, hoje a cidade progressista de Souza. Tal missão durou pouco, dois meses. (20)

CURATO DO ICÓ, EM 1717

A Capela de Nossa Senhora do Ó do Icó, hoje a vetusta Matriz de Nossa Senhora da Expectação fora, de acordo com dados em nosso poder, edificada em 1709. Voltaremos a este ponto, no último título deste fascículo.

Por outro lado, acreditamos, sinceramente, que, a partir de 1709, não faltou mais um padre nas paragens icoenses. Indicam-no-lo as exigências da catequese dos aborígenes, as necessidades espirituais dos moradores brancos e a solicitude pastoral dos Senhores Bispos de Pernambuco, em sempre proverem o bem espiritual dos habitantes destas partes cearenses.

Da época, porém, de 1709 a 1717, não temos informes que nos possibilitem declarar, com segurança, nomes de padres catequistas, que teriam estado, em Icó. A famosa Terra do Senhor do Bomfim era, naquelas recuadas quadras, conhecida por outros topônimos: Povoação do Salgado, Sítio ou Arraial de Nossa Senhora do Ó do Icó. (Sic)

UM PARALELO HISTÓRICO

Uma só freguesia, até 1716, existia, no Ceará e esta era a de São José de Riba-Mar do Aquirás, com a sua sede de Matriz, na Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, no Oratória dos soldados. (21) E, em 1720, havia, na Capitania, um pároco e dois curas. (22)

A dedução lógica que procede deste confronto de informes de homens ilustres e sérios, como foram Barão de Studart, Antônio Bezerra e João Brígido, é a seguinte: A criação do Curato do Icó ocorreu entre 1716-1720.

Neste intervalo de anos, dividira-se o Ceará em três vastíssimas circunscrições eclesiásticas, pois que, em 1716, uma só freguesia e, em 1720, um pároco e dois curas. Em outros termos, o Norte, o Nordeste, o Centro-Sul, a paróquia de Aquirás, o curato do Acaraú, o curato do Icó.

Tal divisão eclesiástica do território cearense, que ocorreu, em 1717, conforme documentação que expandiremos linhas adiante, coincidia com tríplice divisão, feita pelo poder temporal. Compunha-se o Ceará de três distritos: O do Jaguaribe, o do Acaraú e o do Ceará. (23)

CURATO DO ACARAÚ

Não nos foi possível encontrar o instrumento positivo da criação, em 1717, das circunscrições eclesiásticas cearenses. Diante do que, valemo-nos de fontes indiretas, que tratam, apodicticamente, do caso.

Digitalizado com CamScanner

"No ano 1712, veio para esta Ribeira do Acaracú (hoje Acaraú), o Padre João de Matos Monteiro, filho do Reino, chamado vulgarmente o Padre João de Matinhos, como coadjutor ou administrador de seu tio, o Padre João de Matos Serra, Vigário do Ceará, a cuja Freguesia pertencia esta dita Ribeira. Nesta ocupação, esteve de 4 até 5 anos, tempo em que o pediram os moradores do lugar por Cura ao Reverendo Cabido, Sede Vacante de Olinda; no que convindo o parente Vigário se criou este Curato, que compreendia então desde o Rio Mindahu até a Serra da Ibiapaba inclusive". (24)

Tal informe histórico do Livro do saudoso e venerando Bispo da Princesa do Norte, acha-se em perfeita sintonia com vários outros documentos. Ei-los: Uma provisão, datada de 28 de março de 1722, do Visitador e Vigário Geral do Ceará, Padre João de Matos Serra nomeia o Licenciado Padre João de Matos Monteiro para Cura do Acaraú e outra provisão, da mesma data e mesma autoridade eclesiástica autoriza o dito Cura a desenterrar e dar sepultura, em sagrado, aos cadáveres enterrados pelos campos na sua freguesia. (25)

O Cabido, Sede Vacante de Olinda, além de confirmar o Padre Matinhos no seu múnus de Cura, nomeia-o, em 18 de setembro de 1722, para o oficio de Vigário da Vara de toda a Ribeira do Acaraú. (26)

Uma circunstância notável do que ficou dito devemos ressaltar: A vacância da Diocese de Olinda. Tal acontecimento explica-se por este outro. "Uma Ordem Régia de 28 de março de 1713, mandando, entre outras cousas, que o Bispo Dom Manoel Alvares da Costa saia da cidade de Olinda e vá desterrado para o Ceará, como castigo à parte que tomou nos movimentos de Pernambuco. O Bispo obteve por favor em vez de ir para o Ceará, se afastasse cem (100) léguas da cidade de Olinda e escolheu então ir para o São Francisco, o que fez, a 18 de junho desse mesmo ano, levando em sua companhia, entre outros, o Oratoriano Antônio Martins". (27)

Para entendermos bem esta história, mister nos é relacionar outros detalhes cronográficos: "Como castigo à parte que tomou nos movimentos de Pernambuco".

Trata-se, aqui, da guerra dos Mascates, ocorrida, em 1710-1711. Foi uma guerra civil travada entre os moradores de Olinda e os de Recife, motivada por mesquinhas rivalidades. Os habitantes do Recife eram, pela sua maior parte, portugueses de nascimento humilde, que haviam chegado pobres ao Brasil e enriquecido no comércio. Os de Olinda compreendiam muitas famílias aristocráticas da Capitania de Pernambuco. Estes deram aos primeiros a alcunha desprezadora de Mascates (Bufarinheiros). Houve, entre uns e outros, sangrentos combates, até a chegada do Governador Machado de Mendonça, que restabeleceu a paz, usando de meios violentos de repressão contra os pernambucanos. (28)

E a vacância da Sede Episcopal de Olinda perdurou de 1713 a 1725, porquanto, aos 31 de janeiro de 1726, a Câmara do Aquirás, entre outras coisas, felicita ao Bispo D. Frei José Fialho, por sua boa vinda. (29)

CURATO DO ICÓ - PROVA DE SUA EXISTÊNCIA, EM 1717

O termo Curato quer dizer uma povoação pastoreada, eclesiasticamente, por um Cura. Este, por seu turno, tinha o titulo de coadjutor de pároco.

Segundo o direito canônico, a Curato, denominado a princípio de títulos e

Digitalizado com CamScanner

seguidamente paróquia, é um determinado território submetido à autoridade espiritual de um sacerdote católico, que tem o direito de governar os seus fiéis e de administrar-lhes os sacramentos. É ao Bispo que pertence estabelecer, suprimir ou modificar a circunscrição dos curatos. A criação das paróquias, governadas por curas, remonta, provavelmente, ao século III.

O primeiro instrumento histórico, que lança luz sobre esta época eclesiástica do Icó, é uma data de sesmaria, do ano de 1717. Por se tratar de um documento precioso, transcrevemo-lo do original: "Senhor Capitão-Mór. Diz o Padre Cura da Ribeira dos Icós, Domingos Dias da Silveira que ele tem seus gados assim vacuns como cavalares e mais criações e não tem terras em que os pode criar; e a custa de sua fazenda tem descoberto um riacho do Mota, que nasce do Norte e corre para o Sul e nasce dentro das terras da Sociedade e o riacho do alferes Lourenço Alves Feitosa ... acima da Fazenda da Serra... etc. Fortaleza, 24 de fevereiro de 1717"... (30)

Não nos padece mais dúvida alguma o fato do Padre Domingos Dias da Silveira curar, em 1717, a Ribeira dos Icós. Atesta-no-lo a tessitura de sua sorte de terras. Documento este claro e positivo. Além do mais, não podemos compreender Cura sem Curato, porquanto são termos, que implicam idéias correlatas.

Surge-nos, porém, outra questão. Em que ano, teria o Padre Domingos chegado ao Icó? O seu colega de Curato da Ribeira do Acaraú, para ali, fora, em 1712, passando de 4 até 5 anos, quando, em 1717, se deu a criação do seu Curato.

Presumimos, pois, tenha, também, chegado, de 1712 para 1713, ao seu Curato, o primeiro vigário da zona jaguaribana. Diga-se, de passagem, que, conforme Pedro Teberge, o Icó, em 1715, já existia provido de vigário.

Entretanto, o asserto deste benemérito médico francês precisa de um rápido esclarecimento, no tocante não à presença de um padre catequista, nessas partes do Jaguaribe, mas sim ao seu título. Fa-lo-emos, linhas adiante.

O que é, porém, historicamente certo, é que, aos 24 de fevereiro de 1717, o Padre Domingos Dias da Silveira já estava no Icó, exercendo as suas funções de Cura. Depreende-se tal data do seu documento sesmeiro, sobre as margens do Riacho do Mota, Ribeira dos Icós.

Um exame atento sobre a documentação dos primitivos curatos cearenses dá, como resultado satisfatório, a criação, em 1717, da tríplice circunscrição eclesiástica da Capitania. O Norte, o Nordeste, o Centro Sul-Oeste. Acaraú, Aquirás, Icó. O ano de 1717 ressalta da colisão das mesmas datas, contidas nos documentos, linhas atrás, expandidos.

O pedido de terras do Reverendo Cura da Ribeira dos Icós encerra, em seu conteúdo, outros dados, dignos de comentários. Riacho do Mota. Nasce do norte e corre para o sul. Dado o costume antigo e comum, este riacho recebeu, provavelmente, o nome de algum colono de sobrenome homônimo. O riacho, em apreço, é, certamente, algum afluente do Riacho São João, outrora o Vocorô dos indígenas.

Ainda hoje, como estamos informado, existem, nessas paragens, uma serra e uma família com o nome e sobrenome de Mota. Na certa, uma lembrança e uma descendência do primitivo donatário daquelas terras.

Digitalizado com CamScanner

TERRAS DA SOCIEDADE E O RIACHO DO ALFERES LOURENÇO ALVES FEITOSA

Trata-se, aqui, da primeira data de terras, alcançada pelos Feitosas e mais quatro companheiros sobre as margens do riacho Vocorô hoje o São João.

Dezoito léguas de terras para seis sertanistas, a saber, Alferes Lourenço Alves Feitosa, Domingos Alves Esteves, Lourenço Gonçalves de Moura, o tenente Simão Rodrigues Ferreira, Antônio Pinto Correia e Francisco Alves Feitosa. Obtiveram-nas, em janeiro de 1707, do governador Gabriel da Silva do Lago. (31)

Acima da Fazenda da Serra. É o atual distrito de Alencar, município de Iguatu. Entre outros topônimos, já teve essa localidade da famosa pedra magnesita, a da Fazenda do Morais e José de Alencar.

LIMITES DO CURATO DO ICÓ

Dá-los, com exatidão, é impossível. Uma porque o seu vastíssimo território dificulta o cômputo de todas as ribeiras que, outrora, o compreendiam. Outra porque as fontes históricas, que possuimos, neste ponto, sendo vias indiretas, são, por isto, incompletas.

Quem, porém, deu o traçado de suas linhas eclesiásticas foi o historiador Pedro Teberge. Falando sobre as paróquias de Aquirás e Icó, deixou-nos o escrito do seguinte teor: "Não me foi possível descobrir a data da fundação desta última (Icó), que sei já existia provida de vigário, em 1715. Mas o que sei, com certeza, é que o Banabuiu serviu de limites comuns a ambas. Pertenciam a do Aquirás todas as suas vertentes até o Sitiá inclusivamente, servindo de limites no resto uma linha que da Barra do dito Sitiá ia em linha reta à Barra do Riacho Junqueiro, cujas vertentes eram do Icó e dai uma linha reta de Oeste a Leste, até as raias desta Capitania com as do Rio Grande do Norte. (32)

Apenas, um ligeiro reparo merece o documento legado pelo ilustre esculápio francês, radicado em nossos sertões jaguaribanos. "Provida de vigário, 1715".

Tal parecer não corresponde à realidade dos fatos. O título de vigário, naqueles idos coloniais, era diferente do título dos vigários de nossa atualidade, em razão do Ministério das Missões. Eram vigários ou padres missionários das Terras de Missões de Aldeias de Índios, diferentes dos vigários das Povoações, compostas de moradores brancos.

Para evitarmos discrepância de ímpar, opinião nossa, ressaltamos que a leitura da carta régia de 17 de janeiro de 1698 esclarece bem este caso. Confirma-o, por outro lado, um fato concreto: O Padre Manoel Felix da Costa foi, de 1756 a 1769, **Vigário Missionário** da Missão da Telha, hoje Iguatu, quando se sabe que a criação da paróquia de Senhora Santana de Iguatu ocorreu, em 11 de outubro de 1831, por decreto provincial. (33)

O Icó, portanto, em 1715, estaria provido, também, de um Vigário Missionário.

Vastíssima, a circunscrição eclesiástica do Icó e, sob a égide de Nossa Senhora do Ó ou da Expectação, estiveram quase todos os atuais municípios e freguesias das

Digitalizado com CamScanner

partes média e alta do Jaguaribe.

Computemo-los pelas ribeiras, em que se assentam.

Inhamuns, Cariús e Bastiões, com as seguintes cidades e paróquias: Tauá, Parambú, Cococi, Saboeiro, Arneiroz, Aiuaba, Jucás, Cariús, Assaré, Campos Sales, Santanopole, Arraripe, Farias Brito, Nova Olinda.

Sobre o Salgado e seus afluentes: Icó, Cedro, Várzea Alegre, Lavras, Aurora, Caririaçu, Juazeiro do Norte, Crato, Baralha, Jardim, Porteiras, Jatí, Penaforte ex Baixio do Couro, Brejo Santo, Mauriti, Barro, Milagres, Missão Velha, Jamacarú.

Sobre a ribeira dos Quixelôs: Iguatu, Bom Jesus Piedoso do Quixelô, Acopiara e Orós.

Sobre o Riacho do Sangue e do Figueiredo: Solonopole, Frade, Milhã, Piquet Carneiro, Jaguaribe, Pereiro e Iracema.

Sobre o Rio do Peixe e seus afluentes: Umari, Baixio e Ipaumirim.

Salientamos, Ainda, que, selos e registros do primeiro livro de termos de Batizados e Casamentos do Icó nos asseguram sua jurisdição paroquial sobre Antenor Navarro, ex-São João do Rio do Peixe e sobre a Serra do Martins, Ria Grande do Norte. (34)

A hegemonia eclesiástica do Icó sobre toda essa vastíssima região Centro. Sul-Oeste Cearense sustentou-se, de 1717 a 1748, quando, no último ano, o Vale do Cariri se tornou, eclesiàsticamente, independente, com a criação de sua primeira freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Luz dos Cariris Novos, cuja sede de Matriz era a cidade de Missão Velha, hoje, o seu orago é o santo patriarca de Nazaré, São José.

O Primeiro município do Jaguaribe, durante o intervalo de várias décadas de história a dentro, tornou-se, com efeito, o trampolim de conquista colonial do alto e médio Jaguaribe. Redistribuidor de povoadores, porquanto foi, de verdade, um ponto de convergência e de dispersão da metade da população daquelas priscas quadras históricas.

A par disto, o folclore nordestino atesta essa sua ímpar supremacia feudal. Quando duas ou mais criaturas humanas, por aqueles impérvios sertões, se encontravam, logo entravam, cautelosos, em confabulações: Donde vem? Do Icó. Para onde vai? Para o Cabrobó. O mais curioso da sabedoria popular consistia na inversão da ordem dos termos folclóricos: Donde vem? do Cabrobó Para onde vai? Para o Icó.

Semelhante diálogo não é baldo de fundamento histórico, pois que, em verdade, o Icó simbolizava o Jaguaribe. O Cabrobó, o São Francisco. Ambas cidades sertanejas, edificadas, em tempos longínquos, sobre as margens dos maiores caudais fluviais nordestinos, eram os únicos centros de atração da vida colonial.

Mais. Os Homens do São Francisco, como bem reza o conteúdo sesmeiro, imigrados na ribeira dos Icós, em 1682, retornando aos seus velhos pagos, tangiam suas boiadas e cavalhadas, aqui criadas, para as feiras da Bahia, Minas e Goiana Grande. Regressando ao Ceará, para as suas fazendas, traziam consigo as mercadorias (Fazendas e utensílios de uso doméstico e agrícola), suficientes para os gastos de um ano.

E, destarte, por quase meio século, entre o São Francisco e o Jaguaribe, estabeleceu-se, nos princípios de nossa colonização, um mútuo intercâmbio de relações

Digitalizado com CamScanner

comerciais, familiares sócio- religiosas. Dizem-no-lo várias referências históricas, contidas nas datas de sesmarias, bem como outros anais da Terra da Luz. [35]

Retornando ao fio da meada da História icoense, destaquemos que o seu Curato foi, porém, de pouca duração, de cinco anos, no máximo, de 1717 a 1722.

Demonstrá-lo-emos no último titulo que seque.

QUARTO CAPITULO

FREGUESIA DO ICÓ

Sumário: A construção da primitiva capela de Nossa Senhora da Expectação. Sua elevação a categoria de Matriz. Seu primeiro vigário. Suas capelas mais antigas.

CAPELA DO ICÓ

Uma lápide, afixada na sacristia da atual Matriz, traz a seguinte inscrição: "Edificada em 1700, por Francisco de Montes Silva".

A tradição Icoense, que fixa a construção do seu primeiro templo religioso, no primeiro ano do século dezoito, não se comprova e tropeça em insuperáveis dificuldades históricas.

A primeira delas é a seguinte. O coronel Francisco de Montes Silva, o doador do patrimônio da Capela e seu fundador, não era, em 1700, ainda chegado ao Ceará. Sua vinda, conforme o enredo da contextura sesmeira, teria acorrido, entre 1703-1705, como um dos integrantes do segundo contingente emigratório da família Montes. A primeira leva deu-se, em 1682.

Além disto, conforme um axioma filosófico, ninguém dá o que não tem. Ora, a data de terra, onde se assenta hoje esta vetusta cidade sertaneja, foi terra, sem dono, maninha até 1708, quando caiu sob o senhorio direto do coronel Montes, o doador do patrimônio. [1]

Devemos assinalar, ainda, que a primeira Igreja ou Capela, edificada sobre terras do famoso Rio Cearense, remonta ao ano de 1707. A Capela de São Bernardo das Russas, sob a iniciativa e orientação do Dr. Desembargador Cristovão Soares Reimão, juiz sesmeiro, que, então, demarcava e tombava as terras dos moradores do Jaguaribe. [Sic]

Diga-se, também, que Francisco de Montes Silva, em 1700, data esta da edificação da Capela, estaria com as suas quinze primaveras de vida sertaneja, porquanto, com 80 anos de idade, em 1765, faleceu no Icó. Teria, portanto nascido em 1685.

Conciliarmos tão tenra idade com a responsabilidade da obra religiosa é o que nos parece assaz difícil, mormente, quando a terra estava dando os seus primeiros vagidos de civilização.

A última dificuldade, que se nos antolha, é da Igreja por ele levantada, ter servido, como reza a tradição, para sepultar uma sua filha. Angústia de mãe e desconsolo de esposa forçaram-no a tanto. E, nesta hipótese, para ter filhos, em 1700, teria o

Digitalizado com CamScanner

coronel Montes contraído núpcias, com quatorze anos de idade, o que achamos, natural e eclesiásticamente, inadmissível.

A CAPELA EDIFICADA, EM 1709

"Neste ano, principiou a erigir-se uma Igreja, na Ribeira do Jaguaribe, graças a João de Barros Braga". Esta célebre figura do Ceará-Colonia vinha, desde 1699, exercendo, sucessivamente, os postos de capitão e coronel de cavalaria de ordenança do Jaguaribe [2] Donde se conclui tivera larga influência sobre todos os fazendeiros e povoados, estabelecidos naquelas paragens ribeirinhas.

Mais conciso que o procedente é o depoimento que seque. Na correspondência com os presidentes da Província, os vigários deixavam, vez por outra, escapar valiosos informes. Assim, é que, em ofício de 02 de julho de 1860, ao Dr. Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, o Vigário Miguel Francisco da Frota disse que a Matriz de Icó fora edificada, em 1709. [3] Fora este sacerdote contemporâneo de Pedro Teberge, e como ele, apaixonado por história.

Harmoniza-se com o que está dito, uma Carta Régia de 6 de junho de 1709, ao governador Gabriel da Silva do Lago, na qual, Sua Majestade diz que tinha visto o que ele havia referido, em carta de 20 de junho de 1708, de ter mandado por edital para se arrematar o gado monteado, sem marca, nessa divisa, no distrito da Capitania, por pertencer à Fazenda Real. Aquela determinação opuseram-se o Padre Manoel de Araújo Dadim, Visitador da Capitania, que obrigou os moradores dela a fazerem doação de tal gado para a Igreja do Jaguaribe. [4]

Devemos adir, ainda, a este documento régio, o fato de ter, em meados do ano de 1708, Gabriel da Silva do Lago vindo ao interior da Capitania e de ter fundado, no lugar chamado Icó, um Nova Arraial para o amparo dos moradores brancos, ameaçados pelo tapuia nativo.

Cremos, portanto, que, com a ereção deste fortim, é que, houve condições humanas de se tratar da fábrica da Capela do Icó. Sua construção, antes disto, é um caso histórico, que consideramos, como improcedente, quer pela maninhez do solo, quer pelas constantes escaramuças do autóctone, o dono pré-histórico do chão Icoense,

"Pode-se dizer, sem medo de errar, afirma Antônio Bezerra, que, pelos fins do ano de 1707, o Rio Jaguaribe, até às suas nascenças, estava conhecido mais ou menos, povoado com alguns sítios e fazendas, que ocupavam grandes extensões de terrenos, não se dando o mesmo com o Rio Salgado, que dispunha ainda de intervalos desaproveitáveis e sem donatários. (Sic)

Antes de encerrarmos este assunto, retornamos ao caso do motivo da edificação da primitiva Capela de Nossa Senhora da Expectação. A crônica cearense, antes de mais nada, não elucida bem esta faceta histórica. Reza vaga e truncada tradição que, no intuito de consolar a sua esposa, que não desejava ter o cadáver de uma das suas filhas sepultado nos campos, o coronel Francisco de Montes Silva fez doação de meia légua de terra para patrimônio da Capela do Icó, no centro da qual, fundou a Igreja, que serve, ainda hoje, de sede de Matriz.

No tocante ao que ficou mencionado, discordamos, apenas, do motivo. O levantamento da Igreja, em apreço, o que é mais plausível, teria sido para dar sepultu-

Digitalizado com CamScanner

ra ao cadáver do capitão João de Montes Bocarro, cujo óbito ocorrido, entre 1707-1713, coincidiu com a época da sua fundação. [5]

Filho de Jorge Bocarro e de Paula Martins, proprietários de terras na Barra-Sitiá-Banabuiu, desde 1683, era o capitão João de Montes Bocarro conhecedor profundo destas nossas paragens tropicais, respeitável por vários títulos, estimado de sua família e um dos seus membros mais antigos, em terras cearenses [6]

A MATRIZ DO ICÓ

O ponto alto do nosso presente estudo reside na revelação da época da criação da paróquia do Icó, a qual, ainda hoje se conserva velada.

Apesar dos estudos de vários de nomeada de nossas letras, nenhum, todavia, conseguiu desvenda-la. Historiemos, pois, suas opiniões.

Barão de Studart: A paróquia do Icó foi criada aos seis de abril de 1764. [7] Criada em 1774, diz o Senador Catunda. [8] João Brígido dos Santos: A data da criação da freguesia do Icó é desconhecida. Em todo o caso, foi anterior à criação da Vila. [9] Antônio Bezerra de Menezes: Sabe-se que depois da freguesia do Aquirás, a primeira criada foi a de Icó. [10] Pedro Teberge: Não me foi possível descobrir a data da fundação da freguesia do Icó. [11]

A disparidade de pareceres de cidadãos tão ilustres, como foram estes, induz-nos, obrigatoriamente, a uma ilação: No que tange a uma boa parte de fatos, adstritos à gênese de nossa formação, o que, de mais positivo, existe é a nossa ignorância. E reconhecermo-la é sinal de magnanimidade.

UM RETROSPECTO

O capítulo precedente, como bem podemos inteirar-nos, compõe-se de uma chamada geral de fatos eclesiásticos, da vigararia de Tomar ao Curato do Icó. De 1500 a 1720.

E, nesta última data, havíamos estacionado para tratar de outros pontos correlatos. Cabe-nos, a estas alturas, pegar de nova o fio da meada deixado, alhures.

Não sabemos, de forma alguma, que destino teve o documento, que encerra o decreto da fundação da freguesia do Icó. Razão por que, fazendo uso de vetusta documentação, que nos resta, propomo-lo determinar a época, em que se deu o grande fato eclesiástico, qual seja o da sua criação.

Para tanto, julgamos, de bom alvitre, evocar fatos de 1725 a 1728, para, desta sorte, circundarmos o acontecimento, centralizando-o, em sua quadra histórica exata.

Temos, portanto, como historicamente certo que fora anterior a 1725, a fundação da paróquia do Icó, porquanto são desta data, alguns preciosos informes: "Dada e passada nesta Matriz de Nossa Senhora do Ó do Icó, aos vinte e dois dias do mês de julho de mil e setecentos e vinte e cinco. [12]

Particularidades deste documento: O Governador do Ceará, Manoel Francês, em cujas mãos esteve o poder da Capitania, de 1721 a 1727, viera, em 1725, ao interior sertanejo, com a finalidade de acalmar os ânimos e pacificar as famílias Montes-Feítosas, em lutas sérias, por demandas de terras.

Digitalizado com CamScanner

Passando por Icó, naquele mês e ano, despachou documentos, em que a terminologia "**Matriz de Nossa Senhora do Ó do Icó**" se repete, por onze vezes. Circunstância esta bem preponderante, indicando-nos, apodícticamente, que a paróquia do Icó já existia, em 1725, como canonicamente erecta.

Assinalemos, além do mais, que o termo Matriz, usado nos documentos, devemos entendê-lo em seu mais legítimo sentido. Matriz diz-se da Igreja, que tem jurisdição ou superioridade sabre outras Igrejas ou Capelas de uma dada circunscrição eclesiástica.

A par disto, mencionemos outro documento coevo: "Matriz de Nossa Senhora do Ó, dez de dezembro de 1725".

Semelhante prova da existência dessa paróquia colhemo-la de uma carta de Manoel Francês, governador da Capitania, escrita e datada de Icó, ao Senado da Câmara do Aquirás, prestando-lhe contas de sua missão, junto às Ribeiras conflagradas por ódios familiares. As suas ordens de pacificação geral, apenas o coronel João da Fonseca Ferreira desobedeceu, fugindo com o Tapuia guerreira para o Piancó. (13)

Ressaltemos que, da leitura desta documentação, nos surge uma natural impressão, a saber, a de ter o chefe-mór cearense dado os seus despachos oficiais dentro do recinto da Igreja de Nossa Senhora da Expectação.

Pode ter sido. Mas, confrontando tais atos com outros do mesmo estilo do tempo, deduzimos o contrário. O termo Matriz representa, de fato, na linguagem dos tempos coloniais, a parte de um todo. Este era, no caso, em apreço, a vastíssima freguesia do Icó. A parte, a sua sede de Matriz, a cidade homônima.

Para removermos qualquer discrepância, que possa ainda persistir, sobre a existência daquela freguesia, citamos, ipsis litteris, um termo de Casamento de 1728: "Aos trinta dias do mês de agosto de mil e setecentos e vinte e oito, pela manhã, nesta Matriz de Nossa Senhora da Expectação do Icó, feitas as denunciações na forma do Sagrado Concilio Tridentino, nesta Igreja, onde os contraentes são moradores, sem descobrir impedimento, como dos banhos, que ficam em meu poder, consta, em presença de mim Antônio Barbosa Gerez, Cura e Vigário da Vara desta **FREGUESIA**, sendo presentes testemunhas Damião da Rocha e Cosmo de Matos, pessoas de mim conhecidas, e casaram em face da Igreja solenemente, por palavras de presente, Manoel de Brito Correia, natural de Angola e viuvo que ficou na cidade da Paraíba, com Francisca Rodrigues da Costa. Do que fiz este assento no mesmo dia, que por ser verdade assinei. Antônio Barbosa Gerez, Damião da Rocha, Cosmo de Matos". (14)

A tessitura deste instrumento eclesiástico, autêntica como se nos antolha, dispensa todo e qualquer comentário. Contudo, faremos alguns, que dele decorrem naturalmente.

Discordamos da opinião comum que aponta, ainda, o Padre Antônio Barbosa Gerez, como o primeiro vigário do Icó. Foi o segundo. A outro sacerdote, cujo nome é Domingos Dias da Silveira, cabe a honra da primazia paroquial daquela freguesia, sobre as margens do Salgado. Destacá-lo-emos, com a sua crônica, linhas adiante.

A denominação primitiva de **VIGÁRIO DA VARA** parece-nos implicar outra órbita judiciária civil, qual a de juiz. Aliás, neste particular, João Brigido expressou-se da seguinte forma: "Era certo, já desde 1725, haver, em Icó, um julgado, pois que se havia criado um lugar de escrivão". (15) E diríamos nós, por causa do estilo da época,

Digitalizado com CamScanner

que semelhante lugar era o sacristão ou em outros termos, o de amanuense paroquial, porquanto todo e qualquer cargo público estava, com sua criação e provimento, sujeito à autoridade d'El-Rei, por direito do Padroado.

Levemos, ainda, em conta que a palavra **VARA**, entre outras concepções, significa cada uma das circunscrições presidida por um juiz de direito, em que se dividem as comarcas de Lisboa e do Porto. De Portugal para o Brasil, transportaram-na e é, hoje ainda, muito utilizada, em linguagem forense, mormente, em questões de editais judiciários.

Mas, pelo que sabemos, a expressão **VIGÁRIO DA VARA** poderia, também, eqüivaler ao título de **DELEGADO DO BISPO**, em certas povoações, E pensamos nós seja esta, a hermenêutica mais legítima daquela nomenclatura eclesiástica.

CRIADA A FREGUESIA DO ICÓ ENTRE 1720-1722

Somente depois de termos feito estas chamadas de fatos antigos de 1500 a 1720; de 1725 a 1728, é que nos foi possível estabelecer a tempo exato da fundação da segunda paróquia, em terras cearenses, qual seja o do intervalo entre os anos 1720-722, já que, em matéria de História, criar a posição autentica de um fato ou documento é tarefa imprescindível.

A Segunda: "Sabe-se, diz Antônio Bezerra, que depois da paróquia do Aquirás, a primeira criada foi a do Icó". Pedro Teberge: "O Icó, em poucas anos, tomou importância, visto que é certo que foi escolhido para sede da segunda freguesia criada nesta Capitania, nos primeiros anos do século dezoito".

Além desta argumentação de autoridade, que nos é cousa preciosa, estabelecendo paralelos entre tal época com a de outras freguesias cearenses de antanho, chegaremos, também à idêntica dedução: O Icó foi a **segunda** do Ceará e a **Primeira** sobre terras do Jaguaribe. Constatá-lo-á quem ao trabalho de pesquisas aplicar-se.

Para melhor entendimento nosso, esmiucemos os fatos. O ano de 1720 reporta-se ao informe histórico de haver, neste ano, um Pároco e dois Curas, no Ceará. Portanto, uma Freguesia e dois Curatos.

A Freguesia era a de São José de Riba-Mar da Vila do Aquirás, com a sua sede de Matriz, no Oratório dos soldados da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. O Pároco de então, o Padre João de Matos Serra, que exercia, também, as altas funções de Prefeito das Missões da Capitania e seu Vigário Geral.

O Curato, um era o da Ribeira do Acaraú, cuja sede de ofícios religiosos era a antiquíssima Fazenda Caiçara, hoje a bela cidade de Sobral. O seu primeiro Cura foi o Padre João de Matos Monteiro, sobrinho do Vigário Geral do Ceará Grande.

O outro Curato era o da Ribeira dos Icó, com a sua sede no lugar de igual nome, tendo sido o seu primeiro Cura, o Padre Domingos Dias da Silveira.

Para completar o que acima expandimos, realcemos, ainda, um fato coevo, que diz respeito à primitiva situação eclesiástica do Ceará: "Proposta do Conselho de Ultramar, assinada por seis conselheiros do Reino, pedindo a El-Rei a adoção de várias medidas, em favor da paz do Ceará, inclusive o estabelecimento de párocos, em número nunca inferior a cinco. Tal documento data de 29 de outubro de 1720". (16)

Digitalizado com CamScanner

O estabelecimento de cinco párocos, ou, em outras palavras, a criação de cinco freguesias.

Mas, tal proposta, ao que, tudo nos indicar, não recebera, em 1720, a total sanção real, porque eram ainda parcos, no Ceará, os rendimentos dos dízimos da Ordem de Cristo, destinados ao pagamento da côngrua dos eclesiásticos e dos vencimentos dos propostos d'El-Rei.

Entretanto, semelhante fato já demonstra a preocupação do Governo d'Além-Mar com as cousas do Ceará. O seu bem, paz e progresso.

O que, porém, é certo historicamente, e que o Curato do Icó fora elevado à categoria de Matriz, entre 1720-1722, porque é deste último ano (1722), o aparecimento primaz da nomenclatura: "**Matriz do Icó**". A documentação sesmeira, neste sentido, apresenta-se-nos como uma força histórica irrefutável: "Dada e passada nesta Matriz do Icó, aos quinze dias do mês de julho de mil e setecentos e vinte e dois anos". [17] E semelhante denominação repete-se, textualmente, por quatro vezes, nos documentos sesmeiros de 1722.

Verificá-lo-á quem se der ao trabalho de consultar a fonte, indicada pelo número entre o parêntesis, que seque. [18]

Adstrito ao tempo da fundação da freguesia do Icó, bisamos um fato da órbita eclesiástica nordestina. A diocese de Olinda, donde dependia, temporal e religiosamente, a Capitania do Ceará, era Sede Vacante, pois que o seu titular episcopal, D. Manoel Alvares da Costa havia sido removido, por ter tomado parte na Guerra dos Mascates. E a sua vacância durou, de 1713 a 1725, quando tomou posse da dita Diocese de Pernambuco, o seu sexto bispo, Dom Frei José Fialho.

Diante do que, o decreto de ereção da Paróquia do Icó promanou ou do Cabido Sede Vacante de Olinda. Ou da Santa Sé Apostólica. Ou d'El-Rel, em virtude do direito de Padroado. Um dos três, o seu autor certo.

Explicamo-nos. Quando se tratou de criar a freguesia de Missão Velha, por sinal, desmembrada da de Icó, em 1748, El-Rei nomeou o tenente João Ferreira Quintaes mamposteiro das Bulas da Santa Cruzada para fundação daquela freguesia, em terras dos Cariris Novos.

O mesmo poderia ter ocorrido com o Icó, já que a diferença, nas datas de criação de uma para outra, era apenas de uns 26 (vinte e seis) anos. Salientemos, no presente caso, que as vias históricas indiretas, com o estilo de seu tempo, são muitas das vezes, as únicas pistas hermenêuticas de fatos e verdades, aparentemente velados.

Apesar do instrumento canônico da criação da paróquia do Icó ser ainda, objeto de pesquisas, confessamos que era causa mais que certa, a sua existência, já aos quinze (15) de julho de 1722. Demonstram-no-lo as fontes coevas já comentadas, linhas atrás, bem como a íntima correlação dos termos Matriz e Freguesia. Não há aquela sem esta e vice-versa.

INSTALADA A FREGUESIA EM JULHO DE 1722

A título de ilustração e curiosidade histórica, relatamos as solenidades da festa de inauguração da paróquia do Icó, cuja Matriz assenta-se 18 quilômetros, aquém da

Digitalizado com CamScanner

foz do Salgado.

A prova deste acontecimento, aliás rico em minudências, firma-se em uma jornada, que fizera, ao interior cearense, um seu antigo governador.

Descrevemo-la. Partindo de São João do Jaguaribe, em fina de junho de 1722, onde participou dos festejos joaninhos, aportou ao Icó, em princípios de julho, o capitão-mór Manoel Francês. [19] Atestam-nos a sua presença, então, no Jaguaribe, as concessões sesmeiras, dadas e passadas, sobre esta tão famosa ribeira das terras cearenses.

Dali ao Alto Jaguaribe, acolitaram-no João de Barros Braga, coronel de cavalaria de ordenança do Jaguaribe (uma espécie de Chefe de Polícia), Simão Gonçalves de Souza, o escrivão das datas, o capitão João Nunes da Silva, Pedro Ramires Cardeus, José Alves de Lima, Baltazar Machado Cramona. Os três últimos da lista, residentes na ribeira dos Icós e suas limítrofes haviam conseguido doações de terras. [20]

Ao séquito oficial, pelas estradas e fazendas das ourelas jaguaribanas, incorporam-se muitas outras figuras importantes do sertão, pois que, como sói acontecer, ainda hoje, fato extraordinário, na monotonia da vida interiorana, constituía uma dessas jornadas governamentais.

Manoel Francês demorou-se, por 15 dias, em Icó, porquanto foram do dia quatro e dezoito de julho de 1722, o seu primeiro e último atos oficiais, dados e passados, ali. [21]

Aproveitando do ensejo de sua presença, por essas partes, estiveram com ele, Simão da Costa de Morais, Baltazar Ferreira Lima, José Lopes Teixeira, Bruno da Costa Rodrigues, o tenente Jorge Mendes Guimarães, os ajudantes de ordens Manoel Martins e Antônio Pinto de Andrade, Manoel Ferreira da Fonseca, Manoel Gomes Ferreira, o coronel Francisco Alves Feitosa, o comissário geral Lourenço Alves Feitosa, o capitão-mór José Araújo Chaves, o capitão Luis Vieira de Souza, o capitão Antônio Rodrigues Vidal, o tenente João Maia de Cordoa, o coronel Lourenço Alves Penedo e Rocha, o capitão Manoel Gomes Leitão e o sargento-mór Manoel da Silva Soares. [22]

Todas estas respeitáveis personalidades, que, nas zonas média e alta do Jaguaribe formavam a elite do coronelismo feudal sertanejo, haviam obtido, durante o espaço de dias de permanência do governador, em Icó, concessões sesmairas, livrando-se de uma viagem penosa a Fortaleza, a sede do governo colonial.

Anotemos que, além dos fundados temores de emboscadas por parte do Tapuia, ainda arisco, o viandante gastava, naqueles idos, vinte e tantos dias, para atingir a Capital Cearense. De ida e volta, quase dois meses.

A par disto, em virtude da posição privilegiada, de que já desfrutava, então, o Icó, quer pela sua densidade demográfica, quer pela sua vida sócio-cconômica, muitos outros fazendeiros de influências haviam mantido contatos com o seu primeiro magistrado. A saber, a família Montes, a dona do Icó, em cuja casa devia ter-se hospedado o chefe-mór do Ceará. Os Lobatos. Matias Cardoso da Mota, o coronel Manoel de Crastro Caldas, o capitão-mór Gregório de Figueiredo Barbalho, o tenente-coronel Domingos Alves Esteves, o capitão Luis de Coelho de Vidal. [23]

Devemos assinalar, ainda, que, sob uma análise apurada dos fatos de 1722, constatamos que, em quinze dias, em que essa cidade serviu de sede de governo colonial, recebera a tríplice toponímia: "Sitio de Nossa Senhora do Ó do Icó" / "O

Digitalizado com CamScanner

Icó" / "Matriz do Icó".

E o mais curioso da história é que na mudança de topônimo de Sítio para o de Matriz, tergiversou Simão Gonçalves de Souza, o escrivão oficial das Datas, escrevendo simplesmente: "Neste Hicó". [25]

Parece-nos, portanto, fora de dúvidas, que a festa da inauguração da Paróquia, em apreço, presidiu-a Manoel Francês, o governador do Ceará. Indicam-no-lo as seguintes e múltiplas circunstâncias históricas.

Primeira, a estadia do capitão-mor, por quinze dias, no Icó, sem outros motivos plausíveis. Depois, a presença dos coronéis e capitães de nossa hinterlândia centro-sul-oeste. O escol do mundo sertanejo pastoril, com as suas galas e galões do tempo, não se fizera ausente.

Acresceremos, ainda, que nos é assas difícil explicar a tríplice nomenclatura, dada a Icó, em apenas uns quinze dias. Se já fosse instalada a freguesia, não mais havia mister desses três nomes diferentes, porquanto, como é sabido, o de Matriz, o último, prevaleceu até à instalação da Vila, em maio de 1738.

Por outro lado, a crônica alencarina não relata, de forma alguma, que causa alguma de ordem pública reclamara a vinda, em julho daquele ano, do governador, ao centro sertanejo. Sobre este assunto, tivemos o cuidado de consultar, demoradamente, Barão de Studart, Antônio Bezerra, Pedro Teberge, Tristão de Alencar Araripe e João Brigido e outros. Nada me informaram sobre aquela jornada oficial, de que tomamos conhecimento pelas sesmarias cearenses.

Entrementes, pode surgir, como uma objeção, o episódio histórico das famílias Montes-Feitosas. Nem estas, também, teriam empanado o brilhantismo das solenidades inaugurais da segunda paróquia cearense, pois que o período de suas lutas sangrentas tivera princípio, em fins de maio de 1724, com a chegada ao Jaguaribe do Ouvidor Dr. José Mendes Machado. Era certo, porém, que, em 1722, as duas famílias já haviam se estremecido, por causa de terra.

Os Nativos estavam, então, também, em relativa paz. Não registra a história escaramuças suas contra os brancos, exigindo, destarte, a presença do governador Francês, nos pagos icoenses, em julho de 1722, porquanto, a penúltima expedição dos brancos, não contra os Icós, mas contra os índios Genipapos, Baixo - Jaguaribe, data, aproximadamente, 1720. E a última contra todos os aborígenes jaguaribanos, inclusive os Icós, remonta às eras de 1727, sob o comando do célebre sertanista João de Barros Braga.

Ímpar descrição vale, porém, como um parágrafo de ilustração dos tempos de nossos avoengos sertanistas, os heróicos e primevos povoadores destas partes de nosso sertão tropical.

Concluindo, afirmamos que este conjunto de indícios, adstrito ao ano, em que ocorrera a instalação da Paróquia do Icó, são-nos de valor histérico inconcusso.

PRIMEIRO VIGÁRIO DE ICÓ

Não há matriz, sem freguesia. Nem esta, sem vigário. São termos correlatos.

A opinião comum, ainda hoje, em voga, atribui ao Padre Antônio Barbosa Gerez o título de vigário primaz do Icó, o que não é verdade, como bem haveremos

Digitalizado com CamScanner

de demonstrar no decurso da biografia do Padre Domingos Dias da Silveira.

HEROÍSMO DOS NOSSOS PRIMITIVOS VIGÁRIOS

Na época em que despontara em terras cearenses a vida paroquial, encontraram esses heróicos anônimos do Senhor um mundo de dificuldades a superar: A Terra. O Homem.

Paragens imensas, despovoadas e ignotas. Sertão misterioso e agro. Transportes precários. Carência de alfaias eclesiásticas. Penúria de objetos de culto divino. Distâncias enormes das sedes episcopal e civil. Fome, sede, mosquitos, formigas, cobras, lagartas, animais ferozes e traiçoeiros. Tudo isto embargando o ministério apostólico de nossos primevos guias espirituais.

Por outro lado, o Homem, o nosso ancestral, com idéias fixas de amontoar fortunas. E, nesse intuito, lançando mão de meios ilícitos e desumanos. Sua fome por terra, ouro e escravos, aliás insaciável, patenteiam-nos os anais históricos.

Para completar semelhante cenário da vida paroquial, ainda em gérmen, antolhava-se-lhes a ferocidade natural do autóctone. Brancos, mestiços, selvagens, em contínuas desavenças, onde, quase sempre, eram ignorados a lei, o dever, os direitos naturais, os princípios rudimentares de humanidade e justiça e caridade.

Tudo, portanto, na estaca zero, sem organização paroquial.

Ante o que, dupla missão, qual o sal da terra e luz do mundo, prefigurava-se-lhes, a cada passo, que davam, pois que era-lhes preciso catequizar de novo os seus patrícios, de alma e corpo, entrelaçados pelo materialismo da vida, porquanto rico e nobre era quem possuía maior número de escravos, de fazendas, boi e cavalo. Os meios para tanto, na sua quase totalidade, dolorosos, injustos e desumanos.

Cabia-lhes, além do mais, por força do seu múnus pastoral, trazer ao grêmio da Igreja, uma considerável porção de Tapuias, ainda bárbaros. Humaniza-los primeiro para depois cristianizá-los, salvando-os do seu primitivismo pré-histórico.

No cumprimento do seu dever, percorriam o imenso território cearense, de fazenda em fazenda, de sítio em sítio, de aldeia em aldeia, de povoado em povoado, pregando, celebrando, confessando, batizando e casando.

Nas suas contínuas jornadas, levavam consigo as alfaias eclesiásticas, os livros de registros de batizados e casamentos. Nos lugares, onde estes sacramentos se efetuavam, era lançado o respectivo termo de assentamento.

Andavam aqueles abnegados padres vigários a "de maca a agrupar", na expressão feliz de uma testemunha coeva, espalhando o bem e a salvação, entre milhares de habitantes, dispersos pela nossa ínvia hinterlândia.

Feitas estas ponderações de ordem genéricas, penetremos na crônica do primeiro Cura de Nossa Senhora da Expectação do Icó.

PADRE DOMINGOS DIAS DA SILVEIRA: 1717-1726

Já aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de 1717, exercia as suas funções de Cura do Icó. Conclue-se-no de sua sorte de terra, que, alhures, sofreu demorados comentários nossos.

Digitalizado com CamScanner

Infelizmente, do tempo do seu governo paroquial, nenhum termo de batizado ou casamento fora legado à posteridade. Isto, porém, não é causa de admiração, porque, também, do tempo do paroquiato do seu colega da Ribeira do Acaraú, Padre João de Matos Monteiro, não nos resta assentamento paroquial algum.

Na história do Icó, constatamos que existe um claro de fatos de 1709 a 1715. Entretanto, acreditamos que era o Padre Domingos chegado, ali, pelas eras de 1712, tempo este, em que à Ribeira do Acaraú aportara o seu colega Padre João de Matos Monteiro, como simples administrador ou auxiliar do seu tio, o Padre João de Matos Serra, Vigário do Ceará. E, neste caso, o primeiro Cura do Icó teria sido, no princípio, também, um simples administrador ou um lugar tenente do Prefeito das Missões da Capitania.

O Padre Domingos Dias da Silveira, conforme se depreende de um documento, que logo citaremos, ainda, em 1719, no Curato do Icó. "Procuração de D. Antônia Leite de Oliveira, esposa do comissário geral Lourenço Alves Feitosa, datada de vinte e seis de março de 1719, autorizando a venda de uma sorte de terra, no lugar Cachoeira, riacho Cariuzinho, ao Capitão-mór André Garras da Câmara. Constituía seus procuradores, entre muitos outros, também, ao Cura do Icó, Domingos Dias da Silveira". (26)

A par disto, Antônio Bezerra, em Algumas Origens do Ceará, afirma que o coronel Manoel Cabral de Vasconcelos vendera as terras, que recebera por dote de sua esposa, filha que era do coronel João da Fonseca Ferreira, ao Padre Domingos Dias da Silveira, Cura que foi da Vila do Icó. (Sic)

O asserto de nossa maior autoridade em história cearense merece um ligeiro reparo: A elevação do Icó à categoria de Vila ocorreu sob o governo paroquial do seu terceiro vigário, o Padre Valério Gomes de Castro. Deste assunto, pormenorizadamente, trataremos, linhas adiante.

Ainda, em 1725, Cura do Icó.

Tal fato colhemos de uma carta do governador Manoel Francês, datada de vinte e oito de fevereiro de 1725, dirigida ao coronel Manoel de Crasto Caldas: "Por quanto me representa o Padre Cura Domingos Dias da Silveira, em sua carta, que recebi, em vinte e cinco de fevereiro, em que Tapuias, Genipapos e Cariús, guiados de um filho de Francisco Alves Feitosa, fizeram nos Inhamuns, proximamente, muitos absurdos e mortes em o capitão Luis Coelho Vidal e outros... Pelo que, esta gente amedrontada daqueles bárbaros e receosa que desçam abaixo aquela ribeira, onde se acham os moradores dela, a maior parte deles, recolhidos em suas fazendas e na Igreja (**Matriz do Icó**), para aí se defenderem, no caso que venham aqueles bárbaros". (27)

Deste documento epistolar inferimos que o vigário primaz do Icó alcançou duas épocas distintas: O Curato do Icó, de 1717 a 1722. E o limiar da nova Paróquia Cearense até 1726, aproximadamente. Fora, pois, testemunha ocular da transição de duas quadras histórico-eclesiástico-icoenses.

Por aqueles sóis de 1725, destaquemos, ainda, Montes e Feitosas andavam no décimo mês de lutas sangrentas, por terras das ribeiras dos Icós, Cariris, Cariús e Inhamuns.

O Padre Domingos, ao que tudo nos indica, estava ao lado dos Montes, por-

Digitalizado com CamScanner

quanto andava temeroso e amedrontado de que a parcialidade dos Feitosas, que fazia misérias e absurdos nos Inhamuns, descesse de ribeira abaixo, até Icó. E não era para menos, tal psicose de angústias dos moradores icoenses, pois os Genipapos e Cariús, índios da raça Tapuia, serviam de pau pra toda a obra.

Mais. Por ocasião da devassa da casa do coronel Francisco de Montes da Silva, na Fazenda Pilar, levada a efeito, em setembro de 1724, pelo Ouvidor Geral do Ceará e seus parciais, o juiz, em apreço, mandou chamar à sua presença um religioso e um clérigo. E aos encarregados da diligência, ordenara que não querendo estes obedecer, trouxessem-lhe as cabeças. Mas vindo, ameaçou-os sob suas armas, atirando-lhes em rosto apodos e descomposturas. (Sic)

Provavelmente, o clérigo era o Padre Cura do Icó, dada a pequena distância, que medeia entre a cidade e a fazenda Pilar, que existe, ainda hoje, como uma das muitas reliquias históricas do Icó.

Além do mais, sentimentos de amizade e de solidariedade do Padre Domingos pelos Montes, por ser a parcialidade mais amiga e desprotegida, justificariam semelhante tomada de posição sua. Levemos em conta, ainda, o caso da boa política de vizinhança. Os Feitosas domiciliavam-se na periferia de sua paróquia, nos Inhamuns, quarenta e tantas léguas de distância da sede de sua Matriz.

O religioso era, sem dúvida alguma, o Padre Frei José Madre Deus, porquanto, aos nove de setembro de 1732, o bispo D. Frei José Fialho pedia ao Capitão-General de Pernambuco, Sodré Pereira que fizesse efetiva, por intermédio do capitão Pedro Rodrigues, a prisão do Padre Frei José da Madre Deus. Este religioso terceiro estava no Ceará, havia 10 anos, e foi um dos autores do motim contra o Ouvidor José Mendes Machado. Sua detenção e transferência para a Corte eram ordens d'El-Rei. (28)

Ora, a atitude mais natural de quem fora preso, escoltado até o Sitio do Pilar e, ai, injuriado e ameaçado de morte era a de agir, em termos de vinditas, logo que se visse liberto das garras do juiz e seus comparsas. E foi o que aconteceu.

Usando do prestígio, de que, então já desfrutava a batina, por estas partes jaguaribanas, conseguiu, facilmente, amotinar o povo contra o juiz Dr. José Mendes Machado, que, para escapar às suas iras, se vira forçado a fugir, em outubro de 1724, com os seus para a Bahia. (Sic)

Salientemos, de passagem, que o nosso primeiro juiz fizera uso de uma justiça imprudente e parcial, provocando revoltas gerais. Tal episódio serve-nos para comprovar que o cearense, desde as suas mais remotas origens, é um povo de sangue forte. E para tanto, ajudam-nos o sangue herdado do indoafro-luso e o clima tropical de nossa querida terra.

Ressalta-nos ainda, a personalidade do Padre Domingos, um seu requerimento de terras, datado de 18 de junho de 1727, sobre o Riacho dos Porcos, nas testadas das terras do capitão Bento Correia Lima e João Dantas de Aranha, sendo o primeiro, o fundador da atual cidade de Milagres. (29)

Ligada à doação de sua data de sesmaria, averiguamos uma circunstância, digna de menção. É a ausência do título de Cura do Icó, o que nos vem demonstrar que o Padre Domingos Dias da Silveira exerceu as funções de vigário desta paróquia até 1726, aproximadamente.

Digitalizado com CamScanner

O que é, porém, certo historicamente, é que, já aos onze de novembro de 1728, não mais era vigário do Icó, porquanto, o Padre Antônio Barbosa Gerez, segundo Cura e Vigário da Vara do Icó, concedeu-lhe, na data ut supra, a devida autorização para assistir a um matrimônio, na Capela de Senhora da Purificação de Saboeiro. [30] Ora, de acordo com o estilo da Igreja, licença só se concede a quem não é vigário, pois que fazer casamento é função paroquial.

O Primitivo Padre Cura da Ribeira dos Índios Icós faleceu, entre os anos de 1728 e 1731. Indicam-no-lo documentos eclesiásticos e sesmeiros. Em vista do seu curto tempo de Curato e de Paroquiato, calculamos chegara, em idade já madura, ao seu posto de lutas pastoris, pois que, durante menos de uma década, esteve a frente dos destinos espirituais dos antigos habitantes do Icó.

HONRA AO MÉRITO FAÇAM OS ICOENSES

Bom e justo seria que o povo da terra do Senhor do Bomfim erguesse, em uma das suas praças públicas, um monumento, que perpetuasse a memória do seu primeiro Pastor: Padre Domingos Dias da Silveira, Vigário Primaz do Jaguaribe e Cura do Icó.

PRIMITIVAS CAPELAS DO ICÓ

Perquirição nossa sobre documentário esparso deu-nos, como resultado satisfatório, o elenco aproximado das Capelas mais antigas, infra-dito. Entretanto não é completo, porque uma ou outra escapar-nos-á, por falta de fontes.

Como veremos, daqui à pouco, são hoje florescentes cidades e freguesias, algumas dessas Capelas. Os seus primórdios prende-se às eras do advento do alotóctone sertanista, em nosso solo. De algumas fazendas de gado ou de algumas cabildas de índios, originaram-se as antigas aldeias de missões. Destas, os povoados, os distritos, as vilas e cidades. [31]

Isto dito, principiemos a sua contagem.

Sobre terras do Cariri, as Capelas de Nossa Senhora da Piedade de Missão Velha, a que goza do título de primazia eclesiástica: a de Sto. Antônio de Missão Nova, em Missão Velha; a de Nossa Senhora dos Milagres, em Milagres, sobre terras da Fazenda Pilar do capitão Bento Correia de Lima; a de Nossa Senhora da Penha da França, na antiga Aldeia do Miranda ou do Brejo, hoje a simpática e progressista cidade de Crato.

Salientamos que todas estas Capelas tiveram o seu aparecimento, entre os anos de 1710 e 1748, quando, na última data, ocorreu a fundação da paróquia de Missão Velha.

Sobre os Inhamuns e partes limítrofes, as Capelas do Apóstolo São Mateus, que serviu de sede de Matriz à freguesia de Nossa Senhora do Carmo dos Inhamuns, a partir de sete de dezembro de 1755, data esta de sua criação [32]; a do Senhor do Bom Jesus do Poço do Mato, hoje encravada no município de Cariús; a de Senhora Santana da telha, hoje Iguatu, sobre terras da aldeia do Tapuia Quixelô; a de Nossa Senhora da Purificação de Saboeiro; a de Nossa Senhora do Rosário do Poço da

Digitalizado com CamScanner

Pedra, Itaguá – Campos Sales.

O seu aparecimento ocorreu no período, que vai de 1710 a 1755.

Estiveram, outrosim, incorporadas nos domínios eclesiásticos de Nossa Senhora da Expectação do Icó, muitas outras Capelas, cuja edificação medeia, entre terceira e última décadas do século dezoito.

Capela do Senhor Bom Jesus Piedoso do Quixelô, atual distrito de Iguatu e sede de Matriz de freguesia homônima; a de Nossa Senhora da Conceição de Frade, hoje Jaguaretama; a dos Santos Cosme e Damião da Serra do Pereiro; a do Senhor Bom Aparecido de Cachoeira, hoje Solonopole; a de Nossa senhora das Candeias (Purificação) de Jaguaribe.

A Capela de São João do Rio do Peixe, hoje Antenor Navarro, garante-nos termos de assentamentos, que pertencia, também, ao Icó. Sem dúvida alguma, uma conclusão natural da geo-etnológica icoense, pois que as terras daquela tribo tapuia se estendiam até Souza, Paraíba.

Destarte, já para os fins do século dezoito, a Paróquia do Icó contava com umas quinze capelas, todas elas erectas, em várias zonas do centro-sul-oeste cearense. Além de serem os primitivos marcos da nossa Fé, eram, também, os núcleos de civilização, que tomaram, progressivamente, vulto e transformaram-se em nossas cidades e freguesias da atualidade.

Diante do que, estamos, por estas partes de nosso sertão, usufruindo as benefícências de um ambiente civilizado, que custou suores e sangue do luso-brasileiro e do padre missionário, em épocas longínquas.

Semelhante patrimônio histórico, que vale mais do que ouro e prata, fruto do trabalho insano de várias gerações de ascendentes nossos, em vez de esbanja-lo devemos, com sacrifícios, conservá-lo e aprimorá-lo.

VILA DO ICÓ

Em ardem cronológica, foi a terceira a ser criada, nos pagos alencarinos. E tal medida da Corte, nada mais justo e natural, porque o Icó já se avantajava, naqueles dias, aos demais distritos da Capitania, tanto em sua densidade demográfica, como em sua vida sócio-econômico-eciesiástica.

Para focalizarmos melhor a sua posição histórica, devemos assinalar que a primeira Vila do Ceará foi a de Aquirás, cuja instalação ocorreu aos vinte e cinco de janeiro de 1700. A segunda foi a de Fortaleza, instalando-se aos treze de abril de 1726.

Deste relato, deduzimos que a Primeira Vila do interior cearense foi a do Icó. Entretanto, para ver a sua terra elevada à mesma categoria que suas duas co-irmans existentes, lutaram os antigos moradores seus, quase uma década.

Historiemos os fatos. Uma Ordem Régia de 21 de abril de 1729 mandava criar a Vila do Icó, com quatro léguas de terras ou 16 quadras para o seu patrimônio. (33)

Tal ordem, no nosso modo de entender, eqüivalia a uma permissão d'El-Rei, para que se pudesse tratar do assunto, já que uma palha não se movia, sem o seu prévio beneplácito. Mormente, quando se tratava de matéria que fosse sobrecarregar

Digitalizado com CamScanner

os cofres de seu Erário.

O Povo de Aquirás versus o de Jaguaribe. Aos dez de maio de 1731, os Camaristas de Aquirás requerem a El-Reí a conservação da sua Vila no local, em que se acha, e isso por haver notícia de que o Dr. Ouvidor Antônio de Loureiro Medeiros propunha a mudança de uma das vilas existentes para a Ribeira do Jaguaribe. (34)

Na certa, o motivo desta mudança residia no fato da pujança sócio-econômica do Icó, pois era, cerca de trinta e tantos anos, o Redistribuidor de colonos para os sertões dos Inhamuns e Vale do Cariri. E sua vida pastoril atingira a plena fase de seu desenvolvimento, dando lugar à chamada época do couro.

Nesses longes da sede do governo, a sonegação dos dízimos da Ordem de Cristo, os peralvilhos, os ladrões de animais, os malfeitores e facínoras constituíam fatos corriqueiros, que postulavam, como medida salutar, a ereção de uma Vila, no lugar Icó, para facilitar os serviços de Sua Majestade. A Ribeira toda, desassossegada. O Tesouro Real prejudicado com contrabandos de gados e seus derivados.

Ante o que, o Capitão General de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira Tibau propõe, em 16 de janeiro de 1735, a El-Rei a criação de uma Vila, em Icó. "Cousa muito conveniente, dizia o governador, em sua proposta, para a boa administração da Justiça e aquietação daqueles povos".

Atendendo ao seu pedido, a Corte Lusitana resolveu, aos 17 de outubro de 1735, criar a Vila do Icó, comunicando o fato, por carta de 20 de outubro de 1736, ao Dr. Ouvidor do Ceará, Vitorino Pinto da Costa Mendonça, que fez, aos 04 de maio de 1738, a instalação do terceiro município criado, em terras do Ceará. (35).

OS TRÊS PRIMEIROS HOMENS PÚBLICOS DO ICÓ

O Coronel João da Fonseca Ferreira, de 1682 a 1705, o fundador do Icó primitivo, na passagem do Bom Sucesso, nas testadas das terras do Coronel Francisco de Montes Silva, que foi, de 1705 a 1741, o segundo chefe e fundador da atual cidade. A crônica de ambos foi amplamente expandida no Título das Origens Coloniais do Icó.

O seu terceiro homem: Coronel Bento da Silva e Oliveira, chamado o Mouro, de 1741 a 1763.

Não sabemos precisar bem o tempo, em que chegara à Ribeira de Jaguaribe. Mas, o que é certo, é que, já estava, em 1736, por estas nossas bandas.

Demonstra-no-lo um fato, que se ligava às suas funções de juiz de Órfãos do Jaguaribe. Tal faceta de sua vida ocorreu, em São João das Várzeas e os interessados, na solução do caso, eram a viuva do famoso sargento-mór João de Souza de Vasconcelos e seus herdeiros. Entre os bens seus deixados, constava uma Capela, que, por ordem daquela autoridade judicial, subiu à hasta pública, sendo arrematada por cinqüenta mil reis. Alegavam os herdeiros que a Capela estava danificada e não a podiam sustentar. Era nesta data, o coronel Bento simples alferes. (36)

Como demais patrícios seus do tempo, o terceiro homem do Icó era, também, fazendeiro, porquanto, aos 27 de junho de 1739, alcançou do governador Domingos Simões Jordão, de passagem, então, pela Vila Icoense, uma data de sesmaria, sobre o Riacho São João, a qual se chamou de Sítio Mucururé.

Esta fazenda, que lhe serviria de ajuda financeira, possuía, como lindeiros seus, os providos do Poços das Pedras e os do Riacho do Papa. (37)

Dois fatos devemos realçar desta peça sesmeira. A tríplice toponímia, nela

Digitalizado com CamScanner

contida está, ainda hoje, em voga, na vida dos seus moradores. O outro fato, que se depreende, também, da mesma fonte, é o confirmatum da instalação da Vila, no ano anterior (1738): "Dada e passada nesta **Vila Nova** do Icó, aos 27 de junho de 1739".

Por carta patente de dois de novembro de 1741, foi nomeado como o primeiro capitão-mór da Vila do Icó, e, aos vinte e sete de setembro de 1742, o governador Francisco Ximenes de Aragão, que se achava ali, dá-lhe posse no seu posto de primeiro capitão-mór de ordenanças da Vila recém criada. [38]

QUESTÃO COM OS MONTES

Na ação intentada, em 1743, pelo capitão-mór Bento da Silva e Oliveira contra o capitão João Ribeiro, o alferes Florentino de Oliveira e Manoel de Montes Silva, herdeiros do coronel Francisco de Montes Silva, por motivos de extremas de terras, obteve ganho de causa, por ter sido a data do coronel João da Fonseca Ferreira concedida, em doze de novembro de 1706, e a do coronel Francisco de Montes Silva, em treze de novembro do mesmo mês e ano. O primeiro Capitão-mór do Icó havia comprado as terras em questão ao Padre João Bernardes Bizerril. E este aos herdeiros do coronel João da Fonseca Ferreira. [39]

Sobre a personalidade do terceiro manda chuvas do Icó, João Brígido diz o seguinte: "Fez-se célebre, também, nas correrias e expedições contra os nativos, o coronel Bento da Silva e Oliveira, potentado do Icó, que amontoou grandes riquezas. Ainda, em 1850, existia uma vasta casa de sobrado, que ele construíra com madeiras tiradas no local, em que se acha atualmente a cidade do Icó. Seu filho, o coronel João Bento da Silva e Oliveira, continuador da prepotência do pai, caiu em misérias e deu lugar a uma lenda, que o fez Pedro-Sem daqueles tempos". [40]

Quase coeva com o tempo de seu governo, foi a proposta da Câmara do Icó em vereação do dia dois de setembro de 1741, que resolvia mandar edificar a Cadeia do Icó, por meio de uma finta lançada sobre o povo. Mas, ao que tudo nos indica, tanto a Cadeia como a Casa da Câmara tiveram princípio, em 1744, porquanto o governador João de Teive Barreto propunha, então, a El-Reí, como auxílio para o fabrico de Cadeias e Casas de Câmaras, nas três Vilas do Ceará, um imposto de meio tostão sobre cada cabeça de gado, que se matar nos portos dos barcos, que carregam carnes secas e couramas para Bahia e Rio de Janeiro. [41]

Para mais se firmar na terra, de que era o Capitão-Mór primaz, aos dois de julho de 1744, alcançou mais outra doação de sesmaria, que confrontava com as terras do seu Sitio Mucururé e com as dos lugares do Canto, Tatajuba e testadas do Sitio de João Nunes, chamado Poço da Pedra. Tais terras, dizia o suplicante, em seu requerimento, eram para acomodar os seus gados vacuns e cavalares e plantar suas lavouras. [42]

A DEVOÇAO A SENHOR DO BOMFIM

As vias históricas indiretas demonstram-nos que a edificação da Capela do Senhor do Bomfim teve princípios, depois de vinte e nove de agosto de 1749, porque foi, nesta data, que ocorreu a doação de seu patrimônio, feita pelo Capitão-Mór Bento da Silva e Oliveira e sua mulher. Esta se chamava de Bernardina Maria de Andrade. Dizem-no-lo assentamentos paroquiais do Icó de 1742, pois ela e seu esposo foram padrinhos de batismo. [43]

Digitalizado com CamScanner

Destarte, a devoção a Senhor do Bomfim, este precioso legado de piedade cristã, que vem se sustentando, de geração em geração, é tanto quase antigo quanto a própria colonização da terra, pois que era, ainda vivo, o coronel Francisco de Montes Silva, o fundador da cidade e Matriz do Icó.

Acusado de haver mandado matar o Meirinho Frutuoso Soares Barbosa, foi, aos dois de junho de 1750, absolvido pela Relação da Bahia. Esse antigo magistrado d'El-Rei fora assassinado, aos trinta de julho de 1743, pelo mameluco João Fagundes, e, na devassa tirada pelo Dr. Ouvidor Farias, saíra culpado o Capitão-Mór do Icó, juntamente com Duarte Pacheco Pimentel. (44)

Traz a data de 1751, aproximadamente, uma carta do Capitão-Mór Bento da Silva e Oliveira ao Capitão General de Pernambuco, Luis José Correia de Sá, sobre a existência de minas de ouro e jazidas, em vários pontos do distrito dos Cariris Novos.

Vem ao caso dizermos que o Ouro do Cariri constituiu pomo de Intrigas e sérias discórdias entre os áulicos da época, pois que o governador Luis Quaresma Dourado, inspirado pelo capitão-mór do Icó, privou do posto de coronel e comandante daquele ubertoso distrito, o então capitão Domingos Alves de Matos, auxiliar e amigo íntimo de Jeronimo Mendes da Paz, Intendente Real, com cartas brancas, das Minas de São José dos Cariris Novos.

Este, aos onze de abril de 1754, ao prestar contas a El-Rei, sobre o estado em que se achavam as minas, referiu-se mais uma vez à guerra movida contra elas por Luis Quaresma Dourado, Capitão-Mór da Capitania, por Proença Lemos, Ouvidor Geral do Ceará e por Bento da Silva e Oliveira, Capitão-Mór do Icó. (15)

Este célebre personagem da história do Icó, que, sem fazer-lhe injúria, trazia a alcunha de Mouro, faleceu ali, aos trinta de junho de 1763. Lembre-se Deus de sua alma.

CONCLUSÃO

Dou, por encerrado, o presente fascículo sobre o Icó de nossos tataravós, os heróicos pioneiros da civilização, em terras do centro-sul-oeste cearense.

Dou-me, outrosim, por bem pago das canseiras de anos de árduas perquirições históricas, se tiver a ventura de contar com a benevolência de quem se der ao trabalho de ler estas minhas letras e linhas.

Para qualquer retificação de fatos, de datas ou de circunstancias do trabalho, em apreço, estou às ordens de quem quer que seja. Vivemos no mundo dos entes contingentes e, por isto, sujeito a cometer erros sobre erros. Infalível, ninguém o é.

A segunda parte da crônica da terra do Senhor do Bomfim principiará com a biografia do seu segundo Cura e Vigário da Vara, o Padre Antônio Barbosa Gerez.

Sic Deus me adjuvet
Assim Deus me ajude

Padre Francisco de Assis Couto,
Iguatu, março de 1961

Digitalizado com CamScanner

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

PRIMEIRO CAPITULO

Donos Primitivos do Jaguaribe. Os Icós, em Particular.

01: — Dr. Carlos Studart Filho. O Ceará de 1939, págs. 124-130. Tristão de Alencar Araripe. História da Província – Ceará, pág. 42 - 43.
02: — Antônio Bezerra de Menezes - Algumas Origens do Ceará. pág. 103. Revista do Instituto, tomo 43, pág. 56.
03: — Nelson de Sena. Os Índios do Brasil, memória etnográfica, pág. 126.
04: — Antônio Bezerra de Menezes - Algumas Origens do Ceará – Revista do Instituto – Ano 1901, págs. 206 - 207. João Brígido dos Santos. Homens e Fatos, pág. 369. Tristão de Alencar Araripe. História da Província - Ceará, págs. 104 - 105.
05: — Antônio Bezerra de Menezes — Algumas Origens do Ceará – Revista do Instituto – Ano 1901, pág. 175, Tristão de Alencar Araripe – História da Província – Ceará, pág. 98.
06: — Datas de Sesmarias do Estado do Ceará, volume 1 n.º 35.
07: — Idem fonte supra, volume 1 n.º 33.
08: — Tristão de Alencar Araripe – História da Província – Ceará, pág. 153. João Brígido dos Santos – Homens e Fatos, pág. 369. Datas de Sesmarias do Estado do Ceará, volume 5 n.º 295; volume 5, números 6 e 10; volume 5 n.º 318.
09: — Barão de Studart – Datas e Fatos, pág. 116.
10: – Idem fonte supra, pág. 97.
11: — Antônio Bezerra de Menezes. Algumas Origens do Ceará. Revista do Instituto – Ano 19011, pág. 216. Revista do Instituto – Ano 1948, pág. 14
12: — Barão de Studart – Datas e Fatos. Pág. 118.
13: — Revista do Instituto – Ano 1948, pág. 272. Irineu Pinheiro – O Cariri – pág. 107.
14: — Mapa do Ceará, última edição — 1955.
15: — Barão de Studart – Datas e Fatos, pág. 126. 1.ª Parte – Esboça Histórico da Capitania – Capitulo VI – Pedro Teberge.
16: — Antônio Bezerra de Menezes - Algumas Origens do Ceará, pág. 113.
17: — Barão de Studart – Datas e Fatos, pág. 133.
18: — Antônio Bezerra de Menezes – Algumas Origens do Ceará, pág. 51.
19: — Barão de Studart - Datas e Fatos, pág. 135.
20: — Antônio Bezerra de Menezes – Algumas Origens do Ceará, pág. 198.
21: — Tristão de Alencar Araripe – História da Província – Ceará, pág. 55. João Brígido dos Santos – Homens e Fatos, pág. 378.
22: — Barão de Studart – Datas e Fatos, pág. 145. Tristão de Alencar Araripe — História da Província, pág. 107. João Brígido dos Santos – Homens e Fatos, pág. 382.
21: — Tristão de Alencar Araripe – História da Província, pág. 156.
24: — Idem fonte supra, pág. 160.

Digitalizado com CamScanner

25: — João Brígido dos Santos – Homens e Fatos, pág. 396. Tristão de Alencar Araripe – História da Província, pág. 55. 26. – Antônio Bezerra de Menezes – Algumas Origens do Ceará, pág. 181.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

SEGUNDO CAPITULO

Origens coloniais do Icó

01: — Tristão, de Alencar Araripe, História da Província do Ceará – pág. 95. João Brígido dos Santos, Homens e Fatos, pág. 16. Capistrano de Abreu, in O Descobrimento do Brasil, págs. 97 – 98; in Capítulos de História Colonial, págs. 178 – 208.

02: — História das Bandeiras Paulistas – Afonso E. Taunay –Edições Melhoramentos. Tomo 1.°.

03: — Revista do Instituto. Tomo 45, pág. 296.

04: — Idem fonte, Tomo 45, pág. 56.

05: — Revista do Instituto. Ano 1948, pág. 272.

06: — Tristão de Alencar Araripe. História da Província do Ceará, pág. 153. João Brígido Santos – Homens e Fatos, pág. 368.

07: — Datas de Sesmarias do Estado do Ceará, volume V 1.° n.° 33.

08: — Idem fonte supra.

09: — Antônio Bezerra Menezes – Algumas Origens – Revista do Instituto Ceará – Ano 1901, pág. 215.

10: — Datas de Sesmarias do Estado Ceará, volume 1 n.° 6 e 10; volume 5, n.° 318. Antônio Bezerra Menezes – Algumas Origens – Revista do Instituto – Ano 1901, págs. 178 e 236. Barão de Studart – Datas e Fatos, pág. 128. Revista do Instituto – Ano 1902, pág. 146 a 148.

11: — Barão de Studart – Datas e Fatos, págs. 116 e 128.

12: — Revista do Instituto – Ano 1902, págs. 146 a 148.

11: — Datas e Sesmarias do Estado do Ceará, volume 1.°, n.° 33. Antônio Bezerra Menezes – Algumas Origens – Revista do Instituto – Ano 1901, pág. 241.

14: — Antônio Bezerra de Menezes - Algumas Origens Revista do Instituto Ano 1901, págs. 239 a 241.

15 e 16: — Idem fonte supra, págs. 204 e 236.

17: — Datas de Sesmarias do Estado do Ceará, volume 1.°, n.° 33; volume 33, n.° 169.

18: — Barão de Studart –Datas e Fatos, págs. 101, 107 e 108.

19: — Datas de Sesmarias do Estado Ceará, volume 2, n.° 97. Antônio Bezerra Menezes – Algumas Origens Revista do Instituto – Ano 1901, págs. 240 a 241.

20: — Antônio Bezerra Menezes – Algumas Origens – Revista do Instituto – Ano 1901, pág. 104.

21: — Datas de Sesmarias do Estado Ceará, volume 5.°, n.° 296.

22: — Tristão de Alencar Araripe, História da Província, pág. 142. João Brígido dos

Digitalizado com CamScanner

Santos – Homens e Fatos, pág. 378.

23: — Revista do Instituto – Ano 1902, pág. 152.

24: — Datas de Sesmarias do Ceará, volume 11.°, n.° 437, pág. 118- 139.

25: — Idem fonte supra, volume 11.° n.° 34.

26: — Revista do Instituto – Tomo 38, pág. 99

27: — Datas de Sesmarias do Ceará. volume 1.° n.° 33. pág. 77.82

28: — Idem fonte supra.

29: — Antônio Bezerra Menezes Algumas Origens, págs. 64 e 96.

30: — Datas de Sesmarias, volume 1.° n.° 33, pág. 81.

31 a 33: — Idem fonte supra, volume 2.° n. 109.

34: — Tristão Alencar Araripe História Província do Ceará, pág. 153.

35: — Antônio Bezerra – Algumas Origens. pág. 34.

36: — Datas de Sesmarias do Ceará, volume 5.° n.° 318. Antônio Bezerra Algumas Origens, pág. 108.

37: — Antônio Bezerra – Revista Instituto 1901, pág. 285.

38: — Tomás Pompeu Sobrinho – pré-história Cearense, pág. 119.

39: — Revista do Instituto Ceará – Ano 1902, pág. 147 a 148.

40: — Datas de Sesmarias do Ceará, volume 13.° n.° 39; volume 7.°, n.° 524 e 575; Antônio Bezerra – Algumas Origens – Revista Instituto 1901, pág. 236.

41: — Barão de Studart – Datas e Fatos, pág. 101.

42 a 43: — Idem fonte supra, págs. 107 108.

44: — Datas de Sesmarias do Estado Ceará, volume 2.°. n.° 97

45: — Idem fonte supra, volume 1.°, n.° 33, pág. 81. Idem fonte supra, volume 3.°, n.° 169

46: — Idem fonte supra, volume 4.°, n.° 202. Antônio Bezerra Menezes – Algumas Origens – Revista do Instituto – Ano 1901, pág. 262

47: — Datas de Sesmarias do Estado Ceará, volume 5.°, n.° 295

48: — Tristão de Alencar Araripe – História da Província do Ceará, pág. 153. João Brígido dos Santos – Homens e Fatos. pág. 368

49: — Barão de Studart – Datas e Fatos, pág. 116

50: — Datas de Sesmarias do Estado Ceará, volume 1.°, números 56. 57, 58. Antônio Bezerra Menezes – Algumas Origens – Revista do Instituto Ano 1901, ao pé da pág. 225.

51 e 52: — Datas de Sesmarias do Ceará, volume 5.°, n.° 297. Revista do Instituto Ano 1907, pág. 161.

53: — Antônio Bezerra Menezes – Algumas Origens – Revista do Instituto Ano 1901, pág. 237.

54: — Datas de Sesmarias do Ceará, volume 11.°, n.° 51.

55: — Fragmentos do Primeiro Livro Batizados e Casamentos de Icó, do Ano de 1728 a 1783.

56: — Datas de Sesmarias do Estado do Ceará, volume 13.°, n.° 15

57:— Antônio Bezerra de Menezes –Algumas Origens – Revista do Instituto Ano 1901, pág. 237.

58: — Datas de Sesmarias do Estado do Ceará, volume 12.°, n.° 18; volume 7.°, numero 587.

Digitalizado com CamScanner

59: — Idem fonte supra, volume 11.°, n. 31.
60: — Barão de Studart – Datas e Fatos, págs. 192 e 195.
61: — Datas de Sesmarias do Ceará, volume 5.°, n.° 319.
62: — Idem fonte supra, volume 6.°, n.° 384.
63: — Idem fonte supra, volume 11.°, n.° 28.
64: — Idem fonte supra, volume 11.°, n.° 63.
65 a 71: — Da coleção do Barão de Studart – Revista do Instituto – Ano 1896, da pág. 164 a 198.
72: — Parte documental de Antônio Bezerra Menezes – Revista do Instituto Ano 1902, pág. 154 a 156.
73: — Da coleção do Barão de Studart – Revista do Instituto Ano 1896, pág. 201.
74: — Datas de Sesmarias do Ceará, volume 1°, n.° 33.
75: — Antônio Bezerra de Menezes – Algumas Origens – Revista do Instituto – Ano 1901, pág. 241.
76 e 77: — Idem fonte supra, págs. 234, 236 e 241.
78 e 79: — Datas de Sesmarias do Estado do Ceará, volume 6.°, n. 467; volume 4.°, n.° 231.
80: — Antônio Bezerra Menezes – Algumas Origens – Revista do Instituto – Ano 1901, pág. 272.
81: — Ditas de Sesmarias do Ceará, volume 6.°, n.° 479.
82: — Idem fonte supra, volume 4.°, números 202, 228, 231, volume 3.°, n.° 174. Chamo a atenção de quem me lê para os anos da concessão datas sortes de terras dos Montes, bem como também para os teores de seus requerimentos.
81: — Leonardo Feitosa – Tratado Genealógico da Família Feitosa.
84: — Antônio Bezerra Menezes – Algumas Origens – Revista do Instituto – Ano 1901, pág. 265
85: — Datas de Sesmarias do Estado do Ceará, volume 6.°, números 467, 468 e 470; volume 11.° n.° 111. Barão de Studart – Datas e Fatos, pág. 168 a 170.
86: — Datas de Sesmarias do Ceará, volume 4.°, n.° 231. Barão de Studart – Revista do Instituto – Ano 1896. págs. 185 - 189.
87 e 88: — Data de Sesmaria do Estado do Ceará, volume 6.°, n.° 397; volume 4.°, n.° 202; volume 10.°, n.° 53. Rogo ao leitor que ver as datas em apreço e confrontar os teores dos requerimentos das mesmas.
89 a 92: — Datas de Sesmarias do Estado Ceará, volume 1.°, n.° 33; volume 6.°, n.° 397; volume 7.°, n.° 231; volume 11.°, n.° 111; volume 4.°, n.° 228.
93: — Tristão de Alencar Araripe – História da Província pág. 157 João Brígido dos Santos – Homens e Fotos, pág. 81. Barão de Studart – Revista Instituto Ano 1896, págs. 157-208.
94: — Datas de Sesmarias do estado Ceará, volume 1.°, n.° 33.
95: — Antônio Bezerra Menezes – Algumas Origens – Revista do Instituto Ano 1901, pág. 241.
96: — Datas de Sesmarias do estado Ceará, volume 6.°, n.° 397.
98: — Raimundo Girão – Uma nota ao pé da pág. 157 da História da Província do Ceará de Tristão de Alencar Araripe.
99: — Antônio Bezerra Menezes – Algumas Origens – Revista do Instituto – Ano

Digitalizado com CamScanner

1901, pág. 241.

100 e 101: — Datas de Sesmarias do estado Ceará, volume 3.°, n.° 147; volume 5.°, n.° 296.

102: — Tristão de Alencar Araripe. História da Província, pág. 142. João Brígido dos Santos. Homens e fatos, pág. 378. Antônio Bezerra de Menezes – Algumas Origens – Revista do Instituto – Ano 1901, págs. 103 a 104.

103: — Antônio Bezerra de Menezes – Algumas Origens – Revista do Instituto – Ano 1901, págs. 240-241.

104-105: — Datas de Sesmarias do estado Ceará, volume 6.°, n.° 384 e 468.

106-107: — Barão de Studart – Datas e Fatos, págs. 143 e 149.

108: — Revista do Instituto Ano 1907, pág. 164.

109: — Datas de Sesmarias do Ceará, volume 1.°, n.° 83 a 88 João Brígido dos Santos – Homens e Fatos, pág. 407.

110: — Revista do Instituto - Ano 1922, págs. 192 e 199. Datas de Sesmarias do Ceará, volume 1.° n.° 26 e 33.

111: — Revista do Instituto - Ano 1922, pág. 80.

112 a 113: — Datas de Sesmarias, volume 6.° n.° 384 Revista do Instituto Ano 1921, págs. 233 a 237.

114: — Revista do Instituto – Ano 1907, págs. 164 a 165.

115: — Revista do Instituto. Ano 1921, págs. 231 a 273.

116: — Datas de Sesmarias, volume 6.°, ns.° 445, 446 e 447

117: — Barão de Studart – Datas e Fatos pág. 168. Sua Coleção – Parte documental Revista Instituto – Ano 1896, pág. 165 a 167. João Brígido dos Santos – Homens e Fatos, pág. 394.

118: — Barão de Studart – Revista do Instituto – Ano 1896, págs. 186 - 187.

119:- — Datas de Sesmarias do Ceará, volume 11.°, n.° 139.

120-121: — Barão de Studart – Datas e Fatos, pág. 172 e 128.

122-123: — Datas de Sesmarias, volume 4.° n.° 231; volume 11.°, n.° 139 Barão de Studart – Revista Instituto – 1896, pág. 186 - 187.

124-125: — Datas de Sesmarias Ceará, volume 6.°, números 397, 479.

126 a 129: — Barão de Studart – Datas e Fatos, págs. 88 e 178.

130 a 132: — Datas de Sesmarias do Ceará, volume 13°, n.° 34, 35. Antônio Bezerra – Algumas Origens – Revista Instituto 1901, pág. 269. Barão de Studart – Datas e Fatos, págs. 312 e 244.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

TERCEIRO CAPITULO

Cura do Icó

1: — Dicionário Lelo Universal, em quatro volumes.

2: — Idem fonte supra.

3: — Idem fonte supra e Dicionário Enciclopédico, Brasileiro de Álvaro Magalhães.

4: — Capistrano de Abreu, Capítulos de História Colonial, 4.° edição. págs. 140-141

Digitalizado com CamScanner

5: — Dicionário Lello Universal, em quatro volumes.
6: — Mons. Paulo F. da Silveira Camargo – História Eclesiástica, pág. 213. Revista de Instituto Ano 1956, pág. 45
7: — Pereira da Costa, Anais Pernambucanos Barbosa Lima, O Devassamento do Piauí, Coleção Brasiliana.
8: — Tristão de Alencar Araripe. História da Província – Ceará, págs. 56 - 59
9: — Revista do Instituto do Ceará, Ano 1945, pág. 62. Ano 1956, pág. 46.
10: — Barão de Studart, Datas e Fatos pág. 88 Antônio Bezerra de Menezes – Algumas Origens do Ceará, in Revista do Instituto Ano 1901, pág. 191.
11: — Tristão de Alencar Araripe - História da Província – Ceará, págs. 153-154.
12: — Barão de Studart, Datas e Patos, pág. 101.
13: — Idem fonte, supra, págs. 107 e 108
14: — Revista do Instituto – Ano 1956, ao pé da pág. 56.
15: — Datas de Sesmarias do Estado do Ceará, volume 11.°, n.° 28.
16: — Barão de Studart, Datas e Fatos, pág. 100
17: — Idem fonte Supra, pág. 105.
18: — Datas de Sesmarias do Estado do Ceará, volume 1.° n.° 56.
19: — Idem fonte supra, volume 3.°, n. 142; volume 1.°, n.° 65.
20: — Barão de Studart. Datas e Fatos, pág. 126 Antônio Bezerra – Algumas Origens – Revista do Instituto Ano 1901, págs. 238, 242 e 249. Revista do Instituto Ano 1956, pág. 56.
21: — João Brígido dos Santos – Homens e Fatos. pág. 384. Antônio Bezerra – Revista do Instituto Ano 1895, pág. 172. Barão de Studart, Datas e Fatos, pág. 147.
22: — Barão de Studart, Datas e Fatos, pág. 152. Chamo a atenção do leitor: — a numeração da pág. está truncada, Veja Ano 1720
23: — Revista do Instituto – Tomo 21.°, págs. 149-181.
24: — D. José Tupinambá da Frota. História de Sobral, pág. 63.
25: — Barão de Studart, Datas e Fatos, pág. 157. Veja Ano 1722
26: — Idem fonte supra, pág. 158. Ano 1722.
27: — Barão de Studart. Datas e Fatos, pág. 144. Ano 1713.
28: — Dicionário Lello Universal, em quatro volumes.
29: — Barão de Studart, Datas e Fatos, pág. 173. Ano 1726.
30: — Datas de Sesmarias do Ceará, volume 10.°, n.° 53.
31: — Idem fonte supra, volume 4.°, n.° 202.
32: — Pedro Teberge - Revista do Instituto. Tomo 2.°, pág. 224. Revista do Instituto - 1956- ao pé da pág. 56.
33: — Padre Francisco Couto - Paróquia de Iguatu, pág. 19.
34: — Fragmentos do Primeiro Livro Batizados e Casamentos da Freguesia de Icó, Ano 1728-1783.
35: — Datas de Sesmarias, volume 5.°, n.° 241. João Brígido dos Santos, Homens e Fatos, pág. 212.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

QUARTO CAPITULO

Freguesia do Icó

01: — Datas e Sesmarias do Ceará, volume 5, n.° 296.

Digitalizado com CamScanner

02: — Barão de Studart – Datas e Fatos, págs. 141 e 117.
03: — Revista do Instituto Ano 1946, pág. 205.
04: — Antônio Bezerra Menezes – Revista do Instituto Ano 1895, pág. 225.
05: — Datas e Sesmarias do Ceará, volume 4.°, n.° 231; volume 6.°, n.° 479.
06: — Antônio Bezerra de Menezes – Algumas Origens – Revista do Instituto – Ano 1901, pág. 272.
07: — Geografia do ceará – Revista do Instituto Ano 1924, pág. 86
08: — O Ceará Ano 1939, pág. 208.
09: — João Brígido Santos – Homens e Fatos, pág. 401.
10: — Descrição da Cidade de Fortaleza – Revista Instituto Ano, 1895, pág. 225.
11: — Revista Instituto, 2.° Tomo, pág. 224.
12: — Datas e Sesmarias do Ceará, volume 11.°, n.° 135, 139, 139.
13: — Revista Instituto Ano 1895 – Coleção Barão Studart, pág. 197-198.
14: — Fragmentos do Primeiro Livro de Batizados e casamentos de Icó, Ano 1728 – 1783, folhas 43 verso.
15: — João Brígido Santos – Homens e Fatos, pág. 137.
16: — Barão de Studart – Datas e Fatos, pág. 158.
17: — Datas e Sesmarias, volume 11.°, n.° 37.
18: — Idem fonte supra, volume 11.°, n.° 37, 38, 39, 40.
19: — Idem fonte supra, volume 11.°, n.° 32, 33.
20: — Idem fonte supra, volume 11.°, n.° 29 a 32.
21: — Idem fonte supra, volume 11.°, n.° 33 e 40.
22: — Idem fonte supra, volume 11.°, n.° 33 a 40.
23: — Idem fonte Supra, volume 11.°, do n.° 41 a 45; volume 10.°, n.° 55.
24: — Idem fonte supra, volume 11.°, n.° 33 a 40.
25: — Idem fonte supra, volume 11.°, n.° 36.
26: — Barão de Studart, Datas e Fatos, pág. 222.
27: — Coleção Barão Studart – Revista Instituto Ano 1896, pág. 183.
28: — Datas e Fatos – Barão de Studart. pág. 185, 186, 188.
29: — Datas e Sesmarias do Ceará, volume 11.°, n.° 163.
30: — Fragmentos do 1.°, Livro de Batizados e Casamentos do Icó - 1728-1783.
31: — Euclides da Cunha – Sertões , pág. 90
32: — Decreto de Criação da Paróquia de São Mateus, hoje Jucás – Revista do Instituto 1902, pág. 191 a 205.
33: — Barão de Studart – Datas e Fatos, pág. 180; João Brígido, Homens e Fatos, pág. 298.
34: — Barão de Studart. Datas e Fatos, pág. 182.
35: — Idem fonte supra, Datas e Patos, pág. 190 a 195.
36: — Antônio Bezerra – Algumas Origens Revista do Instituto Ano 1901, pág. 205-206.
37: — Datas de Sesmarias do Ceará, volume 14.°. n.° 137
38: — Figuras do Ceará – Colônia - Revista Instituto Ano 1923, pág. 281; João Brígido – Homens e Fatos. pág. 403.
39: — Antônio Bezerra – Algumas Origens – Revista do Instituto 1901, pág. 239.
40: — João Brígido – Homens e Fatos, págs. 396 a 397.

Digitalizado com CamScanner

41: — Barão de Studart, Datas e Fatos, pág. 205 e 215.
42: — Datas de Sesmarias do Ceará, volume 14.°, n.° 195.
43: — Barão de Studart. Datas e Patos, pág. 246; Fragmentos do 1.° Livro de Batizados e Casamentos do Icó – 1728-1783.
44: — Figuras do Ceará - Colônia - Revista Instituto 1923, pág. 281.
45: — Barão de Studart – Datas e Fatos, págs. 256 a 266; Revista do Instituto do Ceará – Ano 1896, da págs. 231 a 273

Laus Deo Virginique Mariae
Padre Francisco de Assis Couto
Iguatu, março de 1961

Digitalizado com CamScanner

MONS. FRANCISCO DE ASSIS COUTO
Sócio Efetivo do Instituto Cultural do Cariri
Vigário Geral da Diocese de Iguatu

A DIOCESE DE IGUATU
(SEUS PRIMÓRDIOS HISTÓRICOS)

MONOGRAFIA N.º 4

PRIMEIRA PARTE:

de Outubro de 1956 a Fevereiro de 1962

Gráfica ROYAL
Juazeiro do Norte - Ceará
1966

Digitalizado com CamScanner

DEDICATÓRIA

Ao Exmo. e Revmo. Sr. Dom Francisco de Assis Pires,
D.D. Segundo Bispo de Crato - Ceará

O Autor moral desta nossa quarta monografia, pois que, na noite solene de 25 de Julho de 1957, após o lançamento oficial dos Trabalhos pela Fundação da Diocese de Iguatu, recomendou-nos fazer um apanhado histórico sobre a Nova circunscrição eclesiástica - alencarina.

A S. Excia. e Revma. De saudosa memória, esta nossa póstuma e sincera homenagem.

Iguatu, Dezembro de 1962.

MONS. FRANCISCO DE ASSIS COUTO

Digitalizado com CamScanner

ÍNDICE

- Preâmbulo Necessário. Ligâmes Históricos iguatuenses..... 11 - 14
- Antecedentes do Bispado de Iguatu 15
- Mensageiro do Povo de Iguatu ao Crato ..... 15 - 16
- Primeiros Passos. Memorial dos Principais da Terra ..... 16 - 21
- Primeiras Notícias da Imprensa ..... 21 - 22
- Interstícios da Campanha. Novas Reuniões e Comissões ..... 22 - 23
- Lançamento Oficial dos Trabalhos pró Diocese Iguatu ..... 23 - 25
- Primeiras Coletas Públicas 25
- ?? Criação da Diocese de Iguatu, em Julho de 1958??? ..... 25 - 26
- Novos Esforços - Novos Movimentos ..... 26 - 27
- Relatório dos iguatuenses. Uma Justificação ..... 27 - 28
- Sempre Animado o Povo de Iguatu ..... 28 - 29
- Retardada a Criação de sua Diocese. Motivos 29
- A Atual Casa Paroquial Prédio Alheio ..... 29 - 30
- A Resistência Episcopal, Provisório. (Imóvel Paroquial) 30
- Terceiro Bispo de Crato - Ceará ..... 30 - 31
- Criação da Diocese de Iguatu, sua data exata, 25 de Março 1961 ..... 31 - 32
- Boletim-Aviso aos iguatuenses 32
- Visita do Bispo de Crato a Iguatu ..... 32 - 33
- Estado de Expectativa do Povo de Iguatu. Quem, o Nosso Bispo? ..... 33 - 34
- Primeiro Bispo de Iguatu ..... 34 - 35
- Visita de Representantes iguatuenses ao seu Bispo Eleito 35
- Novo Boletim - Aviso aos iguatuenses ..... 35 - 36
- Sagração Episcopal do Primeiro Bispo de Iguatu, em Aracati 36
- Programa dessas solenidades litúrgico - eclesiásticas ..... 36 - 38
- Discurso do Representante de Iguatu, na Cidade de Aracati ..... 38 - 41
- Instalação da Diocese de Iguatu. Uma magna data ..... 41 - 42
- Programa dos dias 3 e 4 de Fevereiro de 1962 ..... 42 - 43
- Novas providências para a execução do programa delineado ..... 43 - 45
- Pormenores Históricos do dia 3 de fevereiro de 1962 ..... 45 - 46
- Chegada do Exmo. Sr. Bispo de Iguatu. Desfile de carros ..... 46 - 48
- Recepção do Exmo. Sr. Bispo Diocesano ..... 48 - 49
- Em plena atividade a Comissão de Recepção e Hospedagem ..... 49 - 50
- A História do dia 04/02 de 1962. Cenário Sócio-Político-Eclesiástico ... 50 - 51
- Pontos Fundamentais da Ereção da Diocese de Iguatu .....52 - 53
- Benção do Primeiro Poste da Celca, em Iguatu ..... 53 - 55
- Banquete Oficial da Instalação da Diocese ..... 55 - 56
- Primeiro Pontifical do Primeiro Bispo de Iguatu ..... 56 - 57
- Clero e Paróquias da Nova Diocese ..... 57 - 60
- Bens Imóveis e Móveis da Diocese, recém instalada ..... 60 - 61
- Conclusão Geral: Iguatu penetra no limiar de sua 4ª Época Eclesiástica. A 1ª de 1682 - 1719. A 2ª de 1719 - 1831. A 3ª de 1831 - 1962 ..... 61 - 67

Digitalizado com CamScanner

APÊNDICE

PARTE DOCUMENTAL DA DIOCESE DE IGUATU

Documento n.° 1: Bula Papal da Criação da Diocese de Iguatu	67 - 70
Documento n.° 2: Bula Papal da Eleição do seu Primeiro Bispo	70 - 72
Documento n.° 3: Bula de Comunicação ao Clero e Povo de Iguatu	72 - 73
Documento n.° 4: Decretos da Nunciatura Apostólica	73 - 75
Documento n.° 5: Ata da Ereção da Diocese de Iguatu	75 - 78
Documento n.° 6: Ata da Posse Solene do seu Primeiro Bispo	78 - 80

Laus Deo Virginique Mariae

Iguatu, dezembro de 1962. Ano da Diocese de Iguatu

Mons. Francisco de Assis Couto

Digitalizado com CamScanner

PREÂMBULO NECESSÁRIO

A história, a mestra da vida humana, costuma, muitas das vezes, trazer a lume, em seu bojo de urdiduras cronológicas, coisas inacreditáveis, afinidades étnico-históricas, bem interligadas, difíceis de uma real hermenêutica.

E, assim, cada vez que o amante desta árdua arte penetra nos meandros de nossa primeva formação, deparar-se-á diante de uma grandiosa tarefa, qual seja, a de anotar e narrar, com precisão e todos os detalhes, os grandes eventos de um povo, de uma cidade. Pois que, quase sempre, algo escapar-lhe-á, infalivelmente.

Por outro lado, mais angústias recrudescem na mente do sincero pesquisador, quando ele constata que o passado e o presente de um povo, numa cadeia ininterrupta de fatos e datas, se mutuam, reciprocamente, coadunando-se, por misteriosos ligâmens históricos.

Entre estas coisas, queremos destacar, de relance, um acontecimento ocorrido nesta linda cidade de Iguatu, na penúltima década do século próximo passado - agosto de 1886.

E o relato, que se segue, linhas abaixo, foi todo ele colhido em fonte histórico — primário — original, o Livro de Tombo da Paróquia de Iguatu, de 1884 a 1894.

Trata-se de uma visita, que fez, então, a Iguatu S. Excia. e Revma. Dom Joaquim José Vieira, o 2.º Bispo do Ceará. Este Príncipe da Igreja Cearense demorou-se, por aqui, de 25 de agosto a 29 do mesmo mês do ano de 1886. Quatro dias, portanto, de festas e alegrias para a população católica destas partes do Jaguaribe.

Nessa ocasião, o povo desta Terra, na pessoa dos seus ancestrais e dirigentes, se houve com brilho inexcedível na recepção ao ilustre Prelado fortalezense, prestando-lhe todas as homenagens de praxe eclesiástica e costumes sertanejos.

Demostra-no-lo o seguinte pormenor histórico: Na tarde do dia 25 de agosto de 1886, às 4 horas da tarde, duzentos cavaleiros, tendo, à sua frente, o seu Vigário, o Padre Francisco Rodrigues Monteiro, foram ao encontro do seu Pastor Espiritual, que, de cavalo, vinha da limítrofe cidade de São Mateus, hoje Jucás.

E intercalamos, aqui, a título de curiosidade, um fato ocorrido, narrado, no Seminário de Fortaleza, pelo meu saudoso e querido Professor de Literatura, Mons. Otávio de Castro. Dizia S. Revma. lá pelo ano de 1942, os seus discípulos, o seguinte: "O Vigário de Iguatu, de então, havia recomendado aos cavaleiros, os seus paroquianos, não fizessem poeira, porquanto esta iria" "obstruir as sacras narinas de Excia. o Sr. Bispo Dom Joaquim".

Tal linguagem literária do Padre Vigário não compreendeu o famoso séquito episcopal, composto, que era todo ele, de sertanejos

Digitalizado com CamScanner

bons, bravos e simples. Diga-se, incidentemente, que lhes era, também, impossível, humanamente falando, evitar se levantasse o pó da terra, sob as patas de duas centenas de cavalos.

Cenário social da época. O advogado Dr. Celso Lima Verde, em nome do povo de Iguatu, se despediu do seu estimado Diocesano, que, na véspera de sua retirada para Fortaleza — dia 28 de agosto de 1886 — fora saudado por representantes de várias classes sociais. Pela Câmara Municipal, o Capitão Manuel Cardoso Moreno. Pelo Comércio, o Capitão José Benício Cavalcante. Pela Agricultura, o Sr. Alfrêdo Alexandrino. Pela Conferência Vicentina, o Sr. Joaquim Alves Teixeira. Pela manhã do dia 26 de agosto daquele mesmo ano, saudou-o, ainda, no vestíbulo da Igreja Matriz, hoje a Sé Catedral o Capitão Nivardo Barreto de Carvalho.

Os sons da excelente banda de música local, sob a batuta do hábil maestro Abelardo de Medeiros. As repetidas girândolas e foguetões, que cortavam os ares. As bandeirolas e ornamentação residenciais. Os sinos da Matriz, numa dessas santas confusões de zoada e chamadas solenes. A iluminação, a bico de lampião, das principais artérias urbanas. Tudo isto, enfim, junto, havia criado, durante esses 4 dias, um ambiente de festas e justos contentamentos populares.

Visitando o seu querido Antístite do Ceará, tomou a palavra, a professora da Terra, D. Raimunda Teixeira, que ia à frente de suas alunas. Nessa oportunidade, houve cânticos e, como representantes de suas colegas, falaram a pequena Dulcínea Cavalcante, filha do Capitão José Benício Cavalcante; a aluna Maria Barreto, digna filha do Capitão Nivardo Barreto de Carvalho. Ligeiras palavras, as mais afetuosas e sensíveis, dirigiram a S. Excia. e Revma. as pequenas Hermília e Julia, da elite iguatuense, de então.

Estas, entre muitas outras, eram as principais figuras e personalidades, que constituíam o cenário sócio-político-religioso de Iguatu, nas últimas décadas do século próximo passado.

O Exmo. Sr. Bispo do Ceará, D. Joaquim José Vieira havia vindo até esta cidade para assistir à grandiosa festa de inauguração da reconstrução da Igreja Matriz, realizada sob a orientação do Vigário Padre Francisco Rodrigues Monteiro.

Houve, então, para melhor comemoração do fato, um tríduo solene preparatório, pregado pelos Revmos. Padres José Tomaz de Aquino e Cícero Romão Batista, este último Capelão de Juazeiro do Norte, da freguesia de Crato. Entre outros sacerdotes presentes, estavam o Padre Manuel Francisco da Frota, Vigário do Icó; o Padre José de Souza, Vigário de São Mateus; o Padre Irineu Pinheiro Bezerra de Menezes, Vigário Cooperador de Iguatu; o Padre Agostinho Afonso Ferreira, Capelão de Bom-Jesus Piedoso do Quixelô, desta freguesia de Senhora Santana.

Digitalizado com CamScanner

Para completarmos a crônica desse singular evento, transcrevemos, aqui, algumas linhas de elogios à gente desta terra, deixadas, em agosto de 1886, inseridas no predito Livro do Tombo, por um amanuense eclesiástico.

Ei-las: "Os iguatuenses, sobre serem bairristas, como os cearenses, em geral tem qualidades apreciáveis. Quando se trata de dar realce aos negócios da terra, eles são incansáveis e, por isso mesmo, são, também, sempre bondosos. Sobram-lhes maneiras cavaleirosas é de hospitalidade ... e fazem as coisas sobre a influência de uma moderação de um povo, que sabe se fazer valer pelos princípios de educação e civismo".

Recomposta, como está, a quadra histórico-religiosa da festa de agosto de 1886, convém salientarmos a sua principal e mais notável circunstância, que nos serve de ponto de referências entre o passado e o presente do povo iguatuense. Ei-la. A Casa, onde se hospedara S. Excia. e Revmo. o Sr. Bispo de Fortaleza, D. Joaquim, chamou-se, durante os 4 dias de sua permanência, aqui, de **Palácio Episcopal**. E tal nomenclatura eclesiástica iguatuense repetiu-se, por 4 vezes, nos anais paroquiais de 1886.

Ante o que, consideramos indecifráveis, os liames cronológicos, que presidem a formação de um povo ou cidade, desde os seus mais longínquos primórdios. Insondáveis, por outro lado, os desígnios de Deus, que escreve certo, por linhas tortas. Teria sido, porventura, uma profecia do escriba e eclesiástico do tempo? Coisa esta, que se concretizou, pleno, aos 04 de fevereiro de 1962.

Digamo-lo, em outros termos. A heróica e brava gente de Iguatu, depois de passados três quartos e meio de um século, vê, em transportes de contentamento geral, instalada a sede do seu bispado, com o seu **Palácio Episcopal**. E este, não mais apenas por 4 dias, mas sim, por muitos anos de história, a dentro, para grandeza de sua terra e maior honra e glória de Deus.

Iguatu, novembro de 1962.

Mons. Francisco de Assis Couto

Digitalizado com CamScanner

BISPADO DE IGUATU - SEUS ANTECEDENTES HISTÓRICOS - PRIMEIRAS PROVIDÊNCIAS

Considerando os benefícios, advindos da fundação de uma Diocese, nas cidades de nossa hinterlândia, já pela defesa da Fé, já pelo impulso para o progresso, não só material, mas, sobretudo, sócio-moral-educacional e assistencial; tendo, em vista, também, as possibilidades de Iguatu, quer pela sua posição topográfica, quer pela sua densidade demográfica e pela sua vida econômico-financeiro, os quatro sacerdotes, aqui radicados, deliberam reunir-se para tratar do assunto de uma Sede Episcopal, em Iguatu.

E, destarte, aos 23 de outubro de 1956, reuniram-se, em Casa do Capelão das Filhas de Santa Teresa, os Padres Vigários Francisco de Assis Couto e José Gonçalves Landim, os Padres José Ferreira Lôbo e Antônio Alves de Oliveira, Capelão e Professor do Colégio das Irmãs.

Nessa reunião levítico-iguatuense, ficou assentado a ida de um dos padres ao Crato, para se entender com a autoridade diocesana, sobre o magno assunto. Por motivos de ordem superior, foi, em lugar do Vigário, o Revmo. Sr. Padre Antônio Alves de Oliveira, filho de Iguatu, sendo o fiel portador de uma mensagem do Vigário ao Exmo. e Revmo. Sr. Bispo de Crato. Tal documento achava-se vazado nos seguintes termos:

Iguatu, 24 de outubro de 1956.

Exmo. e Revmo. Sr. Bispo, D. Francisco de Assis Pires,
Deus guarde V. Excia e Revma.

Portador da presente missiva é o meu prezado colega padre Antônio Alves de Oliveira. Vai o mesmo, em meu lugar, por mim autorizado a expor a V. Excia. um assunto de real interesse desta freguesia: A possibilidade da criação de uma Sede Episcopal, em Iguatu.

O assunto, ora, em foco, já surgiu, em comentários, da imprensa cearense, há uns quatro anos passados - 1952. Mas, como o caso era e é da alçada diocesana, silenciamos. De então até esta data, aguardávamos a palavra de V. Excia.

Segue, hoje, porém, o meu colega Padre Alves, para se entender com V. Excia. expondo o parecer dos quatro sacerdotes, residentes nesta cidade, bem como expressar a V. Excia. o desejo bastante propalado dos Católicos de Iguatu, que estamos contendo.

Em virtude da situação criada, ultimamente, para um parente meu e demais membros de minha família, tenho que ir até Fortaleza, demorando-me, por lá, uns dois dias. Por esta razão, segue, em meu lugar, o meu colega e amigo Padre Antônio Alves de Oliveira.

O de V. Excia amigo e servo em Cristo.

Padre Francisco de Assis Couto - Vigário de Iguatu

Digitalizado com CamScanner

PRIMEIROS PASSOS

Voltando do Cariri, trouxe-nos o Padre Alves a permissão de S. Excia e Revma D. Francisco de Assis Pires, para iniciarmos as primeiras demarches, a saber: avisar aos Católicos de Iguatu do seu consentimento, bem como preparar e remeter-lhe um documento, expondo os motivos Pró-Diocese de Iguatu e fazendo constar, do mesmo, os nomes dos principais desta terra.

Queremos destacar, outrossim, o papel importante que exerceram sobre o meio social, os Padres Vigários, para uma reunião, que seria, como foi, o ponto de partida para a concretização das justas aspirações dos iguatuenses. Neste sentido, de grande valia foi a atuação do padre vigário cooperador José Gonçalves Landim, que não mediu esforços, nem dificuldades para vê vitoriosa a causa diocesana iguatuense.

Mediante contatos diretos-pessoais com os homens de Iguatu, com as suas diversas classes sociais e por avisos públicos, dados nas missas dominicais e amplificadores locais, marcou-se, para o dia 04 de novembro de 1956, a reunião, predita, que se realizou no Salão da União Artística Iguatuense, hoje Sede Provisória do Banco do Brasil S/A, afim de debater o assunto da nossa Diocese e redigir o memorial, pedido pelo Exmo. Sr. Bispo de Crato.

Pelo Revmo. Sr. Padre José Gonçalves Landim e Sr. Antônio Alcântara Nogueira, ilustre jornalista de Iguatu, e Pe. Francisco de Assis Couto elaborou-se o histórico documento, que é do teor seguinte:

Exmo. e Revmo. Sr. Bispo, D. Francisco de Assis Pires
D.D. Bispo Diocesano de Crato - Ceará

Nós, os abaixo - signatários, cidadãos de Iguatu, cônscios da responsabilidade, que nos pesa pelos destinos de nossa terra e nossa gente, vimos trazer à consideração de V. Excia. os motivos, que nos animam a pleitear a ereção de uma Sede Diocesana, nesta Cidade.

É assim que :

01) Considerando a posição geográfica da cidade, distante, aproximadamente, quarenta léguas de Crato, a cujo raio de influência social escapa quase por completo, constituindo-se, por outro lado, no centro de irradiação da zona e intercortando-se, diariamente, por vias de comunicações rodoviárias, ferroviárias e aéreas;
02) Considerando a situação demográfica da cidade, quer da região vizinha, contando a população urbana de quinze mil habitantes, em grande parte, operários, o que vale dizer do acelerado ritmo de progresso da urbe, convindo considerar que se encontra rodeada de prósperos municípios, não sendo preciso percorrer grande área territorial para somar uma população de trezentas mil almas;
03) Considerando a vida econômica da cidade, fomentada: **a)** Pela agricul-

Digitalizado com CamScanner

tura, já bastante mecanizada no município, graças aos serviços públicos instalados, aqui, como sejam, o Fomento Agrícola, os Serviços de Irrigação, as Obras Contra as Secas etc....; **b)** Pela Indústria, operada em sete fábricas de beneficiamento de algodão, chegando a industrializar quinze milhões de quilos por ano; **c)** Pelo comércio, abastecendo dezesseis municípios vizinhos, extensivo além das fronteiras do Piauí e do Maranhão e incentivados por algumas Agências Bancárias;

04) Considerando a vida social intensa e desenvolvida por mais de uma dezena de entidades de classes;

05) Considerando que estão sediados, nesta cidade, várias repartições públicas, por reconhecer o governo, a sua pujança de vida e as possibilidades de desenvolvimento, comprovadas pelos dados concretos da arrecadação anual de aproximadamente dez milhões de cruzeiros para os cofres do Estado; três milhões para o Erário da Nação e quatro milhões para o Município;

06) Considerando que, na palavra dos engenheiros da CHESF, com o advento da Energia de Paulo Afonso, apresenta a nossa região, margem para um desenvolvimento econômico colossal, graças à sua topografia e ao lençol d'água subjacente no leito do Jaguaribe;

07) Considerando, com justas apreensões com relação ao futuro moral e social de nossos filhos, que nossa cidade cresce vertiginosamente fora da ação benéfica da Igreja, sem ser penetrada, suficientemente, pela ação paroquial, que, embora confiada a sacerdotes zelosos, dada a deficiência numérica destes, e a própria natureza de organização não atinge os múltiplos setores de nossas atividades, com influência marcante sobre os destinos dos mesmos;

08) Considerando o número elevado de escolares, raiando pela casa dos dois mil, somente na cidade, que já conta com uma Escola Normal Rural, um Ginásio Feminino, outro Masculino, uma Escola Doméstica Rural, uma Escola de Comércio, em organização, além de vários estabelecimentos de Ensino Primário, e certos de que somente sob a orientação da Igreja poderão nossos filhos receber uma formação integral;

09) Considerando que nossa cidade, predominantemente proletária, e que é a classe que tem merecido mais carinho e solicitude da Igreja, maximé, nos últimos tempos;

10) Considerando que o serviço hospitalar, em nossa cidade, já conta com dois nosocômios e que é, nesta fase aguda da vida, que o homem mais precisa dos socorros da Religião;

11) Considerando que é da administração do Exmo. Sr. Núncio Apostólico, no Brasil: "Dividir para melhor organizar" e que está nas cogitações de V. Excia. desmembrar uma Nova Diocese do Território da de V. Excia.

Diante de todos os considerandos supra, apelamos para o Alto Governo de V. Excia. que sempre primou pelo zelo e paternidade, afim de que seja Iguatu, escolhida para Sede da Nova Diocese. Este é um apelo de toda a família iguatuense, que sempre afeita a honrosas batalhas pela Terra-Mater,

Digitalizado com CamScanner

desta vez, mais do que nunca, cônscia do grande alcance do benefício, em apreço, está disposto a envidar todos os esforços por sua aquisição.

Sob a sábia orientação de V. Excia. subscrevemo-nos submissos:

01) Dr. José Mendonça Neto, Prefeito Municipal.
02) Dr. Cid Peixoto do Amaral, Juiz de Direito.
03) Dr. Sebastião Porfírio Sampaio, Promotor de Justiça.
04) Dr. Manoel Carlos de Gouvêa, Médico.
05) Dr. Agenor Gomes de Araújo, Médico.
06) Dr. Durval de Mendonça, Médico.
07) Dr. José Holanda Montenegro, Médico.
08) Dr. Humberto de Gouvêa Soares, Médico.
09) Dr. Gilson de Sousa Oliveira, Médico.
10) Dr. Lindenor Osterne, Odontólogo.
11) Dr. Quintino Leite de Figueiredo, Odontólogo.
12) Dr. Raimundo Felipe Sobrinho, Odontólogo.
13) Dr. Meton Vieira, Advogado.
14) Dr. Nicanor Gomes de Araújo, Advogado.
15) Dr. Celíno Arrais, Advogado.
16) Dr. Vilmar Moreira, Químico Industrial.
17) Sr. José Maria Freire Menezes, Gerente do Banco Brasil S/A.
18) Sr. Alfrêdo de Castro Jucá, Gerente Banco de Crédito Comercial.
19) Sr. Jovino Batista de Lucena, Presidente Cooperativa de Iguatu.
20) Sr. Juarez Gomes, Gerente Cooperativa de Iguatu
21) Sr. Manuel Alexandre de Sousa, Industrial.
22) Sr. José Adolfo de Oliveira, Presidente Círculo Operário Iguatu.
23) Sr. Alfrêdo Alves da Silva, Industrial.
24) Sra. Madre Marieta Moura, Diretora Colégio de Iguatu.
25) Sr. Antônio Gomes da Silva, Gerente da Clayton.
26) Sr. Severino Sá, Industrial.
27) Sr. Horácio Fernandes Nogueira, Industrial.
28) Sr. Jorge Lopes de Araújo, Industrial.
29) Sr. Marcionílio Gomes de Freitas, Industrial.
30) Sr. José Pereira Curado, Comerciante.
31) Sr. Mozart Cavalcante Cardoso, Comerciante.
32) Sr. Braz Papaléo, Comerciante.
33) Srs. M. Gomes Filhos & Cia., Tecidos por Atacado.
34) Sr. Antônio Rodovalho de Alencar, Comerciante.
35) Sr. Miguel Holanda de Lavor, Gerente Lundgen Tecidos.
26) Sr. Francisco Soares Benevides, Gerente Armazém Humaitá.
37) Sr. Sabino Antunes da Silva, Industrial.
38) Sr. Vicente Brasil, Comerciante.
39) Sr. Diosito Cavalcante, Comerciante.
40) Sr. José Mendonça Júnior, Farmacêutico.
41) Sr. José Pulseu de Oliveira, Comerciante.
42) Srs. Gomes Comércio e Representações Ltda.

Digitalizado com CamScanner

43) Sr. Geraldo Amaro da Silva, Comerciante.
44) Sr. Odilon Filgueiras, Comerciante.
45) Sr. José Pinheiro Bezerra, Agricultor e Criador.
46) Sr. Geraldo Matias Costa, Comerciante.
47) Sr. Júlio Martins Braga, Jornalista.
48) Sr. Odilon Mendonça, Criador.
49) Sr. Elpídio Casimiro Mendonça, Agricultor.
50) Sr. Antônio Alcântara Nogueira, Funcionário Público e Jornalista.
51) Sr. Agostinho Chaves Cavalcante, Agricultor.
52) Sr. Antônio Adil de Mendonça, Criador e Agricultor.
53) Sr. Celso Holanda Montenegro, Comerciante.
54) Sr. Dalmário Cavalcante, Farmacêutico.
55) Sr. Manuel Matias Costa, Agricultor e Criador.
56) Sr. Luís Matos Cavalcante, Comerciante.
57) Sr. Enéas Bandeira Filho, Funcionário Público.
58) Sr. Natanael Cordeiro, Comerciante.
59) Sr. Clarindo Alves da Silva, Agricultor.
60) Sr. Elizeu Ely Barbosa, Professor.

Iguatu, 09 de novembro de 1956

Visto:

Padre Francisco de Assis Couro, Vigário Econômo.
Podre José Gonçalves Landim, Vigário Cooperador.

PRIMEIRAS NOTÍCIAS DA IMPRENSA

A Ação, órgão da Diocese de Crato, do dia 28 de outubro de 1956, dá as primeiras notícias. Eis a sua transição, ipsis litteris:

"D. Francisco aprovou os trabalhos, em favor da ereção de uma Diocese, em Iguatu. Esteve, em Crato, vindo de Iguatu, o Revmo. Padre Antônio Alves de Oliveira, que veio tratar com os Senhores Bispos, a respeito de iniciativas, em favor da ereção daquela Cidade a Diocese. O Padre Alves veio credenciado pelo Revmo. Vigário de Iguatu, Padre Francisco de Assis Couto, então, em Fortaleza, pelo Revmo. Padre Cooperador, Padre José Gonçalves Landim e pelo povo, afim de ouvir as autoridades diocesanas, S. Excia. D. Francisco de Assis Pires abençoou as aspirações dos iguatuenses, de quem espera um memorandum, que será levado à Nunciatura Apostólica, no Rio de Janeiro, por S. Excia. D. Vicente de Paulo Araújo Matos, em sua próxima viagem ao Sul. Este memorandum das autoridades e do povo de Iguatu constará do pedido de ereção da Cidade a Sede Episcopal, com justificação do pedido. É muito justo que Iguatu, por sua posição geográfica, pela sua densidade demográfica e pelo desenvolvimento geral, que a eleva acima de suas co-irmãs da vizinhança, enfrente a campanha por sua elevação a

Digitalizado com CamScanner

Sede Episcopal".

INTERSTÍCIOS DA CAMPANHA

Remetido, que foi, aos 09 de novembro de 1956, o memorandum, linhas atrás, citado, ao Exmo. Sr. Bispo Diocesano de Crato, D. Francisco de Assis Pires, os iguatuenses permaneceram, ansiosos, aguardando o resultado dos entendimentos do bispado cratense com a Sagrada Nunciatura Apostólica.

E, desta maneira, após sete meses seguidos de espera, o Exmo. Sr. Bispo de Crato comunica, então, aos Católicos desta Paróquia que o Exmo. Sr. Núncio Apostólico dera a sua autorização para iniciarmos os trabalhos de formação do Patrimônio Diocesano Iguatuense.

NOVAS REUNIÕES E DIVERSAS COMISSÕES

Com a permissão alcançada da Sagrada Nunciatura Apostólica, ocorreram, em junho de 1957, como medidas preliminares da grandiosa campanha econômico-financeira, diversos contatos e várias reuniões com os principais de Iguatu, compondo-se, então, as diversas comissões Pró-Diocese de Iguatu. Ei-las: Comissão de Honra, Comissão Central, Comissão de Finanças, Comissão de Orientação, Comissão de Imprensa e de Propaganda, Comissão do Comércio, Comissão dos Agricultores, Comissão dos Liberais e Profissionais.

Dentre elas todas, queremos destacar, apenas os nomes, que compõem as três mais importantes, que exerceram sua influência sobre as demais.

Comissão Central: D. Francisco de Assis Pires, D. D. Bispo de Crato; D. Vicente de Paulo Araújo Matos, D. D. Vigário Geral e Bispo Auxiliar de Crato; Padre José Ferreira Lôbo, Vigário Forâneo; Padre Francisco de Assis Couto, Vigário de Iguatu; Padre José Gonçalves Landim, Vigário Cooperador de Iguatu; Padre Antônio Alves de Oliveira, Capelão e Professor do Colégio São José; Dr. José Mendonça Neto, Prefeito Municipal; Dr. José Modesto Ferraz, Juiz de Direito.

Comissão de Finanças: Juarez Gomes, Byron Aragão Coêlho, Alfrêdo de Castro Jucá, Antônio Levi Epitácio Pereira, Miguel Holanda de Lavor, Sabino Antunes da Silva.

Comissão de Imprensa e Propaganda: Mons. Pedro Rocha de Oliveira, Reitor do Seminário Crato; Padre Antônio Alves de Oliveira, Padre Antônio Batista Víeira, Dr. Lourival Pinho, Dr. Meton Vieira, Antônio Levi Epitácio Pereira, Antônio Alcântara Nogueira e Júlio Martins Braga.

Digitalizado com CamScanner

LANÇAMENTO OFICIAL DOS TRABALHOS PRÓ-DIOCESE IGUATU

Sob a presidência dos Exmos. Srs. Bispos de Crato, D. Francisco de Assis Pires e D. Vicente de Paulo Araújo Matos, realizou-se uma monumental sessão solene, às 19:30 horas, do dia 25 de Julho de 1957, véspera da Festa de Nossa Padroeira, na Praça da Matriz, ao seu lado esquerdo, o da epístola.

Composição da Mesa: D. Francisco de Assis Pires; D. Vicente de Paulo Araújo Matos; Dr. José Mendonça Neto, Prefeito Municipal; Dr. José Modesto Ferraz, Juiz de Direito da Comarca; Dr. Lourival Pinho, Sub-Procurador do Estado; Tenente Moacir Lucena, Delegado de Iguatu; Sr. José Siebra, Coletor Federal; Sr. Justino Rangel, representante do Coletor Estadual; Padre Antônio Vieira Costa, Vigário de Cedro; Padre Antônio Batista Vieira, Vigário de Icó; Padre Carlos Marques Vieira, Vigário de Barbalha; Padre Francisco de Assis Couto, Vigário de Iguatu; Padre José Gonçalves Landim, Vigário Cooperador de Iguatu; Padre Antônio Alves de Oliveira, Capelão e Professor do Colégio São José; Dr. Wilson Sá Roriz Couto, Deputado Estadual; Dr. Agenor Gomes de Araújo, Médico; Dr. Durval Cavalcante de Mendonça, Médico; Sr. Antônio Bernardo de Albuquerque, Industrial; Sr. Jorge Lopes de Araújo, Criador e Industrial; Sr. Geraldo Matias Costa, Comerciante; Sr. Antônio Rodovalho de Alencar, Comerciante; Sr. Juarez Gomes, Comerciante; Alfredo de Castro Jucá, Gerente Banco de Crédito Comercial S.A; Sr. Miguel Holanda de Lavor, Gerente da Pernambucana; Sr. Antônio Levi Epitácio Pereira, Bancário; Sr. Sabino Antunes da Silva, Comerciante; Sr. Odilon Filgueiras, Comerciante; Sr. Clarindo Alves, Criador e Agricultor.

Além destas personalidades da Terra-Máter, os quais faziam parte da mesa, grande era, ainda, o número de outros ilustres iguatuenses, que se achavam presentes e que pertenciam uns a Agricultura e Pecuária. Outros ao Comércio e Indústria. Outros às diversas classes sociais e liberais de Iguatu.

No semblante de todos, via-se, estampado, um júbilo intenso, ante o fato, que estava ocorrendo, alvissareiro.

PROGRAMA DE SESSÃO

1) Hino dos Trabalhos Pró-Diocese de Iguatu.
2) Saudação aos Srs. Bispos de Crato: Dr. Lourival Pinho.
3) Instruções da Sagrada Nunciatura: D. Vicente de Paulo Araújo Matos.
4) Necessidade e Importância de uma Diocese: Dr. Wilson Roriz.
5) Lançamento Oficial dos Trabalhos: D. Francisco de Assis Pires.
6) Subscrições dos Iguatuenses Pró-Formação do Patrimônio Diocesano.

Digitalizado com CamScanner

O locutor da sessão foi o Padre Antônio Batista Vieira, Vigário do Icó, que, com os seus dotes de reconhecido literato, desempenhou-se bem de sua incumbência.

PRIMEIRAS COLETAS PÚBLICAS

Mais uma vez, o povo de Iguatu deu provas do seu já afamado espírito de generosidade, quer os seus líderes, quer os demais das várias classes sociais. Era de se ver a sua boa vontade, em face da grande campanha, iniciada, na histórica noite do dia 25 de Julho de 1957, em favor da elevação de sua Cidade à categoria de Sede Episcopal.

As subscrições dos iguatuenses, feitas no final desta reunião solene pública, elevaram-se a quase um milhão de cruzeiros, pagando os subscritores o prometido, em dez prestações, uma por mês. Por outro lado, os trabalhos pelo Patrimônio estenderam-se aos Sítios, Fazendas, Capelas e Distritos da Paróquia, havendo, por toda a parte, corações generosos, que iam dando boas contribuições.

"CRIAÇÃO DA DIOCESE DE IGUATU, EM JULHO DE 1958"

Sob a presidência do Exmo. Sr. Bispo Diocesano, Dom Francisco de Assis Pires teve lugar a mais outra sessão, às 19:30 do dia 08 de dezembro de 1957, em um palanque armado ao lado esquerdo da Matriz. Achava-se, nesta cidade, S. Excia. e Revma., desde o dia anterior, o qual viera de Crato para ordenar sacerdote, o Diácono José Joaci Cavalcante, o primeiro filho de Iguatu, a se ordenar, em sua terra natal.

Encontravam-se presentes à essa sessão os principais da cidade, falando na oportunidade, o Revmo. Sr. Mons. Pedro Rocha de Oliveira, Reitor do Seminário de Crato. Fez este bom iguatuense, uma bela e suculenta conferência sobre a necessidade, importância e benefícios, que traz, à uma cidade interiorana, uma Sede de Bispado.

Assunto da Sessão: O fim principal foi levar ao conhecimento dos responsáveis pelos destinos de Iguatu, os pontos exigidos pela Sagrada Nunciatura Apostólica, para a criação de nosso Bispado. Ei-los: Residência Episcopal, Terrenos para a Sé Catedral, Paço Episcopal, Seminário e, se possível, o Patrimônio, em moeda corrente, de dois milhões de cruzeiros, em banco.

Aconteceu, porém, que a comissão de finanças, acorde com o Vigário, e em face da crescente desvalorização de nosso dinheiro, aplicou parte do patrimônio monetário, em bens imóveis - terras, que valem, hoje o quíntuplo do preço comprado.

Finalizando essa reunião, S. Excia. e Revma. D. Francisco de Assis Pires afirmou, de público, se fossem logo preenchidos os requisitos da Santa Sé Apostólica, a Diocese de Iguatu seria criada aos 26 de Julho de 1958, dia

Digitalizado com CamScanner

de Senhora Santana, Padroeira da Paróquia.

NOVOS ESFORÇOS

Encorajados pela boa vontade do nosso ilustre e Santo Bispo Diocesano, de saudosa memória, os iguatuenses redobram, mais uma vez, os seus esforços, no sentido de satisfazer aos requisitos da Sagrada Nunciatura Apostólica. E, durante a festa de São Sebastião de Janeiro de 1958, foram organizadas duas grandes comissões, com o intuito de angariar fundos para fazer face às despesas de compras de dois terrenos. Para tanto, foram postos, em rifas, dois objetos de valor: Um Jeep e uma Lambreta.

Eis os Resultados Gerais Alcançados: 1) Residência Episcopal Provisória, a Casa Paroquial. Uma oferta do Padre Vigário Francisco de Assis Couto ao Exmo. Sr. Bispo Diocesano, que a aceitou, em virtude da dificuldade de se construir o Paço Episcopal e, também, a de se encontrar, na Praça da Matriz, uma condigna, mas simples morada para o futuro Bispo iguatuense; **2)** Terreno para a Sé Catedral, uma área de terra, medindo 80 metros por 75, encravada à rua 05 de Julho. Uma doação da Prefeitura Municipal; **3)** Terreno para o Paço Episcopal, uma área de terra, sita à Praça São Sebastião, em terras do Colégio São José, medindo 70 metros de largura por 160 de comprimento. Uma doação valiosa da Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus de Crato; **4)** Terrenos para o Seminário e Obras Sociais Diocesanas, duas áreas de terras, medindo ambas quase 33 tarefas, situada nos arrabaldes da cidade, nos lugares Bugi e Arara, adquiridas por compra aos Srs. Geraldo Amaro da Silva e Francisco Alves de Oliveira, pelo preço de Cr$650.000. E, depois de passadas as escrituras e aramadas as ditas terras, as despesas totalizaram-se em Cr$820,000.

RELATÓRIO DOS IGUATUENSES

Aos quinze dias do mês de Janeiro de 1958, enviou. se ao Exmo. e Revmo. Sr. Bispo de Crato, D. Francisco de Assis Pires, um relatório, em que os principais cidadãos da terra davam a S. Excia e Revma. plenos poderes para remeter à Nunciatura Apostólica, no Brasil, toda e qualquer documentação necessária à criação da Sede Episcopal, nesta Cidade.

Diga-se, também, que estes mesmos senhores se responsabilizaram, ainda, no documento, em apreço, pelo cumprimento dos compromissos assumidos, que se referem aos pontos, pedidos pela Sagrada Nunciatura, mencionados, linhas atrás.

UMA JUSTIFICAÇÃO

De passagem por esta freguesia, em visita de assistência religiosa aos flagelados da seca de 1958,o Exmo. e Revmo. Sr. Bispo Auxiliar e Vigário Geral de Crato, D. Vicente de Paulo Araújo Matos comunicou aos católicos

Digitalizado com CamScanner

de Iguatu, na Missa das nove horas do dia 1° de junho de 1958, não era mais certa, a criação da Diocese; aos 26 de julho de 1958, como fora anunciado, aos 08 de dezembro de 1957.

Os motivos deste fato: A Santa Sé Apostólica não havia, ainda, lavrado o decreto de sua criação. Além do mais, a crise climatérica, que atravessávamos, com o seu cortejo de fome e misérias, retardou o bom andamento do pagamento das prestações dos subscritores diocesanos.

Recordamos, ainda, que o gado, doações generosas dos bons criadores do município, atingiu o número de umas 150 cabeças. A seca, porém, que nos pegou dormindo, forçou-nos a vender mais da metade, por quase nada, sob pena de perdê-lo, por completo, porquanto não dispúnhamos de pastagens. Outra parte dizimou-se.

SEMPRE ANIMADO, O POVO DE IGUATU

Passado, que foi, o fenômeno climatérico da estiagem nordestina, que tantos estígmas físico-morais disseminou, surgiu-nos o ano de 1959, com regular inverno, deixando fartura e safra.

E, assim, com o pensamento sempre fixo na fundação de sua Sede Episcopal, os iguatuenses, durante os festejos de sua Excelsa Padroeira, em Julho de 1959, contribuíram com alentados donativos para fazerem face aos dispêndios de reforma, limpeza e adaptação da Igreja Matriz e do Cemitério da Paróquia, trabalhos estes já realizados, como pontos preparatórios de sua Diocese. E, em tais serviços, gastou-se a quantia de Cr$698.720.

PARÓQUIA E DIOCESE DE IGUATU

Dando, em agosto de 1959, um ligeiro e geral apanhado sobre a freguesia e sobre a campanha Pró-Diocese, o Vigário prestou contas entre outras coisas, das seguintes: os quesitos exigidos pela Nunciatura Apostólica para a ereção de nossa Diocese, todos já preenchidos.

RETARDADA, A SUA CRIAÇÃO

O povo desta terra, já impaciente, esperava que, nos fins do ano de 1959, para princípios de 1960, fosse criada a sua Sede Episcopal.

Entretanto, põe o homem e dispõe Deus. O nosso multissecular Jaguaribe pôs, nesse ano de 1960, em incrível estado de polvorosa, toda a sua população ribeirinha, com as suas grandes cheias, que causaram a célebre tragédia do açude Orós, o seu transbordamento contra todos os cálculos humano-técnicos. O urgente deslocamento dos habitantes de seu montante e jusante marginais, a bonita campanha de solidariedade humana, em todo o território nacional, com sentida repercussão no exterior, em favor dos duzentos mil cearenses, radicados nas bordas do Gigante de Leito Seco. E era a natureza vergastando, mais uma vez, a imprevidência e soberba do homem,

Digitalizado com CamScanner

o rei do mundo criado.

Além deste fato, causado pelas leis físico-naturais, intocáveis, mais dois outros contribuíram para o retardamento da criação de nosso Bispado. É que, com a diferença, apenas, de 4 meses de intestícios, ocorreram a Renúncia, ao Sólio Episcopal Cratense, de D. Francisco de Assis Pires, aos 20 de outubro de 1959, e a sua Santa Morte, aos dez de Fevereiro de 1960.

Ante ocorrências, que consternaram todos os habitantes de toda a Diocese de Crato, fomos forçados a ter mais paciência e, por isto, esperarmos mais um pouco. Com efeito, não era lógico, nem natural que fosse fundada a nossa Diocese, como confirmaram-no fatos posteriores, estando vaga, a de Crato, donde se desmembraria esta.

A ATUAL CASA PAROQUIAL

Para ceder a sua residência paroquial ao futuro e primeiro Bispo de Iguatu, o Vigário de então procuraria outra. E isto foi o que se acertara com a autoridade diocesana cratense, em dezembro de 1957.

Sito à Rua Pedro II, nº 74, lado poente da Matriz, alugou-se tal prédio, que não é imóvel da Paróquia. Para ser habitável, foi despendida, em serviços de limpeza, reforma e adaptação, a soma monetária de Cr$165.000.

E, assim, aos 12 de dezembro de 1960, mudou-se de casa, o Vigário Padre Francisco de Assis Couto, juntamente com os seus prezados colegas e cooperadores padres José Gonçalves Landim e Geraldo Vieira da Silva.

RESIDÊNCIA EPISCOPAL, A ANTIGA PAROQUIAL

Nos fins do mês de dezembro de 1960, tiveram princípio os trabalhos de limpeza, reforma, pintura e adaptação da antiga casa paroquial, que iria servir de Paço Episcopal provisório, até que se possa construir o definitivo, em uma área de terra, doada pela Congregação das Filhas de Santa Teresa de Crato, situada nas cercanias da Praça de São Sebastião.

Em tais obras, que se prolongaram até fins de agosto de 1961, despendeu-se a importância de Cr$ 450.000. E, depois de pronto e mobiliado, ficou o Paço Episcopal por quase mil e trezentos contos. Queremos, a estas alturas por julgarmos de justiça e gratidão, mencionar a subvenção estadual de Cr$500.000, alcançada pelos ilustres Deputados Wilson Roriz e Hugo Gouvêa Soares, destinada, que foi, aos preparos da casa de nosso primeiro Pastor Espiritual.

TERCEIRO BISPO DE CRATO

D. Vicente de Paulo Araújo Matos

Com a renúncia do Exmo. e Revmo. Sr. Bispo, D. Francisco de Assis Pires, de saudosa memória, ao trono episcopal da Diocese de Crato, fato este ocorrido, aos vinte de outubro de 1959, ficou a Sede Episcopal Cratense,

Digitalizado com CamScanner

vaga até vinte e oito de Janeiro de 1961, quando a Santa Sé Apostólica se dignou preconizar o meu terceiro Bispo, na pessoa do Exmo. e Revmo. Sr. D. Vicente de Paulo Araújo Matos, ex-vigário geral de Dom Francisco, o segundo Bispo de Crato.

Aquele vinha, desde vinte e seis de outubro de 1959, exercendo as altas funções de Vigário Capitular e Econômo da Diocese de Crato.

As solenidades de posse do dinâmico e terceiro Bispo da Princesa do Cariri ocorreram, com excepcionável brilhantismo, aos 19 e 20 de março de 1961. A elas, representando esta paróquia, comparou o Vigário, o autor destas notas genéticas diocesanas iguatuenses.

CRIAÇÃO DA DIOCESE DE IGUATU

Cidade do Vaticano - 25 de Março de 1961. Na data de hoje, Sua Santidade, o Papa João XXIII lavrou o decreto de Criação da Diocese de Iguatu, no Brasil, Ceará. O território da Nova Diocese será desmembrado da de Crato e da Arquidiocese de Fortaleza.

Tão auspiciosa notícia, que nos chega da Cidade Eterna e para toda a população católica do Ceará, que vê, hoje, acrescida a sua hierarquia com mais uma Sede Episcopal, que dotará a Igreja de novas condições para o desempenho de sua missão redentora, junto aos homens.

A generosa e boa gente de Iguatu, queremos deixar, aqui, impressa, ad perpetuam rei memoriam, a nossa primeira mensagem de felicitações, no mesmo instante, em que lhe formulamos votos e ardentes preces a Deus por uma felicidade, nunca desmentida, a grande honra, a maior que possa receber uma cidade, a de ser Sede Residencial de um Bispo, o depositário de sucessão apostólica.

BOLETIM - AVISO AOS IGUATUENSES

Achava-se este, que fora difundido pela cidade e campo, vazado nos seguintes termos: "Ao Povo de Iguatu. Já temos Diocese. Sua Santidade, o Papa João XXIII acaba de criar a nossa Diocese, aos vinte e cinco de março de 1961, dia de Nossa Senhora da Anunciação.

Tal fato constitui, sem dúvida alguma, urna verdadeira e grande benção de Deus, que beneficiará, grandemente, esta cidade, sob todos os prismas de sua vida sertaneja.

Dando esta alvissareira notícia ao bom povo católico de Iguatu, queremos, outrossim, avisar-lhe que, a partir dos meados de maio, estará, em nosso meio, o Exmo. e Revrno, Sr. Bispo de Crato, D. Vicente de Paulo Araújo Matos, o grande batalhador incansável de nossa causa diocesana. Virá S. Excia. e Revma. com o propósito de auxiliar na ultimação dos preparativos de nossa Diocese.

Diante disto, estamos, com satisfação imensa, convocando todos os bons filhos deste progressista terra para a nossa grande festa - A Posse do 1º

Digitalizado com CamScanner

Bispo de Iguatu, que se dará, breve, se Deus quiser.

Por esta razão, pedimos, encarecido, aos iguatuenses, que doaram suas cotas, naquela solene noite de 25 de julho de 1957, procurem pagar, quanto antes, os seus compromissos solenes, assumidos, sob as bondosas vista de Senhora Santana, a nossa Excelsa Padroeira. Pelos Vigários de Iguatu, Padre Francisco de Assis Couto. Iguatu, 04 de abril de 1961. Ano de Nossa Diocese."

VISITA DO EXMO. SR. BISPO DE CRATO

Esta achava-se marcada para meados, de maio. Mas, por motivos de ordem superior, só foi possível ocorrer aos oito de Junho de 1961. Nesta data, o Exmo. Sr. Bispo de Crato, D. Vicente de Paulo Araújo Matos esteve, nesta cidade de Iguatu, demorando-se, dois dias, aqui, em visita de inspeção aos preparativos para a condígna instalação de nossa Diocese e tomando outras providências, que pedia o caso da concretização dos velhos sonhos dos filhos de Iguatu.

Por essa ocasião, o Vigário entregou a S. Excia. e Revma. um relatório completo e atualizado dos bens imóveis e móveis, pertencentes ao patrimônio Diocesano Iguatuense.

ESTADO DE EXPECTATIVA DOS IGUATUENSES

O brasileiro, de modo geral, não gosta de esperar. Fica doente, inquieto com qualquer espécie de demora ou espera. Isto é de sua índole, contrária, que é, a dos povos introvertidos.

O cearense, sobretudo, por ser uma gente expansiva, comunicativa, extrovertida - coisa, que herdou de seus ancestrais, quer logo saber de tudo. E, por isto, qualquer mistério, que lhe surja, em sua vida, antolha-se-lhe, como um pesadelo, que lhe fica a aturar até que do mesmo se desenvencilhe.

Sabendo o bom povo de Iguatu que a sua Diocese havia sido criada aos vinte e cinco de março de 1961, que estavam, também, preenchidos e satisfeitos, os requisitos da Santa Sé Apostólica, ansiava saber, agora, quem era o seu primeiro Bispo.

E, de março a outubro de 1961 - sete meses de interstícios a espera - apoderou-se, dos iguatuenses, uma onda volante de boatos e conjeturas em torno de ilustres sacerdotes nordestinos, bispáveis.

E o mais interessante é registrarmos que notícias, vagas, dadas por respeitáveis padres, de outros pontos cearenses, enchiam, de histórias, o ambiente sócio-religioso iguatuense, já saturado, pela vaga andante de conjecturas e expectativa.

Todo o sábado, ligávamos o rádio. É hoje... O nosso Bispo é da Paraíba diziam uns. É do Rio Grande do Norte, opinavam outros. É de Pernambuco, apostavam outros. É do Ceará. E, quase que ninguém acertou, em seus bons palpites proféticos, porquanto pouco se dizia que o preconizado pela Santa Sé era de Limoeiro do Norte.

Digitalizado com CamScanner

PRIMEIRO BISPO DA DIOCESE DE IGUATU

O Ilustre Vigário de Aracati

De parabéns, a mais jovem Diocese do Ceará. Sua Santidade, o Papa João XXIII acaba de nomear, no dia 21 de outubro de 1961, o primeiro Bispo de Iguatu. A escolha recaiu na pessoas do atual e ilustre Vigário da Paróquia de Aracati, o Padre José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago.

Seu curriculum vitae: Nasceu, na cidade de Russas, aos 14 de maio de 1925. Filho do Dr. José Ramalho de Alarcon e Santiago e de D. Maria Ramalho de Alarcon e Santiago.

Com 12 anos de idade, ingressou no Seminário da Prainha-Fortaleza, em 1937. Ordenou-se sacerdote, aos 05 de dezembro de 1948. Na Matriz de Russas a sua terra natal, tendo sido o ministro de sua ordenação, o Exmo. Sr. Bispo de Limoeiro do Norte, D. Aureliano Matos.

No início de seu sacerdócio, exerceu as funções de Diretor do Ginásio Diocesano de Limoeiro do Norte. Daí saiu para a Capelania dos Maristas, em Aracati, de onde, em 1955, fora nomeado Vigário, substituindo os Padres Jesuítas.

Mons. José Mauro Ramalho é um sacerdote dotado de excelentes virtudes e dons naturais. Acompanham-no outras qualidades, tais como sejam, bom senso, receptividade, compreensão, determinação, prudência e diplomacia.

Tal conjunto de aptidões naturais e morais credenciou-o, ante a Santa Sé Apostólica, para o elevado múnus de Primeiro Bispo da Diocese de Iguatu, a caçula do território Alencarino.

VISITA AO EXMO. SR. BISPO ELEITO DE IGUATU

Aos 29 de outubro de 1961, deslocou-se desta cidade para a de Aracati, uma ilustre comitiva de senhores de influência local, com o principal fito de apresentar ao Exmo. e Revmo. Sr. Bispo eleito de Iguatu as felicitações.

Faziam parte desta caravana as seguintes personalidades: Padre Francisco de Assis Couto, Vigário; Dr. Edson Luís Cavalcante de Gouvêa, representante do Prefeito Municipal; Dr. Hugo Soares de Gouvêa, Secretário da Fazenda; Dr. Raimundo Felipe Sobrinho, representante da Câmara Municipal; Erasmo Rodovalho de Alencar, Vice-Prefeito e representante da Associação Comercial; Justino Rangel, representante das associações pias da Paróquia de Iguatu.

Partindo tal comitiva, daqui, às 3 horas da madrugada, chegou àquela cidade marítima, às 10 horas da manhã, e, regressando, de lá, às 3 horas da tarde, chegou a Iguatu, às 10 horas da noite. Viagem rápida, boa e animada. Digam-no os seus ilustres integrantes ,que a compuseram.

Digitalizado com CamScanner

BOLETIM - AVISO AOS IGUATUENSES

Este foi expedido nos seguintes termos: "Ao Povo de Iguatu. Já temos Bispo. Sua Santidade, o Papa João XXIII acaba de nomear o nosso Bispo, aos vinte e um de outubro de 1961. Chama-se D. José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago. Tal acontecimento vem de concretizar as nossas justas aspirações e constitui-nos um verdadeiro presente do céu, pois que o Bispo é sucessor legítimo dos Apóstolos. Guiarnos-á nos caminhos do Senhor. Diante da nova tão grande e alvissareira, convidamos, com satisfação, todos os filhos de Iguatu - homens da Cidade e do Campo - para essa nossa próxima e grandiosa festa. A nossa terra querida, toda engalanada, vibrará nesse tempo, com a chegada, aqui do seu Primeiro Pastor. Como preparação espiritual, haverá, na Igreja Matriz, um tríduo, com pregações, confissões e comunhões, tendo o mesmo início no dia 31 de janeiro e encerrando-se no dia 02 de fevereiro, dia de Nossa Senhora das Candeias. Vários sacerdotes de fora, auxiliarão os Padres Vigários de Iguatu, nestes preparativos espirituais. A tomada de posse solene de nosso primeiro Bispo dar-se-á, no dia 04 .de fevereiro de 1962. A sua chegada, aqui, na cidade, no dia 03 de fevereiro, à tardinha. Vários, dias, portanto, de festas e alegrias cristãs para todo o bom Povo de Iguatu, que, desde outubro de 1956, luta e trabalha pela sua Diocese. Iguatu, 18 de novembro de 1961. Pelos Vigários de Iguatu, Padre Francisco de Assis Couto."

SAGRAÇÃO EPISCOPAL DE D. JOSÉ MAURO RAMALHO DE ALARCON E SANTIAGO

Na Cidade de Aracati

Às 4 horas da tarde do dia 06 de janeiro de 1962, ocorreu, naquela urbe jaguaribana, o belo cerimonial litúrgico-eclesiástico da Sagração Episcopal do Primeiro Bispo de Iguatu, D. José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago.

A organização dessa festa sócio-religiosa, rara, esteve sob a orientação do virtuoso Vigário de Aracati, o Padre Luiz Gonzaga Xavier, que sucedeu, na paróquia, ao Primeiro Príncipe da Igreja Iguatuense.

PROGRAMA

Pela Manhã:

Às 08 horas do dia seis: Recepção de Mons. José Mauro e dos Exmos. Sr. Bispos, que o acompanharam; desfile de carros desde a Ponte Presidente Juscelino; cortejo de ciclistas desde a Praça da Bandeira, pelas ruas Cel. Pompeu e Cel. Alexanzito; vibração da alma popular frente a residência do Dr. Eduardo Dias, onde, após a entrega das chaves da Cidade pelo Prefeito Municipal, ficará hospedado o Bispo Eleito de Iguatu.

Digitalizado com CamScanner

À Tarde:

Às 16 horas: Desfile das Autoridades, Clero e Povo para a Praça Mons. Bruno de Figueiredo, pela rua Cel. Alexanzito, Travessa Miguel Leite e rua Cel. Alexandrino até a Praça Mons. Bruno; cerimônia da Sagração do Novo Bispo Eleito Mons. José Mauro Ramalho; Bispo Sagrante, D. Aureliano Matos, de Limoeiro do Norte; Bispos Consagrantes, D. Vicente de Paulo Araújo Matos, de Crato e D. José Terceiro de Sousa, de Penedo - Alagoas.

Além destas autoridades episcopais, pré-citadas, estavam, também, presentes, o Exmo. Sr. D. Raimundo de Castro, Bispo Auxiliar de Fortaleza; o Exmo. Sr. D. Expedito de Oliveira, Bispo de Patos, Paraíba; o Exmo. Sr. D. João José de Albuquerque Mota, Bispo de Sobral; o Exmo. Sr. D. Gentil Diniz Barreto, Bispo de Mossoró, Rio Grande do Norte.

Presentes, também, o Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. José Parsifal Barroso e sua digna esposa, D. Olga Monte Barroso; General Manuel Cordeiro Neto, Prefeito do Capital; Deputados Federais, Dr. Adahil Barreto Cavalcalnte, José Flávio Costa Lima e Cincinato Furtado Leite; Deputados Estaduais Ernesto Valente, Hugo Soares de Gouvêa, Abelardo Costa Lima e Stênio Dantas. O Diretor do Distrito do DNER, Dr. Amilcar Távora.

A comitiva de Iguatu, na Festa de Sagração Episcopal do seu 1.º Pastor, constou de mais de 20 pessoas. Destaquemo-las: Padre Francisco de Assis Couto, Vigário; Eneas Bandeira Filho, representante do Prefeito de Iguatu; Dr. José Holanda Montenegro e sua digna esposa; Dr. Hugo Soares de Gouvêa, Secretário da Fazenda; Dr. Adahil Barreto Cavalcante, e sua digna esposa; José Júlio Cavalcante e sua digna esposa; Juarez Gomes e sua digna esposa; Giovani Gomes e sua digna esposa; Aristides Barreto Cavalcante; Dr. Lindenor Osterne e sua digna esposa; Irineu Moreno; Alfrêdo de Castro Jucá e Diosito Cavalcante.

Representaram-se as paróquias de Icó, de Cedro e de Jucás, pelos seus respectivos vigários, acompanhados de ilustres comitivas. Eram eles Padre Antônio Batista Vieira, do Icó; Padre Antônio Vieira Costa, do Cedro; Padre João Sticker, de Jucás, indo com este, o seu superior Padre Henrique.

Abrilhantaram, também, a festa do dia 06 de janeiro, em Aracati, com a sua presença, uns 40 e tantos sacerdotes. Entre estes, destacavam-se os colegas de ano de D. José Mauro Ramalho, padres conhecidos e amigos, procedentes de vários pontos do Estado e dos vizinhos. Mestre de cerimônias da Sagração, Padre Jorgelito Cals de Oliveira. Locutor, Mons. André Viana Camurça.

Por ocasião do Banquete Oficial, ocorrido no Ginásio São José, discursaram o Padre Francisco de Assis Couto, em nome da Diocese de Iguatu e o Padre Misael Alves de Sousa, em nome da de Limoeiro do Norte.

Falou, por último, o Exmo. Sr. Bispo de Iguatu, que agradeceu, comovido a todos e recordou a dedicação do povo de Aracati ao seu antigo vigário.

E, para encerrar o Banquete, fez o Deputado Estadual, Dr. Ernesto Valente, um belo brinde ao novo Bispo da Igreja. Aquele representava, na

Digitalizado com CamScanner

ocasião, o Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. José Parsifal Barroso.

DISCURSO DO REPRESENTANTE DE IGUATU

"Constitui para nós uma grande honra, a incumbência, que recebemos, para saudar o nosso 1.º Bispo, o Exmo. e Revmo. Sr. D. José Mauro Ramalho, na data magna de sua Sagração Episcopal. E, em nome da Diocese mais jovem do Ceará, fazemo-lo, com efusão d'alma e em transportes de justa alegria.

A luta do bom Povo de Iguatu pela sua Sede Episcopal remonta aos últimos meses do ano de 1956. Seis anos, portanto, de trabalhos e campanhas. E, dessa data à esta parte, não se mediram os seus esforços. A boa vontade, o espírito de generosidade e de cooperação, que tem havido atestam-nos, de modo sobejo, o devido apreço, que a população católica iguatuense emprestou à causa, tão elevada

Saudando o nosso 1.º Antístite, julgamos, de justiça, prostrar, aqui, de público, um preito de gratas homenagens.

Em primeiro lugar, destacamos, com veros sentimentos de fundas saudades, o Grande Ausente desta festa: O Exmo. e Revmo. Sr. Bispo, D. Francisco de Assis Pires, de saudosa memória. Disse-nos, um dia, S. Excia. e Revma. que estava disposto a criar o Bispado de Iguatu. E, para tanto, daria, se mister fosse, até a metade do território de sua Diocese. Tal disposição demonstra-nos o seu grande amor à Igreja e as suas grandes causas.

Por outro lado, somos, os iguatuenses, gratos, também, ao nosso incansável Advogado, o Exmo. e Revmo. Sr. D. Vicente de Paulo Araújo Matos, que, ao lado do Santo e segundo Príncipe da Igreja Cratense, nos animou, orientou e apoiou, desde os nossos primeiros passos, dados em busca de nossa Diocese.

Com sentimentos de respeito e admiração, o Povo Católico de Senhora Santana do Iguatu é, também, grato ao Exmo. e Revmo. Sr. Arcebispo Metropolitano, D. Antônio de Almeida Lustosa. Tais sentimentos de gratidão recebem explicação no fato de S. Excia. e Revma. num belo ato de visão e bem das almas, ter desmembrado, de sua Arquidiocese, sete Paróquias e as doou a Iguatu.

A par disto tudo, queremos ressaltar, ainda, o seguinte: se Fortaleza e Crato nos deram a Terra - o que era necessário para se poder ter a Quinta Diocese Cearense - Limoeiro do Norte nos deu o dono desta terra, o nosso 1.º Bispo. Por isto, é-nos, também, credor de nossa gratidão, o Exmo. e Revmo. Sr. Bispo D. Aureliano Matos, que, atendendo aos justos reclamos da Igreja de Cristo, ofertou-nos uma de suas melhores jóias sacerdotais. Um Vigário exemplar e apostólico.

Eis os quatro grandes Benfeitores da Causa Diocesana Iguatuense, cujos nomes ficarão, ad perpetuam rei mernoriam, a ilustrar os anais histórico eclesiásticos da Nova Diocese, que se assenta sobre o nosso famoso Jaguaribe.

Digitalizado com CamScanner

Desta maneira, as 19 Paróquias, que formam o atual território da Quinta Circunscrição Eclesiástica Cearense, são outras tantas comunidades cristãs, que, a partir de fevereiro de 1962, hão de girar, em torno da Sede Episcopal Iguatuense, onde residirá aquele, que foi posto, pelo Divino Espírito Santo, para governar, ensinar e santificar.

Iguatu, com efeito, a exemplo de suas co-irmãs, que possuem Sedes Episcopais, receberá um novo surto de progresso, elevando-se, gradativo, a outros níveis de catolicidade e sociabilidade.

Concretizemos o que acabamos de afirmar. Onde quer que se instale uma Sede de Bispado, desenvolvem-se os serviços de educação do Povo. Crescem as obras de assistência social; surgem seminários, ginásios, colégios, asilos, orfanatos, escolas profissionais, patronatos, hospitais, maternidades, postos de saúde, abrigos, creches etc.

E tudo isto, sob o impulso dinamizador da Igreja, constitui, na verdade, um baluarte, que protege a Fé Cristã contra as insolentes investidas dos adversários da Igreja e da Mãe-Pátria.

As Cidades-Sedes Episcopais são, portanto, fatores de progresso, assim espiritual, como material. Demonstram-no-lo, sem rodeios, Fortaleza, Crato, Sobral e Limoeiro do Norte. E Iguatu não irá fugir à esta benéfica norma de evolução sócio-cristã.

Ademais, podemos adir ao que foi dito, que, vozes insuspeitas, tanto de ontem, como de hoje, dão sinceros depoimentos da ação evangelizadora do Cristianismo. A instalação do Bispado do Ceará, em 1861, dizia o célebre cronista e jornalista João Brígido dos Santos, foi sinal marcante de progresso para a nossa terra. O Brasil, diz o famoso sociólogo nordestino Gilberto Freire, é afirmação da Igreja. Uma obra sua.

Queremos, também, dizer, neste momento solene, que os iguatuenses são sabedores de que os vários setores sociais em que atuará beneficamente o seu Bispado, demandarão tempo e ajuda coletiva das gerações presente e futura para a realização de obras.

Por esta razão, é bem recordarmos que Roma não se fez em um dia. Como, bom no-lo relata a história, foi trabalho de séculos, onde dezenas e mais dezenas de ilustres romanos, gregos e troianos lutaram, tenaz, pela sua edificação. Iniciada, a sua construção, em priscas eras históricas, antes de Cristo, é, ainda hoje, a Cidade Eterna bastante decantada, visitada, admirada e amada, sobretudo, pelo Orbe Cristão, pois que, nela, reside o Pai da Cristandade.

Desta forma, de vagar e com o auxilio do céu, edificaremos, em Iguatu, obras de vulto, que cantarão a glória de Deus e servirão para o bem supremo das almas e felicidade da terra.

E o mais justo galardão, a que, no momento, faz jus a brava gente de Iguatu é, sem dúvida alguma, a Instalação Eclesiástica de sua Diocese com a Posse do seu Primeiro Pastor. Fatos estes, que, se Deus quiser, ocorrerão, em princípios do próximo mês de fevereiro, no dia quatro".

Digitalizado com CamScanner

INSTALAÇÃO DA DIOCESE DE IGUATU E PÓSSE DO SEU 1.º BISPO

Uma Grande Data. O Povo de Iguatu viu, entre justas alegrias, concretizar-se, aos 04 de fevereiro de 1962, uma antiga aspiração sua. A instalação oficial de uma Sede Episcopal, em sua Cidade-Mãe. Um dos maiores acontecimentos de sua história.

O nosso primeiro pensamento, em ação de graças, guinda-se, célere, ao céu. Pois que, a Sede de um Bispado, além de ser uma bênção e dádiva de Deus, representa fator preponderante de defesa da Fé e Progresso sócio-moral-educacional de um povo.

Diga-se, também, que o centro de irradiação de vitalidade cristã reside na pessoa do Bispo, que, por direito divino, conduz seu rebanho às pastagens da verdadeira vida. Santifica sacerdotes e fieis. Ensina as mais altas verdades da Doutrina Cristã. É o depositário legítimo da sucessão apostólica. É o Chefe, que governa. O Doutor, que ensina. O Pastor, que santifica.

PROGRAMA

DIA 03 DE FEVEREIRO DE 1962:

Às 12 horas: Chegada do Exmo. Sr. Bispo Diocesano e do seu ilustre cortejo a Cidade do Icó, porta de entrada de sua Diocese. Almoço.

Às 14 horas: Partida, de Iguatu para Icó, de numerosos iguatuenses e das representações das Paróquias da nova Diocese, para se incorporarem ao séquito episcopal.

Às 16 horas: Saída do Icó, do Exmo. Sr. Bispo, D. José Mauro e de seus ilustres acompanhantes, para atingir a cidade de Iguatu, às 17:30. Recepção solene e geral na Praça da Matriz, Saudação do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Dr. Manoel Carlos de Gouvêa, quando, em ato simbólico, entregará ao nosso 1.º Bispo, as chaves da cidade. Saudação ao Exmo. Sr. Arcebispo do Ceará, D. Antônio de Almeida Lustosa, pelo Sr. Antônio Pereira de Oliveira.

Saudação ao Exmo. Sr. Bispo de Crato, pelo Revmo. Sr. Padre Antônio Alves de Oliveira.

DIA 04 DE FEVEREIRO

PELA MANHÃ

Às 5 horas: Alvorada Festiva.

Às 7:30: Ereção Canônica da Diocese de Iguatu, posse solene do seu 1.º Bispo, D. José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago. Oração laudatória do Revmo. Sr. Padre Rubens Gondim Lossio, Cura da Sé Catedral de Crato - Ceará, Te Deum, em Ação de Graças.

Digitalizado com CamScanner

Às 10 Horas: Uma homenagem especial ao nosso 1.º Bispo será a bênção, pelo mesmo, do 1.º Poste da Celca, quando ocorrerá o início de uma grande campanha financeira de Iguatu pró a sua eletrificação de Paulo Afonso.

À Tarde:

Ás 17 horas: Desfile das autoridades, clero e povo pela Praça da Matriz, onde terá lugar, o 1.º Pontifical solene de nosso 1.º Bispo Diocesano. Durante o dia, visitas das embaixadas paroquiais da Diocese ao seu 1.º Pastor e Chefe.

Pelas diversas comissões:

Padre Francisco de Assis Couto, Vigário.
Dr. Manoel Carlos de Gouvêa, Prefeito.
Dr. José Mendonça Neto, Médico.
Dr. José Holanda Montenegro, Médico.
Sr. Juarez Gomes, Comerciante.

NOVAS PROVIDÊNCIAS

Para executar o programa, pré-delineado, houve várias reuniões prévias, que contaram com a presença das autoridades locais, dos principais senhores da terra e damas da sociedade local.

E, destas, originou-se a necessidade da constituição de diversas comissões o que se conseguiu. E, assim, cada qual, com a sua tarefa delimitada, preparou, a contento, o grande e esperado momento das nossas Festividades Diocesanas.

Para memória dos pósteros bom é historiemos o número das comissões formadas. Ei-las: Comissão de Recepção e Hospedagem, do palanque, de ornamentação, do desfile, do banquete, dos cânticos, de imprensa. Ao todo, foram oito.

Por nos ser impossível declinar os nomes de todas as pessoas, que as compuseram, porque muitas, e, mesmo por nos ser muito natural, em tais oportunidades, omitirmos nomes de ilustres cooperadores, e, por isto, causamo-lhes, involuntariamente justos melindres, limitamo-nos a um agradecimento geral e sincero pela excelente e satisfatória colaboração de todos os iguatuenses, que provaram, mais uma vez, o que são, na verdade.

Diga-se, de passagem, que elevado e digno de menção honrosa foi o espirito de catolicidade e de civismo, com que se houve, na festa da Diocese, cada comissão, a ponto de afirmarem os convidados: "Festa de Capital, em tudo".

Semelhante resultado alcançado, empolgante, devemo-los às comissões organizadas, que trabalharam noite e dia. Atribuímo-lo, ainda, ao espírito, de compreensão e de hospitalidade do bravo povo desta urbe cearense.

Por outro lado, não nos esqueçamos, também, de que uma das causas

Digitalizado com CamScanner

de sua magnificência esteve na expedição de mais de dois mil e quinhentos (2.500) boletins — Programa das festividades — difundidos por toda a diocese e diversos recantos do Estado; bem como, a distribuição de uns 500 cartões - convites a autoridades e pessoas ilustres.

A par disto, destaquemos, ainda, a ocorrência rara de um feriado municipal. A tradicional feira dia de Sábado, 03 de fevereiro, transferiu-se para o dia 02, sexta-feira. Tal fato repetiu-se, pela segunda vez, na história de Iguatu, conforme se pode depreender de seus anais. Demonstrar-nos isto, o devido apreço, que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal emprestou ao caso da instalação da Diocese de Iguatu.

E, para constar todo o tempo, transcrevemos, aqui, ipsis verbis, o documento, que trata deste assunto : "Portaria N. 385". O Prefeito Municipal, considerando que no dia 03 de Fevereiro, próximo, chegará a este cidade, D. José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago, primeiro Bispo da Diocese de Iguatu; Considerando que esse acontecimento constitui júbilo para o povo iguatuense, que prestará grandes homenagens ao seu primeiro guia espiritual; Resolve considerar feriado municipal, o dia 03 de fevereiro, sábado, antecipando para o dia 02, sexta-feira, a tradicional feira do município, afim de que a cidade possa demonstrar a sua imensa satisfação nesse glorioso dia para a história de Iguatu. Paço da Prefeitura Municipal de Iguatu, em 20 de janeiro de 1962. Dr. Manoel Carlos de Gouvêa, Prefeito Municipal."

PORMENORES HISTÓRICOS DO DIA

03 DE FEVEREIRO DE 1962

No Icó, os seus Vigários, os Padres Antônio Batista Vieira e Djalvo Bezerra de Alencar prepararam uma condigna recepção ao Exmo. Sr. Bispo de Iguatu e ao seu luzidio cortejo, composto, que era, de umas 120 pessoas, entre estas, o Exmo. Sr. Arcebispo de Fortaleza, os Exmos. Srs. Bispos de Crato e de Limoeiro do Norte e avultado número de sacerdotes ilustres, que procediam de diversas partes deste e de outros Estados.

Lá, o Exmo. Sr. Deputado Federal por Iguatu, Dr. Adahil Barreto Cavalcante, fez-lhe a primeira saudação, tendo sido muito aplaudido por ter feito um suculento discurso, em que evidenciou a ação da Igreja, através dos tempos e povos da terra.

A chegada, em Icó, de S. Excia. e Revma. e de sua distinta comitiva ocorreu, às 13:30, quando um banquete lhe foi oferecido pelo povo dessa vetusta e tradicional cidade do Salgado.

Semelhantes homenagens julgamos, por demais, justas, porquanto, para quem procede de Fortaleza - Iguatu, o Icó se nos depara como a primeira cidade da Diocese de Iguatu, onde firmou seus pés, o 1.º Bispo da Quinta Diocese Cearense.

Digitalizado com CamScanner

CHEGADA E DESFILE

Do Sítio Cruz de Pedras, que serve de limites entre Iguatu-Icó, até dentro do perímetro urbano, espraiavam-se, aqui, ali, aculá, os sinais de festa, de carinho e de apreço ao Príncipe da Igreja Iguatuense. Eram os tradicionais arcos de palmeiras. Faixas com dizeres e saudações, Bandeirolas, Símbolos da Mitra Episcopal, Girândolas, Fogos, Foguetões etc.

Chegada e Desfile: Às 5:30 da tarde, sob vivas e aclamações, era D. José Mauro Ramalho recebido pelas autoridades, Clero e Povo, na entrada da cidade, na encruzilhada das estradas, entre os postos de gasolina, do Alto do Jucá.

E, nessa ocasião, o desfile de carros, sob a orientação dos Srs. Erasmo Rodovalho de Alencar e Francisco Airton Pinheiro, teve princípio.

Na frente do carro triunfal da Diocese, artisticamente preparado, e no qual, tomaram assento o Exmo. Sr. Bispo Diocesano, o Prefeito e Vigário, prosseguiam, alinhados, 19 outros carros, ou melhor jeeps, ornamentados, também. Eram estes os carros alegóricos, que conduziam um pagem, com a bandeira de um dos oragos das paróquias da Diocese, e os seus respetivos prefeitos e vigários do território diocesano iguatuense.

Tal disposição desse histórico desfile obedeceu a um simbolismo litúrgico-eclesiástico, pois que, é, de praxe da Igreja, o Ordinário do Lugar vir, por último, nas procissões e outras ocasiões de funções episcopais.

Atrás do carro triunfal, colocaram-se os das demais autoridades civis e eclesiásticas que eram, naquele momento, o Exmo. Sr. Arcebispo de Fortaleza; os Exmos. Srs. Bispos de Crato e de Limoeiro do Norte; o Exmo. Sr. Secretário da Fazenda, Deputado Dr. Hugo de Gouvêa Soares; o Exmo. Sr. Dr. Adahil Barreto Cavalcante, Deputado Federal; o Exmo. Sr. Dr. Wilson Roriz, Deputado Estadual e Líder do Governo, e muitas outras ilustres personalidades.

Partindo o cortejo do Alto do Jucá percorreu este as principais artérias da cidade, começando pelas ruas do Prado, passando pela Floriano Peixoto, Travessa José de Alencar, 15 de Novembro, Praça da Bandeira, Boulevard e, finalmente, a Praça da Matriz. E eram quase 200 veículos automobilísticos, com os seus motores, abertos, a troar pelo asfalto, vias e praças Públicas desta cidade sede de Bispado. Um espetáculo de encantos indescritíveis.

Um fato, digno de menção. Ocorreu este, à certa altura da rua Floriano Peixoto. É que, ajudado por diversos populares e pessoas ilustres, o Sr. Meton Maia, de uma das tradicionais famílias da terra, pedindo ao motorista especial, o Sr. João Alencar de Oliveira, para fechar o motor do carro triunfal da Diocese, começou a empurrá-lo, de rua abaixo, cerca de uns 400 metros. É uma homenagem da família Mendonça, dizia aquele cidadão, ao nosso 1.º Bispo. E só desistiu de fazê-lo, após pedido do Exmo. Sr. Prefeito, Dr. Manoel Carlos de Gouvêa, que, como um dos bons médicos de Iguatu, observava o seu amigo Meton Maia não podia fazer ingentes esforços. Era-lhe uma extravagância.

Digitalizado com CamScanner

Durante o trajeto do desfile, que teve duração de umas 2 horas, era incontável, a multidão, que se postava, em ambos os lados das ruas, para ver e ovacionar a passagem do Exmo. Sr. Bispo Diocesano de Iguatu.

E, quando o mesmo deu entrada solene, na Praça da Matriz, era mais de 7:30 da noite. E um delírio popular, incontido, eclodiu, pois que uma massa humana, apinhada, calculada em mais de 15 mil pessoas, aguardava-o.

Acompanhado das autoridades civis, eclesiásticas e militares, linhas atrás mencionadas, o Exmo. Sr. Bispo de Iguatu sob vivas e festejos intensos, recebeu as primeiras saudações dos seus diocesanos, interpretando os seus sentimentos, os oradores escalados no programa das festividades.

O locutor ad hoc dessa recepção foi o Revmo. Sr. Padre Rubens Gondim Lossio, Cura da Sé Catedral de Crato e renomado orador sacro cearense. Ímpares solenidades transmitiram-nas os serviços do alto-falantes da Paróquia e a Rádio Iracema, que funcionou, em homenagem toda especial à grande data iguatuense, apesar de estar no ar, em caráter experimental.

O Prelúdio da Grande Festa: O primor de arte do Palanque, preparado sob a orientação de D. Elze Alves Lima Verde Montenegro; A Banda de Música da Polícia Militar do Estado; o coral, composto todo ele de elementos da mocidade local. O lema Episcopal: "Reple Cordis Intima", em letreiros luminosos. Fogos, bombas, foguetões e girândolas, sob a direção da Comissão de Festejos, os Srs. Justino Rangel e Manuelito Lôbo. As associações religiosas da freguesia, com as suas bandeiras, estandartes e insígnias de gala. Todo este, conjunto harmonioso de cousas e preparativos em plena função e ordem, concorreu, poderosamente, para transformar, em mais triunfal, alegre e alvissareiro, o ambiente-véspera da Solene Instalação Canônica da Diocese de Iguatu.

E transcrevemos, aqui, o Hino da Recepção do Exmo. Sr. Bispo Diocesano. Letra de Filgueiras Lima, Música de Mosart Brandão:

Tua história, Iguatu, se ilumina
Neste dia de glória imortal
Eis chegado o Pastor, que domina,
Porque tem uma cruz por fanal
II
É um presente do céu enviado
A teu povo fiel, lutador,
Que recebe a cantar, ajoelhado,
O Emissário da Paz e do Amor
Estribilho
Vamos louvar com sentimento,
Quem nos vem trazer bênçãos mil,
És, Iguatu, neste momento,
Um grande altar do meu Brasil.

Findas, que foram, as solenidades de recepção, realizadas, ao largo

Digitalizado com CamScanner

esquerdo da Sé Catedral, sob um lindo e artístico palanque. Autoridades, Clero e Povo acompanharam S. Excia. e Revma. o Sr. Bispo Diocesano, até o Paço Episcopal, que lhe servirá de residência provisória, até que se possa edificar, o definitivo.

A estas alturas, já se achava, em plena atividade, a Comissão de Hospedagem, a cargo do Rotary Clube Local, cujos membros, num trabalho insano, tiveram o devido cuidado de conseguir, previamente hospedagens nos lares iguatuenses, e, naquele momento, uma equipe de Rotaryanos, bem distinta e organizada, distribuia, entre as famílias, os convidados e visitantes, que, de longe partes, vieram para abrilhantarem as festividades, da instalação da Quinta Diocese Cearense.

E, desta maneira, o Exmo. Sr. Arcebispo do Ceará hospedou-se, em casa do Sr. Severino Sá; o Exmo. Sr. Bispo de Limoeiro do Norte, em casa do Sr. Antônio Rodovalho de Alencar; o Exmo. Sr. Bispo de Crato, em casa do Sr. Dr. Durval de Mendonça. Na residência do Sr. Dr. José Holanda Montenegro, 16 sacerdotes. Na casa do Vigário, Padre Francisco de Assis Couto, 12 sacerdotes. Na casa do Padre José Gonçalves Landim, Vigário Cooperador, 06 sacerdotes. Na residência do Sr. Dr. José Mendonça Neto, 10 pessoas, membros de uma única família, parentes do nosso Bispo.

E, como havia sido conseguido, pelo Rotary Clube de Iguatu, mais de 300 hospedagens, dada a notícia de que só a comitiva de nosso Bispo constava de mais 230 pessoas, os demais convidados e visitantes, entre estes sacerdotes e figuras de destaque hospedaram-se, em diversos outros domicílios familiares iguatuenses. E, neste sentido, queremos registrar, para sempre, um fato curioso, que demonstra o espírito de hospitalidade deste bom e gentil povo: "Lares prontos, de um tudo, para receber hóspedes e visitantes sobraram". E, graças a Deus, pois é melhor sobrar que faltar.

O Ilmo. Sr. Governador do Estado, Dr. José Parsifal Barroso e sua digníssima esposa, D. Olga Monte Barroso, por terem chegado, aqui, pela manhã do dia 04 de fevereiro, foram hospedes do Sr. Antônio Bernardo de Albuquerque. O Exmo. Sr. Prefeito da Capital, General Manuel Cordeiro Neto e demais pessoas gradas, em casa do Sr. Prefeito Municipal, Dr. Manoel Carlos de Gouvêa.

A HISTÓRIA DO DIA 04 DE FEVEREIRO DE 1962

Como estava traçado, foi executado o programa da magna data de Iguatu. Mas, como houve circunstâncias notáveis, convém destaquemo-las. A primeira delas é a presença, em Iguatu, de gradas personalidades do mundo oficial e eclesiástico.

Eis a sua relação nominal. O Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. José Parsifal Barroso e sua digna esposa D. Olga Monte Barroso; O Exmo. e Revmo. Sr. Arcebispo do Ceará, D. Antônio de Almeida Lustosa; O Exmo. Sr. Bispo de Crato, D. Vicente de Paulo Araújo Matos; O Exmo. e Revmo. Sr. Bispo de Limoeiro do Norte, D. Aureliano Matos; O Exmo. Sr. Prefeito de

Digitalizado com CamScanner

Iguatu, Dr. Manoel Carlos de Gouvêa; O Exmo. Sr. Prefeito da Capital, General Manuel Cordeiro Neto; O Exmo. Sr. Secretário da Fazenda e Deputado Estadual, Dr. Hugo Soares de Gouvêa; O Exmo. Sr. Deputado Federal, Dr. Adahil Barreto Cavalcante. Uma luzidia representação da Assembléia Legislativa, os Exmos. Srs. Deputados Estaduais Dr. Edival Tavora, Dr. Plácido Castelo e Dr. Wilson Roriz. O Revmo. Sr. Mons. Otávio de Alencar Santiago, Vigário Geral de Limoeiro do Norte e representante do Exmo. Sr. Bispo de Mossoró, D. Gentil Diniz Barreto; O Revmo. Sr. Padre Albanir Linhares, representante de, Exmo. Sr. Bispo de Sobral, D. João José de Albuquerque Mota; O Revmo. Sr. Padre Francisco de Assis Couto, representante do Exmo. Sr. Bispo de Cajazeiras - Paraíba. D. Zacarias Rolim. O Exmo. Sr. Vereador da Capital, José Araújo da Ponte, representante da Câmara Municipal de Fortaleza.

Presentes, também, os Exmos. Srs. Prefeitos(19) e os Revmos. Srs. Vigários(17) das Paróquias e Municípios, encravados no território da nova Diocese. Uns 60 sacerdotes, de várias cidades deste e outros Estados da região Nordeste.

As embaixadas paroquiais. Os homens da terra iguatuense, que trabalham na Indústria, Comércio e Agricultura; ilustres representações das classes sociais, liberais, profissionais e operárias; as associações e sodalícios pios da Paróquia. E, enfim, uma grande massa humana - urbano - rurícola, calculada em mais de 15 mil pessoas.

ÀS 8 HORAS DA MANHÃ DO DIA 04 DE FEVEREIRO DE 1962

Nessa rara e singular oportunidade, que não mais se repetirá, e que contou com a presença das mais altas autoridades da Igreja, do Estado e do Município, iniciou-se o cerimonial solene da Instalação Canônica Eclesiástica da Diocese de Iguatu e da posse do seu Primeiro Bispo, D. José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago, tendo sido tudo presidido pelo Exmo. e Revmo. Sr. Arcebispo Metropolitano do Ceará, D. Antônio de Almeida Lustosa, Delegado, ad hoc, da Nunciatura Apostólica do Brasil.

PONTOS FUNDAMENTAIS DESSE GRANDE FATO

Consistiram estes nas leituras dos seguintes e importantes documentos: 1) Bula, "In Apostolícis", da Criação da Diocese de Iguatu; 2) Bula Pontifícia de Preconização do primeiro Bispo de Iguatu, D. José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago; 3) Bula Papal de Comunicação ao Clero, Autoridades e Povo da Nova Diocese; 4) Os Decretos da Nunciatura Apostólica do Brasil ; 5) As respectivas Atas das preditas solenidades eclesiásticas.

Por seu turno, ao Clero da nova Diocese, todo reunido, apresentou o Exmo. Sr. Bispo Diocesano, recém - empossado, para os devidos fins, prescri-

Digitalizado com CamScanner

tos pela Igreja, a Documentação Pontifícia, pré citada.

Enquanto se dava isto, o Revmo. Sr. Padre Crisares Sampaio Couto, Vigário da Paróquia de Acopiara, desta Diocese nova, colhia as assinaturas das autoridades presentes, que, ad perpetuam rei memoriam, subscreveram as atas da instalação de nosso Bispado e da posse do seu 1.° Pastor.

Serviram de Secretários ad hoc, os Revmos. Srs. Padre Francisco de Assis Couto, Vigário de Iguatu, Padre José Gonçalves Landim, Vigário Cooperador de Iguatu, Padre José Joaci Cavalcante, Vigário das Paróquias de Bom - Jesus Piedoso do Quixelô e de Orós.

Ato contínuo, ouviu-se a suculenta e atualizada Oração Laudatória do Revmo. Sr. Padre Rubens Gondim Lossio, Cura da Sé Catedral de Crato e Pró-Vigário geral da Diocese cratense. Com unção e ciência, versou sobre o Episcopado, demonstrando, com argumentação segura e apodíctica, que o Bispo é, em seus diversos e nobres ângulos de atividades, o "Homo Dei et Eccelesiae e Christi".

Após o que, para encerrar tão significativos instantes de nossa História, o Exmo. Sr. Bispo Diocesano, José Mauro Ramalho entoou um Solene Te Deum, em Ação de Graças, tendo sido diácono e subdiácono os Revmos. Padres Francisco Mirtan de Lavor, iguatuense, e Padre Tito Guedes, ambos do clero da Arquidiocese de Fortaleza; Mestre de Cerimônias, o Revmo. Sr. Padre Antônio Alves de Oliveira; Locutor, o culto sacerdote Mons. André Viana Camurça, Secretário da Cúria Metropolitana de Fortaleza.

A estas alturas, bom é, ainda, ressaltemos que toda a documentação pontifícia, sobre o nosso Bispado, acha-se transcrita, em vernáculo, no Livro do Tombo desta Paróquia de Iguatu. Os seus originais, em Latim, a língua oficial da Igreja, por serem instrumentos histórico-eclesiásticos, de supremo valor, encontram-se, sob segura custódia do Bispado.

BENÇÃO DO PRIMEIRO POSTE DA CELCA EM IGUATU

Após as solenidades da inauguração oficial da Diocese de Iguatu, as quais ocorreram, de uma maneira brilhante e empolgante, S. Excia. e Revma., o Sr. Bispo Diocesano se deslocou, da Praça da Sé para a de Gonçalves de Carvalho, afim de proceder a benção do Primeiro Poste da Celca, Cia. Subsidiária da CHESF, a qual tem sua sede, em Juazeiro do Norte.

Tanto este fato, como o outro, representam marcos indeléveis de grandes acontecimentos para vida sócio-católica e sócio-econômica desta progressista terra. A luz espiritual, ao coadunar-se com a material, tem duplo alicerce. Iluminar e garantir o presente e o futuro de Iguatu, que, já, desfruta de invejável posição de hegemonia, entre as suas várias co-irmãs do território alencarino.

Assim, o plantamento daquele 1.° Poste, digamos, incidentemente, ao constituir um ato simbólico foi o início de uma campanha de envergadura financeira, no sentido de trazer, o quanto antes - dezembro de 1962, os fios redentores da energia Sanfranciscana para o Jaguaribe, onde se assenta, há

Digitalizado com CamScanner

dois séculos e meio, esta simpática urbe sertaneja.

Ante o que, cada vez mais, se fortificaram e se consolidaram as nossas esperanças, porquanto éramos sabedores de que, na data infra-dita, já ia para mais de um ano, que seis cidades dos pés de Serra do Cariri se banhavam, à vontade, com Luz do São Francisco.

As bençãos da Igreja, sobre o 1.º Poste da Celca, dadas pelo 1.º Bispo de Iguatu, realizaram-se, às 10:30 do dia 04 de fevereiro de 1962, em presença das mais altas autoridades do Estado e figuras exponenciais do Comércio, Indústria e Agricultura de Iguatu.

Para memória dos pósteros, declinemos os seus nomes: o Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. José Parsifal Barroso e sua digna esposa, D. Olga Monte Barroso; os Exmos. e Revmos. Srs. Bispos de Iguatu, de Crato e de Limoeiro do Norte, respectivamente, D. José Mauro Ramalho, D. Vicente de Paulo Araújo Matos e D. Aureliano de Matos; o Exmo. Sr. Prefeito da Capital, General Manoel Cordeiro Neto; o Exmo. Sr. Prefeito de Iguatu, Dr. Manoel Carlos de Gouvêa; o Exmo. Sr. Deputado Federal, Dr. Adahil Barreto Cavalcante; os Exmos. Srs. Deputados Estaduais, Dr. Wilson Roriz, Dr. Edival Távora e Dr. Plácido Castelo; o Exmo. Sr. Secretário da Fazenda e Deputado Estadual, Dr. Hugo Soares de Gouvêa; o Exmo. Sr. Dr. Nicodemos Lopes Pereira, Superintendente da Celca.

Além destes, achavam-se, também, presentes, diversos prefeitos e vigários dos municípios e paróquias do centro-sul-oeste cearense. Os presidentes das associações de classes locais, destacando-se, pelos seus serviços, já prestados, o da Associação Comercial, o Sr. Juarez Gomes, cidadão de espírito empreendedor e progressista. Uma grande massa popular, com ares de vivo contentamento pelo fato, que estava ocorrendo.

Sem querermos, de forma alguma, obscurecer a cooperação de outras pessoas de projeção, que contribuíram para a festa do primeiro poste da Celca, em Iguatu, julgamos, de justiça, ressaltar, nestas páginas, a ação contumaz, infatigável e, até decenal, do Deputado Estadual e Líder do Governo, Dr. Wilson Roriz - O General da Eletrificação do Cariri e seu Sistema.

Sobre o real significado desse fato, discursaram os seguintes cidadãos: Dr. Wilson Roriz, Dr. Adahil Barreto Cavalcante, Dr. Manoel Carlos de Gouvêa, O Sr. Juarez Gomes, Dr. Nicodemus Lopes Pereira.

Apesar da canícula, que nos perseguia, pelo avançado de hora, notava-se, nesses históricos momentos, que o bem-estar de Iguatu, no espiritual e temporal, era um desejo de todos. Uma meta comum dos seus homens de bem e de responsabilidades.

BANQUETE OFICIAL

Após o encerramento das festividades do erguimento e bênção do 1.º Poste da Celca, em Iguatu, realizou-se, no Ginásio São José, às 12 horas desse mesmo dia, o Banquete Oficial. em regozijo pela festa da instalação da

Digitalizado com CamScanner

Diocese de Iguatu.

Nele, achavam-se presentes, quase todos os convidados, e, entre estes. os Exmo. Srs. Arcebispo e Bispo, Autoridades Federais, Estaduais e Municipais, já citados no decurso desta crônica. Também, uns 45 sacerdotes desta e de outras Dioceses. Várias figuras exponenciais do Comércio, Indústria, Agricultura e classes profissionais e liberais de Iguatu. Além destes, os familiares do Exmo. Sr. Bispo Diocesano e diversas pessoas de sua ilustre comitiva.

Distinto e seleto era, portanto, o ambiente. E via-se, claro, a organização desse ágape histórico, em que se esmerou a Comissão do Banquete, sob a direção da Superiora do Ginásio São José, Madre Aurélia Gonçalves, coadjuvada, que foi, por uma distinta equipe de professoras, senhores e senhoras de nossa sociedade local.

Como é de praxe, já consagrada, sobre o grande fato do dia, falaram os seguintes convidados de honra: Dr. Hugo Soares de Gouvêa, Dr. Adahil Barreto Cavalcante, D. Vicente de Paulo Araújo Matos, D. Aureliano Matos, Padre Odilo Lopes Galvão, D. Antônio de Almeida Lustosa, D. Olga Monte Barroso. E, por último, comovido, o Exmo. Sr. Bispo Diocesano, D. José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago.

Sem termos intenção de obscurecer colaboração de ninguém, queremos registrar, nestas páginas, um agradecimento especial ao Revmo. Sr. Padre Albanir Linhares, o Representante do Exmo. Sr. Bispo de Sobral, o qual, além de ter passado uma noite, em claro, transportou, espontâneo, até mesas e cadeiras para o banquete da festa do Bispo de Iguatu.

ÚLTIMO ATO DO DIA 04: 1.º PONTIFICAL DO NOSSO 1.º BISPO

Estas belas e solenes cerimônias litúrgico - eclesiásticas tiveram lugar, às 5 horas da tarde, na Praça da Sé, ao ar livre, em um artístico e simbólico palanque, preparado, que foi, pela comissão do mesmo, tendo à sua frente, a Senhora D. Elze Alves Lima Verde Montenegro, digna esposa do Sr. Dr. José Holanda Montenegro, médico local.

Grande era o número de fiéis, presentes no 1.º Pontifical de S. Excia. e Revma. o Sr. Bispo Diocesano, D. José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago. Entre a assistência, as mesmas autoridades, mencionadas, alhures.

Era de causar admiração, o fato da concorrência geral. As mesmas ilustres personalidades e mesmo povo fiel, que não perdiam, desde tarde dia anterior, um só ato sequer de todo o programa traçado.

Para reminiscências dos pósteros, eis os nomes dos sacerdotes, que tiveram a honra de servir no 1.º Pontifical do nosso 1.º Bispo:

Digitalizado com CamScanner

Mestres de Cerimônias:

Mons. Francisco de Holanda Montenegro.
Padre Antônio Alves de Oliveira.

Presbítero Assistente:

Padre Odorico Andrade.

Diáconos do Sólio:

Padre José Aluísio Moreira.
Padre Djalvo Bezerra de Alencar.

Diácono e Subdiácono de Missa:

Padre Agenor Tabosa Pinto.
Padre Nicodemos Benício Pinheiro.

Panegírico:

Padre Antônio Batista Vieira.

Locutor:

Padre José Gonçalves Landim.

Presentes, também, o Exmo Sr. Bispo de Limoeiro do Norte, D. Aureliano Matos. Os sacerdotes desta e outras Dioceses.

A parte de cânticos esteve a cargo de vários padres, seminaristas e um grupo de rapazes desta Diocese.

Findo o Pontifical, que encerrou, com chave de ouro, as solenidades da Instalação da Diocese de Iguatu, autoridades, clero e povo acompanharam o Exmo. Sr. Bispo Diocesano, até o Paço Episcopal.

CLERO E PARÓQUIAS DA NOVA DIOCESE

Ao tempo, em que ocorreu, com a graça de Deus, a instalação do nosso tão esperado Bispado, eram as seguintes, as Paróquias, que o formaram e, também, os sacerdotes, que, por decretos eclesiásticos, nele, ficaram incardinados:

1) Paróquia de Iguatu:

Pe. Francisco de Assis Couto, Vigário Econômo.
Pe. José Gonçalves Landim, Vigário Cooperador.
Pe. Geraldo Vieira da Silva, Vigário Cooperador.
Pe. Antônio Alves de Oliveira, Capelão do Colégio São José.

2 e 3) Paróquias de Tauá e Flores:

Pe. Odorico Andrade, Vigário.

4) Paróquia de Cococi :

Pe. Nicodemos Benicio Pinheiro, Vigário.

Digitalizado com CamScanner

5) Paróquia de Jucás :

Padre João Sticker, M. S. F. Vigário.
Padre Geraldo Slag, M. S. F. Vigário Cooperador.

6) Paróquia de Arneiroz:
Pe. Valentim Ginter, M. S. F. Vigário Cooperador.

7) Paróquia de Saboeiro:

Pe. Henrique Oligmüller, M. S. F. Vig. O Cooperador.

8) Paróquia de Cedro:

Pe. Antônio Vieira Costa, Vigário

9 e 10) Paróquias de Orós e Bom-Jesus Quixelô:

Pe. José Joaci Cavalcante, Vigário

11) Paróquia de Icó:

Pe. Antônio Batista Vieira, Vigário
Pe. Djalvo de Alencar Bezerra, Vig. Cooperador.
Pe. José Alves Macêdo, Capelão Colégio Icó.

12) Paróquia de Acopiara:

Pe. Crisares Sampaio Couto, Vigário

13) Paróquia de Pedra Branca:
Pe. Geraldo Dantas Pereira, Vigário.

14) Paróquia de Monbaça:

Pe. José Pereira de Oliveira, Vigário.

15) Paróquia de Senador Pompeu:

Pe. João Salmito Neto, Vigário.

16) Paróquia de Piquet Carneiro:

Pe. Francisco Alves Teixeira, Vigário.

Digitalizado com CamScanner

17) Paróquia de Socorro:

Pe. José Aluísio Moreira, Vigário.

18) Paróquia de Solonopole:

Pe. Agenor Tabosa Pinto, Vigário.

19) Paróquia de Milhã:

Pe. Elmas Feliciano Carvalho, Vigário.

Algumas notas de esclarecimentos sobre o que está dito, as Paróquias de Jucás, ex-São Mateus, de Saboeiro e de Arneiroz acham-se sob os cuidados de sacerdotes religiosos, Missionários da Sagrada Família, cujo Vigário das três é o Revmo. Sr. Padre João Sticker. Pertencem, outrossim, ao Clero Diocesano de Iguatu, os Revmos. Srs. Padre Francisco das Chagas Barros, ex-Vigário de Orós e Padre Odilo Lopes Galvão, ex-Vigário de Senador Pompeu.

A bem da verdade, devemos frisar, ainda, que, no início de sua fundação, a Diocese de Iguatu contou com 19 Paróquias e 26 Sacerdotes com o Padre Agostinho Paulino de Melo, iguatuense da gema, ordenado, que foi, aos 23 de Setembro de 1962, na Sé Catedral de Senhora Santana.

Messe grande e poucos operários, pois que a população de todo o território diocesano estima-se em quase 400 mil almas, que, conforme planos acertados da Igreja, necessitam ter 400 Sacerdotes, para bem lhes darem a desejada assistência.

A nossa Diocese cobre uma área de quase 29 mil quilômetros quadrados, contendo 19 municípios, em sua circunscrição eclesiástica. Por dados do IBGE por informes das fontes paroquiais e outras fidedignas chegamos a constatar que existe uma população de 381 mil almas, residindo em 67 mil domicílios, sendo 19 mil, na zona urbana e 48 mil, na rural.

É dos 67 mil domicílios, pensamos, com base concreta, que mais da metade se constitui de casebres, de taipa, esburacados, de exíguas proporções, uma sala comum e uma cozinha, promiscuidade de sexos nas dormidas, por faltar anteparos de alvenaria. E, nestes verdadeiros tijupares, habita, não mais como gente do século XX, mas como moradores pré-históricos, mais da metade do povo da Quinta Diocese Cearense.

Não mais nos resta dúvida alguma, como bem no-lo dizem ilustres estudiosos das cousas brasileiras, que a Terra da Santa Cruz principiou a engatinhar, agora, em todos os seus setores (primários e secundários) de atividade humanas. Mas, para o seu heróico povo atingir aquela meta humana, que todos ansiamos e pela qual lutamos, haveremos de ver desfilarem-se, no vácuo, de história a dentro, muitos janeiros, um após outro, em nossa cara Pátria.

Digitalizado com CamScanner

BENS IMÓVEIS E MÓVEIS DA DIOCESE DE IGUATU

Aos 11 de fevereiro de 1962, o Revmo. Sr. Vigário de Iguatu, Padre Francisco de Assis Couto fez a sua prestação de contas com o Exmo. e Revmo. Sr. Bispo Diocesano, D. José Mauro Ramalho. Nessa oportunidade, entregou a S. Excia. e Revmo. o elenco dos bens da Diocese, com a sua real e atual avaliação e devidos traslados de escrituras públicas:

1) Terreno para as Obras Diocesanas	Cr$ 1.500.000
2) Terreno para o Seminário	Cr$ 1.800.000
3) Terreno para a Sé Catedral	Cr$ 2.000.000
4) Terreno para o Paço Episcopal	Cr$ 1.000.000
5) 1 Área de Terra-Sítio Areias	Cr$ 320.000
6) Em Bens Móveis – Paço Episcopal	Cr$ 831.000
7) Em Dinheiro	Cr$ 850.000
Total:	CR$ 8.301.000

E, no momento, em que estamos arrematando estas notas sobre a Gênese Diocesana Iguatuense, tais bens duplicaram-se de valor, em face do processo inflacionário monetário nacional, que, ora, martiriza o brasileiro. Valem estes, hoje, mais de 16.000.000 milhões de cruzeiros (16 mil contos).

A par disto, publicamos, aqui, outras notas, que o povo bom e generoso de Iguatu tem direito de saber:

Despesas Extra – Diocesanas:

1) Reforma e Limpeza Geral da Matriz	Cr$ 510.000
2) Reforma e Limpeza Atual Paço Episcopal	Cr$ 450.000
3) Reforma e Limpeza Casa Paroquial	Cr$ 172.000
4) Reforma e Limpeza Cemitério Paroquial	Cr$ 143.000
5) Alfaias Eclesiásticas	Cr$ 125.000
6) Com a Festa da Instalação da Diocese	Cr$ 450.000
Total:	CR$ 1.850.000

Uma observação, digna de registro, que comprova, de modo sobejo, o espírito de liberalidade da gente iguatuense, é-nos, de justiça, proclamar. É que, para a constituição do patrimônio da sua Diocese, não houve doações ou contribuições das demais paróquias, que formam o atual território diocesano. Por uma questão de amizade e vizinhança, apenas, as seis limítrofes deram de presente, para mobílias do Paço Episcopal, a importância de Cr$120.000. Eis os seus nomes: Acopiara, Jucás, Cedro, Icó, Orós e Bom-Jesus.

Digitalizado com CamScanner

CONCLUSÃO GERAL: A QUARTA ÉPOCA DE IGUATU

Iguatu, com a instalação do seu Bispado, penetra, de cheio, nos umbrais de sua Quarta Época Histórico Eclesiástica.

A Primeira: computa-se de 1682 a 1719 e remonta ao tempo dos seus primevos e heróicos moradores brancos e cruzados, que lhe serviram de gérmen humano civilizado. Antes, o domínio da terra estava em mãos da população gentílica, nômade, que, de humanos, conforme depoimentos históricos coevos, tinha, apenas, a forma. Com o advento do alienígena, processou-se, então, em câmara lenta e sinuosa, o fenômeno social da miscigenação dos elementos Indo-Afro-Luso.

Pertencem à essa era histórica, o Coronel Francisco Nogueira de Lima, das Itans. O Capitão João de Montes Bocarro, da Barra-Trussu. O Coronel Francisco de Montes Silva, da famosa Lagoa do Iguatu. Os Coronéis, Lourenço Gonçalves de Moura e Teodósio Nogueira de Lima, das Cajazeiras, Itans e Chapada do Moura. O Sargento-Mór João de Souza de Vasconcelos, das terras do Quixoá. O Tenente João Nogueira Ferreira, das Ilhargas do Sítio Mutucas e Lagoas do Quixelô (Baú e Iguatu). Parente deste, era Manuel Nogueira Ferreira, imigrado na Ribeira dos Icós, em 1682, e que, na qualidade de Capitão-Mór de Entradas, já tinha feito, nos anos anteriores a 1707, algumas correrias aos índios, no sertão do Jaguaribe. Com o auxílio pedido aos Governadores da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, perseguiu, nessa data, muitas vezes, os nossos autóctones, os donos da terra. Esse Capitão-Mór de Entradas deve ter sido o chefe da numerosa família Nogueira destas partes jaguaribanas. O Governo mandou persegui-la, em 1721, por crimes cometidos.

Todos estes destemidos sertanistas situaram-se, por si ou por outrem os seus famosos vaqueiros, semelhantes ao nativo, em brutalidades, nas cercanias desta progressista **Cidade**, bloqueando pelos quatro pontos cardiais, os Tapuias Quixelôs, que tiveram, como um dos seus primeiros missionários, o Padre João de Matos Serra, Vigário Geral e Prefeito das Missões das Aldeias dos Índios do Ceará. Por duas vezes, 1700 e 1707, esse Ministro de Deus estivera por estas partes de nosso sertão maninho, impérvio, assistido por hordas de ameríndios, que deviam ser conduzidos ao grêmio da Igreja.

De capital importância é recordarmos que a penetração e fixação coloniais, em nossas terras, se tornaram, exeqüíveis, só depois que os reinos deitaram gado, nos pagos dos Quixelôs, para contentá-los e para alcançar, assim um modus vivêndi pacífico, entre colonos e índios.

Defendíamos, até pouco, em nossos escritos "Paróquia de Iguatu e Genese da Cidade de Iguatu" a tese de que a Catequese Primitiva de nosso Tapuia, o legitimo dono deste abençoado pedaço de chão cearense, estivera aos cuidados de Padre Carmelita. Hoje, porem, à luz de outros documentos apodícticos, alfarrábios preciosos, não mais somos partidários deste ponto de vista.

Digitalizado com CamScanner

Nem foi Carmelita, como dizíamos; nem Jesuíta, como afirmavam outros. E, sim, um Padre Secular, do Hábito de São Pedro. Confirmam-no, por outro lado, os termos de assentamentos paroquiais do Icó, datados das eras de 1728, em diante, os quais se encontraram na Cúria Diocesana de Iguatu, e, em que, nenhuma referência se faz a Sacerdotes Religiosos, pré citados, que tivessem sido os possíveis missionários primazes da Taba dos Quixelôs. Tudo é favorável, porém, a um Padre do Clero Secular, enviado pela Junta das Missões de Pernambuco.

O que, acabamos, de afirmar; não é baldo de fundamento histórico e pode-se, também, constatar, no "*Livro Informação Geral da Capitania de Pernambuco, de 1670-1749*", editado, em 1908, pela **Biblioteca Nacional**.

Um dos seus títulos reza da seguinte forma: "*Relação das Aldeias sujeitas ... á Junta das Missões deste Bispado de Pernambuco*", e o dado histórico precioso, que mais nos interessa, de perto, transcrevemo-lo, ipsis litteris, aqui, e, com a grafia da época: "*Aldea da Telha, sita na Ribeiyra do Quichelou, destrito do Icó, Invocação Sancta Anna, o seu missionário e sacerdote do Hábito de San Pedro, tem cinco nações de Tapuyos: Quichelos, Quichereú, Jucá, Candadú e Cariú*".

Infere-se, ainda, do exposto que a Aldeia da Telha, distrito do Icó, se formava de *Cinco Tribos de Índios* – o que ignorávamos, por completo, as quais se acham, pré citadas, em sua fonte, assaz vetusta. Por esta razão, no que tange à nossa primeva formação sócio - cristã, o que podemos constatar, na verdade, de mais positivo, é, sem dúvida alguma, a nossa ignorância. E reconhecermo-la é sinal de magnanimidade.

A Segunda Época: Iniciou-se esta com a nomeação do Primeiro Diretor Temporal da Taba ou Aldeia dos Quixelôs, o tenente - coronel Gregório Martins Chaves, nos idos de 1719 e se prolongou até 1831. Convém salientarmos que fora esta figura colonial de projeção, o **Fundador** desta simpática urbe sertaneja, das margens esquerdas do Jaguaribe. E, sob o seu, poder, fundou-se a Capela de Senhora Santana do Sítio da Telha, na Missão dos Índios Quixelôs, Tapuias - Gentios bárbaros da raça de Língua Travada.

Considerando a maninhez de nosso solo, a sensível insuficiência demográfico - alotóctone, a natural resistência à civilização, por parte do ameríncola, foi, de longa duração, esta nossa fase histórica, pois que a conquista da terra e do homem, dono dela, fez-se, de vagar e a força.

A Terceira Época: Teve princípio com a criação da Paróquia de Senhora Santana, na Povoação da Telha, em 1831, tendo sido o seu primeiro Vigário, o Padre Vicente José Pereira. Finda-se este período, em Fevereiro de 1962.

Fatos mais importantes desta nossa quadra histórica. A construção da Igreja Matriz, iniciada, em 1853, e inaugurada, em 1886, tendo havido, até o presente, 15 Padres-Vigários e mais de 30 Padres Cooperadores; a criação das paróquias de Acopiara e de Bom-Jesus, desmembradas, que foram, em 1921, do vasto território desta de Iguatu; o elevado número de Capelas - 21,

Digitalizado com CamScanner

em toda a sua circunscrição paroquial; a fundação de elentado número de sodalícios pios; diversos centros de assistência sócio-religiosa.

Na órbita temporal, a criação da Vila ou Município, em 1851, com a sua inauguração, em 1853. A criação, também, do seu termo judiciário - Comarca da Telha, em 1872, que compreendia os termos de Várzea - Alegre e São Mateus, hoje Jucás. O título de **Cidade**, em 1874.

Além disto, também, a criação da Presidência da Câmara Municipal, em 1853. O seu titular primaz foi o Capitão Antônio Gomes Barreto, cujas funções se equiparavam as do futuro Intendente e Prefeito, de nossa atualidade: A Intendência de Iguatu, em 1889, tendo sido o primeiro ocupante da Câmara Municipal, o coronel Celso Ferreira Lima Verde. A Prefeitura de Iguatu, em 1914, tendo sido o seu Primeiro Prefeito, o Coronel José Adolfo de Oliveira.

Mais. A criação do Município de Acopiara, desmembrado, que foi, em 1921, do de Iguatu.

Nas quatro últimas décadas deste século, os gerentes da cousa pública e homens de largas visões, de iniciativas privadas, dotaram Iguatu de sensíveis melhoramentos. Na Instrução Pública, elevado número de escolas, na cidade e distritos, vias e ruas, calçadas. Vários prédios de utilidade pública, construídos uns, pela edilidade, outros, por subsídios Estaduais e Federais.

Para nossa alegria e ufania, Iguatu tem uma Estação Ferroviária; um Hospital; uma Casa de Saúde e Maternidade; três Ginásios; uma Escola Rural Doméstica; uma Escola Profissional, outra Agrotécnica, em fase de construção; mais de 05 Campos Federais de Irrigação; um Posto de Fomento Agrícola, com Fábrica de Beneficiamento; um de Vigilância Animal, outro Florestal; um Parque de Exposição Agro - Pecuário - Industrial; mais de seis Fábricas de Beneficiamento de Algodão; duas de Extração de óleo e Vegetais; duas de Sabão; uma Fábrica de Mosaicos, outra de Cerâmica; uma de Curtume; duas de Fundição; mais de seis Postos de Gasolina; duas Serrarias; várias Moageiras; mais de 450 Casas Comerciais, tendo algumas, representações de altas firmas e companhias nacionais; cinco Casas Bancárias; 20 Municípios, sitos na zona alta do Jaguaribe, se abastecem na Praça de Iguatu.

Mais, ainda. Meios de Comunicações: A Rádio Iracema. Vias Aéreas. Ferroviárias. Rodoviárias. Correios e Telégrafos. Umas 10 Associações de Classes Sociais. E, em breve, teremos, a inauguração. dos Serviços de Água e Esgotos. A Luz do São Francisco - Paulo Afonso - para tanger e acionar, firme, sem oscilação alguma, toda esta máquina sócio-político econômica de Iguatu.

De tudo isto, que fica expandido, colige-se que o fácies geral e atual de Iguatu se nos antolha assaz diferente do de antanho. Mas, melhor que tudo isto junto, tem o povo desta terra. È este louvável costume, é esta vetusta qualidade de adotar e entrosar, em sua comunidade social, como verdadeiros conterrâneos seus, os alienígenas, como o é o autor desta quarta monografia. Muito obrigado pela parte que me toca. E pelas dos outros, também. O nosso reconhecimento é geral, justo.

Digitalizado com CamScanner

QUARTA ÉPOCA: IGUATU, BISPADO DE IGUATU

Depois de quase século e meio (131 - anos 1831 - 1962), o Povo de Iguatu, vê, entre regozijo geral, a sua Igreja - Matriz elevada à categoria de Sé Catedral, a qual, a partir do dia 04 de fevereiro de 1962, vem sendo o seu 1.º Bispo, D. José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago, natural da Cidade de Russas, do Clero Diocesano de Limoeiro do Norte e zeloso ex-Vigário de Aracati.

Pelo que se observa, a nossa Diocese é nova. E, por isto, estamos no prelúdio de grandes realizações e, neste sentido, travamos lutas para dotar a Cidade Sede Episcopal de grandes melhoramentos e obras Diocesanas.

Diante deste rapidíssimo debuxo de fatos e datas iguatuenses até nossos dias (as suas, 04 épocas), o qual pode ser completado com a leitura das nossas monografias, números 01 e 02, já publicadas, e do livro "Iguatu", de Alcântara Nogueira, de 1962, deduzimos, que respiramos e usufruímos os eflúvios e benesses, assim espirituais, como temporais, legados por mais de cinco gerações de iguatuenses.

Semelhante patrimônio, que encerra, em seu bojo histórico, feitos de bravuras e de covardias, de avanços e de recuos, de catolicidade e de patriotismo, custou aos nossos maiores, suor e sangue, no decurso de 280 anos de existência.

Hoje, somos, porém, uma afirmação, que muito nos conforta, e que se radica, fundo, num passado de lutas e vitórias, adligadas, estreito, ao nosso filão étnico, que se alicerça no duplex elemento de Iguatu - A Terra e o Homem - que marcham, unidos, nos trâmites de seu aperfeiçoamento natural, para a sua própria sobrevivência.

Amar e aprimorar, com efeito, a herança de nossos antepassados é-nos um dever, que se nos Impõe, como uma forte decorrência autêntica de nossa Gênese Histórico - Cristã.

Iguatu, Dezembro de 1962
Mons. Francisco de Assis Couto

Digitalizado com CamScanner

APÊNDICE

PARTE DOCUMENTAL DA DIOCESE DE IGUATU CÓPIAS DE IMPORTANTES INSTRUMENTOS HISTÓRICOS

Documento Nº 01: Bula Papal "In Apostolicis" da Criação da Diocese.

"João, Bispo, Servo dos Servos de Deus, ad perpetuam memoriam. Entre as atribuições apostólicas de nosso múnus, encontra-se a de providenciar a criação de assembléias cristãs e de determinar os limites das Igrejas, como julgamos melhor, tendo, em vista, a mais conveniente difusão da semente evangélica e o maior rendimento dos frutos da suprema caridade. Por isto, em razão do pedido do Venerável Irmão Armando Lombardi, Arcebispo Titular de Cesaréia de Felipe e Núncio Apostólico, nos Estados Unidos do Brasil, para criar uma Nova Diocese, ali, e assim mais suficientemente prover as necessidades daquela região. Nós, tendo ouvido antes o parecer dos Veneráveis Irmãos, os Bispos da Província Eclesiástica de Fortaleza, e, sobretudo, o Venerável Irmão Antônio de Almeida Lustosa, Metropólita da mesma Província; considerando bem o assunto e tendo pedido o parecer dos Nossos Veneráveis Irmãos, os Cardeais, que presidem aos assuntos consistoriais, suprindo o consentimento daqueles, que possam ter algum direito sobre o assunto, julgamos dever aceitar o pedido e com Nosso Poder Apostólico, Decretamos e Ordenamos o seguinte: Da Arquidiocese de Fortaleza, desmembramos os territórios dos Municípios, que, vulgarmente, se chamam: Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Senador Pompeu, Solonópole. Igualmente, desmembramos da Diocese de Crato, os territórios dos Municípios, que se chamam: Acopiara, Arneiroz, Aiuaba, Cariús, Catarina, Cedro, Cococi, Icó, **Iguatu**, Jucás, Orós, Parambu, Saboeiro, Tauá. E de todos estes Municípios, conforme se limitam, atualmente, pela lei civil, fundamos a Nova Diocese, que se chamará "**De Iguatu**" ou "**Iguatuvina**", circunscrita aos mesmos limites dos Municípios, de que consta. A Sede da Nova Diocese será a Cidade de **Iguatu**, onde o Bispo estabelecerá sua Sede, colocando a Cátedra do sagrado ministério, na Igreja Curial, que ali se encontra, dedicada a Deus, em honra de **Santa Ana**, Mãe da Bem-aventurada Virgem Maria, o qual templo elevamos à dignidade de Igreja-Catedral, com os direitos, honras e privilégios próprios. Conferimos ao Bispo os mesmos direitos, impondo-lhe as convenientes obrigações, entre as quais, parece bem lembrar que ele é, juntamente com a sua Igreja, Sufragâneo do Metropólita Arcebispo de Fortaleza. Queremos que se institua o Colégio dos Cônegos, segundo as normas de outro documento a ser publicado. Mas, se imediata-

Digitalizado com CamScanner

mente, não for possível, escolham-se os Consultores Diocesanos, de acordo com o Direito Canônico, os quais ajudam ao Bispo, nas deliberações e nos trabalhos. A mesa episcopal será constituída pelos emolumentos da Cúria, pelas esmolas oferecidas, espontaneamente, pelos fiéis e pela parte dos bens, que, segundo o canon 1500 do Direito, compete à Diocese de Iguatu, desmembrada da Arquidiocese de Fortaleza e da Diocese de Crato. Os Sacerdotes, que, na data de vigoração destas letras, tem na Diocese de Iguatu, ofício ou benefício, se considerem, incardinados na mesma Diocese. Os demais Clérigos, porém, àquela, em que tenham legítimo domicílio. No que respeita ao governo e administração, à eleição do Vigário Capitular "Sede Vacante" e semelhantes, ordena-se que se observe o prescrito pelo Código de Direito Canônico. Queremos, também, que o Ordinário de Iguatu funde na sua Diocese, ao menos, o Seminário Menor, para receber os meninos, que são chamados à herança do Senhor, de acordo com o Direito e as normas da Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades dos Estudos. Dele, sejam enviados a Roma, jovens escolhidos, para cursar as Disciplinas Filosóficas e Teológicas, no Pontifício Colégio Pio Brasileiro. Finalmente, atas e documentos que, de qualquer modo pertençam à nova Diocese, sejam enviados para a sua Cúria Episcopal e, aí, sejam religiosamente conservados em arquivo. Além disto, cuidará de executar estas nossas letras, o Venerável Irmão Armando Lombardi, por si ou por outrem, concedidas as necessárias faculdades. Realizado o ato, mandará lavrar documentos, dos quais enviará copias autênticas para a Sagrada Congregação Consistorial. Se acontecer que, neste tempo, seja outro, o Núncio Apostólico, nos Estados Unidos do Brasil, este executará todo o nosso mandato.

Queremos que estas letras, agora e para o futuro sejam eficazes, de tal modo que o que é por elas ordenado seja religiosamente observado por aqueles a quem dizem respeito e assim obtenham sua força. Nenhuma determinação contrária de qualquer espécie poderá opor-se à eficácia destas letras, uma vez que, por meio destas, derogamos a todas. Por isto, se alguém, revestido de qualquer autoridade, ciente ou inconscientemente, agir contra o que determinamos, ordenamos que seja tido por nulo e írrito. A ninguém seja permitido alterar ou rasgar este documento de nossa vontade. Mas, aos exemplares ou trechos destas, impressos ou manuscritos, que tragam o selo de alguém constituído em dignidade eclesiástica e, ao mesmo tempo, assinados por um notário público, deve ser dada a mesma fé, que se prestaria a estas, se fossem apresentadas. Se alguém desprezar ou de qualquer modo recusar estas nossas determinações, em geral, saiba que incorrerá nas penas estatuídas contra os que não executam os mandatos dos Sumos Pontífices. Dado em Roma, no dia 28 de janeiro do Ano do Senhor de 1961, Terceiro do Nosso Pontificado, do feliz transcurso."

Tiago Aloísio, Cardeal Copello, Chanceler.
Alberto Serafini – Protonotário Apostólico.
Cesar Frederico – Protonotário Apostólico."

Digitalizado com CamScanner

O original, em latim, da Bula de Criação da Diocese de Iguatu, encontra-se em poder do Ordinário de Iguatu, sob chaves, por prescrição eclesiástica, por se tratar de um documento de alto e ímpar valor histórico.

A data exata da Criação da Quinta Diocese Cearense é o dia 25 de março de 1961 – Anunciação da Virgem Maria, pois que, foi, neste dia, que o Observatore Romano, órgão da Santa Sé Apostólica, fez a devida publicação da Bula, em apreço.

A data de 28 de janeiro de 1961 reporta-se, apenas, ao tempo da Lavratura da Bula "In Apostolicis" que só obteve vigência, depois de sua publicação no periódico, predito.

Documento Nº 02: Bula Papal de Eleição do 1º Bispo de Iguatu,

D. José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago

João, Bispo, Servo dos Servos de Deus.

Ao dileto filho José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago, até agora Vigário da Cidade de Aracati, nomeado Bispo da nova Diocese de Iguatu, Saudação e Benção Apostólica.

Como um jardineiro hábil e zeloso envida todos os esforços para que as flores, nascidas na primavera, cresçam viçosas e se adornem da linda veste das folhas - encanto para os olhos - assim também, nós, a quem, por superior vontade de Deus, foi confiado o cultivo do fertilíssimo campo da Igreja, com todo o empenho, nos esforçamos a fim de que as Dioceses, recém criadas pelo mundo, não só brilhem como o adorno radiante da virtude, mas também estejam firmadas, por longos anos, na base inabalável da Doutrina. Por isto, querendo dar a Diocese de Iguatu, criada por Carta Nossa "In Apostolicis" do dia 28 de janeiro de 1961, um Antístite, que, como procurador solícito, realize o que acabamos de dizer, resolvemos indicar-te, dileto filho, para o governo da mesma, a ti, que, por te distinguires pela tua personalidade rica e piedade sólida, dás a esperança de governá-la com frutos abundantes. Sendo assim, após termos pedido o parecer dos Nossos Veneráveis Irmãos, os Cardeais da Santa Igreja Romana, que presidem à Sagrada Congregação do Consistório, por nossa autoridade, nós te nomeamos e declaramos Bispo da Sede de Iguatu, Sufragânea da Metrópole de Fortaleza, entregando-te o governo e toda a administração com os direitos próprios dos Bispos e com os cargos inerentes à dignidade tão excelsa.

Para maior comodidade tua, concedemo-te a licença de receberes a Sagração Episcopal das mãos de qualquer Bispo, a tua escolha, contanto que o Bispo sagrante seja assistido pois dois assistentes igualmente Bispos, unidos com esta Sé Apostólica, pelos laços da caridade sincera e da fé verdadeira. Antes, porém, que se realize a Sagração e entres na posse do teu poder,

Digitalizado com CamScanner

ficas sabendo que deves fazer dois juramentos, a saber, o de Fidelidade para conosco e esta Cátedra de Pedro e do contra o Modernismo, e, também, a Profissão de Fé.

Prestado estes juramentos, na presença de um Bispo, como testemunha, mandarás, quanto antes, as fórmulas, que te enviamos e conforme as quais jurarás, assinadas com teu nome e lacradas, à Sagrada Congregação do Consistório. Além disso, consideramos vago, conforme as normas do Direito, o benefício, que até agora tiveste na Cidade de Aracati, e concedível por nós somente e por esta Sé Apostólica.

Quanto ao resto, dileto filho, instrui o Povo, procura os que perderam o caminho, convence os que hesitam. Que o Cristo, vítima inocente do rebanho cristão, te assista.

Dado em Roma, junto de São Pedro, no dia 13 de outubro do ano de 1961, terceiro do nosso pontificado.

Tiago Aloísio, Cardeal Copello, Chanceler da Sta. Igreja Romana.
Francisco Hannibal Ferrati, Protonotário Apostólico.
Bernardo de Felicis, Protonotário Apostólico.

Expedida no dia 27 de outubro de 1961, no terceiro ano do pontificado de João XXIII. Mons. Galligani, Pro-Chumbador. Registrada na Chancelaria Apostólica, Volume 107, Nº 70.

Documento N.º 03: Bula Papal de Comunicação ao Clero e Povo da Nova Diocese, sobre a Nomeação do seu Primeiro pastor.

João, Bispo, Servo dos Servos de Deus,

Aos diletos filhos do Clero e do Povo da Nova Diocese de Iguatu, Saudação e Benção Apostólica.

No dia 28 de janeiro do ano de 1961, criamos a vossa Diocese por Carta Nossa "In Apostolicis" e submetemo-la à jurisdição do Venerável Antístite de Fortaleza, Metropólita da Província. Hoje, porém, nomeamos o Pastor e Guia da mesma Igreja, para que dela cuide como de uma flor e a governe com toda a sabedoria. Este Pastor e Guia é o filho dileto José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago, até agora Vigário da Cidade de Aracati, sacerdote de piedade notável e de grande experiência. Dito isto, vivamente vos exortamos a que não somente recebais com todo o acatamento a quem vos enviamos, mas também, a que obedeçais aos seus mandatos e cumprais as suas ordens, tendo por certo que lá se trabalha com fruto, onde o Bispo e o Povo estão unidos pelo vínculo da caridade.

Quanto ao mais, queremos que esta Carta Nossa, por providência de quem está até agora à frente da vossa Sé Catedral, seja lida publicamente para o Clero e o Povo, na Catedral, por ocasião dá primeira festa de preceito, depois do recebimento da mesma.

Dado em Roma, junto a São Pedro, no dia 13 de outubro de 1961,

Digitalizado com CamScanner

terceiro ano do nosso pontificado.

Tiago Aloísio, Cardeal Copello, Chanceler da Santa Igreja Romana.
Francisco Rannibal Ferrari, Protonotário Apostólico.
Bernardo de Felicis, Protonotário Apostólico.

Expedida no dia 27 de outubro de 1961, no terceiro ano do pontificado de João XXIII.

Mons. Galligani - Pro-Chumbador.

Registrada na Chancelaria Apostólica, Volume 107, Nº 70.

Documento N.º 04: Decretos da Nunciatura Apostólica, no Brasil

---

Dom Armando Lombardi, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo Titular de Cesaréia de Felipe, Núncio Apostólico, nos Estados Unidos do Brasil.

O Santíssimo Senhor Nosso João, por Divina Providência, Papa XXIII, pela Bula "In Apostolicis Muneris", dignou-se criar a Diocese de Iguatu, no dia 28 de janeiro de 1961.

Uma vez que foi confiado ao Núncio Apostólico do Brasil, a execução do que se contém na sobredita Bula e como temos a disposição de executar cuidadosamente o mandato recebido, por este nosso presente decreto executorial, decretamos e ordenamos o que segue:

Primeiro: Da Arquidiocese de Fortaleza, separamos os Municípios, que vulgarmente se chamam: Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Senador Pompeu, Solonópole. Igualmente, da Diocese do Crato, desmembramos os territórios dos Municípios, que se chamam: Acopiara, Arneiroz, Aiuaba, Cariús, Catarina, Cedro, Cococi, Icó, Iguatu, Jucás, Orós, Parambu, Saboeiro, Tauá. Dos territórios assim desmembrados, erigimos e declaramos erecta, a nova Diocese, que se chamará de **Iguatu** (**Iguatuvina**), que terá a circunscrição, que atualmente tem por Lei Civil, os Municípios, de que consta, globalmente.

Segundo: Declaramos a Diocese de Iguatu Sufragânea da Arquidiocese de Fortaleza.

Terceiro: Mandamos que o Bispo de Iguatu estabeleça a sede e o domicílio na Cidade de Iguatu; estabeleça a Cátedra do seu ministério no Templo, ali existente, dedicado a Deus em honra de **Santa Ana**, Mãe da Bem-aventurada Virgem Maria, a qual Templo será elevado, ipso facto, ao grau e à dignidade de Igreja-Catedral, com todos os direitos, honras e privilégios, que competem às outras Igrejas Catedrais.

Quatro: Mandamos que sejam escolhidos os Consultores Diocesanos, até que seja possível instituir o Colégio dos Cônegos.

Quinto: Declaramos que a mesa episcopal será constituída pelos emolumentos da Cúria, pelas ofertas dos fiéis e pelos bens, que competem à

Digitalizado com CamScanner

Diocese, pro rata, após o desmembramento dos bens das Igrejas de Fortaleza e do Crato, de acordo com o canon, 1500 do Código de Direito Canônico.

Sexto: Queremos e Ordenamos que o Bispo de Iguatu funde quanto antes o Seminário Menor, do qual selecione os melhores alunos, que mandará a Roma para cursar a Filosofia e Teologia, no Pontifício Colégio Pio Brasileiro.

Sétimo: Logo que este nosso decreto obtiver sua força, permanecerão incardinados à Diocese de Iguatu, os Sacerdotes, que tem ofício ou benefício, no seu território. Quanto aos outros Clérigos e Alunos de Seminário, será conservado o critério de legítimo domicílio.

Oitavo: Queremos ainda que das Cúrias de Fortaleza e do Crato sejam enviados, quanto antes, à Cúria de Iguatu, todos os documentos e atas, que, de qualquer maneira, digam respeito à Nova Sede Erecta, aos seus Clérigos, fiéis ou bens temporais.

Nono: Determinamos e decretamos que este nosso decreto gozará de toda a sua força, desde o momento, em que for lido publicamente, em presença do Clero e do Povo, juntamente com a Bula "In Apostolicis Muneris" na sobredita Catedral ou, em outro lugar, em presença do Exmo. e Revmo. Sr. D. Antônio de Almeida Lustosa, Arcebispo de Fortaleza, ou, estando este ausente, em presença do Exmo. e Revmo. Sr. D. Vicente de Paulo Araújo Matos, Bispo do Crato, legitimamente delegados por nós, pelo presente Decreto. Mandamos, ainda, que se lavrem documentos do Ato realizado e nos, sejam enviadas duas Cópias.

Observadas as prescrições do Direito e revogadas as disposições em contrário.

Dado no Palácio da Nunciatura Apostólica na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, no dia 24 de junho do Ano do Senhor de 1961, na Festa de São João Batista.

✞ *Armando Lobardi, Arcebispo Titular de Cesaréia de Felipe.*

Núncio Apostólico no Brasil.

Bruno Maldaner, Secretário.

Documento N.º 05: Ato da Ereção Canônica da Diocese de Iguatu.

"Aos quatro de fevereiro de Ano da Graça de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1962, sob a presidência de S. Excia. e Revma., o Sr. Arcebispo Metropolitano, D. Antônio de Almeida Lustosa, por delegação do Exmo. e Revmo. Sr. Núncio Apostólico, no Brasil, D. Armando Lombardi, e com as presenças de S. S. Excias. e Revmas. Sr. Bispo do Crato, D. Vicente de Paulo Araújo Matos; Sr. D. José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago, Bispo Elei-

Digitalizado com CamScanner

to de Iguatu e o Sr. D. Aureliano Matos, Bispo de Limoeiro do Norte, procedeu-se a **Ereção Canônica da Diocese de Iguatu.**

Às 7:30 do dia supra mencionado, em cortejo saído da Residência Episcopal, os Exmos. Srs. Bispos presentes, clero, autoridades e povo dirigiram-se à Igreja-Catedral para dar início às Solenes Cerimônias de **Ereção** da Nova Diocese.

Diante de uma multidão incomputável de fiéis; do ,Clero da Nova Diocese; de Sacerdotes das Dioceses vizinhas; do Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. José Parsifal Barroso; do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Dr. Manoel Carlos de Gouvêa; do Exmo. Sr. Deputado Federal, Dr. Adahil Barreto Cavalcante; dos Exmos. Srs. representantes da Assembléia Legislativa, do Estado do Ceará, Deputados Wilson Roriz, Edival Távora, Leite Maranhão, Plácido Castelo, Francisco Vasconcelos Arruda; do Exmo. Sr. Prefeito da Capital, General Manuel Cordeiro Neto; do Exmo. Sr. Secretário da Fazenda e Deputado Estadual, Dr. Hugo Soares de Gouvêa; da quase totalidade dos Exmos. Srs. Prefeitos dos Municípios situados no âmbito territorial da circunscrição eclesiástica de Iguatu, o Exmo. e Revmo. Sr. Arcebispo Metropolitano iniciou a memorável cerimônia, entoando o Veni Creator.

Em seguida, foi lida, na presença da seleta assistência, em Latim e em Vernáculo, a Bula Pontifícia "In Apostolicis Muneris" da Criação da Diocese de Iguatu, de S. S. o Papa João XXIII.

Ato contínuo, precedeu-se a leitura, em Latim e Vernáculo, do Decreto de execução da referida Bula, do Exmo. Sr. Núncio Apostólico, D. Armando Lombardi, que constitui o Exmo. Sr. Arcebispo, D. Antônio de Almeida Lustosa, o seu representante no mencionado ato. Lidas, também, as Bulas Papais da eleição do primeiro Pastor de Iguatu, a de comunicação ao Clero e Povo da Diocese de Iguatu.

Em razão da leitura dos referidos documentos pontifícios, na presença do Clero, Autoridades e Povo, declarou o Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano, canonicamente erecta, a Diocese de Iguatu. Para que de tudo isto conste, todo o tempo, eu, Secretário ad hoc, Padre Francisco Couto, assino, ad perpetuam rei memoriam"

Assinaturas:

01) Padre Francisco Couto, Secretário ad hoc e Vigário de Iguatu.
02) ✝ Antônio, Arcebispo de Fortaleza.
03) ✝ Vicente, Bispo do Crato.
04) ✝ José Mauro, Bispo de Iguatu.
05) ✝ Aureliano, Bispo de Limoeiro do Norte.
06) José Parsifal Barroso, Governador do Estado.
07) Mons. Otávio de Alencar Santiago, representante do Bispo Mossoró.
08) Padre Albanir Linhares, representante do Bispo de Sobral.
09) Adahil Barreto, Deputado Federal.
10) Edival de Melo Távora, representante Assembléia Estadual.

Digitalizado com CamScanner

11) Plácido Aderaldo Castelo, representante da Assembléia Estadual.
12) Manuel Cordeiro Neto, General, Prefeito da Capital.
13) Manoel Carlos de Gouvêa, Prefeito de Iguatu.
14) Hugo Soares de Gouvêa, Secretário da Fazenda.
15) Padre Rubens Gondim Lossio, Cura da Sé Catedral de Crato.
16) Padre Djalvo Bezerra de Alencar, Vigário Cooperador de Icó.
17) Padre Nicodemos Benício Pinheiro, Vigário Cococi-Parambú.
18) Padre João Mendes de Andrade, Vigário São João do Jaguaribe.
19) Padre Valentim - M. S. F. Vigário Cooperador de Arneiroz.
20) Padre Hélio Andrade, Diretor O. V. S, Arquidiocese de Fortaleza.
21) Padre Agenor Tabosa Pinto, Vigário de Solonópole.
22) Padre Geraldo Dantas Pereira, Vigário de Pedra Branca.
23) Padre Odorico de Andrade, Vigário de Tauá e Flores.
24) Padre José Aloísio Moreira, Vigário de Minerolândia.
25) Cônego Antônio Bezerra do Bomfim, São Luís do Maranhão.
26) Padre Antônio de Alcântara, Vigário de Quitariús-Crato.
27) Padre Antônio Vieira, Vigário de Icó.
28) Padre Francisco de Holanda Montenegro, Diretor Colégio Diocesano Crato.
29) Padre José Otávio de Andrade, Vigário de Várzea Alegre.

Documento N.º 06: Ata da Posse do Primeiro Bispo do Diocese de Iguatu, D. José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago.

"Aos quatro de fevereiro do Ano da Graça de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1962, findas as solenidades de Ereção Canônica da Diocese de Iguatu, com a presença Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano, D. Antônio Almeida Lustosa; do Exmo. Sr. Bispo do Crato, D. Vicente de Paulo Araújo Matos; do Exmo. Sr. Bispo Limoeiro do Norte, D. Aureliano Matos; do Exmo. Governador do Estado, Dr. José Parsifal Barroso; Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Iguatu, Dr. Manoel Carlos de Gouvêa; do Exmo. Sr. Deputado Federal, Adahil Barreto; dos Exmos. Srs. representantes da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, Deputados Wilson Roriz, Plácido Castelo, Edival de Melo Távora; do Exmo. Sr. Secretário da Fazenda, Dr. Hugo Soares de Gouvêa; da quase totalidade dos Exmos. Srs. Prefeitos dos Municípios, situados no âmbito territorial da Circunscrição Eclesiástica de Iguatu; do Clero da Nova Diocese e de Sacerdotes das Dioceses vizinhas e de uma multidão incomputável de fiéis, calculada em mais de 15 mil pessoas, teve início a tomada de Posse do Primeiro Bispo de Iguatu, o Exmo. e Revmo. Sr. D. José Mauro Ramalho de Alarcon o Santiago.

Em face do Clero de Iguatu, previamente convocado para esse ato, das Exmas. Autoridades supra citadas e dos fiéis, em geral, foi lida a Bula Pontifícia da Eleição de D. José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago, para Primeiro Bispo de Iguatu, de S. S. o Papa João XXIII, em Latim e Vernáculo.

Logo após, o Exmo. Sr. Bispo. D. José Mauro Ramalho de Alarcon e

Digitalizado com CamScanner

Santiago apresentou, pessoalmente, a citada Bula Pontifícia ao Clero da Nova Circunscrição Eclesiástica, que lhe prestou, então, homenagem de obediência e de respeito.

Em breve alocução, S. Excia., o Sr. D. José Mauro Ramalho dirigiu aos seus Diocesanos a sua Primeira Palavra de Pastor, após o que entoou um Solene Te Deum, como encerramento desse acontecimento memorável da vida sócio-religiosa de Iguatu.

Para que de tudo isto conste, todo o tempo, eu, Secretário ad hoc, Padre Francisco Couto, assino a presente Ata, ad perpetuam rei memoriam. Assinaturas :

01) Padre Francisco Couto, Secretário ad hoe e Vigário de Iguatu.
02) ✝ José Mauro, Bispo de Iguatu.
03) ✝ Antônio, Arcebispo de Fortaleza.
04) ✝ Aureliano, Bispo de Limoeiro do Norte.
05) ✝ Vicente, Bispo do Crato.
06) José Parsifal Barroso, Governador do Ceará.
07) Manoel Carlos de Gouvêa, Prefeito de Iguatu.
08) Adahil Barreto Cavalcante, Deputado Federal.
09) Edival de Melo Távora, Deputado Estadual.
10) Hugo Soares de Gouvêa, Secretário da Fazenda.
11) Plácido Aderaldo Castelo, Deputado Estadual.
12) Manuel Cordeiro Neto, Prefeito da Capital.
13) Mons. Otávio de Alencar Santiago, Representante do Bispo de Mossoró-RN
14) Padre Albanir Linhares, representante do Bispo de Sobral - CE.
15) Padre João Salmito Neto, Vigário de Senador Pompeu.
16) Padre Carlos Marques Vieira, S ✝ S, Superior Salvatorianos de Barbalha.
17) Padre Newton Holanda Gurgel, Reitor do Seminário do Crato - Ceará.
18) Padre José Maria Moreira Bomfim, Vigário de Crateús.
19) Padre Francisco Xavier Ninholf, Representante do Provincial. M. S. F.

Laus Deo Virginique Mariae.

Iguatu, dezembro de 1962.

Mons. FRANCISCO DE ASSIS COUTO

Digitalizado com CamScanner

PADRE FRANCISCO DE ASSIS COUTO
Sócio Efetivo do Instituto Cultural do Cariri
Vigário Geral da Diocese de Iguatu

ORIGEM DE SÃO MATEUS

(Sua Formação Sócio - Eclesiástica)

MONOGRAFIA N.º 5
Primeira Parte (1682 a 1759)

IMPRIMIU
EMPRESA GRÁFICA LTDA.
Rua D. Quintino, 19 - Crato - CE

Digitalizado com CamScanner

DEDICATÓRIA

A Nossa Senhora do Carmo, o afeto de minha gratidão pela mercê de ter feito este opúsculo sobre São Mateus, do qual, há 200 anos, é Excelsa Patrona.

Iguatu, novembro de 1965

MONS. COUTO

Digitalizado com CamScanner

À GUISA DE INTRODUÇÃO

Pediu-nos o colega amigo Padre João Sticher, Vigário de São Mateus, um histórico sobre esta boa Terra.

O fato - motivo foi o lançamento da pedra fundamental de uma Capela, nas cercanias do Cemitério novo, dedicada ao Apóstolo e Evangelista São Mateus, aos 21 de setembro de 1965.

A presente monografia, n.º 5, abrange, apenas, o período, que vem de 1682 a 1759. A primeira data reporta-se ao tempo em que ocorreu o advento do luso-brasileiro, o nosso colonizador e ancestral.

Dentro do espaço de 77 anos, limitamo-nos a descrever a evolução genética de São Mateus. Trazemos à lume o nome do seu fundador; o início do povoado; à devoção de São Mateus; de Nossa Senhora da Glória; de Nossa Senhora do Carmo; a primeira Capela; à fundação da Paróquia; os padres presentes, nesses idos, na região e à construção da Matriz.

A última data gira em torno do paroquiato do Primeiro Vigário da Freguesia de São Mateus.

Nossa pequena contribuição à História do nosso querido Ceará alicerça-se em documentos originais, primários e secundários, apodícticos.

Iguatu, novembro de 1965

MONS. COUTO

Digitalizado com CamScanner

CAPITULO I

SÃO MATEUS
Seus Antecedentes Históricos

1: — O advento da civilização alienígena em terras desta vetusta comuna alencarina, remonta aos idos de 1682, quando se deu a penetração sertanista nas partes altas do nosso famoso Rio Jaguaribe.

2: — Os Homens do São Francisco, como reza a contextura sesmeira, abrindo roteiros de jornadas coloniais, conquistando as terras, dantes nunca vistas e ignoradas, foram os heróicos pioneiros de nossa civilização.

3: — Levados pela ânsia de alongar a zona de seu criatório, à cata de minas de ouro, de pedras preciosas e preia de selvagens, afazendaram-se, enfim, em nossas célebres paragens ribeirinhas.

4: — Uma bandeira. É historicamente certo que membros do contingente da bandeira do Capitão Bartolomeu Nabo de Correia andaram, naqueles sóis cearenses, pela região dos Inhamuns.

5: — Um documento datado de julho de 1720, entre outras coisas, contem a seguinte: "Na travessia dos Inhamuns, acham-se terras, que foram pedidas pelos Homens do Rio São Francisco, Manoel Rodrigues Teixeira e Gaspar Moreira. Estes não as povoaram e se acham devolutas e desaproveitadas" (Sic).

6: — Na lista geral dessa excursão colonial eram eles o 4.° e 9.° herdeiros na data geral, concedida em janeiro de 1682, em São Salvador, Bahia, pelo Governador Geral do Brasil, Roque da Costa Barreto. As terras desses primeiros exploradores, que caíram em comisso, situavam-se entre os Sítios e Fazenda de Santa Cruz e Camaleões - Inhamuns. Dí-no-lo a fonte sesmeira.

7: — Mas a colonização propriamente dita da região, ora matéria de nossos estudos, processou-se nas eras de 1707, por interferência de várias entradas.

8: — Uma corrente migratória composta de dez (10) sesmeiros sócios, procedentes de diversos Estados, limítrofes, ocupou oficialmente todo o Cariús. Da sua barra até terras de Cariri. 30 léguas de terras doadas em junho de 1707.

9: — Nomes dos seus titulares: João de Montes, Pedro de Montes, o Comissário Geral da Cavalaria Teodósio de Grascimão, Paulo Barbosa, o Sargento Manoel Pires, Antônio Lopes, Francisco Alves Bastos, Manoel Martins Vieira, Capitão Gregório de Grascimão, José de Souza. (Sesmaria, 231, vol. 4.°)

10: — A crônica da época relata que tais terras não haviam, ainda, sido doadas à pessoa alguma e, nelas, mora o Gentio Cariús, que planta suas roças e tem suas lavouras.

11: — Outra corrente, em setembro de 1707, tornou-se proprietária das terras que vão de São Mateus até proximidades de Saboeiro - Conceição - Jaguaribe. Ao todo, eram nove (9) léguas de Terras de Rio acima, sendo 3 léguas de comprimento por uma de largura (meia para cada lado do Rio), para cada titular sesmeiro. (Sesmaria, 246, volume 5.°)

12: — Os seus donos legítimos chamavam-se Cosme Ferreira da Silva,

Digitalizado com CamScanner

Venceslau Gomes da Silva e João Martins Fragoso. Era-lhes confiante, o tenente Simão Rodrigues Ferreira, nas proximidades de Saboeiro.

13: — Queremos crer que o tenente, em apreço, respeitável figura colonial e que, já, em princípios de 1717, era Capitão Mor da região, pertencia à bandeira dos Homens do São Francisco, composta de 41 sócios e era 26.° herdeiro nessa data geral.

14. — Sabemos, porém, que o Capitão-Mor Simão possuía terras em Lima Campos - Icó, no Faé - Quixelô - Iguatu, no Cariri e, também, nos Inhamuns. E, conformo Antônio Bezerra, em Algumas Origens do Ceará, ele era irmão do Capitão Cosme Ferreira da Silva, o primeiro dono das terras, onde está hoje a cidade de São Mateus.

15: — Nesses longes de nossa gênese social, o solo andava dando os seus primeiros vagidos de civilização ocidental e os lugares sendo batizados pela colonização.

16: — E para quem ia imigrando, a enorme dificuldade, que se antolhava, era a de se achar uma denominação para o pedaço de terra, onde se estabeleceria com currais de gados e casas de vivendas.

17: — E para situar, geograficamente, as suas datas de terras, concedidas, os nossos primitivos povoadores, os desbravadores, eram forçados a se utilizar da nomenclatura indígena da língua travada Tapuia, em voga.

18: — Assim é que o Riacho São João - Lima Campos chamou-se de "Vocorô". O Rio Salgado de "Jaguaribe-Merim". O Trussu ou por outro nome "Amorêa". O Banabuiú de "Rinaré". O Riacho do Sangue ou por outro nome "Oriabebu". O Riacho "Araibu", conhecido depois com o nome de Rússas. etc. etc.

19: — Na região, em apreço, o percurso fluvial da barra Salgado - Jaguaribe até barra Cariús-Jaquaribe, de "Rio Quixelô". O de Cariús de "Riacho Cariús". "O Riacho ao qual o Gentio chama "Corineorou" e pela língua portuguesa o Riacho do Bastião".

20: — E o percurso de São Mateus para cima até Saboeiro, chamou-se de "Riacho Quintirire", onde, em setembro de 1707, se afazendaram Cosme Ferreira da Silva, Venceslau Gomes da Silva e João Martins Fragoso.

21: — Uma elucidação de ordem hidrográfica. Para quem não está a cavaleiro da ocorrência de fatos prístinos, muito lhe é justo estranhar a terminologia de Riacho para importantes canais fluviais de nossa região sertaneja.

22: — Mas, entre os nossos colonizadores, a denominação Rio Jaguaribe aplicou-se da sua foz até a sua barra com o Salgado, abaixo do Icó. E dai por diante até a sua junção com o Carius-Bastiões, chamou-se de Rio Quixelô, por demorar, em suas margens, uma tribo de índios, de idêntico nome.

23: — Aos três braços de rios, Bastiões, Cariús e Jaguaribe, conhecidos, então, pela língua do Tapuia, por Corineorou, Cariús e Quintirire, chamaram. os nossos antepassados de Riachos.

24: — Fê-lo assim a colonização para dirimir dúvidas e por considerar Rio só o percurso da sua foz - Aracati até a Barra Cariús. Hoje, os três, porém, tem nomes de Rio.

Digitalizado com CamScanner

25: — Com a lenta evolução dos fatos e cousas e sucessão de gerações e, sobretudo, com o desbravamento da terra, é que considerável parte dos topônimos indígenas vai desaparecendo da literatura sesmeira e dando lugar a uma outra importada de Portugal. A língua dos brancos, reza a fonte coeva.

26: — E vão, destarte, os nossos maiores, batizando os lugares, sítios, fazendas, povoados, rios e riachos com nomes de pessoas, de eventos ocorridos, de santos, de acidentes geográficos etc. Logo mais salientaremos uma dessas facetas da nomenclatura colonial.

27: — Convém observarmos - e quem nos fala é o abalizado historiador Antônio Bezerra - o autor do famoso Livro Algumas Origens - que o povoamento do interior cearense só foi viável, de fato, a partir de 1707. Tal acerto comprova, múltiplas vezes, a documentação sesmeira, contemporânea. Ocorreu, nesse ano, uma grande enchente de pedidos de sortes de terras.

28: — Ademais, o ano, de 1707 foi o das entradas. Depreende-se-no do documento de seguinte teor: "Carta Régia datada de 29 de outubro de 1707, ao Governador de Pernambuco pedindo informação e seu parecer sobre a proposta que faz Manoel Nogueira Ferreira, Capitão-Mor das Entradas do sertão do Jaguaribe... para lhe fornecer a gente precisa para executar as ditas entradas" (Sic).

29: — Irmão ou parente bem próximo deste. Capitião-Mór foi o tenente João Nogueira Ferreira, das ilhargas do Sítio das Mutucas, Ribeira do Quixelô - Iguatu. Nos anos anteriores a 1707 havia já feito o Capitão-Mór, algumas correrias aos índios, em nossas plagas jaguaribanas. Perseguiu, muitas vezes, os donos primitivos da terra.

30: — Posição Geográfica de São Mateus. Município e Paróquia situam-se na embocadura (periferia) do sertão dos Inhamuns. Limitam-se com Acopiara, Iguatu, Assaré, Saboeiro e Cariús. O último desmembrou-se, civil o eclesiasticamente, de São Mateus, há poucos anos. A cidade, que é a sede da Matriz e do Município, locializa-se à margem esquerda do Jaguaribe, em regular elevação de terreno e dista poucos quilômetros da encruzilhada fluvial-Cariús-Bastiões-Jaguaribe.

31: — São Mateus e não Jucás. Não estamos vendo razões plausíveis da permuta desta toponímia. Nem de ordem topográfica, nem de caráter humano-social. Analisemos os fatos, sob vários ângulos.

32: — São Mateus originou-se de uma fazenda de gado de idêntica denominação. O Rio Jucás, por outro lado, situa-se muito acima nas cabeceiras do Jaguaribe, nos Inhamuns propriamente dito.

33: — Consideremos, ainda que os índios Jucás-Tapuias da língua travada, tipo, étnico láguido, foram, entre 1725-1730, aldeiados na Antiga Missão de Nossa Senhora da Paz - hoje, a Cidade de Arneiroz.

34: — João Brígido, afirma que, em 1727, foram aldeiados os índios Jucás no lugar Arneiroz e aos 28 de setembro de 1767, o Governador Geral de Pernambuco manda erigir em Vila, com denominação de Arneiroz, a Aldeia dos índios Jucás.

35: — Mas o que é certo historicamente, pela documentação eclesiástica, é que já, em agosto de 1733, existia essa Missão dos Jucás, no coração dos Inhamuns. E do seu tempo, há, ainda, na Cúria Diocesana de Iguatu, um livro de assentamento paroquiais. O Padre Catequista dessa Aldeia de índios foi o Reverendo José Bezerra da Costa, sob a autoridade dos Vigários da Vara do Icó.

Digitalizado com CamScanner

36: — O espírito de inovação, que tem o órgão competente, de trocar nomes de localidades brasileiras, não correspondendo, muitas das vezes, à realidade dos fatos, é assaz prejudicial. Dificulta os estudos de História, sobretudo, a exata identificação de eventos e datas, primevos.

37: — Em terras cearenses, há uma cidade e município com o nome de Limoeiro do Norte, outra, com o de Juazeiro do Norte. E São Mateus devia-se chamar São Mateus dos Inhamuns do Norte.

38: — E, desta forma, garantia-se uma tradição, que conta com mais de dois séculos de existência, pois que, em março de 1724, a faixa de terra, onde está, hoje, esta simpática urbs interiorana, já era conhecida com o topônimo de São Mateus. E, então, os rastros dos pés dos pioneiros de 1707 não se haviam, ainda, apagados. Estavam vivos e frescos.

39: - Citemos o documento-prova da era predita: "No caminho dos Inhamuns, pela estrada velha (dos bois), há terras devolutas e desaproveitadas e quer o suplicante uma sorte de terras, pegando seus limites donde lhe chamam Olho d'Água de São Mateus" (Sesmaria, 112, volume 11).

40: — Na célebre questão de terras Montes-Feitosas, que pós em polvorosa, toda Capitania, as tropas de combates ambas famílias patriarcais tiveram, em fins de 1724, um reencontro na "Fazenda de São Mateus". (Sic)

41: — Catequese dos Cariús. Um pouco abaixo de São Mateus, em setembro de 1723, já existia um pequeno núcleo de catequese, situado na área, onde é hoje a Cidade de Cariús. Os anos históricos sesmeiros chamaram-no de "Arraial dos Padres", da barra Cariús (Sesmaria, 91, volume 11). Cariús chamou-se também, depois, Fazenda do Poço dos Paus, que, em outubro de 1758, já existia.

42: — Foi, porém de efêmera duração. E ímpar denominação antiga de Cariús deixa-nos a concluir que os índios, os donos pré históricos do solo, andavam sendo evangelizados. Mas eram de um incrível nomadismo, e de índole indômita.

43: — Do que fica explanado, podemos inferir alguns fatos. Um é que a cidade de São Mateus originou-se de uma fazenda de gado. O contrário, portanto, de Iguatu, que procedeu da Missão dos Quixelôs. De Arneiroz, que veio da Missão dos Jucás, de Crato, que nasceu da Missão do Miranda - Aldeia do Brejo.

44: — Outro fato é a presença da Igreja Católica, que se fez logo sentir, nos primeiros dias de nascimento de nossa hinterlândia cearense e de sua assistência contínua quase trissecular.

45: — Nucleação social de São Mateus. Podemos fixar, sem medo de equívocos, em fins da segunda para princípios da terceira décadas do século dezoito (XVIII), a época, em que se foi tornando um centro urbano. Até fins de 1724, era, apenas, a Fazenda de São Mateus.

46: — A escolha do local para a fundação desta vetusta cidade obedeceu a um plano de sabedoria e bom senso, reinantes. Além do fenômeno natural de ninguém querer residir longe d'água, situou-se São Mateus, um pouco acima da encruzilhada de três rios cearenses: - Jaguaribe - Cariús - Bastiões. E o Povoado, em gérmen, constituiu-se um ponto obrigatório de unificação populacional, tripartida fluvialmente.

Digitalizado com CamScanner

47: — A índole cristã de nossa gente foi outro fenômeno que serviu de forte contributo para se fazer logo, em São Mateus, o seu primeiro templo religioso. "Todos os núcleos e povoados, que se iam formando, na Capitania, iam começando por uma Capela ou Casa de Oração" (Sic.)

48: — Entre os historiadores e cronistas do Ceará, o que mais se aproximou da realidade genética de São Mateus foi o ilustre Desembargador Filgueira de Melo. Baseado em dados eclesiásticos da Câmara Episcopal de Olinda, afirmou que o início da Povoação de São Mateus foi durante a luto Montes-Feitosas.

49: — Face à documentação coeva, em nosso poder, endossamos ímpar opinião, por ser a mais verossímil, porquanto o primeiro livro de assentos paroquiais, que diz respeito à região, data de 1728.

50: — Acontecimentos históricos. A confluência de rios e riachos foi, no decorrer de nossa formação, fator preponderante de concentração populacional. Várias cidades de nossa atualidade, situadas nas partes altas do Jaguaribe, são fatos concretos. De Fazendas ou Missões de índios transformam-se em Povoações, destas em Vilas, e destas em Cidades sobre áreas de margens fluviais.

51: — Do que afirmamos, façamos uma análise histórica, partindo apenas das nascenças do Jaguaribe, que drenam água dos Inhamuns. Assim é que a cidade de Taua se fixou acima das junções do Trici e Favela com o Carrapateira. Daí, por diante, recebe o nome de Jaguaribe, o gigante cearense de leito seco,

52: — Arneiroz, um pouco acima do Conceição - Jaguaribe. São Mateus, ora objeto deste nosso opúsculo, um pouco acima dos Bastiões - Cariús - Jaguaribe.

53: — Iguatu, hoje sede de Bispado, um pouco acima do Trussu - Jaguaribe. Icó, a primeira paróquia do interior cearense, alguns quilômetros acima do Salgado-Jaguaribe.

54: — O Jaguaribe foi, portanto, de primeiro, denominador comum de unificação étnica. E as junções hidrográficas de seus afluentes serviram de posições estratégicas para a fundação de centros urbanos, que, sob leis sociológicas receberam o influxo direto dos moradores rurais.

55: — Um corolário. As anedotas e piadas, que correm, entre brasileiros, contra o português e, por conta dele, não se justificam historicamente falando. Na época, era o único povo, que mais capaz era de colonizar a imensidade do território nacional.

56: — Por esta razão e outras, devemos penetrar no âmago de nossa história e ter uma concepção equilibrada e exata do colonizador de nossos pagos - o português de 300 a 500 anos atrás.

57: — Interessa-nos dizer que nenhum antecedente social mais importante a considerar no lusitano que a sua extraordinária riqueza e variedade de antagonismos étnicos e culturais. O seu famoso cosmopolitismo.

58: — O seu heroísmo. Romeu, com riscos de vida e dispêndios particulares, a maninhez adusta do nosso sertão misterioso e agro, venceu, em todos os sentidos, a terra ignota. Domou e absorveu o seu habitante ignaro é hostil.

59: — Mais, Viu-se em terra estranha, outra gente, outra língua, outros costumes e hábitos, outros quadros. Sofreu a tremenda sensação nostálgica do torrão natal.

60: — Mesmo assim, tomou posse da terra. Desbravou-a, fixou-se, prosperou

Digitalizado com CamScanner

e se multiplicou. E foi o pai da civilização de que somos herdeiros, com todos os efes-e-erres.

61: — Igreja ou Capela de São Mateus e de Nossa Senhora da Glória. A edificação do primeiro templo religioso, em terras desta antiga cidade, remonta aos princípios do terceiro decênio do século XVIII, 1730-1731.

62: — 29 de julho de 1731. É desse dia, o primeiro documento, que temos, para provar, apodicticamente, a existência da Capela ou Igreja de São Mateus funcionando, já nessa data.

63: — É um termo paroquial de Casamento. O sacerdote celebrante foi o Padre Antônio Barbosa Gerez, 2.° Cura e Vigário da Vara do Icó. Os nubentes, um era de Portugal, outro, de Pernambuco. As testemunhas eram ricos fazendeiros da região, o Capitão Cosme Ferreira da Silva e Manoel Gomes Ferreira. O ato religioso deu-se, pela manhã, na "Igreja de São Mateus", desta freguesia de Nossa Senhora da Expectação do Icó.

64: — O instrumento eclesiástica, em apreço, dá por outro lado, um certificado legítimo, do fenômeno miscigenação e povoamento do solo, partindo de longes terras. Deduzimos, também, que o Vigário do Icó teria feito a Festa de Senhora Santana da Missão da Telha (Iguatu) e, em, seguida, dirigiu-se a São Mateus, por dever do seu ofício. Pois que, ali, se fez presente, decorridos, apenas, três dias do da Padroeira de Iguatu.

65: — Uma novidade histórica. A primeira Igreja dessa cidade dedicou-se a dois Santos, a saber, o Apóstolo e Evangelista São Mateus e Nossa Senhora da Glória. Duas imagens, portanto, expostas à veneração dos fiéis cristãos dessas priscas eras.

66: — A primeira a receber o tributo de culto de veneração foi a de São Mateus. E queremos crer, pelos indícios históricos, tenha chegado nos idos de 1720-1724, porquanto, na última data, o lugar já se chamava "Fazenda de São Mateus".

67: — A Imagem de Nossa Senhora da Glória. Só a partir de 1745, é que a documentação eclesiástica, coeva, lhe faz positivas referências. Num termo paroquial, doado de outubro de 1746, está escrito o seguinte: "Na Capela de Nossa Senhora da Glória, de São Mateus, Ribeira do Quixelô", desta freguesia de Nossa Senhora da Expectação do Icó.

68: — Na sala de visita da residência paroquial, existem, ainda, as duas primitivas imagens. Esculpidas em madeira e estilo próprio, que revela a época colonial. A de Nossa Senhora da Glória é mais rica em detalhes, bela e maior que a de São Mateus.

69: — 04 de setembro de 1731. É dessa data, a doação de Patrimônio para a Capela de São Mateus, de meia légua de terra de um para outro lado do Rio Jaguaribe. (Sic).

70: — Não relata a fonte, o nome do seu doador. Mas, num esforço pertinaz de pesquisas e, em vias históricas, paralelas, nos foi possível identificá-lo. Foi o Capitão Cosme Ferreira da Silva.

71: — Razões que militam em favor do nosso parecer. A primeira é porque, desde setembro de 1707, início concreto da colonização regional, vinha sendo o proprietária da área de terra, onde se assenta, hoje, a Cidade de São Mateus.

72: — Na quase totalidade dos primeiros sacramentos, administrados na Ca-

Digitalizado com CamScanner

pela de São Mateus, em seus termos de assentamentos, consta o seu nome todo, ora como testemunha de casamentos, ora como padrinho de batismo. De acordo com o estilo do tempo, exercia uma como que função patriarcal de tudo o que ocorria em seus domínios territoriais. E era a época, em nosso sertão, do patriarcado agro-pastoril.

73: — A voz da tradição. Um respeitável membro da família Mendonça, de Iguatu, ao abordarmos o tema afirmou-nos que um seu antepassado sempre dizia para os seus que o doador do Patrimônio da Antiga Capela do Apóstolo São Mateus foi o Capitão Cosme Ferreira da Silva.

74: — Um caso similar, entre muitos. O coronel Francisco Alves Feitosa, o dono da Fazenda onde se encravou a Capela de Nossa Senhora da Conceição do Cococi, hoje sede da Matriz, e o doador de seu patrimônio, de quase todos os casamentos e batizados realizados, ali, nessas eras, era testemunha e padrinho. Mais adiante, daremos mais alguns dados sobre essa Capela.

75: - Pensávamos nós que o doador do Patrimônio de São Mateus houvesse sido o Comissário Geral Lourenço Alves Feitosa. Este, porém, conforme a tessitura sesmeira, tornou-se, em 1724, apenas, confinante da Fazenda do Olho d'Água de São Mateus. Consideremos ainda, que a sua sorte, alcançada nesse ano, situava-se pela estrada velha (dos bois) e não pelo leito do Rio, como era de praxe. E, quase sempre, meia légua, além dos leitos de rios e riachos, permaneciam terras devolutas e desaproveitadas.

76: — A história das origens de São Mateus. Não se Pode, nem se deve explicá-la por lenda ou fantasia ou, pior, ainda, por animismo religioso. Toda essa argumentação acha-se ultrapassada e não resiste à critica da história moderna.

77: — O Capitão Cosme, o dono da terra, de índole cristã, como era, deu â sua Fazenda o nome de São Mateus, como devoto seu. Essa é que foi a razão mais certa e plausível.

78: — Casos similares da região. Diversos foram os seus patrícios que batizaram as suas datas de terras com invocações de Santos. E aos Santos Apóstolos, tiveram os nossos maiores, uma singular devoção. De causar até admiração às gerações de ontem e hoje.

79: — E vejamo-lo com uma pequena descrição. Fazendas e Sítios: São Pedro, São Bartolomeu, Santo André, São Mateus, São Tomás (Tomé), São Tiago, São João dos Bastiões, Sítios Olho d'Água de São Paulo, Riacho de Felipe (devia ser São Felipe).

80: — Com nomes de outros Santos, os seguintes lugares, sítios e fazendas: São Miguel, São Caetano, Santa Clara, São Bento, Santa Cruz, Santo Antônio, São Luiz, São José, São Francisco, São Rafael, São Lourenço, São Gonçalo, Fazenda de Todos os Santos do Jatobá.

81: Convém ressaltarmos que esses topônimo da agiologia cristã, em quase sua totalidade, em uso, ainda hoje datam de tempos bem longínquos. Surgiram alguns com a colonização da terra. E o topônimo mais novo - e tivemos a paciência de bem pesquisar - conta, atualmente, com mais de dois séculos de existência.

82: — Tal fenômeno atesta-nos, sobejamente, os sentimentos de Fé dos pioneiros desbravadores de nossos queridos pagos. Viviam eles aspirando um ambiente de eflúvios cristãos, sob a égide segura de Patronos Celestes.

Digitalizado com CamScanner

83: — A conclusão, que nos vem, deste relato toponímico agiológico, é a seguinte:Não devemos justificar fatos por vias misteriosas (lenda, fantasia e animismo), quando deles podemos dar uma explicação natural, evidente e satisfatória. E é o caso da história das origens de São Mateus.

84: — Capitão Cosme Ferreira da Silva, sua rápida crônica. O primevo senhor das terras de São Mateus, como os demais do seu tempo, era donatário de mais algumas propriedades, situadas em diversos pontos da região dos Inhamuns.

85: — Era possuidor de umas 12 léguas de terra, conforme cômputo colhido da fonte sesmeira. Tanto nesta, como na fonte eclesiástica paroquial, alicerçam-se os principais atos de sua existência.

Para melhor compreensão, seguem os fatos, em ordem cronológica.

86: — 30 de setembro de 1707. Data de sesmaria de Cosme Ferreira (da Silva), de Venceslau Gomes da Silva e João Martins Fragoso, de nove léguas de terra, três para cada suplicante, pelo Riacho Quintirire (Jaguaribe), concedida pelo Governador Gabriel da Silva do Lago. (Sesmaria, 246, volume 5.°).

87: — Esta peça sesmeira já foi objeto de comentários, alhures. Merecem, porém, sejam abordadas outras circunstâncias. Dizem eles em seus requerimentos, são residentes na Ribeira do Jaguaribe, como que dando a nos entender que as terras obtidas não fossem da mesma. E não tem terras onde possam aposentar (acomodar) seus gados vacuns e cavalares. Estavam, portanto, imigrando na região, virgem, ainda.

88: — Não nos esqueçamos de que o ano de 1707 foi o das entradas, em nosso sertão. Considerável foi o pedido de sesmaria. Na data em que os titulares preditos alcançaram do Governo Cearense essa doação de terras, andava, apenas, em três meses de existência, a ocupação oficial do Cariús pela sua primeira corrente migratória (Sesmaria 202. volume 4.°)

89: — 22 de fevereiro de 1717. data de sesmaria do Capitão-Mór Simão Rodrigues Ferreira, de Cosme Ferreira. Ajudante Francisco Ferreira Pedrosa, do Capitão Agostinho Duarte Pinheiro, do Coronel Gaspar Pinto, do Alferes Antônio Pita, de uma sorte de terra de três léguas, para cada um deles, no Rio chamado Cariús, que deságua no Rio Quixelô (Jaguaribe).

90: — Tais terras foram concedidas pelo Governador Manoel da Fonseca Jaime. Seus limites: Começam donde faz o Rio Cariús três cotovelos para cima, estão desertas e desaproveitadas. (Sesmaria, 49, volume 10)

91: — Essas figuras coloniais foram troncos de ilustres famílias de nossas plagas sertanejas, que já se infiltraram por outros Estados, limítrofes. E Antônio Bezerra, em Algumas origens do Ceará, afirma que o Capitão-Mór Cosme Ferreira da Silva era irmão do Capitão-Mór Simião Rodrigues Ferreira.

92: — É certo historicamente que os sesmeiros da primeira leva colonial eram dez (10). Mas, nem todos tomaram posse, nem povoaram os seus quinhões de terras, concedidas em junho de 1707. E, conformo cláusula expressa, tiveram a obrigação de situá-las, em tempo de três anos, com gados próprios. Expirado o prazo legal, cairam as terras em comisso, e, por prescritas e devolutas, foram doadas a outros, de quem estamos ocupando.

93: — 06 de setembro de 1717 - Data de sesmaria de Cosme Ferreira e de

Digitalizado com CamScanner

Francisco Ferreira, de três léguas de terra para cada um deles, em um olho d'Água que fica entre os Riachos dos Taboleiros e das Pitombeiras-Inhamuns, concedida pelo Governador Manoel da Fonseca Jaime. (Sesmaria 359, volume 5.°)

94: — Pela língua do gentio, o riacho dos Taboleiros chamava-se de Loucuneelle, o dos Pitombeiras de Nanraniuou. A medição das terras pega no riacho dos Taboleiros, no Poço chamado das Cajazeiras.

95: — 31 de agosto de 1730. Data de sesmaria do Capitão Cosme Ferreira da Silva, de três léguas de terra no Riacho Bastião, concedida pelo Governador João Batista Furtado (Sesmaria, 13, volume 12.°).

96: — Pela primeira vez, aparece, na literatura sesmeira o seu nome todo por extenso e com o titulo de Capitão. E está de posse de três léguas de terra, declara, há muitos anos, no Sítio a que chamam das "Varges", no riacho Bastião, que deságua no Cariús e não tem delas título de posse. A sua medição pega de seu Retiro da Malhada Grande acima, enchendo-se pelo riacho de Felipe. (Devia ser São Felipe)

97: — 29 de julho de 1731. Nesse dia, na Igreja de "São Mateus", é testemunha de um casamento. Deste tema, tratamos, alhures. Não queremos repetir para não abusarmos da paciência de quem nos lê.

98: — Entre os múltiplos termos paroquiais, de 1731-1768, um período, portanto, de 37 anos consecutivos, pelos quais comprovar a sua presença constante e amiudada no povoado de São Mateus, queremos, apenas, revelar alguns, por trazerem, em seu conteúdo, o nome de sua esposa e outros dados históricos elucidativos do tempo.

99: — 28 de setembro de 1743. O Padre Francisco Gomes Correia, na "Capela de São Mateus", batizou a Emerciana, índia, filha de índios escravos do Capitão Cosme, Ferreira da Silva.

100: — Índios Escravos. Na época era comum a preia de indígenas, entre as diversas tribos de Tapuia do nosso sertão. Além disto, uma ordem do Rei, de 1701, referendada em outubro de 1740, regulava a venda e compra de índios as quais deveriam ser feitas com ordem do juiz de cada distrito. E, em outubro de 1742, outra Ordem Régia sobre se darem índios e índias, como órfãos, para irem se civilizando e educando.

101: — A Câmara do Aquiraz em 16 de dezembro de 1748 requer a El'Rei medidas no sentido de se por cobro a fuga dos índios escravos e à proteção, que lhes dão os -Padres Missionários. Eram-lhes seus advogados natos.

102: — 15 de julho de 1746. O nome da esposa do Capitão, linhas abaixo. O Reverendo Padre Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus, Carmelita, batizou nossa data, a Antônio, exposto em casa do Capitão Cosme Ferreira da Silva. Foram padrinhos o dito Capitão e sua mulher Izabel Ferreira da Silva. O ato religioso deu-se na Capela de São Mateus.

103: — Expor recém - nascidos. É um costume velho, preexistindo já a essa data. Vem de tempos imemoriais. É um fenômeno social, lamentável sob todos os pontos de vista. E, em última análise, demonstra a irresponsabilidade de uma sociedade de sentimentos cristãos. A Igreja não aprova tal coisa.

104: — 30 de agosto de 1754. O Padre Francisco Gomes Correia, na Capela de São Mateus, batizando duas crianças filhas de escravos do Capitão Cosme Ferreira

Digitalizado com CamScanner

da Silva.

105: — Este, conforme estilo do tempo, apresentava-se como uma figura nobre e rica, porquanto, para ser isto, bastava possuir muitos escravos o que mais caro era e ter muitas fazendas de gados vacuns e cavalares.

106: — 25 de janeiro de 1768. Ainda vivo, nesse dia. Era testemunha de um casamento realizado na "Capela de Nossa Senhora da Glória de São Mateus, que faz as vezes de Matriz nesta freguesia de Nossa Senhora do Carmo dos Inhamuns". Faziam 37 anos que havia sido testemunha do primeiro Matrimônio (29 de julho de 1731), realizado na então "Igreja de São Mateus".

107: — Queremos frisar, a estas alturas, que nossas buscas em torno desse notável personagem, completamente olvidado do nono sertão jaguaribano, foram de 1682 a 1740, nas datas de Sesmarias Cearenses. E nos Livros Paroquiais do Icó e de São Mateus, de 1728 a 1770. Nesta fonte, o Capitão Cosme deixou por múltiplas vezes, ao pé da página, por extenso, exarada a sua assinatura. Possuía uma letra boa e bonita e legível em todo o tempo.

108: — Outra observação nossa. No conteúdo paroquial, no título das testemunhas, o amanuense eclesiástico da época sempre punha o seu nome em primeiro lugar. E tivemos o percuciente cuidado de constatar, neste particular, uma primazia absoluta.

109: — Semelhante distinção, ainda hoje, em uso, serve-nos como um bom indicio histórico sobre sua posição de destaque social na Antiga Povoação de São Mateus, da qual foi o seu Fundador.

110: — Foi contemporâneo e testemunha ocular do paroquiato dos três primeiros Vigários de São Mateus, que, em ordem cronológica foram: Padre Anacleto Soares da Veiga, Padre Manoel Teixeira de Morais, Padre Sebastião da Costa Machado. Neste nosso trabalho, trataremos, apenas do primeiro, logo mais em páginas adiante.

111: — O nosso Capitão Cosme Ferreira da Silva, em janeiro de 1768, já andava quase no fim de sua vida. E façamos o cômputo de sua idade, conforme dados, que temos expostos. Imigrou na região, em setembro de 1707, e, se não estamos equivocados, com menos de 18 anos, o vassalo lusitano, por ordem régia, não podia requerer sesmarias. Tinha, portanto, nesse tempo, uns 79 janeiros de existência e teria nascido nas últimas décadas dá século XVII (17).

112: — Eis o que poderíamos dizer, em rápida crônica, sobre o destemido pioneiro dos pagos de Soão Mateus.

CAPITULO II

SÃO MATEUS
Antecedentes Eclesiásticos - Sua Paróquia

113: — Súmula deste capitulo: Sacerdotes, em São Mateus, antes da criação da freguesia. O decreto de sua fundação. Seu território. Número de Capelas. Devoção de Nossa Senhora do Carmo. Edificação da Matriz. Primeiro Vigário. Outros Sacerdo-

Digitalizado com CamScanner

tes, seus auxiliares eventuais.

114: — Relação nominal de Padres, presentes, em São Mateus, antes da criação de sua paróquia. Quando administravam sacramentos, faziam-no com autorização ou licença expressa do Vigário do Icó. Di-lo, textualmente, cada termo eclesiástico do tempo.

115: — 29 de julho de 1731. Padre Antônio Barbosa Gerez, 2.º Vigário do Icó assistindo, nesse dia, pela manhã, a um casamento na "Igreja de São Mateus". Estando a serviço dos seus paroquianos, ouviu-os em confissão é celebrou missas. Aos 17 de julho de 1734, batizando na "Capela de São Mateus", a Teresa, filha de escravos do Capitão Cosme Ferreira da Silva.

116: — 17 de julho e 26 de outubro de 1738. O sacerdote em apreço fez nessas datas preditas, batizados no "Sítio dos Oitis". Teria, portanto, passado primeiro por São Mateus, que é o caminho natural da Ribeira, que vai sair em Oitis.

117: — 1.º de janeiro de 1739 Padre Francisco Xavier de Vasconcelos, fazendo batizados na "Capela de São Mateus".

118: — 07 de fevereiro de 1740 — Padre Antônio Nunes Cabral, na "Capela de São Mateus", batizando crianças.

119: — 18 de novembro de 1742 a 03 de novembro de 1775: Padre Francisco Gomes Correia, 33 anos de permanência em São Mateus e região. Não foi contínua mais interceptada por pequenas ausências. Sua residência era, então, no Povoado de São Mateus.

120: — A primeira data encimada reporta-se ao primeiro termo de assentamento paroquial, pelo qual podemos provar a sua presença nesses idos, nos pagos de São Mateus. A última dá-nos o adeus de sua assistência religiosa nestas partes alencarinas.

121: — De novembro de 1742 a dezembro de 1755, exerceu as funções de Capelão da Capela do Apóstolo e Evangelista São Mateus, sob a jurisdição de três Vigários do Icó. E, de 1775, foi auxiliar nos serviços apostólicos dos três primeiros Vigários de São Mateus, alhures, mencionados.

122: — Durante esse lapso de tempo, que permaneceu entre os nossos maiores, percorreu, por diversas vezes, fazendas, sítios e povoados pequenos, situados nos Inhamuns, no Cariús, na Ribeira do Quixelô e nos Bastiões garantem-no-lo os múltiplos assentamentos de batizados e casamentos por ele administrados, em suas contínuas jornadas missionárias.

123: — Sob o seu governo de Capelão, é que surgiu, pela primeira vez, a seguinte terminologia eclesiástica: "Capela de Nossa Senhora da Glória de São Mateus". Ocorreu tal, aos 30 de novembro de 1745.

124: — Infere-se daqui que a devoção de Nossa Senhora, sob essa invocação, foi introduzida, em São Mateus, no ano, acima dito. E, na atual casa paroquial, existe, ainda, esculpida em madeira, em estilo da época, uma linda imagem de Nossa Senhora da glória.

125: — 07 de janeiro de 1743. Padre Jerônimo de Matos Galvão, fazendo, nesse dia, batizado no Sítio de "São Mateus", da freguesia do Icó.

126: - Uma explicação. O termo Sítio, entre outros significados, foi de primeiro sinônimo de Povoado ou Povoação. As datas de terras eram doadas sob cláusula

Digitalizado com CamScanner

expressa de serem povoadas ou situadas.

127: — O emprego de tal nomenclatura aplicou-se, também, às várias localidades cearenses. Assim é que Fortaleza, São João do Jaguaribe, Quixeramobim, Icó etc. já se chamaram nesses longes de nossa história, de Sítios.

128: — São Mateus, por esses sóis de 1743, tendo em vista certos aspectos sociológicos de sua evolução urbana, de morada face ao forte contexto sócio-econômico, baseado no agropecuário, já era um Povoado de certa categoria, em confrontos, já se vê, com os outros Povoados, seus co-irmãos.

129: — 03 e 15 de julho de 1749. Padre Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus, Carmelita, na "Capela de São Mateus", fazendo batizados, em dias diferentes dos mesmos mês e ano. Conclui-se daqui que se demorou uns doze dias na região, pelo menos.

130: — 08 de maio de 1754. Padre Manoel Jorge da Costa na "Capela de São Mateus", assistindo a um Casamento.

131: — 13 de outubro de 1754. Padre Manoel Felix da Cruz, o 8.º Vigário do Icó, fazendo um Casamento.

132: — Antes da criação da Paróquia de São Mateus, oito sacerdotes, ai estiveram, em serviços pastorais, batizando, casando, celebrando, confessando e pregando.

133: — O número de Padres citados é constatado pela documentação eclesiástica, coeva. Mas julgamos ter sido superior, em virtude do caminho antigo da Ribeira passar por São Mateus. Subindo ou descendo o Jaguaribe, defrontamo-nos sempre com essa cidade jaguaribana.

134: — Assim é que o Padre Manoel Félix da Costa, durante o ano de 1742 esteve, por três vezes, junho, novembro e dezembro, no Sítio dos Oitis, em casa de Antônio Fernandes Lourenço, fazendo diversos batizados. Sua presença repetiu-se ainda em outros anos, no mesmo lugar, em dezembro de 1743 e em dezembro de 1745. Mas, dessa vez, em casa do capitão Luís Pinto de Azevedo.

135: — Mais. Em outubro de 1745, o Padre Domingos André Brandão, fazendo alguns batizados, nos Oitis. E, em maio de 1746, foi o Padre João Saraiva de Araújo, Vigário do Icó, no Sitio dos Oitis, em casa do Capitão Luís Pinto de Azevedo, fazendo batizados.

136: — Nos Oitis, ao que tudo nos indica, havia um rancho. Hoje, porém, é um pequeno Povoado com pensões. Nos seus vai e vens de jornadas missionárias por este nosso sertão adusto, era preciso uma parada para recuperar energias consumidas e deixar passar a soalheira do meio-dia. E os fiéis, amadores da zona, aproveitavam a passagem dos Sacerdotes, para lhes pedir os sacramentos de que necessitavam, como fazem, ainda hoje, evitando longas caminhadas e desconfortos de viagens dispendiosas.

137: — Uma conclusão se impõe. O fato de nosso povo ser de índole e sentimentos cristãos deve-se ao nosso ancestral luso, que já o era, antes de para cá vir, e, sobretudo, porque, desde os nossos albores. fomos assistidos por considerável número de ministros do Senhor. A Igreja cristianizou o solo com o seu dono e foi consolidando na Fé geração mais geração, no desenrolar dos séculos, chegando até nós.

138: — 07 de dezembro de 1755. Data áurea da Criação da Freguesia de São Mateus. O Revmo. visitador Padre Frei Manoel de Jesus Maria, Carmelita, por comis-

Digitalizado com CamScanner

são do Exmo. Sr. Bispo de Olinda, Dom Francisco Xavier Aranha, separou da Freguesia do Icó, por provisão de 07 de dezembro de 1655, as Ribeiras dos Bastiões, dos Inhamuns, áreas das do Quixelô e dó Cariús e delas se criou este Curato - amovível, com a invocação de Nossa Senhora do Carmo e serve de Matriz à Capela do Apóstolo São Mateus, e na freguesia há as seguintes Igrejas: 1) Capela do Apóstolo São Mateus, que serve de Matriz; 2) Capela do Senhor Bom Jesus das Dores, no Poço do Mato distante da Matriz 7 léguas; 3) Capela de Santa Ana da Telha, distante da Matriz 7 léguas; 4) Capela de Nossa Senhora da Purificação, no Saboeiro, distante da Matriz 12 léguas; 5) Capela de Nossa Senhora do Rosário, no Poço da Pedra (Itagua - Campos Sales) distante da Matriz 30 léguas. Revista do Instituto, Volume XVI - Ano XVI - Ano 1932, Páginas 191-205)

139: — Historicamente certo é que já preexistiam, também, na data da criação desta paróquia a Capela de Nossa Senhora da Conceição do Cococi e a Igreja da Missão dos índios Jucás. Desta última, já falamos, linhas atrás. Tal acerto nosso demonstram, apoditicamente assentamentos paroquiais, coevos.

140: — Capela do Cococi. É tradição correta, entre a Patriarcal Família Feitosa, que, em 1740, alcançou-se a devida licença eclesiástica para a edificação da Capela, em apreço, tendo sido, terminada em 1748, quando o Revmo. Padre Visitador Frei Manoel de Jesus Maria julgou apta para a celebração do culto divino.

141: — Um Confirmatum. 28 de agosto de 1754. É dessa data, o primeiro documento sobre o assunto e reza o seguinte: "Na Capela do Coronel Francisco Alves Feitosa, Ribeira dos Inhamuns". É um termo de Casamento. O celebrante foi o Padre João Ferreira dos Santos, com a devida licença do Vigário do Icó. Testemunhas, o coronel Francisco Alves Feitosa e o Capitão Manoel Ferreira Ferros. Os nubentes eram Francisco Barreiras Gomes, natural da freguesia de Santo Antônio da Jacobina, Bahia, e Ana Maria do Ó, natural da freguesia de Santo Antônio do Surubim, Pernambuco.

142: — As primeiras Capelas da Paróquia de São Mateus, além de serem os marcos positivos da nossa Fé, eram, também, os núcleos de civilização que se iam formando de nossa história. Algumas tomaram vulto e transformaram-se em nossas cidades e freguesias da atualidade. Por exemplo, a Capela de Santa Ana da Telha (Iguatu) é sede de Bispado.

143: — Usufruimos, portanto, as benesses de um ambiente sócio-cristão, que custou suores e sacrifícios de várias gerações. Semelhante patrimônio histórico, herdado, devemos conserva-lo no que há de bom e positivo, aprimorando-o em suas deficiências.

144: — A Devoção de Nossa Senhora do Carmo. Esta foi introduzida, em São Mateus, justamente com a fundação da Paróquia, em 1755, porquanto desta boa terra é a Excelsa Padroeira.

145: — Os fiéis dessas partes jaguaribanas estão, portanto, com 210 anos, que veneram a Virgem Mãe de Deus sob esta invocação. Umas quatro gerações e meia vão se indo, no decorrer do tempo, sob o seu precioso amparo.

146: — Convém mais uma vez salientarmos que a primeira devoção foi a do Apóstolo e Evangelista São Mateus, iniciada entre 1720-1724. A segunda foi a de Nossa Senhora da Glória, a partir do ano de 1745.

147: — Data da Construção da Igreja Matriz. Barão de Studart afirma que a

Digitalizado com CamScanner

Imagem da Padroeira foi colocada na Igreja, em construção, a 22 de março de 1757. (Revista do Instituto, volume 38, página 115).

148: — Pensamos, porém, com base histórica, que o início dos serviços de sua construção ocorreu, mais ou menos, depois de 15 anos de criada a freguesia. Demonstramo-lo a terminologia eclesiástica, coeva.

149: — E vejamo-lo. Até princípios de 1768, nos termos de assentamentos paroquiais, lê-se o seguinte: "Capela de Nossa Senhora da Glória de São Mateus, que faz as vezes de Matriz, nesta freguesia de Nossa Senhora do Carmo dos Inhamuns".

150: — Mais. E a partir de outubro de 1768, está dito na fonte paroquial: "Matriz de Nossa Senhora do Carmo de São Mateus dos Inhamuns".

151: — O término de sua construção, face à carência de recursos monetários, levou algumas décadas. O caso, entre nós é clássico. Além do mais, a tradição oral fala de sua inauguração em princípios do século passado.

152: — O Sacerdote que teve a honra de principiar os trabalhos de edificação da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo foi o Padre Sebastião da Costa Machado, que no rol dos Vigários de São Mateus, ocupa o terceiro lugar, E dele, temos o seu termo de posse, feito de próprio punho, datado de 05 de julho de 1761.

153: — Queremos crer que, no desenrolar de dois séculos, acompanhando o progresso, que cada época tem, a Antiga Matriz de Nossa Senhora do Carmo foi recebendo, por parte de vários párocos zelosos, consideráveis melhoramentos em sua arquitetura primeva. Hoje, a Matriz se nos apresenta como uma Igreja ampla, bem situada, arejada, bem zelada e, por todos os títulos, digna da celebração do culto divino.

154: — Primeiro Vigário de São Mateus: Padre Anacleto Soares da Veiga. 1756 — 1758.

Heroísmo dos nossos primitivos Curas. No despontar da vida paroquial, em terras cearenses, encontraram esses heróicos anônimos do Senhor, um mundo de óbices a superar.

155: — A Terra. Paragens imensas. Despovoadas e ignotas. Sertão misterioso e adusto. Distâncias enormes das sedes Episcopal e Civil - Olinda, Pernambuco.

156: — Mais. Meios de transportes precários. Só as patas de animais. Carência de alfaias eclesiásticas. De objetos do culto divino. Fome, sede, mosquitos, insetos nocivos, lagartas, animais ferozes, cobras, carência de remédios eficazes.

157: — O Homem. O nosso ancestral com pensamentos fixos de amontoar fortunas e, para tanto, não medindo esforços e lançando mão de meios ilícitos e desumanos. Por outro lado, a ferocidade natural do nosso nativo. Brancos, mestiços, selvagens, negros e escravos, em contínuas desavenças, onde a lei, o dever, os direitos naturais de justiça e caridade eram ignorados. Eram do mais forte e poderoso.

158: — Dupla missão prefigurava-se-lhes. Primeiro, catequizar, de novo, os seus patrícios, envolvidos pelo materialismo da vida. No tempo, rico e nobre era quem possuía maior número de escravos e de fazendas de gados.

159: — Por força do seu múnus pastoral, cabia-lhes, também, trazer ao grêmio da Igreja, uma considerável porção de índios Tapuias, bárbaros, ainda. De humanos, tinham, apenas, a forma. Humanizá-los. Cristianizá-los. Salvando-os, dessarte, do seu primitivismo pré-histórico.

Digitalizado com CamScanner

160: — Feiras essas elucidações de ordem genéricas, penetremos na crônica do Primeiro Cura da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo de São Mateus dos Inhamuns.

161: — O Padre Anacleto Soares da Veiga, pela documentação paroquial do Icó, ocupou o sétimo lugar de Cura e Vigário da Vara daquela primeira Paróquia interiorana. E, ao que tudo nos indica era português de origem, estando no Icó, como Vigário, de maio de 1754 a junho de 1755.

162: — A partir de julho até dezembro de 1755, serviu de Secretário do Visitador Revmo. Padre Frei Manoel de Jesus Maria, que, em Visita Pastoral, em lugar do Exmo. Sr. Bispo de Pernambuco, Dom Francisco Xavier Aranha, andava percorrendo as freguesias cearenses, então existentes.

163: — Em princípios de 1756, ocorreu a sua nomeação para Cura da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo de São Mateus dos Inhamuns, porquanto o primeiro termo paroquial de casamento, depois de criada a paroquia, datado de 18 de abril desse mesmo ano, traz a sua assinatura completa, como já exercendo as funções de Vigário. Tinha uma letra boa e bonita, legível em todo o tempo, possuindo, já 210 anos esta.

164: — Em desobriga, percorreu todo o seu vasto território paroquial. Andou pelas seguintes capelas e igrejas: Santa Ana da Missão da Telha; Poço do Mato; Saboeiro; Poço da Pedra (Itagua- Campos Sales); Cococi; Nossa Senhora da Paz da Missão dos Jucás - Arneiroz.

165: — Em seu curto período de paroquiato de 2 anos e 10 meses, os anais históricos eclesiásticos de São Mateus revelam-nos a sua presença em quase 20 fazendas, sítios e lugares de sua freguesia.

166: — Assim é que, atendendo a reclamos espirituais dos seus paroquianos, esteve nos seguintes pontos: 1) Fazenda dos Camaleões; 2) Fazenda do Umbuzeiro, 3) Fazenda do Poço da Anta; 4) Fazenda Santa Clara; 5) Fazenda das Pitombeiras, 6) Fazenda da Carrapateira; 7) Fazenda da Timbaúba; 8) Fazenda do Riacho do Mota; 9) Fazenda da Caiçara; 10) Fazenda do Tauá; 11) Fazenda das Cacimbas; 12) Fazenda das Favelas; 13) Fazenda do Estreito; 14) Fazenda do Riacho da Roça; 15) Fazenda da Boa-Vista; 16) Fazenda do Bom Sucesso; 17) Fazenda da Barra; 18) Fazenda de São Bento.

167: — Em todos esses lugares, esteve assistindo a casamentos. E, por esta razão, pensamos nós que passou, também, por outras fazendas, porquanto o primeiro livro de Batizados de São Mateus, de 1756 - 1770, extraviou-se ou melhor não sabemos onde está.

168: — Dentre as fazendas pastoreadas pelo Padre Anacleto, uma é hoje, a florescente cidade de Tauá, a princesa dos Inhamuns. Mais outra comuna alencarina, que se originou duma fazenda de gado.

169: — O dono primitivo da área de terra onde se assenta, hoje, esta cidade, foi o tenente Luís Coêlho Vidal. Tornou-se o seu concessionário sesmeiro, em 05 de julho de 1717. (Sesmaria 55, volume 10.º) e, em 1724, durante a luta Montes-Feitosa, fora assassinado.

170: — Aos 15 de outubro de 1762, o sargento-mór José Rodrigues de Matos faz doação de Patrimônio à Capela do Tauá. Mas o primeiro documento que temos

Digitalizado com CamScanner

para comprovar a existência da Capela de Nossa Senhora do Rosário do Tauá, traz a data de 08 de janeiro de 1764. É um termo de casamento, aí, realizado.

171: — No conteúdo paroquial, coevo, dos termos de assentamentos, tivemos o paciente cuidado de observar que mais da metade dos donos dessas antigas fazendas pertencia à patriarcal família Feitosa. E, quando não, eram parentes afins.

172: — Uma dedução histórica ressalta-nos do que ficou explanado: Os nossos antigos padres vigários andavam "de maca à garupa", na expressão feliz de uma testemunha contemporânea, difundindo o bem o a verdade evangélica catre os seus paroquianos e consolidando-os na Fé Cristã.

173: — Julgamos que em idade já avançada chegara o Padre Anacleto Soares da Veiga ao seu posto de lutas pastorais (1756-1758), em virtude do seu curto tempo de paroquiato. Apenas dois anos e 10 meses, estivera à frente dos destinos espirituais dos antigos moradores da Paróquia de São Mateus.

174: — Em novembro e dezembro de 1758, assinou-se nos livros Paroquiais, como vice-cura de São Mateus, aguardando o advento do seu sucessor, o Padre Manoel Teixeira de Morais, que ocupa o 2.º lugar na lista geral dos Vigários desta freguesia.

175: — É historicamente certo que, aos 22 de fevereiro de 1759, não mais era Vigário de São Mateus, porque é desse dia uma autorização do Padre Teixeirara para o Padre Anacleto, a fim de assistir a um casamento, que se deu, na "Fazenda do Trici", nascenças do Jaguaribe. Fazer casamento é função de quem é pároco ou vigário , conforme legislação eclesiástica. E após essa data, não mais vimos referência alguma à nobre personalidade do Primaz Pastor de Nossa Senhora do Carmo de São Mateus dos Inhamuns.

176: — Sacerdotes e seus Auxiliares.

Ficou dito, alhures, que, quando esses administravam sacramentos, faziam-no sob jurisdição dos Vigários de Icó até 1755 e a partir de 1756, do de São Mateus. Alias, é lei da Igreja, ainda hoje em vigor, que um sacerdote — não vigário — só pode administrar sacramentos tendo jurisdição e licença. Quase todos como bem veremos logo mais, declinando os seus nomes, atos e datas foram eventuais auxiliares.

177: — 05 de julho de 1759. Padre Antônio Correia Vaz, nesse dia na "Fazenda do Poço da Anta", fazendo um Casamento. Evitou, desta forma, que o pobre do Padre Vigário, já velho, desse uma viagem até essa fazenda.

178: — 22 de agosto de 1756. Padre José Bezerra da Costa. O Reverendo Capelão Missionário dos Índios Jucás da Missão de Nossa Senhora da Paz, hoje a cidade de Arneiroz. Na data acima, fazendo um casamento na "Fazenda da Caiçara" — Inhamuns, desta freguesia de São Mateus.

179: — Há anos, desde 1733, esse sacerdote vinha residindo no lugar Arneiroz e exerceu o seu ministério sacerdotal sob a jurisdição de cinco Vigários do Icó e dos três primeiros de São Mateus.

180: — Assim é que, no governo paroquial do Padre Anacleto. a quem auxiliou, em diversas outras oportunidades, fazia aos 13 de setembro de 1756, na "Igreja de Nossa Senhora da Glória de São Mateus", que serve de Matriz, mais outro Casamento.

181: — Mais. Na Fazenda do Bebedouro, aos 27 de novembro de 1756 e, aos 22 de fevereiro de 1757, na Fazenda dos Umbuzeiros, assistiu mais a outros

Digitalizado com CamScanner

matrimônios. Convém destacarmos que a progressista e simpática cidade de Aiuaba, que foi Bebedouro, é mais outra, que se originou de uma Fazenda de gado.

182: — Em outras passagens da documentação paroquial contemporânea, podemos averiguar que o Padre José Bezerra da Costa percorreu, em misteres sacerdotais diversas outras fazendas da região dos Inhamuns.

183: — Esse sacerdote convém não ser confundido com outro de quase igual nome: Padre José Bezerra do Vale, o dono da Fazenda Umbuzeiros - Inhamuns.

184: — 05 de julho de 1756. Padre Manoel Felix da Costa. Na Capela de Santa Ana da Missão da Telha (Iguatu) fazendo, nesse dia, um casamento. O sacerdote, em apreço, como já ficou dito, foi o Missionário oficial dos Índios Quixelôs. E pelos registros paroquiais da época, podemos constar a sua presença entre os antigos iguatuenses desde 1774 a 1769. Vinte e dois anos de apostolado, nas funções de Catequista dos Quixelôs e de Capelão dos moradores Brancos.

185: — Em razão do próprio Ministério havia, nesses idos de nossa história, distinção entre vigários e capelães dos Brancos e os dos índios. Estes nada sabiam da mensagem de Cristo e necessitavam, por esta razão, ser evangelizados e preparados para o seu ingresso no grêmio da Igreja. Ao passo que os lusos colonizadores imigraram em nossas plagas, já batizados e como cristãos.

186: — O nosso acerto baseia-se, também, num informe histórico de teor seguinte: "O Bispo de Olinda pede aos 15 de agosto de 1762, ao Governador Geral, Francisco de Mendonça Furtado, que sejam aumentadas as côngruas dos Vigários dos índios das vilas novas do Ceará, pois não podem passar com 50 mil reis como os Vigários dos Brancos, que têm outras benesses". (Sic)

187: — 21 de Maio de 1757. Padre Francisco Calado Bitencourt. Nessa data no "Sítio Boa-vista", fazendo um casamento. Esteve, também, em outros lugares. Assim é que, no dia 11 de outubro de 1757, na "Fazenda das Itans" (Iguatu) assistiu a um matrimônio cuja a noiva por nome Josefa Alvares era filha natural de Caetana Ferreira, índia da nação Quixelô. Mais um caso concreto, de nossa célebre miscigenação.

188: — Mais. Aos 7, aos 12 e aos 20 de janeiro de 1758, o mesmo sacerdote, na "Fazenda Boa-Vista, do Riacho da Cruz"; "Fazenda do Pilar", "Ribeira dos Bastiões', "Fazenda do Poço do Ferro", realizando, nesses dias, preditos, outros matrimônios. E é a vez de novamente dizermos que, de fazenda em fazenda, de sítio em sítio, de povoado em povoado, iam os nossos primeiros guias espirituais cumprindo os seus misteres sagrados.

189: — 13 de junho de 1757, Reverendo Licenciado Padre Francisco Xavier Ordenho de Sopeda. Nessa data, no "Sítio São Bartolomeu", assistindo a um casamento. E um ano e 4 meses depois, aos 23 de outubro de 1758, na "Fazenda do Poço dos Paus", assistindo a outro casamento. É hoje a progressista cidade de Cariús.

190: — Se não estamos equivocados esse sacerdote é de origem espanhola e fizera, o seu curso eclesiástico em alguma Universidade da Europa, porquanto possuía o título de Licenciado — o que eqüivale quase ao de Dr.

191: — Dele, em junho de 1759, fala o 2.º Cura de São Mateus. O documento está redigido nos seguintes termos: "Em os dois dias do mês de junho de mil setecentos e cinqüenta e nove anos, recebi do Reverendo Francisco Xavier Ordendo de

Digitalizado com CamScanner

Sopeda este livro, onde se lançam os assentamentos dos casamentos desta Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo dos Inhamuns e como recebi o dito livro para nele ir lançando os ditos assentos; e para clareza fiz esta declaração de minha letra e sinal. São Mateus, 2 de junho de 1759. Manoel Teixeira de Morais, Cura da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo dos Inhamuns."

192: — 1° de novembro de, 1758. Padre Francisco Gomes Correia. Nessa data, no "Sítio Varzinha", fazendo um casamento. Em torno dessa simpática figura sacerdotal, já falamos demoradamente, linhas atrás. Foi durante muitos anos, Capelão de São Mateus, onde se demorou de 1742 a 1775, 33 anos entre os antigos do lugar. E, sob as ordens dos Vigários do Icó e de São Mateus, exerceu as funções sacerdotais.

193: — Cismamos de que seja superior a seis, o número de Padres, que ajudaram o Padre Anacleto Soares da Veiga em suas lides apostólicas. Pois que foram mencionados, apenas os que assistiram a Matrimônios. E os que administraram o Batismo?? Infelizmente, não temos o Primeiro livro de Batizados de São Mateus, cujos termos de assentamentos datam-se depois da fundação desta Paróquia, fato este que ocorreu aos 07 de dezembro de 1755.

194: — Honra ao Mérito Faça-lhes o Povo de São Mateus.

Justo será que, nesta simpática urbe, sertaneja, existisse ao menos uma rua com o nome do Capitão Cosme Ferreira da Silva, o fundador de São Mateus. Outra com o nome do Padre Anacleto Soares da Veiga, o Vigário Primaz desta prístina Freguesia dos Inhamuns. E a memória de ambos perpetuar-se-a de geração em geração. Deixamos exarado, aqui, um justo apelo.

Damos, por encerrado o presente fascículo genético sobre São Mateus, que se assenta à margem esquerda do Antigo Riacho Quintirire do Tapuia, hoje o Rio Jaguaribe propriamente dito.

CONCLUSÃO GERAL

Para qualquer retificação de fatos, datas ou de circunstâncias históricas, estamos às ordens de quem quer que seja. Somos antes contingentes, sujeitos sempre a equívocos. Infalível ninguém o é.

A segunda parte da história da terra de Nossa senhora do Carmo de São Mateus dos Inhamuns iniciar-se-á com o advento do seu segundo Vigário Padre Manoel Teixeira de Morais.

Assim ajude-nos Deus.

Iguatu, 09 de novembro de 1965.
Mons. Francisco Couto.

Digitalizado com CamScanner

BIBLIOGRAFIA

1.º: — Datas de Sesmarias do Ceará. 14 volumes. Esta fonte primária de nossa História traz, em seu bojo, a certidão legitima do solo cearense.

2.º: — Livro de Batizados e de Casamentos das Paróquias do Icó e de São Mateus. O Livro n.º 1 aliás do Icó, traz instrumentos eclesiásticos, datados de 1728. A nossa terra andava, então, dando os seus primeiros vagidos de civilização ocidental.

Ambas fontes, quando em confrontos, ajudam-se mutuamente e elucidam muitos pontos obscuros de nossa formação inicial. Revelando-nos a verdade em termos lúcidos.

3.º: — Algumas origens do Ceará de Antônio Bezerra.

4.º: — Datas e Fatos para a História do Ceará de Barão Studart.

5.º: — Alguns Tomos da Revista do Instituto do Ceará.

6.º: — Homens e Fatos de João Brígido.

7.º: — A Tradição Oral.

Iguatu, 09 de novembro de 1965.

Mons. Couto

Digitalizado com CamScanner